



E-Legis

**Revista Eletrônica do Programa de
Pós-Graduação da Câmara dos Deputados**

ISSN: 2175-0688

V. 11 - Número Especial – Pesquisas e Políticas
sobre Esporte II

E-Legis

V. 11 - Número Especial – Pesquisas e Políticas sobre Esporte II

Sumário

Editorial	3-6
Deputado Alexandre Valle - Presidente da Comissão do Esporte	
Expediente	7-9
Artigos	
INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA <i>INCLUSION IN THE SCHOOL CONTEXT: PERCEPTIONS OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES AND TEACHERS OF PHYSICAL EDUCATION</i> Fagner José Passos	10-23
RESSIGNIFICAÇÕES NO ESPORTE ATRAVÉS DA PERFORMANCE DE TIFANNY ABREU <i>RESSIGNIFICATIONS IN SPORTS THROUGH THE PERFORMANCE OF TIFANNY ABREU</i> Rafael Marques Garcia, Erik Giuseppe Barbosa Pereira	24-44
O RUGBY APLICADO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE UBERLÂNDIA ATRAVÉS DO LEGADO SOCIAL E ESPORTIVO DOS JOGOS RIO 2016™ <i>THE APPLICATION OF RUGBY IN THE MUNICIPAL SCHOOLS OF UBERLANDIA THROUGH THE SOCIAL AND SPORT LEGACY OF RIO 2016™ OLYMPIC GAMES</i> Tatiana Flores Rodrigues, Kelma Patrícia de Souza	45-55
IMPACTO DE UM PROGRAMA PREVENTIVO MULTIDISCIPLINAR NA FREQUÊNCIA DE LESÕES EM ATLETAS JOVENS <i>IMPACT OF A MULTIDISCIPLINARY PREVENTIVE PROGRAM ON THE FREQUENCY OF INJURIES IN YOUNG ATHLETES</i> Natalia Franco Netto Bittencourt, Bruno Teobaldo Campos, Cláudio Olivio Vilela Lima, Bruna Melato Bernardes de Faria, Felipe Ribeiro Pereira, Guilherme Bernardone Pinho, Leandro César Garcia, Marcela Mendes de Almeida Gomide Leite, Mariana Chaves Weschenfelder, Rafael Persichini Freire, Silvanio Miranda Signoretti Júnior, Tatiana Moreira dos Santos Ribeiro, José Ricardo Claudino Ribeiro	56-71
EFEITO DE DIFERENTES PROTOCOLOS DE CLUSTER SET SOBRE O DESEMPENHO DO SALTO VERTICAL <i>EFFECT OF DIFFERENT CLUSTER SET PROTOCOLS ON VERTICAL JUMPER PERFORMANCE</i> Matheus Mageste Guimarães, Adriano Ferreira Pinho, Rafael Alves Barreto, Jênnifer Silva Brito	72-84
O CERTIFICADO DE CLUBE FORMADOR COMO COLABORADOR DA FORMAÇÃO HUMANA E DESPORTIVA DE ATLETAS DE FUTEBOL	85-97

THE TRAINING CLUB CERTIFICATE AS CONTRIBUTOR OF THE HUMAN AND SPORTS FORMATION OF SOCCER ATHLETES

Ramon Bisson Ferreira

UM MODELO PARA A GESTÃO DE INFORMAÇÕES DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO NO BRASIL 98-118

A MODEL FOR THE MANAGEMENT INFORMATION OF ELITE SPORTS IN BRAZIL

Alan de Carvalho Ferreira

O FINANCIAMENTO ESPORTIVO BRASILEIRO: PROPOSTA DE METODOLOGIA CRÍTICA DE ANÁLISE 119-140

SPORTS FINANCING IN BRAZIL: PROPOSAL OF CRITICAL ANALYSIS METHODOLOGY

Fernando Henrique Silva Carneiro, Fernando Mascarenhas

FUNDOS PATRIMONIAIS E FUNDOS DE APOIO COMO FERRAMENTAS DE FINANCIAMENTO DO ESPORTE NO BRASIL 141-167

ENDOWMENTS AND SUPPORT FUNDS AS SPORT FINANCING TOOLS IN BRAZIL

Rene Vinicius Donnangelo Fender

A ação da Comissão do Esporte no sentido de promover o desenvolvimento científico no contexto do esporte no Brasil tem sua continuidade na segunda edição do projeto Concurso de Artigos Científicos da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados.

O certame, instituído pelo requerimento nº 216/18, aprovado na Reunião Deliberativa Ordinária da Comissão do Esporte de 11 de abril de 2018, contemplou três temáticas:

1. **Esporte educacional e inclusão social:** esporte no sistema de ensino; esporte como inclusão social de jovens e adultos; esporte na terceira idade; esporte e promoção de saúde; gênero e esporte; legado social das olimpíadas.
2. **Esporte de rendimento:** formação para o esporte; pesquisas sobre desempenho no esporte de alto rendimento; relação entre subsídios para o esporte e desempenho; legado esportivo das olimpíadas.
3. **Políticas do esporte:** gestão do esporte, programas de incentivo ao esporte; financiamento do esporte; papel das entidades no esporte nacional.

Os artigos submetidos se distribuem conforme o Gráfico 1.

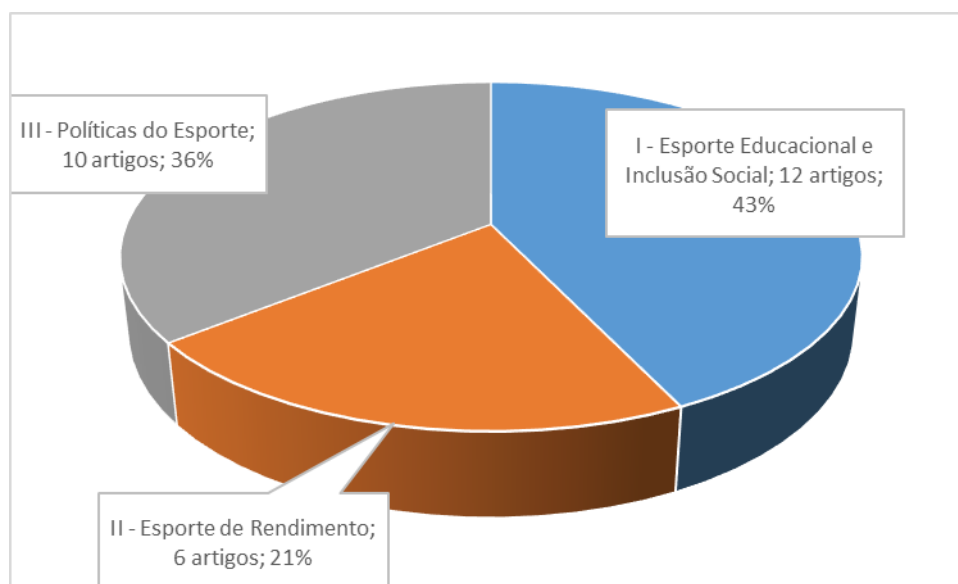


Gráfico 1: Quantitativo de Artigos por Tema
Fonte: Elaboração própria

Observa-se o significativo interesse dos participantes no tema esporte educacional e inclusão social, havendo aumento na categoria em comparação com o ano anterior (esporte e educação), que teve 7 participantes; o atual concurso, 12. Tal fator também contribuiu para o crescimento no número geral de participantes do certame – de 23 concorrentes, no primeiro concurso, para 28, no segundo.

Outro aspecto interessante a ser observado é a distribuição dos artigos submetidos por estados brasileiros, conforme indica a Tabela 1:

Tabela 1 : Participações por estado

Unidade da Federação	Quantidade
SP	7
MG	5
RJ	4
DF	3
PI	2
RS	2
PE	1
GO	1
ES	1
PA	1
Não Informado	1
Total Geral	28

Fonte: Elaboração própria

A distribuição dos participantes por 10 unidades da federação aponta a diversidade de interessados no certame, sendo que o número significativo de candidatos da região sudeste leva ao entendimento de que há grande potencial de pesquisa na área do esporte nas universidades locais, principalmente nas federais e estaduais.

À semelhança do primeiro concurso, verificou-se uma maior participação de representantes vitoriosos nas regiões Sudeste e Centro-oeste, com número relevante de vencedores de São Paulo (3) e Minas Gerais (3), seguidos de Rio de Janeiro (1), Rio Grande do Sul (1) e Goiás (1), como se observa na figura a seguir:



Figura 1: Estado dos vencedores

Fonte: Elaboração própria

Assim, abrindo o número da publicação dos artigos, tratamos dos vencedores no tema **Esporte educacional e inclusão social**. O trabalho elaborado por **Fagner José Passos**, de Monte Belo (MG), traz relevante contribuição metodológica ao “comparar as percepções dos alunos com deficiência intelectual e professores de educação física sobre a inclusão no contexto escolar”, no texto intitulado “**Inclusão no contexto escolar: percepções de alunos com deficiência intelectual e professores de educação física**”, medalha de ouro na temática. Na sequência, a medalha de prata é do candidato Rafael Marques Garcia, de Brotas (SP), com o artigo “**Ressignificações no esporte através da performance de Tiffany Abreu**”, no qual narra a bem-sucedida trajetória da atleta trans de voleibol. O terceiro lugar da temática ficou com **Tatiana Flores Rodrigues**, de Uberlândia (MG), com o trabalho “**O rugby aplicado nas escolas municipais de Uberlândia através do legado social e esportivo dos Jogos Rio 2016™**”, que detalha o treinamento das delegações olímpicas e paralímpicas dos países da Bélgica, Egito, Irlanda e Sérvia, realizado na cidade de Uberlândia e como essa experiência incentivou o desenvolvimento do turismo e do esporte local.

Dando sequência à publicação com o tema **Esporte de rendimento**, a medalha de ouro foi para o trabalho de Natalia Franco Netto Bittencourt, de Belo Horizonte (MG), ao concluir que a implementação de programa preventivo reduz em 43% os dias de afastamento e em 17% as lesões dos atletas jovens, finalizando pesquisa sobre o “**Impacto de um programa preventivo multidisciplinar na frequência de lesões em atletas jovens**”. A medalha de prata foi de **Matheus Mageste Guimarães**, do Rio de Janeiro (RJ), que analisa o “**Efeito de diferentes protocolos de cluster set sobre o desempenho do salto vertical**”, concluindo que os protocolos de Cluster e Treino Tradicional são eficientes de acordo com as especificidades do desempenho dos atletas de salto vertical. O terceiro lugar vai para **Ramon Bisson Ferreira**, de Piracicaba (SP), que aborda “**O certificado de clube formador como colaborador da formação humana e desportiva de atletas de futebol**”, apontando estudo dos dispositivos legais e regulamentares atinentes à certificação e indicando os requisitos exigidos e os procedimentos para que um clube de futebol obtenha o certificado de clube formador, o que afeta os jovens que sonham com o futebol profissional.

O bloco que fecha o número é o do tema **Políticas do esporte**. No artigo “**Um modelo para a gestão de informações do esporte de alto rendimento no Brasil**”, que leva a medalha de ouro, o autor, **Alan de Carvalho Ferreira**, de Brasília (DF), apresenta um modelo para a gestão de informações do esporte de alto rendimento no Brasil utilizando ferramentas de tecnologia da informação. A medalha de prata no tema vai para o artigo de **Fernando Henrique Silva Carneiro**, de Goiânia (GO), que conclui ser a fonte orçamentária a que recebeu mais recursos no período de 2004 a 2015, sendo que, ao longo do tempo, a extraorçamentária e a de gastos tributários apresentaram considerável crescimento, no artigo intitulado “**O financiamento esportivo brasileiro: proposta de metodologia crítica de análise**”. Finalizando, a medalha de bronze do tema políticas do esporte foi para o artigo “**Fundos patrimoniais e fundos de apoio como ferramentas de financiamento do esporte no Brasil**”, de **Rene Vinicius Donnangelo Fender**, de São Paulo (SP), que, por meio de um

estudo comparado de fundos de apoio de Japão, Austrália, Alemanha e EUA, conclui que a transparência no processo de doações de ambos os fundos é fundamental para o sucesso do mecanismo de diminuição de dependência de recursos públicos.

Boa leitura!

Deputado ALEXANDRE VALLE

Presidente da Comissão do Esporte



Conselho Editorial

Afredo Attié Júnior, Tribunal de Justiça de São Paulo – SP
Aloísio Krohling, Faculdade de Direito de Vitória – ES
André Freire da Silva, Câmara dos Deputados – Brasil
Andre Luiz Marengo dos Santos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – RS
Bruno Pasquarelli, Universidade do Sagrado Coração – SC
Bruno Rubiatti, Universidade Federal do Pará – PA
Edna Miola, Universidade Tecnológica Federal do Paraná – PR
Elinaldo Leal Santos, Universidade Estadual do Sul da Bahia – BA
Fabiano Guilherme Mendes Santos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ
Fabiano Peruzzo Schwartz, Câmara dos Deputados – Brasil
Fabrício Barbosa Maciel, Universidade Estadual do Norte Fluminense – RJ
Fernando Scheeffler, Centro de Educação Superior do Alto Vale do Itajaí – SC
Francisco Paulo Jamil Marques, Universidade Federal do Paraná – PR
Juliana Werneck de Souza, Câmara dos Deputados – Brasil
Lucio Remuzat Rennó Junior, Universidade de Brasília – DF
Manoel Leonardo Santos, Universidade Federal de Minas Gerais – MG
Maria Érica de Oliveira Lima, Universidade Federal do Ceará – CE
Maria do Rosário de Fátima e Silva, Universidade Federal do Piauí – PI
Milton Pereira da Silva Filho, Câmara dos Deputados – Brasil
Rachel Barreto, Universidade Federal de Minas Gerais – MG
Sayonara Leal, Universidade de Brasília – DF
Sérgio Soares Braga, Universidade Federal do Paraná – PR
Suylan de Almeida Midlej e Silva, Universidade de Brasília – DF

Comissão Editorial

Editor científico: Antonio Teixeira de Barros, Câmara dos Deputados – Brasil
Editora científica adjunta: Terezinha Elisabeth da Silva, Câmara dos Deputados – Brasil
Editora executiva: Tatyana de Azevedo Maia, Câmara dos Deputados – Brasil
Coordenador Científico do II Concurso de Artigos Científicos da Comissão do Esporte:
Roberto Campos da Rocha Miranda, Câmara dos Deputados – Brasil

Conselho Científico

Ada Cristina Machado Silveira, Universidade Federal de Santa Maria – RS
Adriano Codato, Universidade Federal do Paraná – PR
Ana Cláudia Niedhardt Capella, Universidade Estadual Paulista – SP
Andrea Maria Linhares da Costa, Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – RN
Aparecido Reis, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – MS
Bruno de Castro Rubiatti, Universidade Federal do Pará – PA
Bruno Pinheiro Wanderley Reis, Universidade Federal de Minas Gerais – MG
Carmen Pineda Nebot, Instituto Nacional de Administracion Publica (Espanha)
Claudio Reis, Universidade Federal da Grande Dourados – MS
Cristina Leston-Bandeira, University of Leeds (Reino Unido)
Ednaldo Aparecido Ribeiro, Universidade Estadual de Maringá – PR
Eva Anduiza, Universitat Autònoma de Barcelona (Espanha)
Francisco Paulo Jamil Marques, Universidade Federal do Paraná – PR
Guilherme Wagner Ribeiro, Assembleia Legislativa de Minas Gerais – MG
Hemerson Luiz Pase, Universidade Federal de Pelotas – RS
Isabele Baptista Mitozo, Universidade Federal do Paraná – PR
Jairo Cesar Marconi Nicolau, Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ
José Joaquim Dinis Reis, Universidade de Coimbra (Portugal)
Marcelo Mella Polanco, Universidad de Santiago de Chile (Chile)
Suzy dos Santos, Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ
Sylvia Iasulaitis, Universidade Federal de São Carlos – SP
Valdemir Aparecido Pires, Universidade Estadual Paulista – SP
Vera Chaia, Pontificia Universidade Católica de São Paulo – SP
Vitor Braga, Instituto Politécnico do Porto (Portugal)
Willber Nascimento, Universidade Federal de Pernambuco – PE

Comissão Organizadora do II Concurso de Artigos da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados

Alessandra Müller Vidal Guerra, Câmara dos Deputados – Brasil
Gilson Vasconcelos Dobbin, Câmara dos Deputados – Brasil
Lindberg Aziz Cury Junior, Câmara dos Deputados – Brasil
Paola Mara Alves Silveira, Câmara dos Deputados – Brasil
Regina Olímpia Figueira de Bessa, Câmara dos Deputados – Brasil
Roberto Campos da Rocha Miranda, Câmara dos Deputados – Brasil

Comissão Julgadora do II Concurso de Artigos da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados

Alberto Reinaldo Reppold Filho, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS – RS

André Rehbein Sathler Guimarães, CEFOR/Liderança do PSB/Câmara dos Deputados – Brasil

Clayton Luiz Dornelles Macedo, UNIFESP/ UCS – SP

Deputado Alexandre Valle, Câmara dos Deputados – Brasil

Gabriel Gervasio Neto, CONLE/Câmara dos Deputados – Brasil

José Ricardo Loretto Mathias, PUC/RIO – Iag – Escola de Negócios – RJ

Lindberg Aziz Cury Junior, Câmara dos Deputados – Brasil

Ricardo Chaves de Rezende Martins, CEFOR/CONLE/Câmara dos Deputados – Brasil

Roberto Campos da Rocha Miranda, Câmara dos Deputados – Brasil

Severino Leão de Albuquerque Neto, Universidade Católica de Brasília – DF

Wagner Barbosa Matias, Universidade de Brasília – DF

Comissão de Apoio do II Concurso de Artigos da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados

Aline de Paula, Câmara dos Deputados – Brasil

Davi Gabriel Moraes Lopes, Câmara dos Deputados – Brasil

Dryade Carvalho Fontenelle Schlarman, Câmara dos Deputados – Brasil

Hudson Pereira de Lima, Câmara dos Deputados – Brasil

Marise Lugullo de Freitas, Câmara dos Deputados – Brasil

Michel Shintaku Martins, Câmara dos Deputados – Brasil

Nadia Teresinha Silva de Souza, Câmara dos Deputados – Brasil

Ronaldo Santiago, Câmara dos Deputados – Brasil

Revisão de Texto

Ronaldo Santiago, Câmara dos Deputados – Brasil

Projeto Gráfico

Márcia Xavier Bandeira, Câmara dos Deputados – Brasil

Marina Camargo Guimarães, Câmara dos Deputados – Brasil

Fotografias

Banco de imagens – SEFOT/SECOM, Câmara dos Deputados – Brasil



INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

INCLUSION IN THE SCHOOL CONTEXT: PERCEPTIONS OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES AND TEACHERS OF PHYSICAL EDUCATION

INCLUSIÓN EN EL CONTEXTO ESCOLAR: PERCEPCIONES DE ALUMNOS CON DISCAPACIDAD INTELLECTUAL Y PROFESORES DE EDUCACIÓN FÍSICA

Fagner José Passos*

Resumo: Esta pesquisa teve como objetivo comparar as percepções dos alunos com deficiência intelectual e professores de educação física relativamente à inclusão no contexto escolar. Trata-se de um estudo de caso de caráter qualitativo e delineamento transversal realizado em 2018. Participaram da pesquisa sete alunos e três professores de uma escola estadual de Monte Belo/MG. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, sendo as respostas processadas por meio da análise de similitude do software IRAMUTEQ. Os principais resultados apontam que tanto os alunos como os professores estão satisfeitos com o processo inclusivo da instituição de ensino em que atuam. Entre os aspectos apontados pelos participantes que confirmam uma escola inclusiva está a assiduidade, a participação, a relação aluno/aluno e professor/aluno, o local e a satisfação pelas aulas aplicadas. Conclui-se que o processo de inclusão dessa escola tem sido satisfatório na perspectiva do aluno e do professor.

Palavras-chave: Deficiência intelectual; educação física; inclusão escolar.

Abstract: This research aimed to compare the perceptions of students with intellectual disabilities and Physical Education teachers about inclusion in the school context. This is a case study of a qualitative nature and cross-sectional design carried out in 2018. Seven students and three teachers from a Monte Belo-MG State School participated in the study. Participants were interviewed through two scripts with 11 questions, and responses were processed through simulation analysis of the IRAMUTEQ software. In the results, both students and teachers point to the satisfaction of the inclusive process in the teaching institution they work in. Among the aspects that confirm an inclusive school is assiduity, participation, student / student and teacher / student relationship, location and satisfaction with the classes applied. It can be concluded that this institution of education develops the process of inclusion in a satisfactory way both from the perspective of the student and the teacher.

* Especialista em Práticas Pedagógicas pela Universidade Federal de Ouro Preto – MG/2014 e em Esportes e Atividades Físicas Inclusivas para Pessoas com Deficiência pela Universidade Federal de Juiz de Fora – MG/2018. (fagnerpassos88@gmail.com)

Keywords: Intellectual disability, physical education, school inclusion.

Resumen: Esta investigación tuvo como objetivo comparar las percepciones de los alumnos con discapacidad intelectual y profesores de Educación Física sobre la inclusión en el contexto escolar. Se trata de un estudio de caso de carácter cualitativo y delineamiento transversal realizado en 2018. Participaron de la investigación 7 alumnos y 3 profesores de una Escuela Estadual de Monte Belo-MG. Se realizaron entrevistas semiestructuradas, siendo las respuestas procesadas por medio del análisis de similitud del software IRAMUTEQ. Los principales resultados apuntan que tanto los alumnos como los profesores están satisfechos con el proceso inclusivo de la institución de enseñanza que actúan. Entre los aspectos señalados por los participantes que confirman una escuela inclusiva está la asiduidad, la participación, la relación alumno / alumno y profesor / alumno, el local y la satisfacción por las clases aplicadas. Se concluye que el proceso de inclusión de esta escuela ha sido satisfactorio en la perspectiva del alumno y del profesor.

Palabras clave: Deficiencia intelectual; educación física; inclusión escolar.

1 Introdução

Atualmente, o termo inclusão está em evidência em várias áreas de estudo, especialmente na educação. Antes era algo distante depararmos com alunos com deficiências no ensino regular, porém, ultimamente, essa realidade é outra e afirma a importância da inclusão de todos os alunos no ambiente escolar.

De acordo com Freire (2008), a inclusão é um movimento educacional, social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos de participarem, de forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. Na educação, defende o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, apropriando competências que lhes permitam exercer o seu direito de cidadania, através de uma educação de qualidade planejada a partir das suas necessidades, interesses e características.

A inclusão educacional no Brasil é um direito do cidadão e é assegurada na legislação através de várias normas: a Constituição Federal (1988); a Lei 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação, de 1996; a Declaração de Salamanca (1994); a Convenção da Organização das Nações Unidas (2006); a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000; a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015; e o documento mais recente que foi integrado à educação – a nova Base Nacional Comum Curricular BNCC (2017) – que é uma ferramenta que norteia o ensino em todas as escolas do país, do ensino infantil ao ensino fundamental, em todas as fases de desenvolvimento do aluno.

Esses avanços que vêm sendo efetivados no decorrer dos anos mostram a importância da fase de inclusão educacional pela qual estamos passando e o quanto é essencial que as

escolas e profissionais estejam preparados para atender essa demanda. De acordo com Barreto e Barreto (2016), a inclusão, diante de toda a teoria e leis, garante o direito à escola, mas, para isso acontecer na prática, é preciso ir além, é necessário ocorrer várias mudanças no que concerne à estrutura organizacional e física da escola, da sociedade e da comunidade escolar.

Quando se trata da inclusão escolar, as disciplinas curriculares apresentam ferramentas e instrumentos capazes de auxiliar o professor na aplicação de suas aulas; entre essas disciplinas está a educação física (EF). Para Betti e Zuliani (2002) a EF, enquanto componente curricular da educação básica, deve assumir a tarefa de introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-a para usufruir do jogo, do esporte, das atividades rítmicas e dança, das ginásticas e práticas de aptidão física, em benefício da qualidade da vida.

Com o processo de inclusão surgiu também a educação física adaptada (EFA), que prevê a atuação do professor, com alunos com deficiência e com necessidades educacionais, compreendendo métodos para atendimento a esse público. Souza (2014) destaca que a EFA tem-se tornado uma importante mediadora para o processo de inclusão no universo de EF, cujo objetivo é o de possibilitar a difusão de fundamentos teórico-práticos dos vários conhecimentos que compõem a área de EF, desde a saúde e o lazer até a escola.

Enquanto conteúdo pedagógico, as práticas relacionadas à EF e EFA vivenciam a diversidade de movimentos e de possibilidades, que incluem alunos com e sem deficiência no mesmo ambiente. Para Daolio (2005), uma dificuldade nas aulas de EF é justamente essa: atingir todos os alunos ao mesmo tempo; entretanto, essas tensões ajudam as novas reflexões e devem ser cada vez mais discutidas e repensadas para a apresentação de uma educação para todos.

Embora a EF tenha tantos elementos para estudo, devemos também reconhecer a importância da comunidade escolar no processo de inclusão. É necessário destacar as percepções daqueles que já participam efetivamente desse processo de inclusão, por isso, entende-se que, ao averiguar e comparar as opiniões dos alunos com deficiência e dos professores de EF, tem-se a oportunidade de pontuar as principais dificuldades enfrentadas por essa população, podendo-se ainda sugerir mudanças nos elementos ressaltados de maneira a buscar a promoção de um ambiente efetivamente inclusivo para ambos os públicos.

No estudo de Alves e Duarte (2014) as percepções dos alunos com deficiência intelectual e a experiência subjetiva de inclusão estiveram associadas a três fatores: adaptação, participação social e capacidade. Nestes fatores apresentados, adaptação refere-se à adequação estrutural, pedagógica, metodológica e material para participação ativa na aula. A participação social se relaciona com a convivência do aluno com deficiência com seus pares na escola, associada à aceitação pelo grupo e a interação social com ele. E a capacidade, que é influenciada pelo sentimento de sentir-se capaz de realizar as atividades das aulas. Para os autores, a

inclusão, nesses aspectos, deixa de ser um problema do professor para ser responsabilidade de todos.

Já quando as perspectivas vêm dos professores sobre a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de EF, Gorgatti e Júnior (2009) destacam, em estudo, que os docentes declararam não estar preparados para lidar com alunos que apresentem deficiência, embora os professores com menor tempo de experiência mostraram-se mais otimistas ao movimento de inclusão. Nos resultados obtidos, os professores apontaram como dificuldade a falta de recursos materiais apropriados e de apoio multidisciplinar.

Considerando todos os aspectos colocados e o momento atual de inclusão na educação, torna-se necessário investigar as percepções das pessoas que participam diretamente desse processo, uma vez que suas opiniões são relevantes para avaliar, refletir e, se necessário, reformular o andamento de tal processo. A partir disso, esta pesquisa visa comparar as percepções dos alunos com deficiência intelectual e professores de EF sobre a inclusão no contexto escolar.

2 Metodologia

Trata-se de um estudo de caso de caráter qualitativo e delineamento transversal realizado entre junho e julho de 2018 com sete alunos (A1, A2, A3, A4, A5, A6 e A7), com deficiência intelectual (Quadro 1) e três professores (P1, P2 e P3) de educação física (Quadro 2) de uma escola estadual da cidade de Monte Belo, MG.

Para Fonseca (2002), o estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida, de um sistema educativo, uma pessoa, evidenciando a sua unidade e identidade própria. É uma investigação sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos.

A escolha pelo tipo de pesquisa reforça, de acordo com André (2013), uma perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações frequentes, enquanto atuam na realidade transformando-a e sendo por ela transformados. Tal pesquisa preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Bastos e Duquia (2007) enaltecem que a condução de um estudo transversal envolve três etapas: a definição de uma população de interesse; o estudo da população por meio da realização de amostragem de parte dela; e a determinação da presença ou ausência do desfecho e da exposição para cada um dos indivíduos estudados.

Devido à especificidade da população da presente pesquisa, foram estabelecidos dois critérios de inclusão. Primeiramente, foi delimitado que, dentre as escolas públicas e regulares de Monte Belo, seria selecionada a instituição que obtivesse a maior quantidade do público em questão, ou seja, alunos com deficiência intelectual, sendo estes atendidos por professores de

educação física. Além disso, foi definido que só seriam inclusos no estudo os participantes que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Sobre os instrumentos utilizados, o pesquisador deste trabalho elaborou dois roteiros de entrevista: um para os alunos com deficiência e outro para os professores de educação física. As entrevistas foram realizadas de maneira individual nas dependências da escola. Ressalta-se que ambos os roteiros são semelhantes, compostos por 11 questões que visavam avaliar os aspectos afetivos, pedagógicos, sociais e arquitetônicos relacionados à percepção dos alunos com deficiência intelectual e dos professores de EF com relação ao processo de inclusão.

Após a realização das entrevistas, elas foram transcritas e transformadas em dois *corpi* textuais (um com as respostas dos alunos com DI e outro com as dos professores de EF) para que se desse início às análises. Para apoiar a análise dos dados desta pesquisa, utilizou-se a análise de similitude do software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). Este software permite fazer diferentes processamentos e análises estatísticas de textos produzidos. O mesmo é ancorado no software R e na linguagem de programação python.

A análise de similitude se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexão entre as palavras, auxiliando na identificação da estrutura de um corpus textual, distinguindo também as partes comuns e as especificidades em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise (MARCHAND; RATINAUD, 2012 Apud CAMARGO; JUSTO, 2013).

O software não é um método de análise de dados, mas uma ferramenta para processá-los, portanto não descarta a interpretação do pesquisador, que é essencial para a pesquisa.

3 Resultados e discussões

Pode-se observar no Quadro 1 a caracterização dos alunos com deficiência intelectual participantes do estudo. Sublinha-se que a idade dos participantes é de $21,71 \pm 10,24$ anos, sendo que 71,4% (n=5) dos discentes são do sexo masculino. Além disso, aponta-se que 42,8% (n=3) dos alunos frequentam a educação de jovens e adultos (EJA) e outros 42,8% (n=3), o ensino fundamental.

A partir dos dados de caracterização, confirmamos a inserção dos alunos com deficiência nos mais variados níveis de ensino. Laplane (2015) também confirma essa variação através dos documentos norteadores da política educacional. A presença desses alunos em todos os níveis e etapas do ensino é um fato consumado na educação básica no Brasil.

Quadro 1 - Caracterização dos alunos quanto ao sexo, idade, ano escolar e deficiência

Pseudônimo	Sexo	Idade	Ano Escolar	Deficiência
A1	Masculino	43	EJA	DI
A2	Feminino	21	EJA	DI
A3	Masculino	24	EJA	DI
A4	Masculino	16	1º Ano - Ensino médio	DI
A5	Masculino	12	6º ano - Ensino fundamental	DI
A6	Masculino	14	8º Ano - Ensino fundamental	DI
A7	Feminino	16	9º Ano - Ensino fundamental	DI

Fonte: Dados da pesquisa. Monte Belo, MG, 2018.

Já no Quadro 2 pode-se averiguar a caracterização dos professores de EF. A idade média do grupo é de $43,33 \pm 14,46$ anos, sendo que 66,6% (n=2) são do sexo feminino. Ademais, pode-se observar que, dos professores que já atuam a mais tempo na docência, 66,6% (n=2) já realizaram cursos de capacitação na área de inclusão.

A capacitação profissional é extremamente importante, pois retrata a segurança das ações promovidas pelo professor nas aulas. Segundo Farias (2003, apud GORGATTI E JÚNIOR, 2009), esse aprimoramento é um fator que certificará o progresso, a qualidade e a manutenção de todos os alunos na escola; afinal, o professor terá a competência para avaliar qual tipo de intervenção vai favorecer o desenvolvimento dos alunos, o impacto da inclusão para os alunos sem deficiência, se há modificação no desempenho da aprendizagem e como esse desempenho pode ser potencializado.

Quadro 2 - Caracterização dos professores quanto ao sexo, idade, tempo de atuação e capacitação

Pseudônimo	Sexo	Idade	Tempo de atuação	Possui capacitação na área de inclusão
P1	Feminino	36	4 anos e 6 meses	Não
P2	Masculino	34	12 anos	Sim, cursos.
P3	Feminino	60	42 anos	Sim, cursos.

Fonte: Dados da pesquisa. Monte Belo, MG, 2018.

A partir das respostas (*corpus*) dos alunos com deficiência intelectual, nota-se, conforme a Figura 1, a percepção dos participantes, que foi estruturada através da identificação das ocorrências entre as palavras e as indicações da conexão entre os termos usados. Observa-se na figura a ocorrência de um leque semântico de palavras mais frequentes, que foram: “sim”, “gosto”, “participar”, “não” e “bom”.

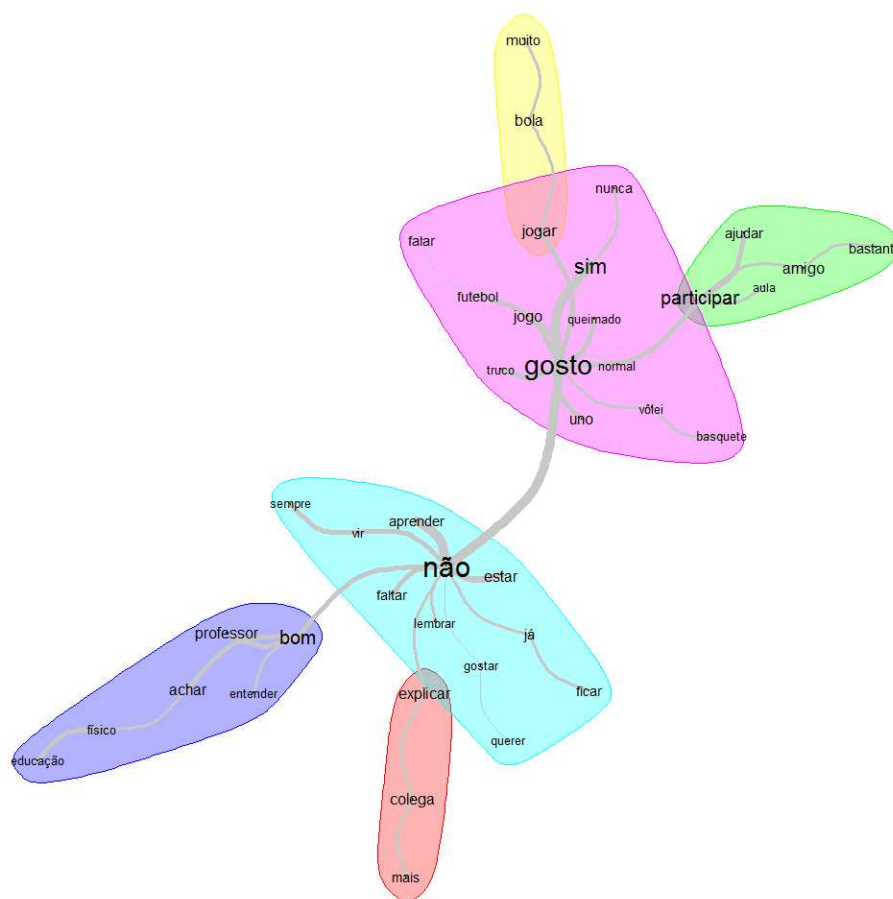


Figura 1. Percepção dos alunos com DI sobre o processo de inclusão no contexto escolar. Análise de similaridade realizada com o software IRAMUTEQ.

Fonte: Dados da pesquisa. Monte Belo, MG, 2018.

Após a análise genérica da árvore de similaridades de ocorrência e respaldados nas respostas das entrevistas, podemos considerar que “sim”, “gosto” e “participar” correspondem a aceitação, participação e a satisfação em realizar as atividades propostas nas aulas de EF pelos alunos com DI.

Referindo-se à participação nas aulas, o aluno A6 declara: “Participo de todas”. Em questão de aceitação e satisfação, a aluna A7 revela: “Gosto bastante.”

Essa “simpatia” pela disciplina que é demonstrada pelos alunos nas respostas vai ao encontro do que é apresentado por Silva (2014), em que o autor conclui que os níveis de satisfação nas aulas de EF estão diretamente relacionados com o ambiente das aulas, a originalidade e diversidade das ações e com a habilidade com que os alunos realizam as atividades propostas pelo professor durante a disciplina em questão.

A conexão da palavra “não” se relaciona nas respostas com a boa frequência dos alunos e também com o fato de não encontrarem nenhuma dificuldade no espaço oferecido para as atividades da EF.

Nas respostas, o aluno A1 fala de sua assiduidade: “Eu não falto; apenas por

necessidade, como não estar muito bem de saúde”. O aluno A4 também comenta sobre sua frequência: “Eu participo de todas as aulas. Nunca faltei à aula.” Sobre o espaço oferecido para a EF, a aluna A7 é categórica e responde: “Não precisa melhorar nada – está bom”. A aluna A2 também responde satisfatoriamente sobre o local das aulas: “Eu gosto da escola. Eu gosto de tudo aqui.”

Isso mostra que estar presente às aulas e aproveitar o que é oferecido pelo professor é essencial para uma aprendizagem. Ensinar e aprender em um ambiente apropriado é a garantia desse desenvolvimento. Para Freitas (2014), a organização do espaço escolar e seus desdobramentos para o ensino da EF de qualidade é de suma importância e tem influência direta na dinâmica das aulas, sendo que, se os espaços físicos escolares não atendem às necessidades dos alunos, as aulas tendem a se tornar desmotivadoras.

Já ao analisar a comunidade do termo “bom”, esta reflete a relação do aluno com o professor e sua avaliação sobre as ações do docente em aula, bem como suas preferências e rejeições relacionadas aos conteúdos aplicados.

Nas respostas sobre a relação aluno/professor, o aluno A3 destaca a sua boa convivência: “Com a professora eu converso bastante. Eu gosto dela, ela é boa”. O aluno A4 destaca a longevidade da relação com a docente: “Sim, gosto dela. Ela é minha professora desde o 5º ano.”

Acreditar em uma relação de confiança e respeito entre aluno e professor é um fator determinante para um bom convívio. Félix (2012) destaca a importância do diálogo e do equilíbrio na convivência durante as aulas de EF, nas quais a interação de ambas as partes traz consigo o desenvolvimento no processo de ensino e aprendizagem.

Também nas colocações sobre o “bom”, temos as ramificações ligadas à aplicação de conteúdo que foi compreendido, com relação ao qual os alunos declararam suas preferências e rejeições. Nas opiniões, observamos a preferência da prática esportiva como conteúdo mais aprendido pelos alunos, como o futebol, vôlei e basquete, além de rejeição, como é o caso do handebol. É o que confirmamos nas respostas dos alunos A3 e A4, respectivamente: “Gosto de uno, corrida e esporte com bola. Gosto de futebol, vôlei, queimada e basquete. Eu acho chato na educação física é pular corda, e gincana também é ruim”. “Gosto de futebol. Nas aulas de educação física, eu não gosto de handebol; eu acho chato. ”

Nas respostas dos alunos com DI, o esporte aparece como preferência nas atividades de EF, denotando que o ensino do conteúdo foi aprendido. Portanto, sua aplicabilidade deve permanecer no ambiente escolar, sendo que o professor deve se atentar às possíveis adaptações que são necessárias embasadas na EFA. Ribeiro (2009), em sua pesquisa, destaca que a inserção do esporte adaptado significa seguir um princípio importante na inclusão – a democracia. Ela concede aos alunos com deficiências a oportunidade de vivenciar as mesmas experiências que os demais. Mesmo que essas experiências lhes tragam a frustração de não ter obtido êxito, na

continuidade o professor de EF poderá refletir juntamente com o aluno se ele se esforçou como poderia ou não. Tal experiência trará subsídios importantes na formação do aluno que repercutirão em outros momentos de sua vida, o que constitui mais um aspecto que reforça a importância da aplicação do conteúdo “esporte” no ambiente escolar.

Quando se fala em adaptações, Alves e Duarte (2014) destacam a necessidade de o aluno com deficiência sentir-se socialmente incluído no grupo ao qual pertence. Isso permite a estruturação do sentimento de pertencimento, essencial para se sentir incluído.

Essa sensação é colocada em evidência a partir da relação aluno/aluno, como é destacado pela discente A2: “Eles participam comigo, eles me ajudam, me explicam. Tenho muitos amigos na minha sala.”

Ao analisar as respostas dos alunos, fica claro sua aceitação das aulas de EF que são oferecidas, sendo que não houve relatos que tirassem a objetividade de inclusão nesse ambiente. Mesmo que em suas colocações apareçam preferências e rejeições nas aulas, todos responderam satisfatoriamente ao movimento de inclusão, o que confirma que a EF vem sendo um instrumento fundamental para a educação inclusiva.

Já ao apresentar a análise de similitudes de ocorrência das respostas dos professores de EF, expostas na Figura 2, pode-se perceber a conexão entre os termos “não”, “aluno”, “deficiência”, “participar”, “atividade”, “sim” e “gostar”.

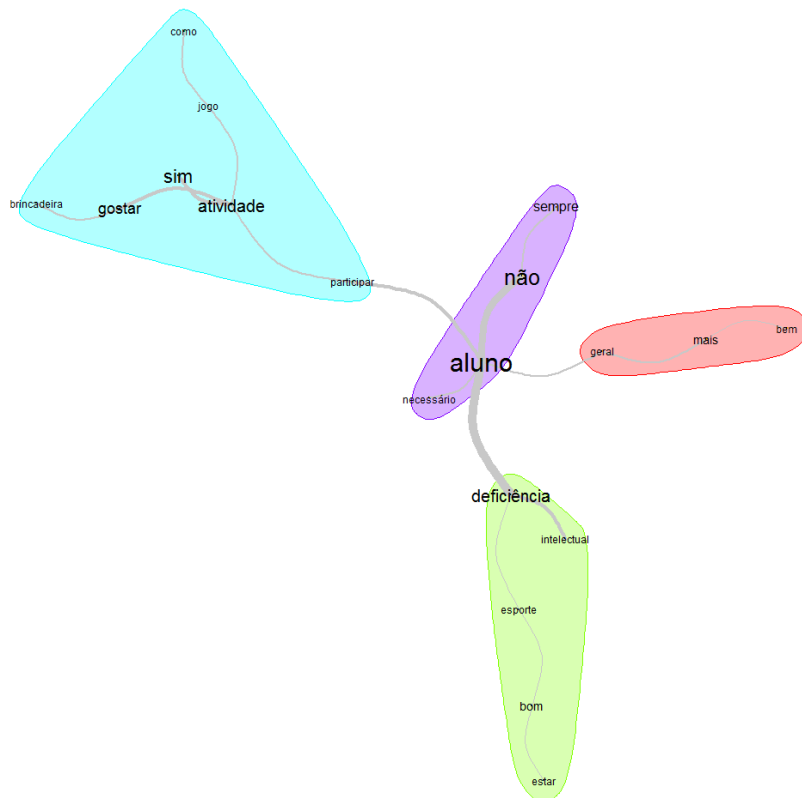


Figura 2. Percepção dos professores de EFI relativamente ao processo de inclusão no contexto escolar. Análise de similitude realizada com o software IRAMUTEQ.

Fonte: Dados da pesquisa. Monte Belo, MG, 2018.

A partir da entrevista com os docentes, podemos considerar que o “não” confirma a boa frequência dos alunos nas aulas, além de comprovar que o espaço usado na EF corresponde às expectativas dos professores, que não encontraram dificuldades na aplicação das aulas aos alunos com DI.

Em suas colocações, os professores P1 e P2 confirmam a boa presença dos alunos: “A frequência é muito boa”; “São frequentes, não faltam.” A respeito do local disponibilizado – se apresenta ou não dificuldades para o aluno com DI –, a professora P3 responde: “Não, o local oferecido é adequado para os alunos com deficiência.”

É evidente que a presença dos alunos com DI nas aulas traz inúmeros benefícios, uma vez que conseguirão seguir uma ordem sequencial, estruturada e pedagógica do conteúdo aplicado pelo professor; além disso, a interação social será favorecida. Segundo Batista e Enumo (2004), muitas dificuldades de relacionamento entre colegas estão no fator tempo de exposição desses alunos a situações mais complexas, onde a baixa assiduidade reforça as diferenças existentes entre eles.

A conexão entre “aluno” e “deficiência” surgiu com frequência, pois corresponde ao foco da pesquisa, como é apontado pela professora P3 quando menciona a interação entre os colegas: “Os alunos que não têm deficiência ajudam sempre os com deficiência. São muito amorosos.”

Os dados de matrícula escolar de alunos com deficiência e necessidades especiais, relatados por Laplane (2014), além de ser uma temática em evidência devido ao aumento de alunos com deficiência no ensino regular, indicam um aumento progressivo do atendimento na rede de educação básica no país, porém a distribuição dos alunos entre os níveis de ensino expõe um quadro que, ainda, prima pela desigualdade. A autora destaca a necessidade de a rede pública se estruturar de tal forma que garanta não apenas a matrícula, mas uma educação de qualidade, fornecendo aos alunos as ferramentas necessárias para a progressão no sistema.

Em relação às conexões entre “participar”, “atividade”, “sim” e “gostar”, todas confirmam, nas respostas dos professores, o que também foi apresentado pelos alunos, em que “participar” e “atividade” se relacionam com a participação dos alunos com DI nas aulas e com a colaboração dos demais colegas de classe e do professor nas atividades propostas.

Em sua resposta, o professor P2 destaca a participação dos estudantes: “Os alunos participam de todas as atividades; ainda não demonstraram insatisfação com nenhuma atividade.” Na afinidade entre aluno/aluno, a professora P1 responde:

(...) segundo o pouco que observo, são tratados de maneira igual. Cada um com sua particularidade. Não existe preconceito por parte dos alunos sem deficiência. O que eu noto é que os alunos com DI têm um certo medo de entrar em contato direto com os outros.

Com relação à afinidade entre professor/aluno, a professora P3 relata sua experiência: “Já tive mais dificuldades, mas atualmente me relaciono bem com bastante facilidade.”

Para uma inclusão na EF é necessário ir além da participação nas aulas, é preciso a interação entre os colegas. Como é apontado por Alves e Duarte (2014), a inclusão é dependente da qualidade das interações sociais estruturadas, em que estas devem ser positivas e permitir que o aluno se sinta aceito, reconhecido por sua capacidade de desempenhar um papel importante no grupo.

No que tange às conexões de “sim” e “gostar”, estas demonstram, no entendimento dos professores, de forma unânime, a satisfação e a alegria dos alunos em relação aos conteúdos de EF aplicados, como esportes, jogos de raciocínio e brincadeiras. Para Shigunov (1993 *apud* SILVA, 2014), o gosto dos alunos e a satisfação pela EF recebe influência das características e intervenção pedagógica dos professores, sendo que a satisfação na EF pode ser vista como uma evolução geral do desenvolvimento do aluno.

A partir do disposto, pode-se evidenciar a colaboração desses personagens no processo de inclusão da referida escola, onde nenhuma dificuldade por partes dos professores foi colocada à mostra, apresentando o desenvolvimento de um trabalho satisfatório, capaz de atender as necessidades de alunos com e sem deficiência.

5 Conclusão

A partir dos resultados, ao comparar as percepções dos alunos com deficiência intelectual e professores de educação física de uma escola estadual em Monte Belo, MG, nota-se a semelhança nas respostas dos entrevistados, as quais apontam um olhar satisfatório de inclusão na escola em que atuam.

Entre os fatores que tornam a escola inclusiva estão: assiduidade, participação nas atividades, relação aluno/aluno e professor/aluno, local adequado para as atividades e satisfação pelas aulas de educação Física declarados pelos alunos e comprovados pelos professores.

Os resultados aqui descritos trazem à tona a realidade da inclusão no ambiente escolar de uma localidade. Sugere-se que novos estudos sejam feitos para compreender todos os aspectos de inclusão e ampliar a reflexão sobre o tema.

Para que o processo de inclusão ocorra e se desenvolva com efetividade, é preciso que professores, alunos, escola e sociedade deem sua contribuição. É necessário analisar a perspectiva de todos os integrantes sobre o desenvolvimento das ações que visam tal objetivo de maneira a avaliar e refletir sobre o andamento desse processo que ainda se encontra imaturo no ambiente escolar. Acredita-se que a inclusão é uma oportunidade para que todos participem da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Referências

- ANDRÉ, Marli. O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p.95-103, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/753/526>>. Acesso em: 26 jul. 2018.
- ALVES, Maria Luiza Tanure; DUARTE, Edison. A percepção dos alunos com deficiência sobre a sua inclusão nas aulas de Educação Física escolar: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [s.l.], v. 28, n. 2, p.329-338, abr. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1807-55092014000200329>.
- BARRETO, Kelly Coelho Costa; BARRETO, Wesley Pinheiro. A Formação dos Professores e a Inclusão Escolar. **Ciclo Revista**, Goiânia, v. 2, n. 1, 2016. Disponível em: <<https://www.ifgoiano.edu.br/periodicos/index.php/ciclo/article/view/211/124>>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- BASTOS, João Luiz Dornelles; DUQUIA, Rodrigo Pereira. Um dos delineamentos mais empregados em epidemiologia: estudo transversal. **Scientia Medica**, Porto Alegre, v. 7, n. 4, p.229-232, dez. 2007.
- BATISTA, Marcus Welby; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros. **Estudos de Psicologia (natal)**, [s.l.], v. 9, n. 1, p.101-111, abr. 2004. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-294x2004000100012>.
- BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. Educação Física Escolar: Uma Proposta de Diretrizes Pedagógicas. **Mackenzie de Educação Física e Esporte**, Bauru, v. 1, n. 1, p.73-81, jan. 2002. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/view/1363/1065>>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 05 nov. 2017.
- BRASIL. Lei Nº 10.098, de 19 de março de 2000. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF, 6 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 01 jun. 2018.
- BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida**. Brasília, DF, 19 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm>. Acesso em: 14 mai. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Fundamentos pedagógicos e estrutura geral da BNCC**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>>. Acesso em: jan. 2018.
- CAMARGO, Brígido V.; JUSTO, Ana M.. IRAMUTEQ: Um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, [s.l.], v. 21, n. 2, p.513-518, 2013. Associação Brasileira de Psicologia. <http://dx.doi.org/10.9788/tp2013.2-16>.
- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência:** Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. Brasília:

Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

DAOLIO, Jocimar. A educação física escola como prática cultura: tensões e riscos. **Revista Pensar a Prática**, Goiânia, v.8, n.2, p. 215-226, 2005.

FÉLIX, Cristovão Alves. **Relação Professor- Aluno nas aulas de Educação Física em Dois Riachos – AL: Realidade e perspectivas**. 2012. 53 f. TCC (Graduação) - Curso de Curso de Licenciatura em Educação Física, Universidade de Brasília, Santana do Ipanema, 2012. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/5462/1/2012_CristovaoAlvesFelix.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

FREITAS, Hebrayn Bezerra. **A importância do Espaço Físico e Materiais Pedagógicos para as aulas de Educação Física na Escola Pública do município de Unaí – MG**. 2014. 36 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciada em Educação Física, Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília/df, Buritis, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9615/1/2014_HebraynBezerraFreitas.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.

FREIRE, Sofia. Um Olhar Sobre a Inclusão. **Revista da Educação**, Lisboa, v. 16, n. 1, p.5-20, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. 127 p.

GORGATTI, Márcia Greguol; ROSE JÚNIOR, Dante de. Percepções dos Professores Quanto à Inclusão de Alunos com Deficiência em Aulas de Educação Física. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p.119-140, jan. 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/2971/5767>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

LAPLANE, Adriana Lia Frizzman de. Condições para o ingresso e permanência de alunos com deficiência na escola. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 34, n. 96, p.191-205, ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v34n93/0101-3262-ccedes-34-93-0191.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

LAPLANE, Adriana Lia Frizzman de. O que os dados do censo escolar revelam sobre as barreiras à inclusão? **Educação e Fronteiras On-line**, Dourados, v. 5, n. 13, p.7-20, ago. 2015. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3762/2630>>. Acesso em: 26 jul. 2018.

RIBEIRO, Sonia Maria. **O esporte adaptado e a inclusão de alunos com deficiências nas aulas de educação física**. 2009. 169 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2009. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/INAYIPCIURCT.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

SILVA, Jean Piero Carvalho. **A Satisfação em Aulas práticas de Atividade Física e Desportiva: Diferenças na satisfação de jovens com condição de deficiência intelectual e sem essa condição**. 2014. 174 f. Tese (Mestrado) - Curso de Mestrado em Atividade Física, Especialização em Desporto Adaptado, Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco, Castelo Branco, 2014.

SOUZA, Calixto Junior de. Entre o Adaptar e o Incluir: uma Abordagem Interdisciplinar da Disciplina de Educação Física Adaptada. **Revista da Sobama**, Marília, v. 15, n. 1, p.31-34, 2014. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/sobama/article/view/3800>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

UNESCO. **Declaração de Salamanca.** Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 18 dez. 2018.

Artigo recebido em: 27/07/2018

Artigo aceito para publicação em: 18/09/2018



**RESSIGNIFICAÇÕES NO ESPORTE ATRAVÉS DA PERFORMANCE DE TIFANNY
ABREU**

**REASSIGNIFICATIONS IN SPORTS THROUGH THE PERFORMANCE OF TIFANNY
ABREU**

**RESIGNIFICACIONES EN EL DEPORTE A TRAVÉS DEL PERFORMANCE DE
TIFANNY ABREU**

Rafael Marques Garcia¹
Erik Giuseppe Barbosa Pereira²

Resumo: O objetivo deste trabalho foi analisar o percurso da atleta trans de voleibol Tiffany Abreu, problematizando seu processo de resignificação no Esporte. A justificativa desta empreitada encontra guarida nas novas possibilidades de categorizações identitárias emergentes no fenômeno esportivo moderno. Este estudo de caso caracteriza-se como qualitativo e descritivo, utilizando uma entrevista com roteiro semiestruturado e duas reportagens, todas transcritas e analisadas através da técnica de análise de conteúdo. Pudemos inferir que a trajetória da atleta se encontra enveredada em obstáculos árduos, porém por ela subvertidos, que inquietam os sentidos e significados do campo esportivo, ainda robustecido por paradigmas heteronormativos.

Palavras-chave: Esporte; gênero; transexualidade; estudo de caso; Tiffany Abreu.

Abstract: The objective of this article was to analyze the course of volleyball trans athlete Tiffany Abreu, problematizing her process of resignification in Sport. The justification of this research is supported by the new possibilities of identity categorizations emerging in the modern sports phenomenon. This case study is characterized as qualitative and descriptive, using an interview with semi-structured script and two reports, all transcribed and analyzed through the technique of content analysis. We could infer that the trajectory of the athlete is based on

¹ Professor substituto na EEFD/UFRJ, onde leciona as disciplinas de História da Educação Física, Fundamentos do Voleibol e Gênero e Sexualidades na Educação Física e Esporte. Possui licenciatura em Educação Física pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016) e atualmente cursa Mestrado em Educação Física pelo PPGEF/UFRJ. Interesse e afinidade estão voltados para as seguintes áreas: corpo, relações de gênero, sexualidades, esporte e sociedade. (rafa.mgarcia@hotmail.com)

² Professor adjunto da EEFD/UFRJ. Doutor em Ciências do Exercício e do Esporte pela UERJ. Atuação e interesse estão relacionadas aos aspectos culturais, históricos e sociais das práticas corporais em seus diversos ambientes de intervenção. É líder do Grupo de Estudos em Corpo, Esporte e Sociedade, o GECOS e do Laboratório de Estudos Corpo, Esporte e Sociedade, o LABCOESO. (egiuseppe@eefd.ufrj.br)

arduous but subverted obstacles that disturb the senses and meanings of the sports field, still reinforced by heteronormative paradigms.

Key words: Sport; gender; transsexuality; case study; Tiffany Abreu.

Resumen: El objetivo de este trabajo fue analizar el recorrido de la atleta trans de voleibol Tiffany Abreu, problematizando su proceso de resignificación en el Deporte. La justificación de esta obra encuentra guarida en las nuevas posibilidades de categorizaciones identitarias emergentes en el fenómeno deportivo moderno. Este estudio de caso se caracteriza como cualitativo y descriptivo, utilizando una entrevista con guión semiestructurado y dos reportajes, todas transcritas y analizadas a través de la técnica de análisis de contenido. Se puede inferir que la trayectoria de la atleta se encuentra envuelta en obstáculos arduos, pero por ella subvertidos, y que inquietan los sentidos y significados del campo deportivo, aún robustecido por paradigmas heteronormativos.

Palabras clave: Deporte; género; transexualidad; estudio de caso; Tiffany Abreu.

1 INTRODUÇÃO

O esporte, enquanto fenômeno social moderno, é um campo ainda bastante normatizado(r) no que se refere às performances atléticas de corpos masculinos e femininos. Historicamente, sua construção, consolidação, manifestação e reprodução disseminam normas e valores muito bem demarcados e sistematizados. Reconhecido como espaço de reserva masculina, o esporte é um campo generificado(r), marcado por diferenças de gênero que (re)produzem desigualdades e que são reforçadas em função da ampla vivência e valorização da divisão binariamente hegemônica entre homem/mulher, masculino/feminino (GRESPLAN; GOELLNER, 2014).

Desta forma, a conformação anatômica define os sujeitos em recomendações e possibilidades, autorizando aos homens a aventura, potência, desafio e força, e às mulheres a aventura comedida, potência controlada, força equilibrada e desafio diminuto (GOELLNER, 2007). As normas vigentes na esfera esportiva constituem e possibilitam inclusões e exclusões conforme gêneros e performances, sempre através de uma conformidade e lógica heteronormativas.

Atualmente, e principalmente a partir dos anos de 2010, os debates sobre gênero, sexualidade, identidades sociais e sexuais vêm passando por um processo polvoroso de discussões e debates em cenário intercontinental. O esporte, não alheio, também foi palco consubstanciador da temática, sobretudo o voleibol brasileiro (ANJOS, 2015).

Em 2016, conforme matéria lançada pelo jornal *Estadão* (2016), o Comitê Olímpico Internacional alterou sua resolução sobre atletas transexuais para competirem em eventos oficiais. A partir de então, os homens podem participar sem qualquer restrição e as mulheres precisam apresentar quantidade de testosterona controlada, igual ou menor a 10 nanomol por litro (unidade de medida que sinaliza a quantidade da substância por litro de sangue) nos 12 meses anteriores à competição. Não é mais necessária a cirurgia de mudança de sexo. Já em 2017, a atleta de voleibol Tiffany Abreu destacou-se como a primeira brasileira trans³ ao atuar no alto rendimento da modalidade, defendendo a equipe feminina do *Golem Volley*, participante da Série A2 do Campeonato Italiano.

Um desabrochar de novos sentidos e significados é possibilitado pela presença de um corpo desviante, que não se enquadra nos modelos pré-estabelecidos e que parece não possuir classificação na prática esportiva. Esta corporalidade desviada, quando transita entre as polaridades esportivas e se insere no esporte moderno de ordem tradicional, possibilita a amplificação dos horizontes que versam sobre os limites de corpo, sua pluralidade e ambivalência. Ainda, permite-nos questionar o discurso biomédico que distingue e hierarquiza sujeitos em normais e patológicos e que é a base dos principais argumentos contra a presença/existência/reconhecimento das corporalidades *queer*.

Este conceito que delimitamos por corporalidade desviada sem, no entanto, limitá-lo parte do entendimento dos corpos enquanto principais meios de interação nas diversas esferas sociais, através de um processo denominado por Goellner (2010) de materialidade discursiva. Os corpos (no plural, pois não existe por si só um modelo único de corpo, a não ser aquele imputado por uma norma) atuam como arquétipos socioculturais, sendo atravessados por vários marcadores históricos e culturais que culminam neste processo, e sobretudo conferem significados simbólicos, normas e valores inter-relacionados que direcionam tais interações em variados âmbitos de múltiplas facetas, incluindo-se, portanto, o esporte (GOELLNER, 2007; 2010).

A partir deste entendimento, pensar uma corporalidade *queer* abrange incontáveis maneiras de como se dão os usos de corpos fora da norma e contextos sociais nos quais estão inseridos. Neste caso em específico, por estarmos tratando de correntes teóricas *queer*, adotamos estes preceitos para embasar nossos escritos. Os estudos *Queer* (EQ) abrangem discussões problematizadoras acerca da heterossexualidade enquanto único regime sociopolítico-cultural, utilizando-se da desconstrução discursiva que legitima apenas este modelo enquanto verdadeiro e/ou possível, denunciando assim como o gênero é regulado socialmente através de relações hierárquicas que conferem e sustentam privilégios a uns em detrimento de outros (MISKOLCI, 2009; 2012).

³ Termo utilizado como guarda-chuva para abarcar as variadas designações de gênero e sexualidades.

Bento (2014) propõe como tradução cultural idiossincrática ao conceito *queer* o termo “transviado/a”, sendo um discurso de crítica aos sistemas (hetero)normativos, que problematiza práticas sociais e sexuais que legitimam e reconhecem apenas determinados modelos de estar/expressar/viver em detrimento de outros. Ainda conforme a autora, esse discurso visa reconhecer o direito de existência das sexualidades não normativas, dos sujeitos binários e não binários, dos gays, das lésbicas, dos bissexuais, de transgêneros e de todo e qualquer desejo/conduita transgressivo daquilo que foi instituído e institucionalizado como normal/norma.

Sendo assim, traremos neste trabalho discussões sobre a inserção desta corporalidade *queer* através da materialização de seus signos, significados e simbologias na atleta de voleibol Tiffany Abreu. Até 2014, a jogadora ainda se autodenominava Rodrigo Pará, quando declarou sua atual identidade de gênero e manteve o apoio de colegas e do até então clube de atuação, a equipe holandesa *US Heren 1*.

A justificativa desta empreitada encontra guarida nas novas possibilidades de categorizações identitárias emergentes no fenômeno esportivo moderno, instigadas pelas novas diretrizes do COI e pela autorização da Federação Internacional de Voleibol (FIVB) concedida à atleta supracitada. Objetivamos, portanto, analisar o percurso da atleta trans de voleibol Tiffany Abreu, problematizando seu processo de resignificação no esporte.

2 METODOLOGIA

Este estudo foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF/UFRJ), sendo o número do parecer 2.339.451 e o protocolo 245-17, grupo III. Para tanto, este estudo de caso se caracteriza como sendo descritivo e qualitativo (TRIVIÑOS, 2015). Stake (1998) afirma que o caso deve ter contornos claramente definidos no desenvolvimento do estudo. Para o autor, o caso pode ser similar a outros, embora ao mesmo distinto, pois tem interesse próprio e singular.

Trazemos descrições sobre o caso de Tiffany Abreu, que atualmente tornou-se um dos principais ícones esportivos trans do Brasil, principalmente após sua contratação e atuação pela equipe feminina do Vôlei Bauru/SP.

Como instrumento de coleta, utilizamos uma entrevista com roteiro semiestruturado (TRIVIÑOS, 2015) contendo doze perguntas que versavam sobre a infância, práticas corporais, físicas e esportivas, inserção no voleibol, relação com a família, com clubes, com colegas, com amigos e com a torcida, referentes a Tiffany Abreu. Em função da indisponibilidade de apresentar-se pessoalmente em função do calendário de jogos e treinos no momento da entrevista, a atleta concedeu seu depoimento via internet, utilizando conexão de vídeo através do software Skype, gravada pelo *Free Video Call Recorder for Skype*.

De posse da entrevista gravada, todo o material foi registrado para ser analisado através da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Para a autora, esse processo se

divide em três grandes etapas que se apresentam de maneira entrelaçada, isto é, admite idas e vindas de uma à outra durante o tratamento dos dados. São elas: 1 - a pré-análise; 2 - exploração do material; e 3 - tratamento e interpretação dos dados.

Na pré-análise, focamos o objeto e objetivos da pesquisa, escolhemos inicialmente o suporte de documentos e construímos preliminarmente os indicadores para a análise, definindo assim unidades de registro e contexto. Na exploração do material, referenciamos os índices e elaboramos os indicadores através de recortes e categorizações do texto, preparando o material para a exploração. Os escritos foram desmembrados em unidades e reagrupados por categorias após uma análise classificatória posterior. No tratamento e interpretação dos dados, interpretamos os dados brutos, estabelecendo grupos de resultados, relevando as principais informações fornecidas pelas análises através de abordagens qualitativas e inferências significativas.

O processo de categorização seguiu duas etapas, conforme Minayo (1998): a primeira, de ordem analítica, foi delimitada através do estabelecimento de palavras-chave, que atuaram como pilares para as reflexões conceituais. Na segunda, de ordem empírica, delimitamos categorias de seleção, organização e sistematização de nossas interpretações, enriquecendo nossas análises com dados presentes na literatura científica.

Desta forma, ordenamos nossos achados em cinco categorias conforme sua relevância quali-quantitativa no discurso da atleta, isto é, pela quantidade de vezes e riqueza de detalhes com as quais foram vislumbrados. A seguir, encontram-se as seguintes categorizações, bem como suas respectivas discussões: a- Relações pessoais e familiares; b- O percurso esportivo; c- *Homotransfobia*; d- Uso do vestiário; e e- Retorno e performance no Brasil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Relações pessoais e familiares

Nas entrevistas e reportagens, Tiffany deixa bem claro como gosta de ser tratada: através do uso de pronomes femininos. Atualmente diz se reconhecer como uma mulher transexual. Ela revela que desde pequena se sentia uma menina: *“Aí, eu sempre fui menina. Aí, eu lembro que eu ia pra escola; aí eu ficava apaixonada nos cabelos das meninas porque eu queria ter igual”*. No entanto, relata que só após o uso de hormônios é que seu corpo reagiu fisiologicamente como tal, processo este ocorrido na Europa.

Tiffany sempre sonhou em ter sua casa própria, ser autossuficiente financeiramente e fazer os procedimentos para mudança de sexo: *“Aí, pra falar a verdade, eu antes já sonhava em ganhar na Mega-Sena, mudar de casa, fazer uma operação de sexo [...] virar a mulher completa, chegar lá em casa já transformada, já. Ia ter muito dinheiro, ninguém ia falar nada!”*. Para a atleta, o fato de possuir dinheiro para poder arcar com os próprios custos a preservaria de quaisquer comentários acerca de suas ações envolvendo seu sexo. Esse

pensamento pode ser desencadeado pela maior inclinação de transexuais às situações de extrema vulnerabilidade social (BENTO, 2011; 2014).

Para a atleta, o esporte neste processo foi fundamental, tendo em vista que após sua ascensão profissional e combate à homofobia e transfobia, os rótulos pejorativos que sempre lhe recaíam foram substituídos por mérito e reconhecimento: *“É, as pessoas ficavam: ‘gayzinho, viadinho, é isso, aquilo outro’. Então, quando você é [gesto de aspas] importante na sociedade, as pessoas já não te rotulam tanto como isso [...]. Então, quando você é mais conhecido, não tem tanto rótulo. Então eu decidi: vou ser um bom jogador porque já não vão me chamar de [gesto de aspas] gayzinho, vão me chamar ‘o jogador’ [aos berros] [...] primeiro eu tive que vencer a barreira do preconceito homossexual pra depois vencer a barreira do transexualismo, que era maior.”*

Para além do esporte, o estilo de vida social também foi fator determinante em seu processo de resignificação. Ela revela que sempre foi apaixonada por homens heterossexuais, sofrendo por não ser correspondida emocionalmente, uma vez que eles não a reconheciam como mulher: *“Porque assim, ó, eu sempre me apaixonei por hétero [risos]. Eu não aguentava mais essa vida [risos] [...] ‘não posso ver um homem bonito na rua, um hétero, que eu fico doida e eu sei que eu não posso ficar com ele porque eu sei que eu não sou mulher, e ele não vai querer ficar comigo’. Primeiro que eu sou um macho barbudo, mas depois tudo mudou. Depois que eu comecei a tomar hormônio e me transformar [...] eles chegam em mim, conversam comigo, me tratam que nem mulher porque eu sou uma mulher hoje em dia e tô feliz assim.”*

Este processo não foi tão fácil. Registrada como Rodrigo no Nascimento, cresceu na pequena cidade de Conceição do Araguaia, município pequeno na divisa de Pará com Tocantins, até os 13 anos, mudando-se em seguida para Goiânia. Ela revela que, nessa fase, demonstrava-se receosa em revelar sua identidade para a família e grupos sociais; no entanto, decidiu fazê-lo em prol de sua felicidade. Ela pensava *“[...] a minha família não vai me aceitar, meus amigos não vão me aceitar, o vôlei muito menos vai me aceitar – falei assim, ‘mas o que importa é que eu vou ser feliz’. Só que na minha cabeça era isso, eu larguei, o vôlei me aceitou, meus amigos me aceitaram, minha família me aceitou...”*

Após suas declarações, diz ter fortalecido os laços familiares: *“[...] meus irmãos, uns homens maravilhosos. Eu, pra eles, eu sou uma mulher; me chamam de mulher 24 horas, me respeitam como mulher. Quando eu era gay, eu tinha até medo de falar que eu tinha namorado – quando eu tinha, né? –, porque nunca tive muito. Mas, depois de trans, é tudo normal eu apresentar namorado a eles, apresentar à família o namorado, a família aceitar meu namorado e tratar a pão de ló também.”*

No seio familiar, a pessoa com maior proximidade e presença foi sua irmã. A atleta não esconde a emoção ao relatar tamanho apreço: *“[...] eu tenho uma, um relacionamento com ela muito lindo [emocionada, olhos lacrimejando, fala empastada], é a minha irmã, minha família;*

comigo ela é maravilhosa, minha família toda me aceita, me ama de paixão, minha irmã me protege, me ama e ela fica doida se alguém me chamar de ele, se alguém me chamar do nome antigo, [risos] porque pra ela eu sou uma menina como ela é uma menina também.”

O apoio familiar é de fundamental importância nesses casos, entretanto dificilmente encontramos relatos positivos envolvendo transexuais e suas famílias. Situações envolvendo a temática por vezes deflagram a ruptura dos laços emocionais entre os membros familiares, além dos sentimentos de medo e rejeição por parte dos sujeitos transexuais (BENTO, 2011).

Já nos grupos sociais, Tiffany sentiu-se apreensiva com a violência nas ruas, mas, sempre acompanhada de seus colegas de equipe, encorajou-se e passou a deixar os cabelos crescerem até colocar sua primeira extensão capilar: *“No início eu tinha esse, porque quando você tá começando fica: ai! o que o povo vai falar na rua, vão me jogar pedra, não vão, vão me cuspir, não vão, todas essas coisas. Ai no vôlei o quê que vai falar [...]. Então eu falei assim, foi indo, foi aos poucos, foi quando eu deixei meu cabelo crescer mais, coloquei minha primeira extensão.”*

Nesse decurso, ampliou o relacionamento com os membros da equipe. No entanto, seu desempenho subtraíu-se ao descompasso das cobranças, que aumentaram. Em função do uso de hormônios específicos para sua transição, Tiffany teve uma redução da força explosiva e de sua impulsão, o que, segundo ela, também ocorreu devido à sua idade: *“Há! gente, meu técnico fica o tempo todo: ‘Tiffany, vai pra academia, vai malhar pra você voltar a pular como você pulava antes, atacar como atacava antes.’ Primeiro que eu tô velha... [risos] primeiro, que eu tô velha; segundo, que eu tô cheia de hormônio pra tudo que é lado do corpo – eu vou pular como? [risos].”*

Após sua mamoplastia, teve muitas dores e um processo adaptativo árduo, mas readequou-se à forma de jogar e seguiu firme em sua trajetória. Ao longo dessa nova fase, é possível perceber que Tiffany, em momento algum, reconhece-se como pessoa transviada, mas sim como uma mulher trans. Para problematizar o dispositivo da transexualidade (BENTO, 2014), partimos do pressuposto de que, ainda que desconheça ou não se identifique como *queer*, a sua expressividade corporal por si só delata discursos contrários à heteronorma, uma vez que a transexualidade é – ao mesmo tempo que não é – contemplada por uma condição *queer*.

A designação “*queer*”, por sua vez, é para quem não se identifica – ou se desidentifica – com o sexo, com a orientação, com o gênero que lhe foi atribuído socialmente ou, ainda, prefere, simplesmente, não ter uma identificação ou identidade fixa. [...] *Queer* engloba a todos e ao mesmo tempo não engloba ninguém! (CAMARGO, 2017, s/p).

Inspirados por Camargo (2017), não queremos, desta forma, imputar a Tiffany uma categorização *queer* ou transviada, mas sim colher do usufruto que sua (des)identificação confere ao esporte. Nessas vias é que trazemos tais arcabouços teóricos, através de um viés pós-

estruturalista das identificações, vivências e expressões das incontáveis categorias de gênero e sexualidades.

Neste caso, pautamo-nos nos significados daí apreendidos: trata-se de um corpo transviado que pode assumir identificação “estranha”. Pode ser masculino, feminino ou nada disso. Esse corpo tem sexualidades e significados infinitamente fluidos. Instável, pois não se pode concebê-lo de maneira encaixotada e reducionista. Por isso é "estranho", abjeto, controverso, diverso, desviante, divergente, insurgente. Ao mesmo tempo em que é tudo, não é nada. Quanto mais o sujeito se aproxima dos signos identitários sexuais, mais à vontade a pessoa se sente com o próprio corpo. Tiffany, então, é por nós interpretada como um eco, uma multiplicidade de discursos e simbologias materializados pela sua expressividade nas terras em que se aventura.

3.2 O percurso esportivo

Tiffany sempre praticou muita atividade física. Na infância, ela revela que sempre jogou de tudo, inclusive nas aulas de educação física escolar. Acompanhada da irmã, esteve sempre presente no futebol, no basquete e nas demais brincadeiras escolares sem qualquer represália: *“Aí, eu sempre fui uma criança normal, assim, eu brincava de tudo. Eu brincava com os meninos, eu brincava com as meninas; eu nunca fui aquela pessoa de ter medo de fazer as coisas [suspiro] porque também minha irmã também brincava [...] eu não tinha essa de que isso é pra homem e isso é pra mulher. Eu achava gostoso, eu tava no meio.”*

Tiffany ainda alega possuir uma genética boa para o esporte, afinal sempre foi competente nas modalidades que disputava: *“Eu sempre tive uma genética muito boa da família para o esporte, sabe? Então, em todos os esportes que eu praticava eu era bom, jogava bem, mas quando eu senti que não era pra mim, que eu senti que eu era muito feminina praquele esporte, então eu acabei indo pro vôlei, que era onde tinha mais jogadores, entendeu?, mais pessoas em quem eu podia confiar. Foi quando eu fui pro vôlei, com 17 anos.”*

Segundo Coelho (2009), o voleibol se apresenta como um espaço constituído de sociabilidade feminina e homoerótica, favorecendo a manifestação de masculinidades alternativas ao permitir deslocamentos e transitividades entre o que se considera masculino e feminino: no senso comum, “[...] o voleibol é enquadrado como um esporte de homossexuais, um esporte de bicha (ANJOS, 2015, p. 21).”

No Brasil existe a predominância, no imaginário social, de que o voleibol seja considerado modalidade feminina em função do número elevado de mulheres que, historicamente, atuaram dentro e fora das quadras e nas torcidas, onde a presença e o engajamento do público feminino são relativamente maiores quando comparados a outros cenários. Outro fato que contribui para esse pensamento é a inserção do voleibol nos Jogos Olímpicos de Tóquio, em 1964, que contou com a primeira participação de ambos os naipes,

gravando-o como a primeira modalidade coletiva e olímpica a possibilitar atuação de homens e mulheres (COELHO, 2009).

Ainda conforme a autora, é no voleibol que mulheres e homossexuais encontram possibilidades de firmarem raízes em função de novas sociabilidades esportivas. O voleibol atua como antagonista direto do futebol, onde tornaram-se comum exclusões e represálias a todo/a aquele/a que não representa a construção, vivência e exacerbação da masculinidade clássica nesse espaço (COELHO, 2009).

Para além disso, o voleibol brasileiro apresenta dois casos que muito repercutiram nas mídias envolvendo atletas profissionais que se declararam homossexuais. O primeiro deles foi Lilico, que em 2000 concedeu entrevistas afirmando não ser convocado para a seleção principal por ser declaradamente gay. O segundo é Michael, que em 2011 foi hostilizado pela torcida adversária durante a partida da semifinal da Superliga 2010/2011.

Mais atualmente, temos o caso de Tiffany, que desde o começo de 2017, quando passou a defender a equipe italiana *Golem Volley*, atraiu a atenção das mídias brasileiras, retroalimentando ainda mais as discussões sobre o terreno fértil do voleibol, que propicia a desterritorialização das convenções esportivas, a experenciação das corporalidades alternativas, os deslocamentos de saberes até então inquestionáveis e a ampliação de horizontes das práticas físicas e corporais.

Quando se inseriu no voleibol, Tiffany, ainda Rodrigo, foi desacreditada pelo fato de performar-se muito feminina. Constantemente ouviu que não iria para frente por ser muito desviante e inserida tardiamente na modalidade: *“Comecei bem tarde, então ninguém acreditava em mim na verdade, que era bem feminina primeiro [risos]. Que eu era bem feminina, tinha a passada da Virna, era garota, então o pessoal falava: ‘não, primeiro, que não vai pra frente porque era viado’, sabe como é que é no Brasil, né? ‘Primeiramente, que é viado; segundo, que tá começando muito tarde.’”*

Tal discurso corrobora com a assertiva de que o mundo esportivo, bem como seus gestores e atores, ainda é muito refém de padrões sexistas e excludentes referentes ao binarismo masculino e feminino, vindo a desprezar as demais corporalidades que aí emergem, não tendo, portanto, espaço de reconhecimento (CAMARGO; KESSLER, 2017).

Tais negações, no entanto, motivaram Tiffany a permanecer com sua trajetória, onde alcançou o patamar do profissionalismo. Nessa caminhada, indica que alguns dos talentos e promessas esportivos sequer saíram das categorias de base, e os que conseguiram não chegaram ao mesmo nível de mérito que o seu: *“Bom, cheguei aonde os que eram pra chegar não chegaram. Porque quando eu comecei tinha uns meninos que eram top do clube – da cidade de Goiânia, né? – quando eu comecei já era Goiânia, eu tinha voltado à Goiânia com 13 anos. Então, os meninos que eram top da seleção que todo mundo falava ‘esses vão ser jogadores’,*

nenhum chegou aonde eu cheguei [pausa]. Mais pela minha motivação, né?, interior, e a minha vontade”.

Seu processo de manutenção no voleibol enfrentou adversidades decorrentes de sua sexualidade. Tiffany teve de combater, inicialmente, seu lado feminino durante o jogo. Embora sempre focada, outros intervenientes ainda se apresentavam, como seu porte físico – magra e não tão alta para o naipe masculino – e sua performatividade de gênero dentro das quadras, que dissociava o sexo e gênero da atleta: *“Então, eu, no início, era muito feminina jogando, então eu tive que combater isso primeiro. Eu tive que combater minha parte feminina, minha passada, todas essas coisas. Então, depois, eu fui indo, mas fora de quadra eu sempre fui feminina, brincalhona, e todo mundo percebia e, então, ninguém dava muita atenção, e também eu era pequenininha, né?, não sou tão alta perto dos meninos, aqueles ‘brutamontes’, ‘negão’ de 2,05m, cê tá doida! [risos]. Ninguém vai dar nada pra uma menina igual eu, magrinha e pequenininha [risos].”*

A performatividade de gênero pode ser compreendida conforme a proposta de Butler (2015a). Para a autora, os gêneros se fazem performativos à medida que repetem de forma estilizada atos, gestos, ações, condutas, corporalidades e movimentos corporais atravessados por discursos disciplinares e punitivos da sexualidade humana, com o intuito de produzir sujeitos normatizados em masculino e feminino de acordo com a matriz naturalizadora e coerente entre sexo/gênero/desejo: grosso modo, a heteronormatividade. Butler admite nesse processo a iterabilidade, ressaltando o caráter falho da reprodução fidedigna das normas. Dessa forma, possibilitam-se rupturas em contextos e condições variadas, além de alterar signos, deslocar sentidos, normatizações e favorecer a emersão de novas pluralidades performatizadoras. As decorrências da performatividade de gênero são inesperadas, uma vez que a possibilidade de insucesso se torna inerente aos corpos performativos, podendo ser ou não (re)produtiva, reiterada ou deslocada, sendo, por fim, passível de subversões, propiciando justamente a própria resignificação de corpos, gêneros e sexualidades (BUTLER, 2015b).

Ainda conforme Butler (2015a), essa noção de performatividade encontra-se amparada pela teoria dos atos de fala. Nesta, os atos sociais que recaem sobre corpos se dividem em dois, sendo: 1- referente aos enunciados constantes, aqueles que circunscrevem um fato, uma situação; e; 2- referente aos performativos, aqueles que, ao serem declamados, (re)produzem normas e convenções, reiteram aquilo que anunciam. Esse embasamento permite-nos desvelar um discurso generificado e generificador que recai sobre os corpos, adotando-se necessariamente uma posição de gênero, isto é, um corpo se marca e se configura pelo próprio conceito de gênero através de uma ordem social maior, identificada como heteronormatividade.

O conceito de heteronormatividade refere-se à normatização e/ou normalização do conjunto social a partir do entendimento e reconhecimento da heterossexualidade enquanto modelo natural e único possível de identidade e orientação sexual, que controla e regula a

biopolítica social através da imposição e fiscalização de corpos em um suposto binarismo sexual em todas as esferas e instâncias sociais (WARNER, 1993).

Por tais vias, Butler (2015a; b) percebe e reconhece a distinção sexo/gênero enquanto efeitos de discursos, admitindo ainda que essas nomeações implicam, indubitavelmente, o estabelecimento de fronteiras e a repetição de normas limítrofes para demarcar espaços, territórios e atos permitidos ou não para cada ator/atriz social, identificando o caráter compulsório da heteronormatividade.

Dessa forma, podemos afirmar que a performatividade de Tiffany, enquanto atuante no naipe masculino, propicia deslocamentos nos sentidos e significados do esporte, uma vez que desarticula signos e simbologias esperados do atleta masculino. Atuar de maneira “feminina”, naquele contexto, parecia invisibilizar todo o potencial da atleta, que precisava comprovar, ainda que de maneira não tão convincente, certo grau de masculinidade. A ausência, ou ainda a participação secundária dos atributos masculinizantes, despertava uma inaptidão na ascensão de sua carreira esportiva. Segundo Tamagne (2013), esse coeficiente denomina-se a partir do entendimento de que atletas homossexuais possuem virilidade ínfima, rara, insuficiente, não correspondente aos níveis mínimos que são exigidos para o universo esportivo.

A heteronormatividade circunscrita no terreno esportivo silencia e não reconhece corpos que se materializam a partir de performatividades desviantes, configurando assim um movimento desafiador de resistência por parte do público desviado das estruturas normativas impostas no esporte.

Tiffany, quando Rodrigo, atuou nos anos de 2007 e 2008 por Foz do Iguaçu, onde conseguiu destaque ao disputar a Superliga nacional. Em 2008, foi atuar na liga de Portugal, onde impulsionou sua carreira. Em 2009 transferiu-se para a Espanha; depois, França em 2010; retornou a Portugal e foi para a Indonésia. Neste último país, no entanto, já estava cansada de jogar voleibol. Seu desejo maior era tornar-se uma mulher, processo, segundo ela, já tardio: *“Foi quando eu já estava chegando numa idade que eu falei que essa idade pra mim já estava ficando tarde pra virar trans, e eu tinha que decidir um rumo na minha vida, que só jogar vôlei e viver o que eu estava vivendo já não estava certo; eu já sentia falta de um relacionamento, sentia falta de um amor, sentia falta de ser eu mesma. Então decidi vir pra Bélgica, e, quando terminasse a Bélgica, eu já ficar na Europa e já começar a minha transformação aqui mesmo.”*

Sua transferência para a Bélgica ocorreu em 2012, onde, após apaixonar-se por um jogador, deu início à sua transição. Agora definitivamente Tiffany, atuou na Holanda e retornou à Bélgica, onde permaneceu até 2016 defendendo uma equipe masculina da terceira divisão, que conseguiu acesso à segunda na competição local. Nesse momento de sua vida, declara ter feito todo o tratamento hormonal recomendado.

Paralelamente, a atleta também participou dos torneios gays europeus, incluindo *Eurogames* e *Gay Games*. Diz ser muito conhecida e glorificada como rainha pelos demais

homossexuais, mas, segundo ela, isso só ocorre devido ao seu talento: *“Assim, os torneios gays que tem aqui na Europa... tem os torneios gays, depois tem o europeu. Então eu participo geralmente dos principais torneios gays [...] já sou muito conhecida na parte gay, então os gays do vôlei aqui já me intitulam como a queen [...] porque eu jogo bem, né? Então eles acabam me vendo como uma rainha, mesmo, deles [...] e geralmente, nos torneios, ou eu sou a MVP ou sou a rainha do torneio.”*

No período da entrevista, Tiffany ainda atuava na Bélgica entre homens. Quando questionada sobre sua vontade de jogar entre as mulheres, ela foi enfática ao dizer que, de início, nunca cogitou essa ideia por ser impossível, mas quando um empresário lhe disse que poderia ajudar nesse processo, a atleta passou a repensar na possibilidade: *“Era uma coisa que eu não cogitava porque, assim, eu nem sabia que eu podia jogar [...] um empresário falou assim: ‘Claro que você pode jogar com as mulheres, porque se você quiser eu posso te ajudar.’ Então eu penso: eu gosto de jogar vôlei, eu tenho oportunidade de jogar no feminino, pra eu jogar no feminino eu vou ter que jogar de high level novamente, porque queira ou não eu continuo sendo uma boa jogadora”.*

Tiffany ainda disse não se preocupar com as críticas que daí poderiam surgir. Segundo ela, lidar com críticas é corriqueiro em sua vida; além disso, precisa pensar em seu lado financeiro e oportunidades na carreira: *“Se eu posso jogar no feminino, ganhar meu dinheiro, ter minha vida de novo, vou receber crítica, como já recebi no masculino, vai ter gente que não aceita [...] Eu vou onde tá me pagando. Eu vou fazer meu trabalho onde tá sendo pedido. Sabe, sim, se der a oportunidade de eu ir pro feminino, eu vou [...]”.*

Ao ser contratada em 2017 pela equipe Vôlei Bauru/SP, do interior paulista, a atleta se destacou dentro das quadras pela habilidade, mas também fora delas pelas discussões, descentramentos e reflexões que promoveu e vem promovendo no esporte de modo geral. Vigarello (2013) afirma que a metamorfose corpórea põe em xeque as normas de gênero que regem o esporte num processo denominado como feminização da virilidade e masculinização da delicadeza, abrindo portas para a reinvenção das tradições e diversidades, bem como sua inserção nesse cenário. Assim, as diversas nuances presentes na esfera esportiva possibilitam reflexões sobre a forma como elas são categorizadas – geralmente devido às diferenças fisiológicas convencionadas por gênero –, o que permitiria a transição de Tiffany do vôlei masculino para o feminino e vice-versa.

3.3 Homotransfobia

Em consonância com nosso aporte teórico, estabelecemos o termo *homotransfobia* para designar as ações recriminatórias, discriminatórias e ridicularizantes que foram e são direcionadas a Tiffany ao longo de sua história pessoal e esportiva.

O esporte como campo de prática social é um espaço de constante imposição de saberes e poderes que instituem padrões aos corpos quanto à aparência, sexualidades e representações de gênero. Inspirados por Bento (2014), entendemos os processos *homotransfóbicos* como oriundos de um mecanismo denominado heterossexualidade compulsória, um dispositivo de proteção desencadeado pela ordem social e política com o intuito de manter e sustentar a heterossexualidade como padrão sob as diversas corporalidades e sexualidades.

Tiffany afirma nunca ter sofrido nenhuma agressão de qualquer fonte enquanto esteve na Europa. Ela diz que as pessoas, inclusive as crianças, são respeitadas e sempre a tratam como mulher dentro e fora das quadras: *“É uma educação das crianças que eu não sei de onde sai, viu? Mas as crianças aqui te respeitam como tu és.”*

A atleta chega a citar que após as partidas sempre existem brincadeiras entre os atletas das equipes, mas nenhuma delas apresenta cunho fóbico quanto aos gêneros e sexualidades. Tiffany ainda se manifesta acerca de dois casos que encabeçaram manchetes sobre a temática: Lilico e Michael.

De forma enfática, comenta sobre o corte da seleção brasileira sofrido por Lilico: *“[...] foi uma palhaçada muito triste, que o Lilico realmente foi cortado da seleção por ser gay.”* Para ela, o fato de o atleta ser declaradamente homossexual comprometia a forma como ele era socialmente avaliado, o que lhe rendia o rótulo de *“O jogador Lilico, número tal do Brasil, gay... Eles vão sempre colocar a parte de gay que é pra poder definir a pessoa como gay. E eu acho que não tem necessidade. Então, por isso que a seleção também cortou. E eu acho que a seleção fez errado com isso também.”*

Já no caso Michael, Tiffany diz que o atleta não deveria ter dado ouvidos à torcida, pois o papel dela era justamente desestabilizá-lo. Tiffany naturaliza que homossexuais escutam xingamentos das arquibancadas no Brasil, mas que isso não passa de uma tentativa de desestabilizar o atleta durante a partida: *“O caso da Michael, todo jogo que a gente ia, a gente escutava piada [...] o Michael, enquanto ele estava jogando, a torcida fala o que quer. Um moreno vai escutar ‘que negão, ô, azulão!’; a gordinha é: ‘gorda, errou!’ Dentro do jogo eles vão falar o que querem, Só não dá atenção [...] você, quando é um jogador, tem que aprender a lidar com isso. Já o contrário, você saiu do jogo, esse mesmo cara que te chamou de viado vai vir pedir pra tirar uma foto com você porque ele vai te respeitar como profissional. Isso a torcida também tem que levar em conta, que torcer é uma coisa e ser profissional é outra. E ser fã é outra. Isso acontece em todos os jogos.”*

No que concerne à sua participação, Tiffany afirma nunca ter ouvido nenhuma injúria ou ofensa a ela direcionada pelas torcidas europeias: *“Eu nunca ouvi em nenhum jogo ‘Transexual! Viado!’”*. Ainda que chegasse a ouvir tais assujeitamentos, Tiffany diz que não se importaria, porque para ela o papel da torcida é provocar e tentar desestabilizar o jogador: *“[...]*

a torcida, o que vem deles não se escreve, né?, o que vem deles, só vem o lixo. A torcida só vai mandar lixo pro seu lado. E você, quando é um jogador, tem que aprender a lidar com isso.”

O comentário acima, aliado ao discurso da atleta sobre Michael, torna-se emblemático à medida que Tiffany respalda discursos de cunho pejorativo, homofóbico e preconceituoso. Percebe-se uma não problematização de sua personificação no campo esportivo, o que enfraquece os ideais sociais de aceitação e reconhecimento almejados por Tiffany. Ou, outra interpretação possível, direciona para a naturalização desses preconceitos no esporte, como se fosse algo dado, inato desse fenômeno, devendo o/a atleta que ele desafiar lidar com suas coibições, que validam e são validadas sob tais preconceitos. Conforme Camargo (2017, s/p), “as camadas de opressão que se sobrepõem aos sujeitos (e sobre nós mesmos) nos momentos dessa manifestação do torcer [...] se sobrepõem e “pioram” o preconceito do senso comum.”

Nesses cenários, o máximo que chega a ocorrer é um estranhamento das crianças, que ficam confusas ao ver uma mulher em meio aos homens, bem como expressões de surpresa por parte da torcida: “[...] as crianças, quando me veem jogando com os homens, elas ficam assim [expressão de dúvida].” Essas dúvidas ocorrem em função da criação de uma identidade social que não é facilmente identificada como masculina ou feminina, promovendo a desnaturalização dos gêneros e a multiplicidade de conceitos que versam sobre corpo no espaço esportivo.

Por fim, Tiffany afirma que não aceitaria o mesmo tipo de conduta fora das quadras: “*É assim, eu não posso dar intimidade pra torcida, eu acho que dentro do jogo a torcida fala o que quer; fora do jogo, já me respeite. Dentro de quadra eles podem me chamar de trans, de gay, de sapatão, de lésbica, de gorda, de magra, de preta, de azul, de amarela, do que eles quiserem, porque eles estão tentando tirar minha atenção do jogo. Mas, fora de quadra, eles devem me respeitar como Tiffany, como mulher transexual, como mulher!*”

Os estudos que se debruçam sobre a homofobia no esporte geralmente exploram como ela é desencadeada através das modalidades tanto dentro do campo/quadra como na torcida e também fora dela. Anderson (2005) afirma que a homofobia está institucionalizada no esporte em função dos discursos que se estabeleceram para construí-lo, isto é, pautados no modelo de masculinidade clássica que privilegia a participação dos “homens com H maiúsculo”. Neste imaginário, a homossexualidade masculina direcionaria aos atletas gays desqualificações físicas e emocionais, culminando no desmerecimento de permanecer e pertencer no templo das práticas esportivas (TAMAGNE, 2013).

À luz de Rosa (2010), a homofobia no espaço esportivo pode ser compreendida como um mecanismo desencadeado pela desterritorialização que a presença de sujeitos desviantes promove nesse meio institucional. Dessa forma, ela atuaria como importante policiador da sexualidade e corporalidade de atletas, garantindo a manutenção dos moldes clássicos de masculinidade e feminilidade através do acionamento do medo, da repulsa, do ódio e da hostilidade, qualificando o outro como estranho, anormal, abjeto e indigno de pertencimento.

Grespan e Goellner (2014) apontam outra repulsa, a transfobia, que, em suma, mantém a mesma linearidade da supracitada: aversão e repugnância àqueles/as que subvertem as normalizações de gênero e de sexualidades *cis*⁴. Logo, “a homofobia e a transfobia são facilmente referidas em situações nas quais a linearidade corpo, gênero, sexo e desejo é desconstruída, seja no campo do esporte, seja fora dele” (p. 1279).

Compreender as manifestações *homotransfóbicas* no esporte é um exercício complexo que demanda inúmeros fatores semânticos e polissêmicos. Cabe-nos refletir, portanto, que a institucionalização e naturalização de processos discriminatórios nos espaços esportivos encontram-se próximas a outras formas de preconceito e agressividades morais e físicas que irrompem nesses territórios. Entender como esses processos se legitimam é fundamental para assim vislumbrar novas formas de interpretar essas ocorrências enquanto fenômenos sociais mais amplos e presentes em outras camadas que não apenas às referentes ao esporte.

3.4 Uso do vestiário

Este aspecto chamou-nos a atenção devido ao processo final de transição de Tiffany durante a entrevista. Segundo ela, tanto o masculino como o feminino lhe serviam; no entanto, ressaltou a preferência em adentrar no masculino, desde que não mostrasse seu corpo aos demais companheiros: “[...] eu posso ir tanto no masculino tanto no feminino. Eu prefiro ainda ir no masculino, como eles, desde que eu não mostre meu corpo.” Essa questão de respeito moral sobre o sexo e uso público/privado do corpo encontra-se entrelaçada ao moralismo social, em que, mais uma vez, Tiffany naturaliza dogmas e doutrinas disciplinares e punitivas que incidem sobre os corpos, conforme se pode evidenciar pela fala: “[...] a gente, mulher, já dá esse respeito pra gente mesmo, a gente não quer... ‘Ah, mas ela estava no banheiro, dentro do vestiário com aquele monte de homem pelado?’ Não falar ‘Ah, a bicha é puta! Aquela mulher ali, sem vergonha! Ela tá lá no meio do banheiro lá fazendo orgia com os homens.’ Porque o pessoal vai falar, você sabe que vai.” A atleta diz que na Europa se sente segura para fazer isso, pois seus colegas aceitam sem problema algum, o que se especula não ocorrer no Brasil: “Ah, no Brasil eles me estuprariam dentro do banheiro, você sabe.”

Essa problemática, contudo, antecede aspectos culturais e geográficos, advindo da forma como os banheiros e vestiários são engendrados. Através da distinção por sexo, firma-se o conceito de isolamento público e privado entre homens e mulheres, de modo que o espaço destinado a estas seja um templo da feminilidade, enquanto que o dos primeiros é o local público para descarrego e/ou manifestação de sua natureza máscula e hegemônica. Dessa forma, o vestiário atua como regulador de corpos e fabricante de subjetividades concernentes ao mundo heterossexual (CAMARGO, 2014).

⁴ Termo comumente utilizado para a pessoa que se identifica com o sexo designado no seu nascimento.

O autor ainda destaca que esse recinto é heteroarquitetado, onde os corpos encontram-se mais expostos ao olhar alheio sob óticas limítrofes. Esse espaço reservado assemelha-se ao privado e àquilo que deve manter-se sob sigilo, logo um “lugar de fetiche – algo ligado ao desejo –, fantasias, imaginação, potencialidade de encontro” (CAMARGO, 2014, p. 65), mas que dificilmente saem do campo das fantasias do olhar/imaginar e se materializam pelo fazer/agir (ANDERSON, 2005).

De toda forma, Tiffany demonstra certa insegurança na medida em que não consegue usufruir do espaço da mesma maneira – ou de outras desejáveis – que seus colegas, carregando ainda um misto de dúvidas quanto ao assédio que porventura venha a ocorrer através da relação fantasia/materialização impulsionada pelo espaço reservado do vestiário.

Griffin (2011) aponta a necessidade de oferta de vestiários alternativos aos convencionais em função das necessidades dos atletas, oferecendo acomodações privativas para troca de roupa, banho etc., sem o medo de atenção sexual oriundo de dogmas religiosos, modéstia, timidez e outros fatores. Isso não supõe necessariamente a criação de um “terceiro” vestiário, mas sim a reflexão sobre como esse espaço vem se constituindo enquanto dispositivo heteronormativo e sexista, possibilitando a sua resignificação tanto simbólica quanto arquitetônica para ser utilizado por pessoas, que é sua principal finalidade.

Os resultados relativos a esse aspecto analítico apontam para o uso do vestiário durante o processo final de transição de gênero da atleta. Destarte, urge problematizar como essas incertezas se manifestam pós-transição e contratação de Tiffany pela equipe feminina do Vôlei Bauru/SP. Essas ordenações já se apresentam diferentes, o que nos leva a questionar se as angústias delatadas nesta sessão ainda não podem se manifestar através de outras sutilezas, o que requer a continuidade dos estudos para averiguação.

3.5 Retorno e performance no Brasil

Quando indagada acerca de um possível retorno ao Brasil, Tiffany se mostrou receosa, pois o país ainda não se mostra receptivo às pessoas trans: “[...] *transexual no Brasil continua sendo visto como marginal, como pessoa ruim, e então eu fico um pouco com medo [...] A gente nunca sabe, o Brasil hoje, ele aceita todo mundo, amanhã ele já não aceita mais; a religião que tá tomando conta de tudo, e a religião, que tinha que pregar o amor, prega o ódio.*”

O receio da atleta encontra suporte em indicativos alarmantes sobre a violência a sujeitos LGBT no Brasil. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB, 2017), a associação de defesa dos homossexuais e transexuais do Brasil mais antiga, o país é recordista em crimes contra as minorias sexuais: “A cada 19 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da ‘LGBTfobia’, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais” (p. 1).

No ano de 2017, por exemplo, foi registrado o maior número em 38 anos em que a instituição coleta e divulga estatísticas concernentes a crimes de ordem LGBTfóbica: “7445 LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil [...] vítimas da homotransfobia: 387 assassinatos e 58 suicídios” (p. 1). Admite-se que essas taxas possam ser muito maiores devido à ausência de estatísticas governamentais sobre crimes de ódio no Brasil, o que mascara inúmeros outros casos que não entram nessa contabilização.

Com a crescente participação da massa conservadora tanto na política quanto nas demais instâncias sociais brasileiras, muitos entraves parecem retardar os avanços e direitos conquistados pela comunidade LGBT ao longo dos anos, tais como: o Projeto de Decreto Legislativo 898/18, que busca impedir o uso de nomes sociais por alunos travestis e transexuais nos registros escolares do ensino básico; a retirada, pelo Ministério da Educação, dos termos “identidade de gênero” e “orientação sexual” da base curricular nacional; o corte, em 2017, dos repasses federais para programas específicos de defesa da comunidade LGBT, entre outros.

Todavia, singelas resistências ainda podem ser vislumbradas nesse cenário, como a elaboração de estratégias e organização de projetos de inclusão e promoção de direitos para sujeitos LGBTs, bem como o reconhecimento do nome social na administração pública federal, que ainda aguarda aprovação na Câmara dos Deputados para se estender a todos e todas os/as cidadãos/ãs brasileiros/as. Ainda que representem parcela diminuta neste tocante, debater essas inquietações é refletir sobre um tipo de vida que pode ou que está sendo experienciada através do uso material e simbólico do corpo, conferindo respostas diferentes de inserção e permanência nas sociedades atuais em suas diversas instâncias (BUTLER, 2015a).

Mesmo o cenário não sendo dos melhores, Tiffany demonstrou-se animada com a possibilidade de atuar em terras brasileiras e afirma, entre risos: “[...] *se me pagar, eu vou linda!*”. No entanto, reconhece que só viria após sua completa transição e para atuar profissionalmente: “*Eu só pretendo voltar pro Brasil quando eu terminar toda a minha transformação ou se eu tiver que jogar.*”

A atleta ainda diz que não seria bem aceita pelas demais equipes e suas torcidas, mas que sua preocupação seria apenas com a equipe que lhe contrataria: “[...] *vai ser aquela mesma torcida de sempre, ‘é um macho, tira ele de dentro’ – vai entrar aqui e sair aqui [aponta de um ouvido à outro] – acha que eu vou me importar? Quem tá pagando meu salário no final do mês [...] não são eles. Eu não vou me importar.*”

Por fim, alega que a repercussão de seu caso seria uma quebra de paradigma social considerável: “*Nossa, vai ser uma coisa, assim, muito grande, eu vou ter que tá preparada, viu?*”, afirmando que essa quebra ocorreria de formas diferentes se atuasse no feminino ou masculino: no primeiro naipe não haveria tanto estranhamento porque o nível das demais jogadoras seria equivalente ao seu e ela seria reconhecida pelo seu talento; entretanto, no segundo, Tiffany chamaria mais atenção pelo seu corpo feminizado em meio a outros homens:

“[...] quando jogo com homem, eu chamo muito mais atenção do que jogar com a mulher. Com a mulher eu vou chamar atenção porque eu vou jogar vôlei bem, mas, pelo corpo, pela altura eu não vou chamar atenção nenhuma, porque vai ser tudo igual [...] Agora, você me ver dentro da quadra com o time do Botafogo masculino, você já vê: ‘Não, mas aquilo lá é uma mulher com homem’, entendeu?”

Em 2017 Tiffany terminou seu processo de resignificação, recebendo autorização da FIVB para atuar no voleibol feminino. Foi contratada pela equipe italiana *Golem Volley*, disputando a Série A2 da liga italiana. Após o término da competição, retornou ao Brasil e passou a integrar os treinos da equipe Vôlei Bauru/SP para reestabelecer-se fisicamente e recuperar-se de uma cirurgia na mão esquerda. Em 5 dezembro de 2017 foi oficialmente contratada pela equipe, e sua estreia ocorreu cinco dias após, dia 10, em partida válida pela Superliga 2017/2018 da elite do vôlei nacional, contra a equipe de São Caetano, que se sagrou vencedora do duelo por 3x2.

Muito se discute sobre a legitimidade de sua atuação, sendo os argumentos principais contra essa iniciativa centrados em uma suposta vantagem biológica e física que promoveria parâmetros injustos na competição. Sobre essas alegações, nas reportagens do programa Esporte Espetacular (2017; 2018) acerca de seu caso, Tiffany aponta que *“[...] o meu voleibol caiu muito. Eu era uma estrela do time, mas quando comecei com os hormônios, eu virei a pessoa mais fraca do time.”*

Segundo ela, os críticos que a enxergam como masculinizada ou dotada de atributos corporais muito superiores que as demais jogadoras, num suposto doping, *“[...] só vão saber que isso é diferente quando eles começarem um tratamento hormonal também, aí eles vão saber o quanto que é diferente realmente, porque se isso realmente fosse importante, se realmente fosse diferencial, não seria liberado, não seria estudado e não teria a utilização nem pelo COI, nem pelas federações, por nada.”*

“Sinceramente, se eu tivesse a força que eu tinha antes, se eu tivesse o voleibol que eu tinha antes, realmente eu não tinha coragem de estar aqui [atuando pelo Vôlei Bauru], porque eu ia machucar uma pessoa, mas hoje eu posso atacar o forte que for que eu não machuco ninguém do outro lado. Porque eu tenho a força de uma mulher forte, nada mais que isso, nada mais que isso. O resto meu é só talento.”

“Se algum dia eu não puder jogar vôlei, porque se alguma lei mudar, eu vou aceitar. E eu espero que as pessoas aceitem também enquanto a lei estiver...”

A participação de Tiffany tornou-se um marco histórico para o voleibol brasileiro, reacendendo polvorosamente as discussões sobre *queer* e transviados no esporte, desestabilizando de forma vigorosa as estruturas e premissas heteronormativas que permeiam esse fenômeno e concebendo novos horizontes e (re)significações das corporalidades nas práticas físicas e esportivas modernas.

4 Conclusão

A trajetória de Tiffany Abreu no esporte encontra-se intimamente ligada a fatores pessoais e sociais. O percurso traçado para alcançar o status de representatividade e prestígio que exerce hoje revela-se como não harmonioso, repleto de barreiras, obstáculos e relutações. Não fosse pela força de vontade e perfil ambicioso da atleta, aliados às oportunidades e condições necessárias para que se consolidasse, dificilmente estaríamos discutindo a participação efetiva de transexuais no alto rendimento esportivo do Brasil e quais os desdobramentos que são possibilitados a partir dessa conjectura.

A ascendência de Tiffany enquanto atleta trans no voleibol carrega consigo muitos processos recriminatórios e opressores, mas também de reconhecimento e legitimidade de sua corporalidade no espaço em questão. Mesmo que essa modalidade seja notadamente reconhecida como espaço de maior homossociabilidade e melhor absorção de manifestações desviadas da heteronormatividade (COELHO, 2009), esta ainda se encontra imersa no universo supremo do esporte, este muito resistente à subversão e reexaminação de seus valores clássicos, longitudinais e temporais.

A presença de homossexuais – uma parcela transviada – por si só já é provocativa, mas quando temos a insurgência de transexuais – outra parcela transviada –, as perturbações são ainda maiores, talvez pelo fato de que, nos primeiros, ainda possa se identificar certa linearidade entre o sexo e o gênero, relação exemplificada através da cisgeneridade e que, no caso dos/as transexuais, apresenta rupturas e ressignificações, tornando-se ainda mais emblemática, desafiadora e problematizadora no fenômeno do Esporte.

Dessa forma, mesmo no universo *queer* das corporalidades esportivas, é possível identificar novas postulações de poder, privilégios, disparidades, reconhecimentos, valorações e simbolismos que, ao que tudo indica, continuam legitimando sintomas da heteronormatividade compulsória através de classificações, certificações, territorializações, fronteiras e diferenças hierárquicas e de poder entre os próprios sujeitos transviados.

Convém ressaltar que, embora o caso de Tiffany possa ser aqui identificado e considerado como sofrível, porém superado, não negamos a multiplicidade de enredos que possam desenrolar-se na trajetória esportiva de atletas *queer* em variados âmbitos e cenários, vislumbrando incontáveis e infinitas outras possibilidades de concretização para além de romantizações forçadas de superação e autorrealização.

Sugerimos a continuidade de pesquisas e estudos referentes à temática em tela, uma vez que em uma época pós-moderna, o esporte, no formato em que ainda se apresenta, não abarca plenamente todos/as os/as participantes sociais de suas práticas. A partir disso, emerge o seguinte questionamento: a partir da década seguinte, e dos anos de 2020, será possível a manutenção da ordem classificatória e binária nas modalidades esportivas?

Referências

- ANDERSON, Eric. **In the game: gay athletes and the cult of masculinity**. New York: State University of New York, 2005.
- ANJOS, Luiza Aguiar. “Vôlei masculino é pra homem”: representações do homossexual e do torcedor a partir de um episódio de homofobia. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 11-24, jan./mar. 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições, v. 70, 2011.
- BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, mai./ago. 2011.
- BENTO, Berenice. O que pode uma teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. **Revista Florestan**, v. 1, n. 2, p. 32-48, nov. 2014.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015b.
- CAMARGO, Wagner Xavier. Notas etnográficas sobre vestiários e a erotização de espaços esportivos. **Revista Ártemis**, v. 17, n. 1, p. 61-75, jan./jun. 2014.
- CAMARGO, Wagner Xavier. O torcedor queer. **Ludopédio**. Sessão Arquibancada, 26 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.ludopedio.com.br/archibancada/o-torcedor-queer/>>. Acesso em: 12 mai. 2018.
- CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. **Horizontes Antropológicos**, n. 47, p. 191-225, jan./abr. 2017.
- COELHO, Juliana Affonso Gomes. Voleibol: um espaço híbrido de sociabilidade esportiva. In: TOLEDO, Luiz Henrique; COSTA, Carlos Eduardo (org.). **Visão de jogo: antropologia das práticas esportivas**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2009.
- ESPORTE ESPETACULAR. **Jogadoras de vôlei que nasceram homens superam preconceitos e se estabelecem no esporte**. 09 de abril de 2017. Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/5788637/>>. Acesso em 08 out. 2017.
- ESPORTE ESPETACULAR. **Polêmica na Superliga: primeira atleta transgênero do torneio divide opiniões no esporte**. 14 de janeiro de 2018. Disponível em <<https://globoplay.globo.com/v/6421019/>>. Acesso em 16 jan. 2018.
- ESTADÃO. **COI muda regra e permite atletas transgêneros na Olimpíada**. 2016. Disponível em: < <http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,coi-muda-regra-e-permite-atletas-transgeneros-nas-olimpiadas,10000053822> >. Acesso em 18. dez. 2017.
- GRESPLAN, Carla Lisboa; GOELLNER, Silvana Vilodre. Fallon Fox: um corpo queer no octógono. **Movimento**, v. 20, n. 4, p.1265-1282, out./dez. 2014.
- GRIFFIN, Pat. Addressing concerns about LGBT athletes and coaches in the locker room. In: BIRCH-JONES, J. **Seeing the Invisible, speaking about the unspoken**. Vancouver: Canadian Association for the Advancement of Women and Sport and Physical Activity, 2011, p. 14-31.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. Feminismos, mulheres e esportes: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. **Movimento**, v.13, n. 2, p.171-196, mai./ago. 2007.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação RBCE**. Campinas, p. 71-83, mar., 2010.

GRUPO GAY DA BAHIA. **Pessoas LGBT mortas no Brasil**: relatório 2017. 2017. Disponível em: < <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf> >. Acesso em 17. jul. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 5. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1998.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

MISKOLCI, Richard. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Revista Sociologias**, v. 21, p. 150-182, 2009.

PEREIRA, Erik Giuseppe Barbosa; PONTES, Vanessa Silva; RIBEIRO, Carlos Henrique de Vasconcellos. Revelações dos fotógrafos esportivos brasileiros sobre relações de gênero. **Motricidade**, v. 11, n. 1, p. 126-134, mar. 2015.

ROSA, Rodrigo Braga do Couto. **Enunciações afetadas**: relações possíveis entre homofobia e esporte. 2010. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2010.

STAKE, Robert E. **Investigación con estudio de casos**. 2. ed. Madrid, Ediciones Morata, 1998.

TAMAGNE, Florence. Mutações homossexuais. In: COURTINE, Jean-Jacques (Orgs.). **História da virilidade**: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI, v. 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 424-453.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. O positivismo; a fenomenologia; o marxismo. Atlas, 2015.

VIGARELLO, Georges. Virilidades esportivas. In: COURTINE, Jean-Jacques (Orgs.). **História da virilidade**: A virilidade em crise? Séculos XX-XXI, v. 3. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 269-301.

WARNER, Michael. **Fear of a queer planet**: queer politics and social theory. Minnesota: Minnesota Press, 1993.

Artigo recebido em: 27/07/2018

Artigo aceito para publicação em: 18/09/2018



**O RUGBY APLICADO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE UBERLÂNDIA
ATRAVÉS DO LEGADO SOCIAL E ESPORTIVO DOS JOGOS RIO 2016™**

**THE APPLICATION OF RUGBY IN THE MUNICIPAL SCHOOLS OF UBERLANDIA
THROUGH THE SOCIAL AND SPORT LEGACY OF RIO 2016™ OLYMPIC GAMES**

**EL RUGBY APLICADO EN LAS ESCUELAS MUNICIPALES DE UBERLANDIA
A TRAVÉS DEL LEGADO SOCIAL Y DEPORTIVO DE LOS JUEGOS RIO 2016™**

Tatiana Flores Rodrigues¹
Kelma Patrícia de Souza²

Resumo: O presente artigo irá abordar a construção de um legado municipal focado não em obras faraônicas, mas no estabelecimento de uma herança social e esportiva que pudesse originar a formação de base dentro das escolas. Um legado que possibilitasse a utilização do esporte como ferramenta de alavancagem social e de elevação da autoestima dos alunos da rede municipal de ensino. A cidade de Uberlândia recebeu para treinamento pré-jogos Rio 2016™ as delegações olímpicas e paralímpicas dos países da Bélgica, Egito, Irlanda e Sérvia e, com isso, vislumbrou a possibilidade de utilizar essa experiência para incentivar o desenvolvimento do turismo e do esporte local. O foco principal, no entanto, esteve na disseminação de um esporte que pudesse ser praticado na cidade e, ao mesmo tempo, que pudesse lembrar um dos países visitantes, tornando os Jogos Olímpicos sem precedentes na memória uberlandense.

Palavras-chave: rugby; legado; pré-jogos; esporte; formação de base

Abstract: The present article will address the construction of a municipal legacy focused not on pharaonic works, but on the establishment of a social and sporting heritage that could lead to the formation of a sports base within the schools. A legacy that would allow the use of sports as a tool for social leverage and for raising the self-esteem of the students of the municipal school

¹ Graduada em Administração com ênfase em Marketing pela ESAMC, pós-graduada pela Universidade Federal de Uberlândia em Logística e Gestão de Operações. É servidora pública há mais de 10 anos e entre 2013 e 2016 coordenou a área de Turismo Esportivo na Prefeitura, sendo responsável direta pela captação de 4 países para treinamento pré-jogos RIO 2016 em Uberlândia (MG). Atualmente, coordena a área de Assuntos Internacionais no Município. (tatifloresrodrigues@hotmail.com)

² Graduada em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Formiga (1999). Especialista em Biblioteconomia pela Faculdades Integradas de Jacarepaguá (2009). Mestre em Ciências Ambientais pela Universidade Brasil (2017). Bibliotecária na Universidade Federal de Uberlândia/MG desde 2008, com experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia. (kelma.biblio@gmail.com)

network. The city of Uberlândia received the Olympic and Paralympic delegations of the countries of Belgium, Egypt, Ireland and Serbia for Pre-Games training Rio 2016™ and, with this, envisaged the possibility of using this experience to encourage the development of tourism and local sports. The main focus, however, was on the dissemination of a sport that could be practiced in the city and, at the same time, remind one of the visiting countries, making the Olympic Games unprecedented in Uberlandian's memory.

Keywords: Rugby; legacy; pre-games; sports; formation of the base

Resumen: El presente artículo abordará la construcción de un legado municipal enfocado no en obras faraónicas, sino en el establecimiento de una herencia social y deportiva que pudiera originar la formación de la base dentro de las escuelas. Un legado que posibilite la utilización del deporte como herramienta de apalancamiento social y de elevación de la autoestima de los alumnos de la red municipal de enseñanza. La ciudad de Uberlândia recibió para entrenamiento pre-juegos Río 2016™ las delegaciones olímpicas y paralímpicas de los países de Bélgica, Egipto, Irlanda y Serbia y, con ello, vislumbra la posibilidad de utilizar esa experiencia para incentivar el desarrollo del turismo y del deporte local. El foco principal, sin embargo, estuvo en la diseminación de un deporte que pudiera ser practicado en la ciudad y, al mismo tiempo, que pudiera recordar a uno de los países visitantes, haciendo los Juegos Olímpicos inéditos a la memoria uberlandesa.

Palabras clave: Rugby; legado; pre-juegos; deporte; formación de la base

1 Introdução

Durante muitos anos a possibilidade de receber uma edição dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Brasil era um sonho muito distante, mas se tornou possível a partir de 2009, quando a cidade do Rio de Janeiro foi eleita a sede de um dos maiores eventos esportivos mundiais.

De lá para cá, várias questões relacionadas ao valor total investido pelo governo brasileiro a fim de captar o referido evento foram levantadas e debatidas, tendo em vista nossas históricas deficiências no âmbito social, nossas insatisfatórias realidades nos campos da saúde, segurança e educação e ainda os inúmeros casos de corrupção que descobrimos diariamente em nosso país. Entretanto, este artigo irá ater-se apenas aos aspectos positivos que puderam ser filtrados em virtude da realização do evento no Brasil, principalmente no que diz respeito ao legado esportivo.

Nesse sentido, abordaremos a realidade vivida pela cidade de Uberlândia, no estado de Minas Gerais, que, em janeiro de 2013, iniciou uma nova gestão administrativa e, com foco no

desenvolvimento do turismo e do esporte local, criou, dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo da Prefeitura, uma Coordenação de Turismo Esportivo com o objetivo de aproveitar os eventos esportivos que iriam acontecer no Brasil (Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014® e Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™) para idealizar e desenvolver um legado para o município. Não um legado físico, com a construção ou reforma de estruturas esportivas, mas um legado comportamental e cultural, focado principalmente na inspiração e motivação das crianças, jovens e adultos de Uberlândia para a prática de modalidades esportivas, olímpicas e paralímpicas.

Pensando nisso, várias iniciativas foram criadas para estimular a realização de eventos esportivos na cidade, e um dos principais objetivos traçados foi a captação de delegações esportivas olímpicas e paralímpicas para treinamento pré-jogos em Uberlândia, visto que um evento da magnitude das Olimpíadas poderia render bons frutos não apenas à cidade do Rio de Janeiro, mas a todas as cidades brasileiras capazes de receber as delegações de forma hospitaleira. Obviamente as estruturas físicas locais também precisariam estar em consonância com os mais altos padrões internacionais, mas isso não foi considerado um problema para a viabilização do projeto.

O resultado obtido foi a captação de quatro países para treinamento pré-jogos RIO 2016™ em Uberlândia, que foram Bélgica, Egito, Irlanda e Sérvia, movimentando a economia e o turismo local, proporcionando a troca de conhecimentos e a diversidade cultural, além do intercâmbio linguístico e, principalmente, o fomento ao esporte. Esta ação promoveu a inserção da prática da modalidade *rugby* dentro das escolas municipais da cidade. O objetivo desta pesquisa foi identificar as facetas do legado olímpico e paralímpico na cidade de Uberlândia (MG).

2 Metodologia

Através do Decreto Municipal nº 14.005, de 8 de abril de 2013, cujo foco era estipular ações e projetos para captação de grandes eventos esportivos e preparar a cidade para sediá-los, foi iniciado um trabalho minucioso e estruturado para receber delegações esportivas para treinamento em Uberlândia com foco na preparação prévia às competições nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016™.

Com esse objetivo traçado, foram feitas inúmeras pesquisas relacionadas aos 206 países participantes e às 39 modalidades que seriam praticadas nos jogos olímpicos. Internamente, foram feitos diversos mapeamentos de todas as estruturas esportivas locais, com visitas técnicas elaboradas e comprovadas por fotografias e resumos. Foram iniciados contatos diretos com o Comitê Organizador dos Jogos e também com a Secretaria de Esportes do estado a fim de unir forças visando eficiência e efetividade nas captações. Dentro da administração municipal, foram

desenvolvidos programas específicos focados no legado social das Olimpíadas e, certos de que o caminho seria árduo, porém passível de obter sucesso, o trabalho foi iniciado.

Mediante as práticas acima citadas, foi estabelecida uma boa rede de relacionamentos com os melhores hotéis e restaurantes locais e uma forte parceria com as quatro estruturas esportivas aprovadas oficialmente pelo Comitê Organizador dos Jogos RIO 2016™ – Complexo Municipal Virgílio Galassi; Sesi Gravatás; Universidade Federal de Uberlândia - Campus Educação Física; e Praia Clube – para sediar treinamentos esportivos de delegações olímpicas, bem como um trabalho em conjunto com as entidades locais responsáveis direta e indiretamente pelo desenvolvimento turístico e econômico de Uberlândia. E pode-se dizer, com certeza, que essa união foi o grande diferencial para o sucesso na receptividade dos mais de 200 estrangeiros na cidade, entre eles, 2 medalhistas olímpicos belgas e sete medalhistas paralímpicos irlandeses.

3 A origem do legado olímpico na cidade de Uberlândia

No início de março de 2013, a cidade de Uberlândia recebeu uma visita, conforme Figura 1, passageira porém efetiva, dos três principais representantes das delegações olímpica e paralímpica da Irlanda para conhecer a estrutura esportiva e hoteleira local. Foi o ponto de partida para um relacionamento periódico que durou quatro anos, findando-se em agosto de 2016.



Figura 1 – Primeira visita dos representantes das delegações olímpica e paralímpica da Irlanda.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Uberlândia (MG)

Entre 2013 e 2016, inúmeros profissionais renomados e atuantes em diversas áreas esportivas na Irlanda visitaram Uberlândia a fim de averiguar o potencial local para receber atletas de alto rendimento para treinamento. Dentre as visitas mencionadas, podemos destacar a vinda, em fevereiro de 2014, do então diretor de desenvolvimento da equipe de Rugby da Irlanda, Sr. Scott Walker.

Naquela oportunidade, havia grandes possibilidades de participação das equipes masculina e feminina de rugby irlandesas nas Olimpíadas do Rio 2016™, e o referido diretor manifestou real interesse em realizar treinamentos nas estruturas esportivas disponíveis em Uberlândia. A partir dessa visita, surgiu o primeiro *insight* para o desenvolvimento de um legado social e esportivo que pudesse ser diferenciado na cidade.

3.1 Sobre a modalidade esportiva Rugby

Poucas pessoas têm conhecimento, mas o rugby é o segundo esporte mais praticado no mundo e conta com mais de cinco milhões de jogadores. A modalidade está presente em 120 países e é extremamente popular em lugares de colonização inglesa. Segundo relatos históricos consensuais, acredita-se que a modalidade foi criada em 1823, oriunda de uma jogada irregular de um atleta que, durante uma partida de futebol em uma escola inglesa chamada Rugby, pegou a bola com as mãos e saiu correndo até o final do campo. O esporte começou então a ser propalado durante a Revolução Industrial.

Sabe-se, todavia, que os jogos utilizando bolas datam de muitos anos antes de Cristo. Duarte (2000) relatou que por volta de 2.600 a.C. havia na China um jogo, chamado *kemari*, cujo objetivo era transportar uma bola redonda entre estacas fixadas no solo. Na Grécia antiga os jogadores passavam uma bola para o outro lado delimitado de um terreno, e tal prática era chamada de *harpastum*. Durante a Idade Média, Garcia (1964) afirma que atividades com bola eram populares entre camponeses, aldeões e estudantes europeus, que praticavam a atividade durante os domingos e datas festivas.

Existem informações históricas de que na Inglaterra havia um jogo muito popular disputado entre duas vilas cujo objetivo era levar uma bola, produzida com pele de animais mortos, até o final da vila adversária e, assim, marcar pontos. Como era um jogo extremamente violento, de acordo com as narrações passadas, foi proibido pelo Rei Eduardo II em 1314, assim permanecendo até o fim do século XV. Na Itália, o "cálcio" era uma variação de *harpastum* e era muito popular no período do Renascimento. O esporte tinha muitas características comuns ao que hoje conhecemos como rugby. Garcia (1964) acredita que a influência do cálculo sobre o *football* jogado na Inglaterra e sobre o *soule* jogado na França se deu devido às viagens dos nobres franceses e ingleses à Itália durante o Renascimento. Dessa forma, acredita o autor, as principais influências do rugby moderno são oriundas do jogo grego *harpastum* e sua variante

italiana "cálcio".

A história do rugby no Brasil começou a ser escrita ainda no século XIX. O historiador Paulo Varzea afirmou que o primeiro clube organizado no Brasil e fundado em 1875 tinha a intenção de praticar o futebol; porém, por impropriedade do terreno para o "soccer", um dos fundadores do clube, Sr. Oscar Cox, teve que aproveitar a bola redonda, buscada em Londres por volta de 1896, para exercícios de rugby, que não tiveram seguimento, segundo Mazzoni (1950).

Informes ainda revelam que, por influência do Império Britânico, o futebol e o rugby foram difundidos através de empresários, militares, estudantes e imigrantes que traziam ao Brasil, em suas bagagens, bolas oriundas do Reino Unido. De acordo com Bath (1997), em 1888 surgiu o São Paulo Athletic Club, que, desde sua origem, teve atividades de rugby realizadas entre seus associados. E já naquele ano houve registros da primeira partida de rugby no Brasil.

Mazzoni (1950) complementa os dados históricos de que em 1891 foi fundado pela primeira vez um clube dedicado única e exclusivamente ao rugby ou qualquer derivação do football no Brasil. Um dos fundadores, Luiz Leonel Moura, era um jovem recém-chegado da Inglaterra e havia sido educado no Elizabeth College, onde aprendeu o rugby e o futebol/soccer. Foi por sua iniciativa que se introduziu no Rio de Janeiro o rugby, que logo encontrou adeptos.

Em Uberlândia, a história do rugby teve início no final de 2006, quando um aluno da Universidade Federal de Uberlândia, Gustavo Bevilaqua, originário de São Paulo, trouxe o esporte e iniciou a prática, convidando os amigos a montar um time. O projeto à época foi bem aceito e muitos alunos se mostraram interessados e curiosos, surgindo então o Uberlândia Rugby Leopards.

No ano de 2009, entretanto, após uma discórdia entre os atletas da equipe, houve a divisão do time, e criou-se uma outra equipe denominada Uberlândia Rugby Clube (URC), fundada em 2010 pelo atleta Danilo Oliveira. Após algum tempo atuando em dois times na cidade, os atletas perceberam que poderiam ganhar mais força se deixassem as desavenças de lado em prol do esporte e focassem nos valores do rugby, em especial o respeito. Sendo assim, em 2012 os atletas do Uberlândia Rugby Leopards se uniram novamente aos atletas do Uberlândia Rugby Clube, dando origem à equipe Uberlândia Rugby.

O rugby, além de ser uma prática esportiva, trabalha valores muito importantes para a formação do ser humano. São eles: integridade, paixão, solidariedade, disciplina e respeito. Quando se começa a conhecer um pouco mais sobre a modalidade – as regras, principalmente –, descobrem-se esses cinco pilares da prática. A ideia de legado social e esportivo ressurgiu com força total.

3.2 Sobre os Jogos Olímpicos

De acordo com Godoy (1996), por volta de 2.500 a.C. os gregos já realizavam competições para homenagearem seus deuses, em especial Zeus. Entretanto, foi a partir de 776 a.C. que ocorreram pela primeira vez os Jogos Olímpicos, de forma organizada e com a participação de atletas de diversas cidades-estado, assumindo um papel fundamental na vida dos gregos. Os gregos buscavam através dos Jogos Olímpicos, além da religiosidade, a paz e a harmonia entre as cidades que compunham a civilização grega. Relatos históricos afirmam, inclusive, que algumas guerras entre as cidades eram cessadas no período dos jogos. Sobre o domínio do Império Romano cristianizado, os gregos foram impedidos pelo Imperador Teodósio I de praticarem qualquer manifestação que valorizasse o culto a vários deuses. Dessa forma, os últimos Jogos Olímpicos ocorreram no ano 393.

Na Era Moderna, a primeira edição dos Jogos Olímpicos teve início em 6 de abril de 1896 na cidade de Atenas, idealizados pelo Barão de Coubertin, um educador francês apaixonado por esportes que teve a ideia de reinventar os Jogos Olímpicos da Antiguidade em um novo formato que permitia a participação de atletas de todo o mundo. Os primeiros jogos, de 1896, tiveram a participação de 285 atletas, de 14 países, disputando oito modalidades esportivas. Em 1924 foram criados os Jogos Olímpicos de Inverno, realizados a cada quatro anos, no mesmo ano dos jogos tradicionais. A partir de 1994, os jogos passaram a ocorrer de forma alternada, e uma importante inovação aconteceu, quando surgiram os Jogos Paralímpicos, em que competem atletas com necessidades especiais.

Em 116 anos de evolução dos jogos, muitas mudanças ocorreram não apenas nas regras das competições, mas também na inserção das mulheres nas competições, na mudança dos uniformes, nas alterações dos eventos comemorativos. Os jogos foram se modernizando à medida que os séculos foram passando pelas evoluções tecnológicas e culturais. No ano de 2009, por meio da Sessão 121 do Comitê Olímpico Internacional, que aconteceu em Copenhague, Dinamarca, a cidade do Rio de Janeiro foi eleita a cidade-sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016, e o programa olímpico foi revisto, possibilitando a inserção das modalidades do golfe e do rugby no estatuto do esporte olímpico.

3.3 O legado social e esportivo na prática

Com o foco de possibilitar à cidade de Uberlândia vivenciar um legado social e esportivo com a vinda dos países para treinamento pré-jogos Rio 2016™, pensou-se em desenvolver alguma modalidade olímpica que fosse pouco praticada nas redes municipais de ensino, a fim de despertar o interesse dos alunos para o novo. Ainda, o objetivo era que a modalidade tivesse um forte vínculo com um dos quatro países que estariam treinando na cidade, a saber: Irlanda, Bélgica, Sérvia e Egito. Ademais, pensou-se na oportunidade de

divulgar uma modalidade que fosse inédita no programa olímpico. Finalmente, o propósito era fortalecer uma modalidade que já tivesse uma estrutura de prática local para que o trabalho pudesse ter perenidade.

Em novembro de 2014, durante visita técnica às estruturas esportivas da cidade de Dublin, na Irlanda, percebeu-se a paixão que os irlandeses exercem pela modalidade rugby e o quanto o governo local investiu para a prática da modalidade em suas estruturas públicas, tais como parques e escolas. É possível visualizar traves de rugby em vários locais da cidade, e a modalidade é paixão nacional que leva as famílias aos estádios.

Aproveitando-se a oportunidade de assinatura do memorando de entendimento entre a cidade de Uberlândia e o Comitê Olímpico da Irlanda e, ainda, todas as relações mencionadas nos parágrafos anteriores, foi estabelecido o contato com a Federação Internacional de Rugby, por meio do ex-presidente irlandês, Sr. Syd Millar, visando divulgar a intenção de desenvolvimento da modalidade em nível local. Uma decisão arrojada, mas que, após algumas insistências de contato, tiveram efeito positivo.

No início de 2015, a Confederação Brasileira de Rugby (CBRu) estabeleceu contato e se colocou à disposição para auxiliar no desenvolvimento do rugby na cidade de Uberlândia. Posteriormente, o gerente de desenvolvimento da referida confederação, Sr. Maurício Migliano, esteve em Uberlândia para reuniões de alinhamento e estratégias para implementação do projeto em parceria com os times esportivos locais e a Coordenação de Turismo Esportivo.

A morosidade do sistema público, associada, na maioria das vezes, ao interesse político arbitrário, protelou o início do projeto no ano de 2015. Entretanto, como o foco principal sempre foi o de estabelecer um legado social e esportivo para Uberlândia com a vinda das delegações olímpicas e paralímpicas, os esforços não foram medidos para efetivar essa ação. Sendo assim, no início de 2016, o projeto de desenvolvimento do rugby nas escolas municipais de Uberlândia foi apresentado.

A proposta apresentada contemplava um planejamento de seis meses dividido inicialmente na capacitação dos profissionais de educação física da rede municipal com doação de material esportivo (bolas oficiais de rugby). Em seguida ocorreriam as visitas técnicas dos atletas de rugby do time local às escolas para averiguar o rendimento dos alunos e professores na prática da modalidade. Na sequência haveria um workshop para os professores de educação física com o diretor de desenvolvimento da confederação brasileira e ainda visita técnica deste às escolas para acompanhamento da evolução dos alunos e professores locais. Por fim, o projeto-piloto iria encerrar-se com o 1º Festival Escolar de Rugby de Uberlândia. Vale ressaltar que nenhuma dessas ações propostas no projeto iria gerar custos para os professores de educação física ou para os alunos. Todos os custos com capacitação profissional, passagens aéreas, acomodação e alimentação dos profissionais especializados, locação de espaços e estruturas para realização do festival, entre outros, foram compartilhados entre a Coordenação

de Turismo Esportivo, a Confederação Brasileira de Rugby e o time Uberlândia Rugby com o objetivo maior de fomentar e divulgar a modalidade no município, produzindo o legado social e esportivo.

O projeto foi apresentado para mais de 60 professores da rede municipal de ensino, que lecionavam para 8.080 alunos em 20 escolas de Uberlândia. Efetivamente, 15 professores de educação física foram capacitados especificamente para o rugby com certificação oficial, e 13 escolas públicas, sendo 10 municipais e 3 estaduais, participaram ativamente do projeto. Aproximadamente 2.500 alunos tiveram acesso à modalidade e descobriram uma nova forma de praticar esporte. Mais de 20 bolas oficiais de rugby foram distribuídas para as escolas públicas, e o 1º Festival Escolar de Rugby de Uberlândia foi realizado, conforme Figura 2, com a participação de mais de 450 alunos, que passaram uma tarde realizando atividades de treinamento da modalidade, acompanharam um jogo do time Uberlândia Rugby, lancharam, trocaram medalhas e compartilharam momentos de alegria e confraternização.



Figura 2 - 1º Festival Escolar de Rugby de Uberlândia.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo de Uberlândia (MG)

4 Conclusão

A cidade de Uberlândia recebeu eficientemente as delegações esportivas da Bélgica, Egito, Irlanda e Sérvia para treinamento pré-jogos Rio 2016™ cumprindo, então, parte de seu papel de bem receber pessoas. Apesar disso, o objetivo primordial era, acima de tudo, contribuir para o fortalecimento do esporte, valendo-se dele como uma ferramenta de inserção social e

educacional, focando no desenvolvimento local de uma modalidade olímpica que fosse pouco conhecida no Brasil, mas que tivesse o mínimo de engajamento para tal.

O esporte é uma ferramenta de alavancagem social e deve ser utilizado como tal. De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), mesmo tendo como princípios o desenvolvimento físico e da saúde, o esporte serve para a aquisição de valores necessários para a coesão social e mundial, indo muito além das disputas e competições em estádios e ginásios. A prática esportiva pode evitar que crianças e jovens sejam aliciados por contraventores e contribui também para que eles fiquem afastados do mundo das drogas.

A realidade do esporte dentro das escolas brasileiras, entretanto, está muito aquém do que se imagina para um país com tanta potencialidade. As aulas de educação física não são levadas a sério e, quando são, as modalidades praticadas se limitam ao futebol ou às populares "queimadas/carimbadas", que mudam de nome de acordo com a região, mas basicamente consistem em atingir o colega adversário com a bola e não constituem uma modalidade esportiva oficial.

Obviamente o objetivo aqui não é desmerecer a brincadeira, mas sim valorizar a prática do esporte dentro das escolas como uma ferramenta de inclusão social, com foco na formação do caráter do ser humano, na elevação da autoestima e principalmente, na possibilidade de incentivar a formação de base, principalmente no que se refere à diversificação das modalidades esportivas. No projeto exposto nesta pesquisa, ficou claro o quanto o novo atrai a atenção e a curiosidade dos alunos e que, por mais que seja trabalhoso, não é impossível implementar uma ação semelhante dentro do sistema público, basta ter força de vontade e querer fazer acontecer.

Com a troca da gestão municipal em janeiro de 2017, a Coordenação de Turismo Esportivo foi extinta, assim como o projeto de desenvolvimento de rugby. Após um ano de reuniões e conversas insistentes mostrando aos novos gestores a importância da continuidade do projeto e os resultados positivos obtidos em algumas escolas onde o rugby foi praticado no passado (em relação a disciplina e respeito, por exemplo), o projeto foi retomado, em 2018, com um novo formato. Isso comprova que a semente plantada cinco anos atrás com a primeira visita dos irlandeses à Uberlândia, demonstrando interesse em treinar na cidade durante os Jogos Olímpicos Rio 2016™, foi cultivada e está sendo germinada, possibilitando à cidade colher bons frutos desse legado social e esportivo advindo da paixão pela modalidade esportiva rugby.

Referências

- BATH, R. **The complete book of rugby**. London: Seven Oaks Ltd, 1997.
- DUARTE, O. **História dos esportes**. São Paulo: Makron Book, 2000.
- GODOY, L. **Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 1996.
- GARCIA, H. **El rugby**. Madrid: Publicaciones del Comité Olimpico Espanõl, 1964.
- MAZZONI, T. **História do futebol no Brasil 1895-1950**. São Paulo: Edições Leia, 1950.

Artigo recebido em: 27/07/2018

Artigo aceito para publicação em: 18/09/2018



**IMPACTO DE UM PROGRAMA PREVENTIVO MULTIDISCIPLINAR NA
FREQUÊNCIA DE LESÕES EM ATLETAS JOVENS**

**IMPACT OF A MULTIDISCIPLINARY PREVENTIVE PROGRAM ON THE
FREQUENCY OF INJURIES IN YOUNG ATHLETES**

**IMPACTO DE UN PROGRAMA PREVENTIVO MULTIDISCIPLINAR EN LA
FRECUENCIA DE LESIONES EN ATLETAS JOVEN**

Natalia Franco Netto Bittencourt¹
Bruno Teobaldo Campos²
Cláudio Olivio Vilela Lima³
Bruna Melato Bernardes de Faria⁴
Felipe Ribeiro Pereira⁵
Guilherme Bernardone Pinho⁶
Leandro César Garcia⁷
Marcela Mendes de Almeida Gomide Leite⁸
Mariana Chaves Weschenfelder⁹
Rafael Persichini Freire¹⁰
Silvanio Miranda Signoretti Júnior¹¹
Tatiana Moreira dos Santos Ribeiro¹²
José Ricardo Claudino Ribeiro¹³

¹ Pós-doutorado na Amsterdam Collaboration on Health e Safety in Sports (VUmc). Doutora e Mestre em Ciências da Reabilitação pela UFMG. Especialista em Fisioterapia Esportiva (SONAFE/ UFMG). Coordenadora da Fisioterapia do Minas Tennis Clube. Professora Adjunta no Centro Universitário Uni-BH. (natalia.franco@minastc.com.br)

² Mestre em Ciências do Esporte (UFMG). Fisiologista do Minas Tênis Clube (MTC). (bruno.teobaldo@minastc.com.br)

³ Mestre em Ciências do Esporte (UFMG). Coordenador de Integração das Ciências do Esporte do MTC. (claudio.olivio@minastc.com.br)

⁴ Especialista em Acupuntura. Fisioterapeuta Esportiva do MTC. (bruna.melato@minastc.com.br)

⁵ Pós-graduação em ortopedia (UFMG). Fisioterapeuta do Futsal MTC. (felipe.pereira@minastc.com.br)

⁶ Especialista fisioterapia esportiva e ortopédica (Uni BH). Fisioterapeuta do MTC. (guilherme.bernardone@minastc.com.br)

⁷ Especialista Fisioterapia Esportiva (UFMG). Fisioterapeuta do Vôlei Masculino MTC. leandro.garcia@minastc.com.br)

⁸ Especialista em Fisioterapia Esportiva (Gama Filho). Fisioterapeuta do Vôlei Feminino MTC. (marcela.gomide@minastc.com.br)

⁹ Especialista em Fisioterapia Ortopédica e Esportiva (Uni-BH). Fisioterapeuta da Ginástica Artística/Trampolim MTC. (mariana.weschenfelder@minastc.com.br)

¹⁰ Pós-graduação em Fisioterapia Esportiva (PUC Minas). Fisioterapeuta do Judô MTC. (rafael.freire@minastc.com.br)

¹¹ Especialista Ortopedia e Esporte (UNIBH). Fisioterapeuta do Basquete MTC. (silvano.signoretti@minastc.com.br)

¹² Pós Graduação Fisioterapia Esportiva (UFMG). Fisioterapeuta da Natação MTC. (tatiana.ribeiro@minastc.com.br)

¹³ Mestre em Ciências da Educação (FMH-Lisboa). Gerente de Processos Técnico-Científicos e Saúde do MTC. (jose.ricardo@minastc.com.br)

Resumo: O objetivo da pesquisa é comparar a frequência de lesões e dias de afastamento em atletas jovens antes e após a implementação de um programa preventivo. Justifica-se a realização do trabalho em função das lesões esportivas que apresentam impactos negativos na prática esportiva devido aos problemas de saúde, além de prejuízos técnicos e financeiros para as equipes. Neste sentido, programas preventivos para minimizar essas questões são realizados no aquecimento antes de jogos e/ou treinos dentro da rotina do esporte. A metodologia envolve o estudo prospectivo de duas temporadas com 757 atletas de vôlei, basquete, judô, tênis, natação, ginástica artística e futsal. Os dados de frequência de lesões e dias de afastamento foram coletados durante uma temporada (observacional) do estudo, e na última temporada foi implementado o programa preventivo. Conclui-se que a redução de 43% dos dias de afastamento e 17% de lesões aumenta a disponibilidade dos atletas para treinos e pode contribuir na formação de atletas jovens.

Palavras-chave: lesões, atletas jovens, prevenção, esporte, formação.

Abstract: The aim of this research is to compare the frequency of injuries and days of time loss in young athletes before and after the implementation of a preventive program. It is justified by sports injuries present negative impacts on sports practice due to athletes' health problems, as well as technical and financial problems to the teams. In this sense, preventive programs to minimize these issues are carried out in the warm up before games and / or training in the sports routine. Methods adopted consider prospective study of two seasons in 757 athletes of volleyball, basketball, judo, tennis, swimming, artistic gymnastics and indoor soccer. Data on frequency of injuries and days of absence were collected during one season in the observational phase of the study, and in the last season the preventive program was implemented. Conclusion points to a 43% reduction in days of absence and 17% in injuries, which, altogether, increases the availability of athletes for training and may contribute to the formation of young athletes.

Keywords: injuries, young athletes, prevention, sports.

Resumen: El objetivo de la investigación es comparar la frecuencia de lesiones y días de alejamiento en atletas jóvenes antes y después de la implementación de un programa preventivo. Se justifica la realización del trabajo en función de las lesiones deportivas que presentan impactos negativos en la práctica deportiva, debido a los problemas de salud, además de pérdidas técnicas y financieras para los equipos. En este sentido, programas preventivos para minimizar estas cuestiones se realizan en el calentamiento antes de juegos y / o entrenamientos dentro de la rutina del deporte. La metodología involucra el estudio prospectivo de dos temporadas con 757 atletas de voleibol, baloncesto, judo, tênis, natación, gimnasia artística y futsal. La frecuencia de lesiones y días de expulsión fue recogida durante una temporada (observacional) del estudio y en la última temporada se implementó el

programa preventivo. Se concluye que la reducción del 43% de los días de alejamiento y el 17% de lesiones aumenta la disponibilidad de los atletas para entrenamientos y puede contribuir en la formación de atletas jóvenes.

Palabras clave: lesiones, atletas jóvenes, prevención, deporte, formación.

1 Introdução

A prática de esporte por atletas jovens se tornou a principal causa de lesões musculoesqueléticas nessa população (ABERNETHY; BLEAKLEY, 2007; DARROW *et al.* 2009; EMERY, 2003). Essas lesões interferem no desempenho do atleta na atividade praticada e impactam negativamente na saúde física e mental, pois aumentam a chance de incapacidade física (ex: osteoartrose) e interrupção precoce da carreira esportiva, uma vez que os atletas lesionados podem apresentar frustração, perda de identidade e distúrbios de sono (VON ROSEN *et al.*, 2018). Neste sentido, os profissionais do esporte devem trabalhar em conjunto na prevenção dessas lesões para promoção da saúde, da participação segura no esporte e na redução dos impactos negativos das lesões esportivas (DARROW *et al.* 2009).

No esporte, as lesões do sistema musculoesquelético apresentam incidência de 3,98 lesões por 1000 horas de treino e 13,79 lesões por 1000 horas de jogo (HOOTMAN *et al.*, 2007). Além disso, as lesões em jovens atletas representam aproximadamente 40% dos atendimentos médicos de emergência nessa população nos EUA (DARROW *et al.* 2009). Já no Brasil, os estudos são escassos, mas em um trabalho sobre lesões de atletas jovens de diferentes modalidades, observou-se que os tipos mais comuns de lesão são a entorse de tornozelo, lombalgia e entorse de joelho (CARAZZATO *et al.*, 1998).

Cada modalidade esportiva tem sua particularidade em relação ao tipo de lesão e sua prevalência. No basquetebol foi identificado que a maior prevalência de lesões foi de contusões (35,9%), seguidas de entorses (28,2%) e lesões apofisárias (12,3%) (GUTGESELL., 1991). No voleibol identificaram a maior predominância de lesões no joelho (26,74%), seguidas por lesões no tornozelo (19,52%), coluna (13,44%), mão (13,3%) e ombro (7,9%) (CARAZZATO *et al.* 1992). Já no futsal, o segmento mais atingido foi o tornozelo (45,2%), seguido do joelho (19%), sendo que as entorses corresponderam a 21,4% das lesões, e as fraturas/luxações por 26,2% das lesões (RIBEIRO *et al.*, 2003). Nos atletas de natação, a prevalência maior de lesão é no membro superior 61,4%, com acometimento maior no ombro, com 49,9% do total de lesões; o membro inferior com 21,7% das lesões, sendo o joelho o mais lesionado, com 14,4%, e o tronco aparece com 16,9%, predominando a coluna dorsal e tórax, somados em 9,6%, e lombar e pelve com 6% (DE MELLO *et al.*, 2007). Na ginástica artística, estudos demonstram que as lesões são distribuídas em 53,5% em membros inferiores, 24,4% nos membros superiores, 17,3% na coluna e 4,7% no tronco, existindo uma maior

prevalência do membro inferior em lesões traumáticas e do membro superior e tronco em lesões crônicas (AMARAL *et al.*, 2009). No tênis a maior prevalência de lesão é no membro inferior 39-65%, predominando joelho e tornozelo, membro superior 24-46%, com predomínio do cotovelo, seguido de ombro, e de 8-22% no tronco, com maior comprometimento da coluna.

Tendo em vista o impacto negativo das lesões e a alta incidência, programas preventivos têm sido implementados com sucesso em atletas jovens. Olsen *et al.*(2005) aplicaram um programa de exercícios durante o aquecimento com estímulos para aumento da estabilidade articular, força muscular e técnica de aterrissagem em 1.837 atletas de handebol e demonstraram redução de 50% de lesões nos membros inferiores. Outro programa de prevenção aplicado mundialmente é o FIFA 11+, que apresenta redução comprovada de 30% de lesões em atletas jovens de futebol. Uma meta-análise publicada recentemente demonstrou que, de forma geral, programas preventivos apresentam redução de 40% das lesões em atletas jovens (SOOMRO *et al.*, 2016). Entretanto, no Brasil, estudos sobre os efeitos da prevenção em atletas jovens são raros. Dessa forma, o objetivo do presente estudo foi comparar a frequência de lesões e dias de afastamento em atletas jovens brasileiros antes e após a implementação de um programa preventivo multidisciplinar.

2 Métodos

2.1 Desenho do estudo

O estudo teve desenho prospectivo experimental e foi dividido em duas fases: primeira temporada observacional de coleta da frequência de lesões e dias de afastamento (segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017) e a segunda temporada de intervenção do programa preventivo (segundo semestre de 2017 e primeiro semestre de 2018).

2.2 Amostra

Na primeira temporada, 709 atletas foram acompanhados, e na segunda temporada, 757 atletas. Os atletas pertenciam a um clube esportivo de Belo Horizonte e faziam parte dos treinamentos regulares e competições regionais e nacionais das equipes de vôlei, basquete, futsal, judô, ginástica artística, natação e tênis.

2.3 Definição de lesão

Lesão foi definida como qualquer queixa de dor ocorrida durante o treino ou competição, sendo necessária atenção de profissional da saúde (médico ou fisioterapeuta), independente de ter havido afastamento da prática esportiva (FULLER *et al.* 2006). Todas as lesões foram registradas numa planilha padronizada utilizando-se a caracterização proposta por Fuller *et al.*(2006). Além disso, as lesões foram classificadas em três tipos em relação ao afastamento da prática esportiva: 1)

afastamento total; 2) afastamento parcial (adaptação de algum parâmetro do treino devido à lesão); e 3) lesão sem afastamento (lesões que necessitaram de tratamento fisioterapêutico, mas não afastaram os atletas da prática esportiva). Todos os dias de afastamento foram registrados, e somente quando o atleta retornava de forma completa ao esporte era considerada a alta, e a contagem de dias cessava.

2.4 Programa Preventivo

Durante o período de observação foram registradas todas as lesões, e os atletas realizaram os treinamentos de forma habitual e de acordo com a rotina de cada esporte. Após o período de observação, um programa preventivo foi implantado em todos os esportes, caracterizando, portanto, o período de intervenção, que teve duração de 12 meses e foi executado duas vezes por semana. O programa preventivo foi composto por três parâmetros: 1) exercícios específicos provenientes dos resultados da avaliação pré-temporada para cada grupo; 2) exercícios gerais para estabilização lombo-pélvica (*core*) e dos membros inferiores; 3) exercícios de aquecimento, que foram elaborados em conjunto com os técnicos e preparadores físicos. Após a elaboração do programa de exercícios, os fisioterapeutas realizam um treinamento (*workshop*) com os técnicos para facilitar a execução desses exercícios com os atletas. Além disso, foram feitos banners (Figura 1) com fotos e orientações de todos os exercícios e afixados nos locais de treinamento.

O primeiro componente para a escolha dos exercícios foi a utilização dos resultados provenientes da avaliação pré-temporada (APT) de cada esporte praticado pelos atletas do presente estudo. A APT é realizada como rotina no clube esportivo pesquisado, e na área da fisioterapia a triagem é feita através dos testes de ADM de dorsiflexão, ADM de rotação medial de ombro, rigidez de quadril, teste de estabilidade dinâmica (*y*-teste) e alinhamento dinâmico dos Membros Inferiores – MMII, durante o agachamento unipodal.



Figura 1. A) Banner preventivo do judô; B) Banner preventivo do basquete.
Fonte: Elaboração própria

2.5 Análise estatística

A análise descritiva (média, desvio padrão, mínimo e máximo) foi utilizada para os dados demográficos e para a caracterização da severidade das lesões, mecanismo e local anatômico acometido. O Teste-*t* de amostras independentes foi utilizado para comparar a diferença das médias de dias de afastamento e número de lesões entre a temporada de observação e a temporada experimental. O nível de significância estabelecido foi de 0,05. Além disso, o tamanho do efeito de Cohen (ES) foi calculado para avaliar a magnitude da diferença entre os ensaios experimentais. O ES foi calculado subtraindo-se o valor médio de um grupo do valor médio do grupo com o qual estava sendo comparado. O resultado foi então dividido por um desvio-padrão combinado para os dados. Os valores de ES foram considerados como triviais ($ES < 0,2$), pequenos ($0,2 < ES < 0,6$), moderados ($0,6 < ES < 1,2$) e grandes ($ES \geq 1,2$) (HOPKINS, 2009). O software SPSS versão 20,0 foi utilizado para as análises.

3 Resultados

Os dados descritivos referentes aos atletas na temporada 1 estão apresentados na Tabela 1, e os dados demográficos da temporada 2 estão descritos na Tabela 2.

Tabela 1 – Caracterização da amostra Temporada 1

Modalidade	Idade				Peso				Altura				n
	Mín.	Média	DP	Máx.	Mín.	Média	DP	Máx.	Mín.	Média	DP	Máx.	
Basquete	11,9	15,2	1,9	19,6	36,8	69,6	17	131,6	145	178,8	14	210	88
Futsal	11,9	14,5	1,5	17,5	32,6	55,7	13	89,3	142	165,1	11	187	78
Ginástica Artística	6,2	10,9	2,7	16,9	19,3	34,9	13	71,4	110	138	16	176	35
Ginástica de Trampolim	7,5	10,2	2,5	15,5	19,6	32,2	11	62,4	120	136,3	13	166	20
Judô	10,9	14	2,0	17,7	30,1	55,4	16	98,6	135	159,7	12	184	62
Natação	8,2	13	2,4	17,8	21,1	49,3	13	89,9	124	158,3	14	189	277
Tênis	10,7	13,3	1,9	16,7	31,6	48,9	11	76,7	140	160,3	12	188	24
Voleibol Feminino	13	15,5	1,8	19,7	48,3	64,2	9	91,2	158	173,6	8	190	73
Voleibol Masculino	13,3	15,9	1,6	19,7	48,3	74,3	12	100,3	165	186,1	10	208	52
Geral	6,2	13,8	2,5	19,7	19,3	55,2	17	131,6	110	163,7	17	210	709

Legenda: Mín. - Mínimo, Máx. - Máximo, DP – Desvio Padrão.

Fonte: Banco de dados - Coordenação das Ciências do Esporte/Coordenação de Fisioterapia do Minas Tênis Clube.

Fonte: Elaboração própria

Tabela 2 – Caracterização da amostra Temporada 2

Modalidade	Idade				Peso				Altura				n
	Mín.	Média	DP	Máx.	Mín.	Média	DP	Máx.	Mín.	Média	DP	Máx.	
Basquete	10,8	15,0	2,0	19,4	31,4	69,2	17	111	144	178,9	14	209	94
Futsal	11,5	14,0	1,6	17,4	31,3	53,1	12	93,2	141	164	11	188	84
Ginástica Artística	6,1	10,1	2,8	16,9	16,6	30,7	12	60,8	108	132	16	174	36
Ginástica de Trampolim	6,1	10,1	2,7	16,2	20,4	31,9	12	64,3	115	135,8	15	170	26
Judô	10,6	13,5	1,6	16,4	31,5	52	16	106,1	136	157,9	11	186	61
Natação	7,8	12,2	2,1	16,4	22,8	48,5	13	81,7	119	154	14	186	272
Tênis	10,5	12,9	1,7	16,3	27,5	46,5	9	60,3	135	157,7	10	174	30
Voleibol Feminino	11,7	14,7	1,7	19,4	44,6	63,4	9	91,1	160	173,1	8	192	97
Voleibol Masculino	13,0	15,9	1,6	20,4	50,8	75,1	12	107,1	161	186,4	11	210	57
Geral	6,1	13,3	2,5	20,4	16,6	55,1	18	111	108	162	19	210	757

Legenda: Mín. - Mínimo, Máx. - Máximo, DP – Desvio Padrão.

Fonte: Banco de dados - Coordenação das Ciências do Esporte/Coordenação de Fisioterapia do Minas Tênis Clube.

Fonte: Elaboração própria

Na primeira temporada de observação ocorreram 328 lesões, média de $46,1 \pm 21,3$ dias de afastamento por mês, e 46% dos atletas se lesionaram. As principais lesões foram: tendinopatias (25%), entorses ligamentares (22%) e lesão muscular (8%), e as regiões anatômicas mais acometidas foram joelho (22%), tornozelo (21%), ombro (16,7%) e lombar (6,5%).

Na segunda temporada, na qual foram implantados os programas preventivos nas modalidades esportivas, ocorreram 272 lesões, média de $31,6 \pm 16,7$ dias de afastamento por mês, e 36% dos atletas se lesionaram. As principais lesões foram entorses ligamentares (30%), tendinopatias (20%) e lesões musculares (6,6%). As regiões anatômicas mais lesionadas foram tornozelo (26,5%), joelho (22%), ombro (15%) e lombar (4,8%).

A comparação entre a temporada de observação e a temporada experimental revelou redução de 43% dos dias de afastamento (Figura 1) e 17% do número de lesões. O Teste *t*-independente revelou que, para os dias de afastamento, a diferença entre temporadas não foi estatisticamente significativa ($p = 0,078$, ES = 0,80). Para o número de lesões também não houve diferença significativa ($p = 0,59$, ES = 0,29).

Houve mudanças no perfil de lesões, no qual as lesões por sobrecarga (tendinopatias e lesão muscular) foram reduzidas em 28,6% e 28%, respectivamente, e as entorses ligamentares aumentaram 22% (Figura 2). Quanto às regiões lesionadas, também houve mudanças. O joelho, que era a principal região lesionada na primeira temporada, passou para a segunda posição, e o tornozelo passou a ser a região mais acometida na segunda temporada (Figura 3). De forma descritiva, as modalidades que tiveram maior redução do número de lesões foram natação, vôlei feminino e ginástica artística (Figura 4). E a maior redução dos dias de afastamento foi nos seguintes esportes: natação, tênis e judô (Figura 5).

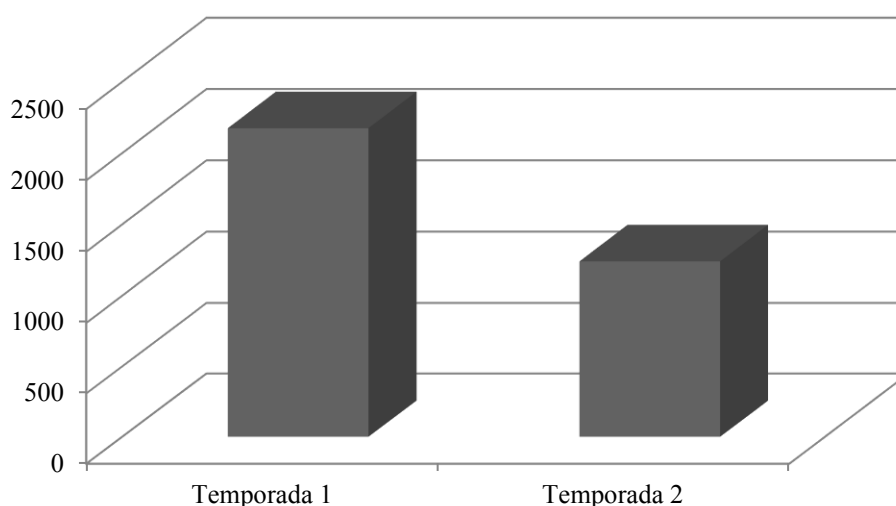


Figura 1: Soma dos dias de afastamento na temporada 1 e na 2 de todas as modalidades esportivas.
Fonte: Banco de dados - Coordenação das Ciências do Esporte/Coordenação de Fisioterapia do Minas Tênis Clube

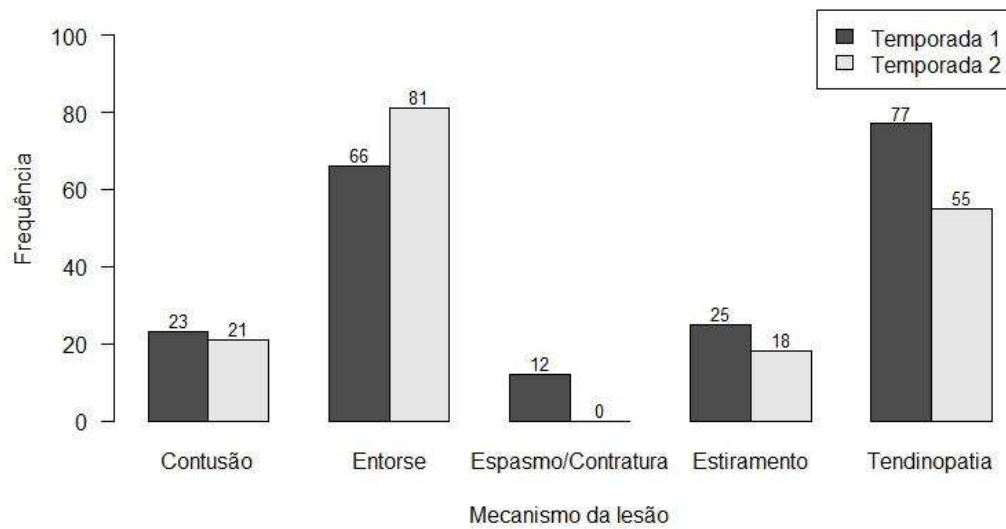


Figura 2: Comparação dos mecanismos de lesão mais frequentes entre temporada 1 e 2.

Fonte: Banco de dados - Coordenação das Ciências do Esporte/Coordenação de Fisioterapia do Minas Tênis Clube.

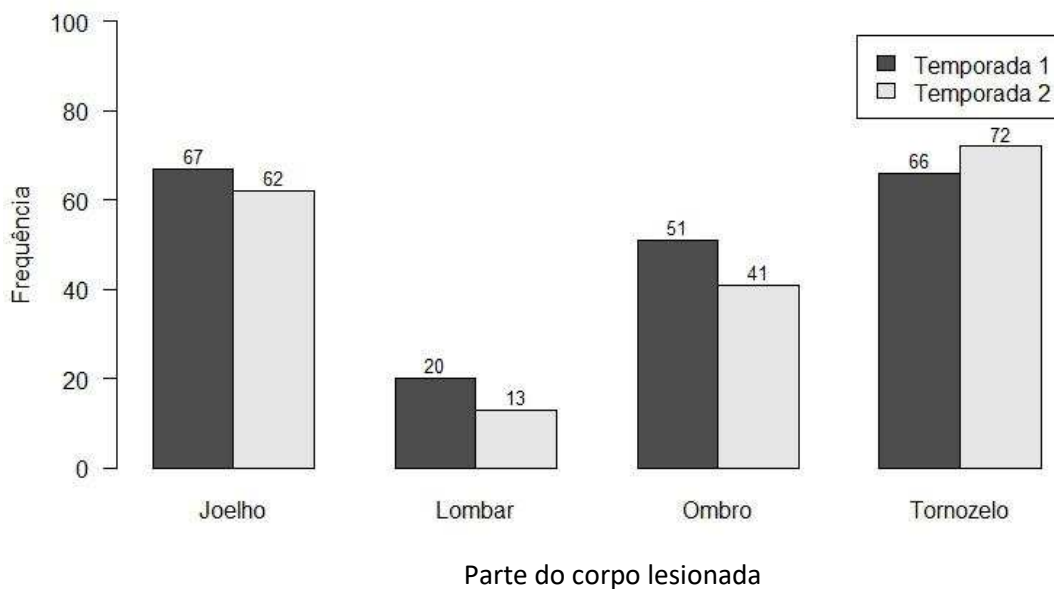


Figura 3: Comparação dos locais anômicos mais acometidos entre temporada 1 e 2.

Fonte: Banco de dados - Coordenação das Ciências do Esporte/Coordenação de Fisioterapia do Minas Tênis Clube.

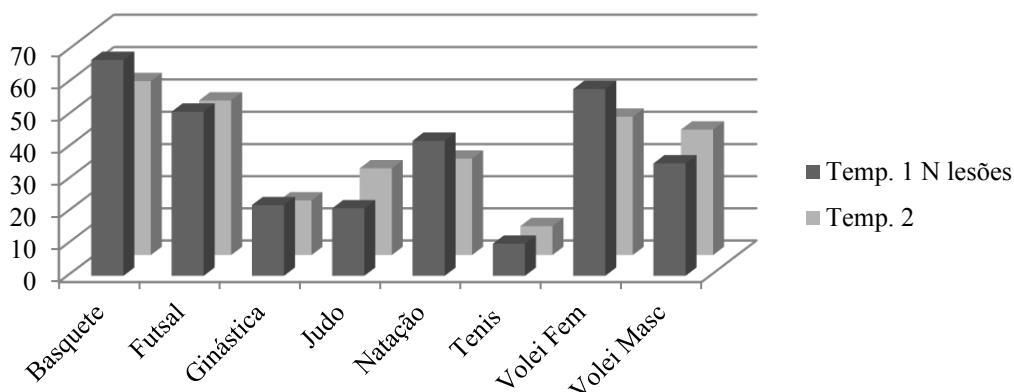


Figura 4: Número de lesões de cada modalidade esportiva e comparação entre as temporadas 1 e 2.
Fonte: Banco de dados - Coordenação das Ciências do Esporte/Coordenação de Fisioterapia do Minas Tênis Clube

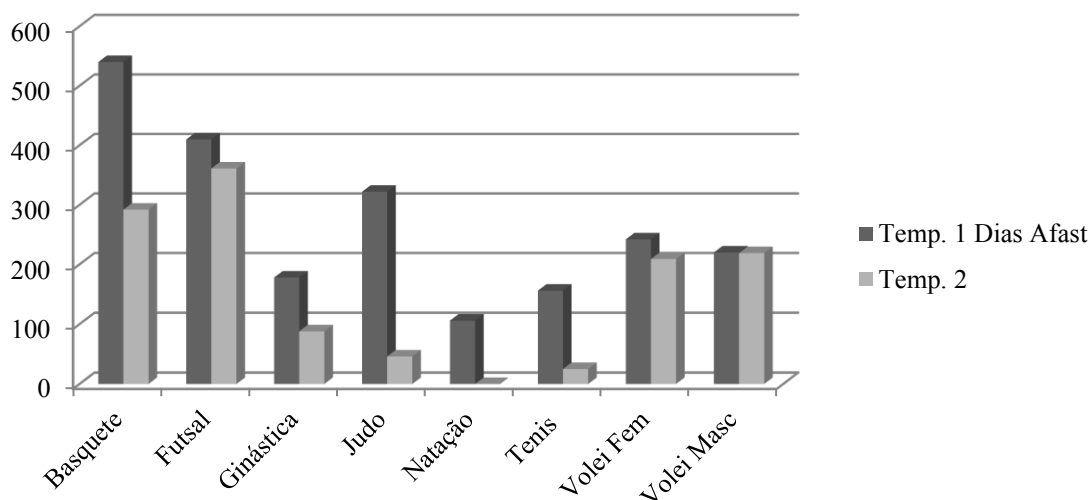


Figura 5: Somatório dos dias de afastamento de cada modalidade esportiva e comparação entre as temporadas 1 e 2.
Fonte: Banco de dados - Coordenação das Ciências do Esporte/Coordenação de Fisioterapia do Minas Tênis Clube

4 Discussão

O objetivo do presente estudo foi comparar a frequência de lesões e dias de afastamento em atletas jovens brasileiros antes e após implementação de programa preventivo multidisciplinar. A frequência (número de lesões) e severidade das lesões (tempo de afastamento) em jovens atletas brasileiros diminuiu após a aplicação de um programa de exercícios preventivos, feitos de forma multidisciplinar. A redução foi de 43% nos dias de afastamento e de 17% no número de lesões.

Entretanto, essa diferença não alcançou significância estatística, e apresentou tamanho do efeito de pequeno a moderado. Até o presente momento este é o primeiro estudo brasileiro a demonstrar esses resultados com o número amostral grande de atletas jovens praticantes de voleibol, basquetebol, futsal, natação, judô, ginástica e tênis. Houve redução de 56% das lesões relacionadas com sobrecarga (tendinopatias e lesões musculares), entretanto as lesões agudas aumentaram 22% (entorses de tornozelo).

O resultado do presente estudo corrobora com os estudos de prevenção em atletas jovens. Olsen *et al.* (2005) encontraram redução de 50% de lesões nos membros inferiores em atletas de 15 a 17 anos de handebol (maioria do sexo feminino). O estudo randomizado de Owoeye *et al.* (2014) verificou redução de lesões em atletas jovens de futebol utilizando o programa preventivo FIFA 11+, assim como o estudo de Steffen *et al.* (2013a), que também demonstrou 72% de redução das lesões nos MMII em atletas jovens de futebol do sexo feminino. Quanto ao desempenho, os estudos que obtiveram resultados positivos com o uso do programa FIFA 11+ foram aqueles realizados em homens, com idade média de 22,5 anos, que encontraram resultados nos seguintes aspectos: ganho de controle neuromuscular (IMPELLIZZERI *et al.*, 2013), mudanças fisiológicas compatíveis com um aquecimento apropriado, (BIZZINI *et al.*, 2013), melhora da força isocinética dos músculos isquiossurais e quadríceps, além da melhora na razão H/Q, (BRITO *et al.*, 2010). Outro benefício do programa de aquecimento, que também foi encontrado no estudo de Bizzini *et al.* (2013), foi o aumento do VO₂ após a realização do programa. Neste sentido, a inserção de exercícios preventivos como aquecimento pré-treino, além de ter efeito na redução de lesões, parece melhorar aspectos relacionados ao desempenho esportivo.

Ao se falar em prevenção de lesão deve-se ter atenção não somente quanto à eficácia, mas também quanto à adesão ao programa. O estudo de Soligard *et al.* (2010) conseguiu atingir um nível de adesão total, promovendo informações detalhadas da intervenção proposta, pois avaliou tanto a adesão do time (relacionada com as atitudes do treinador, sendo útil para determinar o grau de aceitação do programa pela equipe esportiva) quanto a adesão do jogador de forma individual (útil para identificar como essa adesão influencia na efetividade do programa). Neste estudo, os autores verificaram que o risco de lesões totais e agudas foi reduzido em mais de um terço em jogadores com alta taxa de adesão ao programa FIFA 11+, se comparado àqueles jogadores considerados com uma taxa de adesão intermediária. Outra verificação importante foi que, se o treinador tivesse a opinião de que o programa não incluía atividades específicas de futebol, a probabilidade de uma baixa adesão por parte do jogador aumentaria em 81%. Com isso, os autores concluíram que atitudes positivas do treinador se correlacionaram com alta adesão e baixo risco de lesão, evidenciando o papel dos técnicos como imprescindíveis agentes na sustentabilidade de um programa de prevenção de excelência.

Tendo em vista o efeito da adesão do programa preventivo na redução de lesões, o presente estudo realizou treinamento com os técnicos e também incluiu exercícios de aquecimento específicos de cada esporte, que foram elaborados pelos técnicos e preparadores físicos. Essas duas estratégias foram realizadas com o objetivo de aumentar a adesão pelos técnicos e atletas ao programa preventivo conforme evidenciado pelos estudos de Soligard *et al.*(2010) e Steffen *et al* (2013b). O estudo de Steffen *et al* (2013b) mostrou que o risco de lesão foi de 56% (todas as lesões) e de 48% (lesões de membros inferiores) menor em jogadoras com alta adesão, se comparado às de baixa adesão aos exercícios do FIFA 11+, embora essa redução do risco de lesão não tenha alcançado o nível de significância estatística. Além disso, a preparação das treinadoras com um *workshop* sobre o programa FIFA 11+ foi mais efetiva em termos de adesão do que o grupo sem esse tipo de treinamento; entretanto, mais uma vez, essa diferença não foi estatisticamente significativa. De acordo com os autores, a disponibilidade prévia dos recursos do FIFA 11+ é o principal viés do estudo, pois é possível que as treinadoras já tenham utilizado o FIFA 11+, ou programas de prevenção semelhantes, e isso explicaria os resultados não significativos. Apesar das duas estratégias implantadas, a frequência de execução dos exercícios do presente estudo parece não ter sido suficiente para reduzir a frequência e severidade de forma estatisticamente significativa.

Apesar da não significância estatística entre as temporadas analisadas, a redução de 43% de dias de afastamento e de 17% de lesões apresenta um impacto positivo na prática clínica e na disponibilidade dos atletas para treinamento. De forma geral, antes do trabalho preventivo, cada lesão gerou 7,5 dias de afastamento, e após a prevenção, baixou para 4,6 dias. Além disso, entre uma temporada e outra, 75 atletas a menos não se lesionaram. Esses dados reforçam que o trabalho preventivo ao utilizar os dados da avaliação pré-temporada possibilita aumentar a capacidade dos atletas em relação à demanda imposta pelo esporte. Por exemplo, nos atletas de voleibol e basquetebol, a média da ADM de dorsiflexão estava abaixo do esperado para o esporte, e, como há aumento de risco para tendinopatia patelar (BACKMAN; DANIELSON, 2011), foi incluído ganho de ADM de dorsiflexão para os dois grupos. Diferentemente do grupo do vôlei feminino, no qual as atletas em média não apresentavam redução desta ADM., Entretanto, para este grupo o foco foi aumentar a rigidez dos rotadores laterais de quadril, uma vez que existe associação com o valgismo dinâmico (BITTENCOURT *et al.*, 2012) e essa disfunção apresenta relação com lesões no joelho (HEWETT *et al.*, 2005). Já para os atletas de natação que apresentam alta frequência de dor no ombro (SEIN *et al.* 2008), o ganho de ADM de rotação medial e a redução da discinesia escapular foram o foco dos exercícios preventivos.

No presente estudo foi possível verificar o aumento da frequência de 22% das entorses de tornozelo. Para essa lesão já existem evidências que exercícios neuromusculares (apoio unipodal, perturbação e desequilíbrios) reduzem em até 35% o risco de entorses de tornozelo comparado com atletas que não fizeram a prevenção (SCHIFTAN *et al.*, 2015). Essa revisão foi realizada reunindo

3.726 participantes e, independentemente de o atleta ter história de entorse, os exercícios foram eficientes. Outro dado importante foi a análise NNT (*number needed to treat*), a qual mostrou que, para 17 atletas que realizaram programas preventivos, uma entorse foi prevenida. Essa discordância entre os dois estudos pode ser explicada pelo fato de o programa preventivo do presente trabalho ter uma menor quantidade de exercícios focados no tornozelo. Essa decisão foi tomada, pois as principais lesões na primeira temporada eram no joelho e por sobrecarga, portanto o foco principal do programa foi para a articulação do joelho e não do tornozelo.

Uma limitação do estudo foi não ter realizado de forma sistemática o controle da frequência dos preventivos. Por se tratar de um estudo ecológico nas condições de rotina do clube, a sistematização desta informação não foi viável. Entretanto, mensalmente foram realizadas visitas presenciais dos fisioterapeutas para evolução dos exercícios e estímulos para manutenção do trabalho. A redução de 17% de lesões comparada com a literatura, que apresenta maiores percentuais de redução, pode ser justificada pela falta de controle do número de sessões do preventivo, pois não houve garantia da execução de 100% do programa.

Na primeira temporada de observação do estudo, 46% dos atletas se lesionaram, valor maior do que o encontrado por Moseid *et al.* (2018), de 36% em atletas jovens com o mesmo perfil esportivo (MOSEID *et al.* 2018). Além disso, as lesões nesta primeira temporada se caracterizaram por lesão de sobrecarga (tendinopatias) e a região do joelho com maior frequência de lesão. Esse perfil não é o esperado para atletas jovens, pois estudos demonstram que a lesão mais comum são as traumáticas e no tornozelo (entorses) (MOSEID *et al.* 2018). Neste sentido, após a implantação do programa preventivo, houve mudança do perfil de lesões, sendo as lesões ligamentares mais frequentes, e o tornozelo a região mais acometida. Um dos motivos para este resultado pode ser o fato de a maior parte dos exercícios estarem com foco na redução das lesões no joelho e uma menor parte de exercícios na estabilidade para tornozelo. Portanto, os exercícios preventivos tiveram um impacto positivo na redução de lesões por sobrecarga, assim como na redução dos dias de afastamento, caracterizando um aumento da capacidade dos atletas de receber a demanda esportiva.

5 Conclusão

O presente estudo prospectivo de duas temporadas demonstrou redução de 17% de lesões e 43% de dias de afastamento em 757 atletas jovens brasileiros após a implantação de um programa preventivo multidisciplinar. Essa redução possibilita maior disponibilidade dos atletas para treinos e jogos e contribui para a formação de jovens atletas. Vale ressaltar que esse resultado não alcançou significância estatística. Apesar disso, houve redução importante de lesões por sobrecarga, e o perfil de lesões se tornou similar ao apresentado por outros estudos em atletas jovens, sendo o tornozelo a região mais acometida e não o joelho, como na temporada anterior ao início dos exercícios

preventivos. Dessa forma, o programa preventivo foi uma ação assertiva para a promoção de saúde em atletas jovens.

6 Referências

AMARAL, Luísa; SANTOS, Paulo; FERREIRINHA, José. Caracterização do perfil lesional em ginástica artística feminina: um estudo prospectivo das ginastas Portuguesas de competição ao longo de uma época desportiva. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 9, n. 1, p. 43-51, 2009.

ABERNETHY, Liz; BLEAKLEY, Chris. Strategies to prevent injury in adolescent sport: a systematic review. **British journal of sports medicine**, v. 41, n. 10, p. 627-638, 2007.

BACKMAN, Ludvig J.; DANIELSON, Patrik. Low range of ankle dorsiflexion predisposes for patellar tendinopathy in junior elite basketball players: a 1-year prospective study. **The American journal of sports medicine**, v. 39, n. 12, p. 2626-2633, 2011.

BITTENCOURT, Natalia FN et al. Foot and hip contributions to high frontal plane knee projection angle in athletes: a classification and regression tree approach. **Journal of orthopaedic & sports physical therapy**, v. 42, n. 12, p. 996-1004, 2012.

BIZZINI, Mario et al. Physiological and performance responses to the "FIFA 11+"(part 1): is it an appropriate warm-up?. **Journal of sports sciences**, v. 31, n. 13, p. 1481-1490, 2013.

BRITO, João et al. Isokinetic strength effects of FIFA's" The 11+" injury prevention training programme. **Isokinetics and Exercise Science**, v. 18, n. 4, p. 211-215, 2010.

CARAZZATO, João Gilberto; CAMPOS, Luis Antonio N.; CARAZZATO, Simone Godinho. Incidência de lesões traumáticas em atletas competitivos de dez tipos de modalidades esportivas. **Revista Brasileira de Ortopedia**, v. 27, n. 745, p. 58, 1992.

CARAZZATO, J. G. et al. Incidência de lesões progressas do aparelho locomotor encontradas em avaliação global de 271 atletas jovens de elite de dez modalidades esportivas. **Revista Brasileira de Ortopedia**, v. 33, p. 919-29, 1998.

DARROW, Cory J. et al. Epidemiology of severe injuries among United States high school athletes: 2005-2007. **The American journal of sports medicine**, v. 37, n. 9, p. 1798-1805, 2009.

DE MELLO, Daniel Negreiros; DA SILVA, Alexandre Sabbag; JOSÉ, Fábio Rodrigues. Lesões musculoesqueléticas em atletas competidores da natação. **Fisioterapia em Movimento**, v. 20, n. 1, p. 123-127, 2007.

EMERY, Carolyn A. Risk factors for injury in child and adolescent sport: a systematic review of the literature. **Clinical Journal of Sport Medicine**, v. 13, n. 4, p. 256-268, 2003.

FULLER, Colin W. et al. Consensus statement on injury definitions and data collection procedures in studies of football (soccer) injuries. **Scandinavian journal of medicine & science in sports**, v. 16, n. 2, p. 83-92, 2006.

- GUTGESELL, Margaret E. Safety of a preadolescent basketball program. **American Journal of Diseases of children**, v. 145, n. 9, p. 1023-1025, 1991.
- HEWETT, Timothy E. et al. Biomechanical measures of neuromuscular control and valgus loading of the knee predict anterior cruciate ligament injury risk in female athletes: a prospective study. **The American journal of sports medicine**, v. 33, n. 4, p. 492-501, 2005.
- HOOTMAN, Jennifer M.; DICK, Randall; AGEL, Julie. Epidemiology of collegiate injuries for 15 sports: summary and recommendations for injury prevention initiatives. **Journal of athletic training**, v. 42, n. 2, p. 311, 2007.
- HOPKINS, William et al. Progressive statistics for studies in sports medicine and exercise science. **Medicine Science in Sports Exercise**, v. 41, n. 1, p. 3, 2009.
- IMPELLIZZERI, Franco M. et al. Physiological and performance responses to the FIFA 11+(part 2): a randomised controlled trial on the training effects. **Journal of sports sciences**, v. 31, n. 13, p. 1491-1502, 2013.
- MOSEID, C. H. et al. The prevalence and severity of health problems in youth elite sports: A 6-month prospective cohort study of 320 athletes. **Scandinavian journal of medicine & science in sports**, v. 28, n. 4, p. 1412-1423, 2018.
- OLSEN, Odd-Egil et al. Exercises to prevent lower limb injuries in youth sports: cluster randomised controlled trial. **BMJ: British Medical Journal**, v. 330, n. 7489, p. 449, 2005.
- OWOEYE, Oluwatoyosi BA et al. Efficacy of the FIFA 11+ warm-up programme in male youth football: a cluster randomised controlled trial. **Journal of sports science & medicine**, v. 13, n. 2, p. 321, 2014.
- RIBEIRO, Cintia Zucareli Pinto et al. Relação entre alterações posturais e lesões do aparelho locomotor em atletas de futebol de salão. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v. 9, n. 2, p. 91-7, 2003.
- SEIN, Mya Lay et al. Shoulder pain in elite swimmers: primarily due to swim-volume-induced supraspinatus tendinopathy. **British journal of sports medicine**, 2008.
- SCHIFTAN, Gabriella Sophie; ROSS, Lauren Ashleigh; HAHNE, Andrew John. The effectiveness of proprioceptive training in preventing ankle sprains in sporting populations: a systematic review and meta-analysis. **Journal of science and medicine in sport**, v. 18, n. 3, p. 238-244, 2015.
- SOLIGARD, Torbjørn et al. Compliance with a comprehensive warm-up programme to prevent injuries in youth football. **British journal of sports medicine**, v. 44, n. 11, p. 787-793, 2010.
- SOOMRO, Najeebullah et al. The efficacy of injury prevention programs in adolescent team sports: a meta-analysis. **The American journal of sports medicine**, v. 44, n. 9, p. 2415-2424, 2016.

STEFFEN, Kathrin et al. High adherence to a neuromuscular injury prevention programme (FIFA 11+) improves functional balance and reduces injury risk in Canadian youth female football players: a cluster randomised trial. **British journal of sports medicine**, p. 1-10, Apr, 2013a.

STEFFEN, Kathrin, et al. Evaluation of how different implementation strategies of an injury prevention programme (FIFA 11+) impact team adherence and injury risk in Canadian female youth football players: a cluster-randomised trial. **British journal of sports medicine**. v. 47, n. 8, p. 480-487, 2013b.

VON ROSEN, Philip et al. Young, talented and injured: Injury perceptions, experiences and consequences in adolescent elite athletes. **European journal of sport science**, p. 1-10, 2018.

Artigo recebido em: 27/07/2018

Artigo aceito para publicação em: 18/09/2018



**EFEITO DE DIFERENTES PROTOCOLOS DE CLUSTER SET SOBRE O
DESEMPENHO DO SALTO VERTICAL**

**EFFECT OF DIFFERENT CLUSTER SET PROTOCOLS ON VERTICAL JUMPER
PERFORMANCE**

**EFFECTO DE DIFERENTES PROTOCOLOS DE CLUSTER SET SOBRE EL
RENDIMIENTO DEL SALTO VERTICAL**

Matheus Mageste Guimarães¹
Adriano Ferreira Pinho²
Rafael Alves Barreto³
Jênnifer Silva Brito⁴

Resumo: Este estudo investiga o efeito de dois protocolos de *cluster set* versus método tradicional sobre o desempenho do salto vertical, sendo a amostra composta por 25 voluntários fisicamente ativos, selecionados de forma não probabilística. Utilizaram-se os protocolos Tradicional, *Cluster 1* e *Cluster 2*, realizando-se o *Drop Jump* (DJ) antes e depois destes. Avaliaram-se o Índice de Força Reativa (IFR), Tempo de Contato (TC), Tempo de Voo (TV) e Rigidez (RIG) pelo aplicativo *My Jump 2*. Na comparação intraprotocolo houve diferença significativa entre o DJ pré e pós no protocolo Tradicional para o IRF e para RIG, enquanto para o *Cluster 1* houve discrepância entre o DJ pré e pós para o IFR e TV. Na comparação intraprotocolo houve diferença entre o *Cluster 1* e o *Cluster 2* no DJ pré apenas para a IFR e para a RIG. Entre o Tradicional e o *Cluster 1* houve diferença somente para a RIG. Concluiu-se que tanto o método de *Cluster* como o Treino Tradicional se mostraram eficientes, cada um conforme sua especificidade.

Palavras-chave: Cluster set; salto vertical; pliometria.

Abstract: This study investigates the effect of two cluster protocols versus traditional method on vertical jump performance, and the sample consisted of 25 physically active volunteers, selected in a non-probabilistic way. The traditional protocols, Cluster 1 and Cluster 2 were used, with Drop Jump (DJ) before and after them. The Reactive Force Index (RFI), Contact Time (CT), Time of Flight (FT) and Rigidity (RIG)

¹ Graduando em Educação Física pelas Faculdades São José. Atuou como bolsista no Grupo de Pesquisa de Cinesiologia Aplicada ao Treinamento de Força e Monitor da Disciplina de Fundamentos do Treinamento de Força, ambos em 2018. (matheusmagesteguimaraes@outlook.com)

² Graduado em Licenciatura e graduando em Bacharel no Curso de Educação Física pelas Faculdades São José. Atuou como monitor voluntário da Disciplina de Anatomia em 2015.2. Integrante bolsista do Grupo de Pesquisa em Cinesiologia Aplicada ao Treinamento de Força, desde o ano 2016. (adriano_ferreira93@hotmail.com)

³ Graduado em licenciatura e graduando em Bacharel no Curso de Educação Física pelas Faculdades São José. Atuante como bolsista no Grupo de Pesquisa de Cinesiologia Aplicada ao Treinamento de Força, no ano de 2018.2. Monitor da Disciplina de Fundamentos do Treinamento de Força, no ano de 2017. (rafael.alves94@outlook.com)

⁴ Graduanda em Licenciatura e Bacharel no curso de Educação Física pelas Faculdades São José. Atuante como aluna/pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Cinesiologia Aplicada ao Treinamento de Força desde 2016.1. Atuou como monitora da disciplina de Anatomia Humana em 2016. (jennifer-brito@hotmail.com)

were evaluated by the My Jump 2 application. In the intra-protocol comparison there was a significant difference between the pre and post DJ in the Traditional protocol for the RFI and for RIG, whereas for Cluster 1 there was discrepancy between the pre and post DJ for the RFI and FT. In the inter-protocol comparison there was a difference between Cluster 1 and Cluster 2 in the DJ only for RFI and RIG. Between Traditional and Cluster 1 there was only difference for RIG. It was concluded that both the Cluster method and the Traditional Training were efficient, each according to its specificity.

Keywords: Cluster set; vertical jump; plyometrics.

Resumen: Este estudio investiga el efecto de dos protocolos de cluster set versus método tradicional sobre el desempeño del salto vertical, siendo la muestra compuesta por 25 voluntarios físicamente activos, seleccionados de forma no probabilística. Se utilizaron los protocolos Tradicional, Cluster 1 y Cluster 2, realizándose el Drop Jump (DJ) antes y después de éstos. Se evaluó el Índice de Fuerza Reactiva (IFR), Tiempo de Contacto (TC), Tiempo de Vuelo (TV) y Rigidez (RIG) por la aplicación My Jump 2. En la comparación intra-protocolo hubo diferencia significativa entre el DJ pre y post en el Protocolo Tradicional para el IRF y para RIG, mientras que para el Cluster 1 hubo discrepancia entre el DJ pre y post para el IFR y TV. En la comparación inter-protocolo hubo diferencia entre el Cluster 1 y el Cluster 2 en el DJ sólo para la IFR y la RIG. Entre el Tradicional y el Cluster 1 hubo diferencia sólo para la RIG. Se concluyó que tanto el método de Cluster como el Entrenamiento Tradicional se mostraron eficientes, cada uno según su especificidad.

Palabras clave: Cluster set; salto vertical; pliometría.

1 Introdução

A avaliação de atletas ou de qualquer pessoa que se submeta a algum tipo de treinamento é essencial para o acompanhamento de seu desempenho físico (MOURA et al, 2015). Especificamente para o esporte, a altura do salto vertical tem sido utilizada como uma medida para estimar a força e potência dos membros inferiores (MOURA et al, 2015). Dado o predomínio da medida do salto vertical na área do treinamento de força e condicionamento físico, faz-se necessário que metodologias utilizadas para essa aferição sejam confiáveis.

Bosco et al. (1983) foram pioneiros na criação de protocolos de teste para estimar a potência dos membros inferiores a partir de testes de salto vertical. A potência tem sido definida como o produto da força muscular produzida e a velocidade com que o exercício é executado (BOSCO et al., 1983; CHANGELA; BHATT, 2012).

Neste contexto, o treinamento pliométrico constitui um dos modelos de treinamento eficientes para o desenvolvimento da potência, diminuindo não só a monotonia das sessões de treino como também auxiliando no ganho da força e da velocidade (DURIGAN et al., 2013). Esse tipo de treino geralmente é entendido como a realização de exercícios com ciclo de alongamento-encurtamento, como, por exemplo, os saltos com peso corporal e arremessos de *medicine ball*

(FLECK; KRAEMER, 2017, p. 272). As melhoras condicionadas ao treino pliométrico, segundo Miller et al. (2006), podem estar relacionadas ao maior recrutamento de unidades motoras e/ou às adaptações neurais por meio desse treinamento, principalmente quando se trabalha com atletas jovens, ainda no início da fase de especialização profunda (DURIGAN et al, 2013).

De acordo com Moreno et al. (2014), é comum ver exercícios de potência realizados com conjuntos de três repetições ou menos. Isso pode ser devido ao fato de que a velocidade ou o deslocamento começam a diminuir com uma quantidade maior de repetições, reduzindo, assim, a potência e, em última instância, invalidando a finalidade do treinamento. Na tentativa de maximizar o resultado de potência, Haff et al. (2008) ofereceram uma configuração de conjunto de resistência não tradicional, chamada de treinamento de agrupamento (*Cluster*). Esse modelo envolve o uso de intervalos de descanso entre as repetições, ou intrasséries, para permitir alguma reposição de fosfocreatina (ATP-CP), que é vital para produção de potência (MORENO et al., 2014). Além disso, Baker et al. (2005) sugerem que é importante evitar a fadiga maximizando a potência e realizando uma baixa quantidade de repetições, com um intervalo de descanso adequado, otimizando o treinamento de potência.

Em estudo de Moreno et al. (2014), verificou-se o efeito de conjuntos de *clusters* na potência do salto pliométrico em universitários treinados. Os autores concluíram que conjuntos de *clusters*, especificamente 10 conjuntos (séries) de 2 (repetições), permitem uma maior manutenção de potência, velocidade de decolagem e altura do salto em comparação com os tradicionais 2 (séries) conjuntos de 10 (repetições) ao realizar repetidos saltos de agachamento pliométrico com peso corporal. A falta de dados de treinamento impede recomendações definitivas; no entanto, com base nesses dados, os treinadores devem fazer com que seus atletas realizem de 2 a 5 saltos com 27 a 45 segundos de descanso, respectivamente.

Recentemente Tufano et al. (2016), analisaram a manutenção de velocidade e potência com conjuntos de *cluster* durante agachamentos de alto volume em homens treinados. Ao comparar os efeitos de uma estrutura de conjunto tradicional e duas estruturas de conjunto de agrupamentos em força, velocidade e potência durante o agachamento de retaguarda. Os autores concluíram que as estruturas *cluster* mantêm a velocidade e potência, enquanto as estruturas tradicionais não. Além disso, o aumento da frequência de intervalos de descanso intrasset nas estruturas de *cluster* maximiza esse efeito e deve ser usado se a velocidade máxima for mantida durante o treinamento.

Na literatura, ainda não são claros se os efeitos de diferentes protocolos de *cluster* alteram o desempenho do salto vertical. Vista a necessidade de otimizar o salto vertical, padrão de movimento imprescindível para atletas de vôlei, handebol, basquete e atletismo, torna-se fundamental que haja novos estudos que investiguem o efeito do treinamento no desempenho das variáveis físicas predominantes nesse esporte (DURIGAN et al., 2013). Entende-se que existem algumas questões a serem respondidas em relação ao salto vertical. Entre elas estão a influência dos

diferentes tipos de protocolos de *cluster* no desempenho desse salto, além do questionamento sobre uma suposta variação no tempo de voo, tempo de contato, altura do salto, rigidez e índice de força reativa em relação aos diferentes protocolos de treino, alterando as variáveis do salto.

Dessa forma, o objetivo do presente estudo foi investigar o efeito de dois protocolos de *cluster* set versus método tradicional sobre o desempenho do salto vertical em estudantes universitários fisicamente ativos.

2 Materiais e métodos

Amostra

A amostra foi constituída por 25 homens voluntários, selecionados de forma não probalística. Foram adotados como critérios de inclusão: a) Ser fisicamente ativo; b) Não apresentar lesões e/ou dores articulares ou ter quaisquer tipos de limitações na execução do exercício proposto para o estudo. E como critérios de exclusão: a) Exercitar os grupamentos musculares envolvidos no exercício da pesquisa; b) Realizar treino de flexibilidade nos referidos músculos até 48 horas antes dos dias de coleta de dados deste trabalho.

2.1 Ética de pesquisa

Este estudo foi devidamente aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa das Faculdades São José, de acordo com o protocolo nº 037/2013. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram orientados a comparecer às sessões de testes devidamente hidratados e a não utilizar qualquer tipo de substância ergogênica que pudesse interferir no desempenho muscular. Os arquivos para submissão devem estar em formato *Microsoft Word*, não ultrapassando 2MB.

2.2 Procedimentos

As medidas antropométricas de estatura (EST), massa corporal (MC), comprimento do membro inferior (CMI) (MARFELL-JONES et al., 2012) e altura a 90° foram utilizadas para caracterização dos sujeitos estudados. Para a realização das medidas da EST foi empregado o estadiômetro; para a MC utilizou-se a balança eletrônica; para o CMI o participante teve que estar em decúbito dorsal, para o avaliador medir o comprimento do trocânter até o hálux em flexão plantar; e a altura a 90° o avaliado teria que ficar em posição de agachamento levando em consideração o ângulo feito pela articulação do tornozelo (tíbia/fíbula e o pé), verificando a altura vertical do trocânter até o solo.

Foram realizadas três visitas não consecutivas, sempre em mesmo horário com pelo menos 48 horas de intervalo entre elas. Na primeira visita foi realizada avaliação antropométrica dos sujeitos do estudo (estatura, massa corporal, comprimento dos membros inferiores e altura a 90° graus) e a familiarização com os testes propostos.

Nas sessões seguintes foram realizados três protocolos experimentais através de entrada

randomizada. O aquecimento foi composto por 15 agachamentos. Após o aquecimento, o avaliado teria um minuto de intervalo e faria o teste *Drop Jump* (DJ). Após 30 segundos da realização do DJ, faria o treino estipulado para aquele dia e, ao terminar o protocolo, teria um intervalo de 30 segundos para realizar novamente o DJ.

Em seguida, o teste de *Drop Jump* foi aplicado antes e após as sessões de treinamento pliométrico. Os seguintes protocolos experimentais foram aplicados: Protocolo Tradicional (PT) constituído por duas séries de 10 saltos verticais, com intervalo de 90 segundos; Protocolo de *Cluster 1* (PC1) constituído por 4 séries de 5 saltos verticais, com intervalo de 30 segundos; e o Protocolo de *Cluster 2* (PC2) constituído por 10 séries de dois saltos verticais, com intervalo de 10 segundos.

Para estimar as variáveis de desempenho dos participantes no *Drop Jump*, utilizou-se o aplicativo *My Jump 2*, cuja finalidade compreende avaliar as propriedades dos saltos verticais. Nesse sentido, tanto o tempo de voo (ms), tempo de contato (ms), altura do salto (cm), rigidez (KN/m) e índice de força reativa são avaliados levando em consideração três momentos do salto: o primeiro – durante a aterrissagem –, em que o indivíduo se deixa cair do *step*, acontecendo o primeiro contato dele com o solo; o segundo – durante a decolagem –, em que há o último contato antes que o avaliado deixe de tocar o solo; e o terceiro – durante a aterrissagem –, quando ocorre o primeiro contato após o retorno para o solo (HAYNES et al, 2018).

2.3 Drop Jump

Para simular as tarefas de salto que ocorrem durante competições atléticas, os participantes foram convidados a realizar o teste DJ bilateral antes e depois do salto vertical (protocolo de treino). Cada participante foi solicitado a realizar de três a cinco repetições práticas de ambas as tarefas. Uma vez familiarizados com as tarefas, os participantes foram solicitados a executar o aquecimento, testes e o protocolo de treino.

O método do teste *Drop Jump* consiste em o sujeito se encontrar sobre um *step* de 30cm de altura, se deixar cair aterrissando com ambos os pés; neste contato com o solo deve reagir com um ciclo estiramento-encurtamento para procurar realizar um salto vertical máximo, com auxílio coordenado dos membros superiores. Para iniciar, o sujeito deve se encontrar em cima do *step* em posição ereta, pernas estendidas (ângulo de 180° com o joelho), mãos na cintura; em seguida, levar à frente um pé, deixando-se cair sob o efeito da gravidade. Ao contato com o solo, reagir o mais rápido possível, saltando o mais alto. Durante esse movimento, evitar a flexão do joelho (PAZ et al, 2016).

2.4 Avaliação cinemática bidimensional

A análise cinemática foi realizada através de uma análise bidimensional (2D) no plano frontal e sagital (de forma não simultânea) durante as tarefas DJ, e somente no plano frontal a realização dos protocolos de treino. Um vídeo digital (câmera *Iphone 5s*) foi colocado

perpendicularmente ao avaliado, a dois metros anteriores ao alvo de aterrissagem do participante (PAZ et al, 2016).

2.5 Salto contramovimento

O atleta ficou em pé a partir de uma posição com o tronco ereto, com os joelhos em extensão a 180°. Os saltos verticais máximos foram realizados com a técnica de contramovimento com a contribuição dos membros superiores. Nessa situação específica, o avaliado executou o ciclo de alongamento e encurtamento, flexão e extensão do joelho (HESPANHOL et al, 2012). A flexão do joelho aconteceu aproximadamente com o ângulo de 120°; em seguida, o executante fez a extensão do joelho, procurando impulsionar o corpo para o alto e na vertical. Durante essa ação o tronco permaneceu sem movimento para evitar influência nos resultados. Alguns detalhes técnicos foram observados, tais como: os joelhos permaneceram em extensão durante o voo, e os membros superiores contribuíram com a impulsão.

3 Tratamento Estatístico.

O *software* utilizado para o tratamento estatístico foi o SPSS 17.0 (para *Windows*, Chicago, EUA). Foi adotada a utilização de estatística descritiva, utilizando-se as medidas, média e desvio-padrão, para dados paramétricos, e mediana e intervalo interquartilico para conjunto de dados não paramétricos. Para avaliação da normalidade dos dados foi utilizado o teste de *Shapiro-Wilk*. Para comparação das variáveis Altura, Índice de força reativa (IFR), Tempo de contato (TC), Tempo de voo (TV) e Rigidez (RIG) entre os DJ pré e pós em cada um dos treinos, foi utilizado o Teste T de *Student* para amostras pareadas, no caso de variáveis com distribuição paramétrica, e Teste de *Wilcoxon*, no caso de variáveis com distribuição não paramétrica. Para comparação entre os três treinos dos DJ pré e pós foi utilizada Análise de Variância (ANOVA) para medidas repetidas com *Post-hoc* de Bonferroni, para dados paramétricos. A esfericidade dos dados foi confirmada pelo teste de *Mauchly* e, quando necessário, foi utilizada a correção de *Greenhouse-Geisser*. Para dados não paramétricos, foi utilizado o Teste de Friedman com *Post-hoc* de *Dunn*. O valor de significância adotado para todas as variáveis em todos os testes será de $p \leq 0,05$.

4 Resultados

As características demográficas da amostra são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Caracterização da amostra (n=25)

Variáveis	$\bar{x} \pm \sigma$ / MED \pm IIQ
Idade (anos) ^{NP}	23 \pm 7
Massa Corporal (kg) ^{NP}	76,9 \pm 14,0
Estatura (cm)	176,3 \pm 6,32
IMC (kg/m ²) ^{NP}	24,7 \pm 5,30

$\bar{x} \pm \sigma$ – Média e Desvio- Padrão;

MED \pm IIQ – Mediana e Intervalo Interquartilico;

NP – Não paramétrico;

IMC – Índice de Massa Corporal

Fonte: Elaboração própria

Na comparação intraprotocolo sobre IFR, verificou-se aumento significativo no momento pós versus pré nos protocolos tradicional e *Cluster 1*. Não foi observada diferença entre os momentos no protocolo *Cluster 2*. Em relação à altura identificou-se aumento significativo no momento pós versus pré somente no protocolo *Cluster 2*. Quanto ao TC, apenas o tradicional apresentou diferença significativa entre os momentos. No que tange ao TV, verificou-se diferença significativa entre os momentos apenas no protocolo *Cluster 1*. A RIG também aumentou significativamente entre os momentos no método tradicional.

Tabela 2 – Comparação entre os *Drop Jump* Inicial e Final nos três treinos (n=25)

	Tradicional (2x10 - 90'')			<i>Cluster 1</i> (4x5 - 30'')			<i>Cluster 2</i> (10x2 - 10'')		
	Pré	Pós	p	Pré	Pós	p	Pré	Pós	p
IFR	0,58 \pm 0,13	0,61 \pm 0,15	0,030*NP	0,58 \pm 0,18	0,61 \pm 0,13	0,011*NP	0,64 \pm 0,15	0,63 \pm 0,07	0,681NP
Altura (cm)	1,67 \pm 0,75	1,91 \pm 0,65	0,499NP	1,67 \pm 0,74	1,99 \pm 0,51	0,024*NP	1,91 \pm 0,88	1,93 \pm 0,63	0,679NP
TC (ms)	208,0 \pm 21,0	200,0 \pm 25,0	0,020*NP	199,9 \pm 22,3	196,4 \pm 18,7	0,309P	202,3 \pm 18,5	200,0 \pm 17,0	0,369P
TV (ms)	117,0 \pm 25,5	125,0 \pm 20,5	0,263NP	117,0 \pm 25,0	126,6 \pm 15,0	0,010*NP	123,6 \pm 20,1	124,2 \pm 18,3	0,777P
RIG (KN/m)	36,0 \pm 11,9	38,8 \pm 14,0	0,028*P	36,7 \pm 11,6	37,2 \pm 12,8	0,068NP	35,9 \pm 12,7	36,7 \pm 13,2	0,291NP

*Diferença significativa ($p \leq 0,05$)

P – Paramétrico;

NP – Não paramétrico; dados com distribuição não paramétrica foram representados pela mediana e o intervalo interquartilico;

IFR – Índice de força reativa;

TC – Tempo de contato;

TV – Tempo de voo;

RIG – Rigidez.

Fonte: Elaboração própria

Na comparação interprotocolo sobre IFR, verificou-se diferença significativa entre o *Cluster 1* e o *Cluster 2* no momento pré. No momento pós não foi observada diferença entre os protocolos. Em relação à altura não se identificou diferença no momento pré e pós-treino. Quanto ao TC e TV, também não se verificou diferença entre os momentos. No que tange ao TV, verificou-se diferença significativa entre os momentos apenas no protocolo *Cluster 1*. A RIG também aumentou significativamente no *Cluster 2* comparada ao *Cluster 1* no momento pré. No momento pós o método tradicional apresentou RIG superior ao *Cluster 1*.

Tabela 3 – Comparação entre os três treinos (n=25)

	<u>Pré</u>				<u>Pós</u>			
	Tradicional	Cluster 1	Cluster 2	p	Tradicional	Cluster 1	Cluster 2	p
IFR	0,58 ± 0,13	0,58 ± 0,18	0,64 ± 0,15	0,003*BNP	0,61 ± 0,15	0,61 ± 0,13	0,63 ± 0,07	0,462 ^{NP}
Altura	1,67 ± 0,75	1,67 ± 0,74	1,91 ± 0,88	0,458 ^{NP}	1,91 ± 0,65	1,99 ± 0,51	1,93 ± 0,63	0,368 ^{NP}
TC	208,0 ± 21,0	199,9 ± 22,3	202,3 ± 18,5	0,059 ^P	200,0 ± 25,0	196,4 ± 18,7	200,0 ± 17,0	0,360 ^{NP}
TV	117,0 ± 25,5	117,0 ± 25,0	123,6 ± 20,1	0,458 ^{NP}	125,0 ± 20,5	126,6 ± 15,0	124,2 ± 18,3	0,397 ^P
RIG	36,0 ± 11,9	36,7 ± 11,6	35,9 ± 12,7	0,036*BNP	38,8 ± 14,0	37,2 ± 12,8	36,7 ± 13,2	0,008*ANP

*Diferença significativa ($p \leq 0,05$);

A – Diferença entre Tradicional e *Cluster 1*;

B – Diferença entre *Cluster 1* e *Cluster 2*;

C – Diferença entre Tradicional e *Cluster 2*;

P – Paramétrico;

NP – Não paramétrico; Dados com distribuição não paramétrica foram representados pela mediana e o intervalo interquartilico.

IFR: Índice de força reativa;

TC: tempo de contato;

TV: tempo de voo;

RIG: Rigidez.

Fonte: Elaboração própria

5 Discussão

Os resultados do presente estudo, tendo como objetivo a avaliação do teste *Drop Jump* antes e após a sessão dos protocolos experimentais (Métodos de *Cluster* e Tradicional), demonstraram que os resultados intraprotocolos, ao utilizar-se o método de *cluster 1*, tiveram aumento no IFR e TV; o treino tradicional apresentou RIG e TC superiores, bem como um aumento significativo do IFR no momento pós, enquanto no protocolo de *cluster 2* não foram observadas diferenças entre os momentos pré e pós em relação ao IFR, destacando-se ainda o aumento significativo na altura.

Por outro lado, um dos achados deste estudo foi o fato de que, nos métodos de *cluster*, os resultados interprotocolos não evidenciaram diferenças sobre o IFR, altura e TC no momento pós entre os protocolos de *cluster*. No entanto, no que diz respeito ao TV, verificou-se uma diferença significativa em *cluster 1*, bem como aumento expressivo da RIG em comparação ao *cluster 2* no momento pré. Por fim, o Método Tradicional, no momento pós, apresentou RIG superior ao modelo de *cluster 2*. Os efeitos positivos deste método podem ser explicados, sobretudo, através de adaptações neurais – como, por exemplo, melhor coordenação intermuscular, mudanças nas características de rigidez, mecânica do músculo-tendão, mudanças na arquitetura muscular e na mecânica de fibra única, além de maior capacidade de utilizar o ciclo de alongamento e encurtamento dos músculos – em vez de alterações morfológicas, como o tamanho da fibra (ASADI et al, 2016).

Pode-se dizer que o aumento significativo do IFR, a altura do salto e o TV observados nos protocolos de *cluster* estão associados à configuração do conjunto deste método de treino, que permite o número reduzido de repetições completadas por série, gerando maior potência muscular a cada repetição. Essas melhorias foram atribuídas ao importante papel de um curto período de descanso entre *clusters* para permitir a recuperação metabólica – o que explica o motivo de o Protocolo Tradicional não conseguir a manutenção das mesmas variáveis durante os testes após o treino (ASADI et al, 2016). No mesmo estudo realizado por Asadi et al. (2016), cujo objetivo era a comparação dos efeitos de *cluster* em seis semanas versus conjuntos de treinamento pliométricos tradicionais na capacidade de saltar, *Sprint* e desempenho de agilidade. A amostra deste foi composta por 13 estudantes universitários designados para um grupo de conjunto de *clusters* (N=6) ou grupo de conjuntos tradicionais (N=7), em que ambos completaram o mesmo programa de treinamento. Os sujeitos foram avaliados para o salto no contramovimento (CMJ), salto em pé (SLJ), desempenho do teste de velocidade de 20 e 40 metros antes e após a intervenção. Concluiu-se que ambos os grupos tiveram melhorias semelhantes no CMJ, SLJ, teste t, 20-m e 40-m *sprint*. No entanto, a magnitude da melhora no CMJ, SLJ e teste t foram maiores para o grupo *cluster* em comparação ao grupo tradicional. No que diz respeito à magnitude da melhora no teste de 20 e 40 metros, esta foi maior para o grupo tradicional em comparação ao grupo *cluster*.

Dessa forma, percebeu-se que, embora ambos os métodos de treinamento pliométrico tenham melhorado o desempenho no exercício de intensidade máxima na parte inferior do corpo, os métodos tradicionais resultaram em maiores adaptações no desempenho do *sprint*, enquanto o método de conjuntos resultou em maiores adaptações de salto e agilidade. Numa outra perspectiva, Chen et al. (2013), em seu estudo, investigaram o efeito agudo de (a) um protocolo de *Drop Jump* (DJ) com um conjunto por cinco repetições e (b) um protocolo de *Drop Jump* com dois conjuntos por cinco repetições no desempenho da altura do salto do contramovimento (CMJ) em jogadores de voleibol em tempos de recuperação de (a) 2 minutos, (b) 6 minutos e (c) 12 minutos, tendo sido a amostra composta por 10 jogadores de voleibol universitário da I Divisão, do sexo masculino. Nesse sentido, observou-se que ambos os volumes de treinamento de *Drop Jump* aumentaram significativamente o H (CMJ). Assim, o H (CMJ) no pós 2 minutos foi maior do que aqueles no pré-teste ($p = 0,008$), após 6 minutos e após 12 minutos. Além disso, o H (CMJ) no pós 6 minutos foi significativamente maior que no pós 12 minutos. Concluiu-se, portanto, que saltos em menor volume (por exemplo, com 10 repetições) e tempo de recuperação curto (por exemplo, dentro de 2 minutos) produzem um efeito agudo positivo no desempenho do CMJ.

Quanto aos resultados interprotocolos, observou-se que não houve diferença sobre o IFR, altura e TC no momento pós entre os protocolos de *cluster*, porém no que diz respeito ao T, foi verificado uma diferença significativa em cluster 1, enquanto o treino tradicional apresentou RIG superior no momento pós. No estudo desenvolvido por Villarreal et al. (2011), foram examinados

os efeitos de cinco estímulos diferentes na capacidade de salto e produção de energia após sete semanas de treinamento a partir de uma amostra composta por sessenta e cinco estudantes de educação física (47 homens e 18 mulheres) que foram aleatoriamente designados para cinco grupos experimentais que realizaram combinação de todos os métodos de treinamento. Foram utilizados cinco métodos, sendo estes: (A): treinamento de resistência pesada usando exercício de agachamento total, isto é, 56-85% de 1 RM por 3-6 repetições; (B): *Power-oriented Strength Training Using a Parallel-squat Exercise*, isto é, 100-130% de carga que maximiza a potência de 2 a 6 repetições; (C): *(Power-oriented Strength Training Using a Loaded Countermovement Jumping)*, isto é, 70–100% de carga que maximiza a potência de 2-5 repetições; (D): salto de contramovimento; e (E): salto pliométrico. Os resultados obtidos compreendem aumentos significativamente maiores na produção de energia durante saltos nos grupos A e D em comparação com os outros grupos, bem como aumentos significativos na taxa máxima de desenvolvimento de força foram observados nos grupos A, C e D.

Concluiu-se, portanto, que, se o programa de treinamento for projetado e elaborado corretamente, tanto o treinamento tradicional de velocidade lenta quanto o treinamento de força mais rápido orientado à força, ou em combinação com treinamento pliométrico, fornecerão um estímulo de treinamento positivo para melhorar o desempenho de saltos.

Em outra perspectiva, o estudo de Hansen et al. (2011), por sua vez, investigou o efeito da estrutura do conjunto em termos de trabalho de repetição: relações de repouso na força, velocidade e potência durante o treino de agachamento com salto, utilizando-se de uma amostra composta por vinte jogadores profissionais e semiprofissionais de rúgbi. Estes realizaram sessões de treinamento com quatro séries de seis repetições de agachamentos com saltos usando quatro configurações diferentes. A primeira envolveu uma configuração tradicional (TR) de 4×6 repetições com 3 min de descanso entre as séries; a segunda (C1), $4 \times 6 \times$ singles (1 repetição) com 12 s de descanso entre as repetições; a terceira (C2), $4 \times 3 \times$ duplas (2 repetições) com 30 s de descanso entre pares; e o terceiro (C3), $4 \times 2 \times$ triplos (3 repetições) com 60 s de descanso entre triplos. Foi observado que a potência de pico foi significativamente menor ($P < 0,05$) para a condição TR quando comparada com C1 e C3 para a repetição 4, e todas as configurações de *cluster* para repetições 5 e 6. A velocidade de pico foi significativamente menor ($P < 0,05$) para a condição TR, comparado com C3 na repetição 4, significativamente menor em comparação com C2 e C3 na repetição 5, e significativamente menor em comparação com todas as condições de repetição do *cluster* 6.

Dessa forma, pode-se concluir que o fornecimento de descanso inter-repetitivo durante um conjunto tradicional de seis repetições pode atenuar as diminuições de potência e velocidade de movimento através do conjunto.

As variáveis apresentadas no presente estudo sobre o desempenho do salto no teste *Drop Jump* são de suma importância para se ter uma avaliação do rendimento de atletas. O Tempo de

Contato, Força Reativa, Altura e Tempo de Voo presentes no salto vertical podem ser usados como variáveis de parâmetros evolutivos a serem observados a partir do treinamento pliométrico e dos métodos de treinamento. O Tempo de Contato está relacionado à transição entre as fases excêntrica e concêntrica do salto. Já o Tempo de Voo se refere ao momento em que o indivíduo deixa de tocar os pés no solo após a realização de um salto (decolagem) até o momento em que ele tem o primeiro contato com pé ao solo (aterrissagem). Já o Índice de Força Reativa relaciona-se à atividade neuromuscular e o sistema músculo-tendão-osso. A Altura está se referindo ao deslocamento vertical que o indivíduo consegue alcançar após o salto, levando em consideração a distância entre o solo e o vértex. A Rigidez está associada à rigidez muscular, ou seja, à capacidade ou propriedade biomecânica muscular de se opor ao *stretch*.

Uma das principais limitações deste estudo foi a falta da utilização do método biomecânico de cinemetria, que daria para observar o grau de irregularidade na aterrissagem do salto no teste *Drop Jump*; de um cardiofrequencímetro para a realização de um monitoramento cardíaco; e do uso de Percepção Subjetiva de Esforço (PSE), para verificar suas relações com os três protocolos experimentais que poderiam fornecer informações complementares neste estudo. Da mesma forma, torna-se importante avaliar indivíduos do sexo oposto, visando aumentar a amostra do estudo e obter resultados importantes sobre a influência de diferentes protocolos de *cluster* sobre o desempenho do salto vertical analisados no teste *Drop Jump* em indivíduos de ambos os sexos.

6 Conclusão

Tanto o método de *Cluster* como o Treino Tradicional se mostraram eficientes em aperfeiçoar o desempenho de algumas variáveis relacionadas aos saltos, cada um conforme sua especificidade. As performances dos saltos puderam ser observadas em curto período de tempo (ou seja, no dia da visita) para a realização dos Protocolos de *Cluster* e para o Protocolo Tradicional. Dessa forma, as recomendações são de que os treinadores incorporem o treino pliométrico com métodos de *cluster* ao programa de treinamento regular dos atletas, potencializando as adaptações de desempenho de exercícios. Além disso, deve-se considerar que os resultados atuais têm relevância prática significativa para o projeto ideal de programas que constituem exercícios pliométricos – sejam os de configuração de *cluster* ou de conjuntos tradicionais – oferecendo informações valiosas para melhorias eficientes no desempenho muscular das extremidades inferiores.

Referências

ASADI, Abbas; RAMÍREZ-CAMPILLO, Rodrigo. Rodrigo Ramírez-Campillo. **Medicina**, [s.i], v. 52, n. 1, p.41-45, 2016.

BAKER, Daniel; U.NEWTON, Robert. Methods to Increase the Effectiveness of Maximal Power

Training for the Upper Body. **Strength And Conditioning Journal**, [S.I], v. 27, n. 6, p.24-32, dez. 2005.

BOSCO, C., PEKKA, L., & V, K. P. A simple method for measurement of mechanical power in jumping. **European journal of applied physiology and occupational physiology**, 50(2), 273-282. 1983.

CHANGELA, P. K.; BHATT, S. The Correlational Study of the Vertical Jump Test and Wingate Cycle Test as a Method to Assess Anaerobic Power in High School Basketball Players. **International Journal of Scientific and Research Publications**, 2(6). 2012

CHEN, Zong-rong et al. THE ACUTE EFFECT OF DROP JUMP PROTOCOLS WITH DIFFERENT VOLUMES AND RECOVERY TIME ON COUNTERMOVEMENT JUMP PERFORMANCE. **Journal Of Strength And Conditioning Research**, [s.i], v. 27, n. 1, p.154-158, jan. 2013.

DURIGAN, Julia Zoccolaro et al. EFEITOS DO TREINAMENTO PLIOMÉTRICO SOBRE A POTÊNCIA DE MEMBROS INFERIORES E A VELOCIDADE EM TENISTAS DA CATEGORIA JUVENIL. **Revista da Educação Física/uem**, [s.I], v. 24, n. 4, p.617-616, 4. Trim. 2013.

FLECK S.J.; KRAEMER W.J. **Fundamentos do treinamento de força muscular**. 4 ed. Grupo A Educação; 2017.

HAFF, G. Gregory et al. Cluster Training: A Novel Method for Introducing Training Program Variation. **Strength And Conditioning Journal**, [S.I], v. 30, n. 1, p.67-76, fev. 2008.

HANSEN, Keir; CRONIN, John; NEWTON, Michael. The Effect of Cluster Loading on Force, Velocity, and Power During Ballistic Jump Squat Training. **International Journal Of Sports Physiology And Performance**, [s.i], v. 6, n. 4, p.455-468, jun. 2011.

HANSEN, Keir; CRONIN, John; NEWTON, Michael. The Effect of Cluster Loading on Force, Velocity, and Power During Ballistic Jump Squat Training. **International Journal Of Sports Physiology And Performance**, [s.i], v. 6, n. 4, p.455-468, jun. 2011.

HAYNES, Tom et al. The validity and reliability of the my jump 2 app for measuring the reactive strength index and drop jump performance. **The Journal Of Sports Medicine And Physical Fitness**, [s.l.], mar. 2018. Edizioni Minerva Medica S.p.A..

HESPANHOL, Jefferson Eduardo et al. Mudanças no desempenho da força explosiva após oito semanas de preparação com futebolistas da categoria sub-20. **Movimento & Percepção**, Espírito Santo do Pinhal, SP, v. 6, n. 9, p.82-94, jul-dez, 2006.

HESPANHOL, Jefferson Eduardo et al. SENSIBILIDADE E ESPECIFICIDADE DO DIAGNÓSTICO DE DESEMPENHO DA FORÇA POR DIFERENTES TESTES DE SALTOS VERTICAIS EM FUTEBOLISTAS E VOLEIBOLISTAS NA PUBERDADE. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [S.I], v. 19, n. 5, p.367-370, set-out, 2013.

HESPANHOL, Jefferson Eduardo; SILVA NETO, Leonardo Gonçalves da; ARRUDA, Miguel de. Confiabilidade do teste de salto vertical com 4 séries de 15 segundos. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, [S.I], v. 12, n. 2, p.95-98, mar-abr, 2006.

MARFELL-JONES MJ, STEWART AD, de RIDDER JH. **International standards for anthropometric assessment**. 2012.

MORENO, Steven D. et al. EFFECT OF CLUSTER SETS ON PLYOMETRIC JUMP POWER. **The Journal Of Strength And Conditioning Research**, [S.I], v. 28, n. 9, p.2424-2428, set. 2014.

MOURA, Felipe Arruda et al. Concordância e correlação entre três métodos distintos para quantificação da altura do salto vertical. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, [s.l.], v. 29, n. 1, p.25-34, jan-mar, 2015. FapUNIFESP (SciELO).

PADUA, Darin A. et al. The Landing Error Scoring System (LESS) Is a Valid and Reliable Clinical Assessment Tool of Jump-Landing Biomechanics. **The American Journal Of Sports Medicine**, [s.l.], v. 37, n. 10, p.1996-2002, 2 set. 2009. SAGE Publications.

PADUA, Darin A. et al. The Landing Error Scoring System (LESS) Is a Valid and Reliable Clinical Assessment Tool of Jump-Landing Biomechanics. **The American Journal Of Sports Medicine**, [s.l.], v. 37, n. 10, p.1996-2002, 2 set. 2009. SAGE Publications.

PAZ, Gabriel Andrade et al. KINEMATIC ANALYSIS OF KNEE VALGUS DURING DROP VERTICAL JUMP AND FORWARD STEP-UP IN YOUNG BASKETBALL PLAYERS. **The International Journal Of Sports Physical Therapy**, [S.I], v. 11, n. 2, p.212-219, abr. 2016.

TUFANO, James J. et al. Maintenance of Velocity and Power With Cluster Sets During High-Volume Back Squats. **International Journal Of Sports Physiology And Performance**, [s.l.], v. 11, n. 7, p.885-892, out. 2016. Human Kinetics.

VILLARREAL, Eduardo Sáez Sáez de; IZQUIERDO, Mikel; GONZALEZ-BADILLO, Juan J.. ENHANCING JUMP PERFORMANCE AFTER COMBINED VS. MAXIMAL POWER, HEAVY-RESISTANCE, AND PLYOMETRIC TRAINING ALONE. **Journal Of Strength And Conditioning Research**, [s.i], v. 25, n. 12, p.3274-3281, dez. 2011.

Artigo recebido em: 27/07/2018

Artigo aceito para publicação em: 18/09/2018



**O CERTIFICADO DE CLUBE FORMADOR COMO COLABORADOR DA
FORMAÇÃO HUMANA E DESPORTIVA DE ATLETAS DE FUTEBOL**

**THE TRAINING CLUB CERTIFICATE AS CONTRIBUTOR OF THE HUMAN AND
SPORTS FORMATION OF SOCCER ATHLETES**

**EL CERTIFICADO DE CLUB FORMADOR COMO COLABORADOR DE LA
FORMACIÓN HUMANA Y DEPORTIVA DE ATLETAS DE FÚTBOL**

Ramon Bisson Ferreira*

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo a análise do panorama atual da certificação das entidades de prática desportiva como clubes formadores. Por meio do estudo dos dispositivos legais e regulamentares atinentes à certificação, são apresentados os requisitos exigidos e os procedimentos para que um clube de futebol obtenha o certificado de clube formador. Considerando que o trabalho de formação de atletas envolve um grande número de jovens, os quais não necessariamente obterão a sonhada profissionalização no esporte, é muito importante que o certificado de clube formador imponha obrigações legais aos clubes de futebol no sentido de fornecer a devida estrutura e respeitar os direitos das crianças e adolescentes envolvidos no processo de formação esportiva. Dessa forma, o estudo é focado não só nas questões esportivas, mas abrange a formação humana dos milhares de jovens que sonham com um futuro no futebol profissional.

Palavras-chave: Categorias de base; certificado de clube formador; formação de atletas; futebol; gestão esportiva.

Abstract: This work has the objective to analyze the current panorama of certification of sports practice entities as training clubs. By studying the legal and regulatory provisions pertaining to certification, the requisite requirements and procedures are presented to a soccer team to obtain the training certificate. Considering that the work to train athletes involves a large number of young people who will not necessarily obtain the professionalization in sport, is very important that the training certificate imposes legal obligations on soccer clubs in order to provide the appropriate structure and respect the rights of children and teenagers involved in the sports training process. Thus, the study is focused not only on sports matters, but it covers the human formation of thousands of young people who dream of a bright future in professional soccer/who dream of a future in professional soccer.

* Advogado, pós-graduado em Gestão do Esporte e Direito Desportivo pela Faculdade Brasileira de Tributação. Gerente Jurídico do Esporte Clube XV de Novembro de Piracicaba. Sócio responsável pela área de Direito Desportivo do Escritório Bonassi Sociedade de Advogados. Presidente da Comissão Disciplinar do STJD da Liga Nacional de Futsal. Auditor de Tribunais de Justiça Desportiva em diversas modalidades. (ramonbisson@bisson.adv.br)

Keywords: Youth team; training club certificate; player's formation; soccer; sports management

Resumen: El presente trabajo tiene por objetivo el análisis del panorama actual de la certificación de las entidades de práctica deportiva como clubes formadores. A través del estudio de los dispositivos legales y reglamentarios relativos a la certificación, se presentan los requisitos exigidos y los procedimientos para que un club de fútbol obtenga el certificado de club formador. Considerando que el trabajo de formación de atletas involucra a un gran número de jóvenes, que no necesariamente obtendrán la soñada profesionalización en el deporte, es muy importante que el certificado de club formador imponga obligaciones legales a los clubes de fútbol para proporcionar la debida estructura y respetar los derechos de los niños y adolescentes involucrados en el proceso de formación deportiva. De esta forma, el estudio se centra no sólo en las cuestiones deportivas, sino que abarca la formación humana de los miles de jóvenes que sueñan con un futuro en el fútbol profesional.

Palabras clave: Categorías de base; certificado de club formador; formación de atletas; fútbol; gestión deportiva.

1 Introdução

Há muitos anos o futebol deixou de ser apenas um esporte movido pela paixão do povo brasileiro. Atualmente consiste em importante segmento econômico, que movimenta vultosos valores financeiros e deve ser estrategicamente pensado e planejado.

Para se compreender o tamanho do mercado do futebol, basta recorrer aos dados relacionados à movimentação financeira desse esporte anualmente. Em 2014, estima-se que este mercado tenha movimentado entre R\$ 455 bilhões e R\$ 577 bilhões no mundo. No Brasil, os 24 maiores clubes do país arrecadaram R\$ 5 bilhões no ano de 2016, valor semelhante ao que arrecadam, por exemplo, algumas das grandes empresas do Brasil.

No interior desse mercado, destacam-se atualmente os grandes valores envolvidos nas transferências de atletas, tais como de Neymar Jr. ao PSG, no valor de 222 milhões de euros; de Vinícius Júnior, ex-Flamengo; e Rodrygo, ex-Santos, que aos 17 anos ajustaram suas transferências ao Real Madrid pelo valor de 45 milhões de euros cada.

Os dois últimos exemplos de atletas formados pelos clubes de origem demonstram a importância da formação de jogadores para as entidades de prática desportiva do país, representando um verdadeiro caminho para reestabelecimento do equilíbrio econômico das agremiações, as quais ainda caminham com dificuldade em decorrências das más gestões das últimas décadas.

No sentido de valorizar e estimular os trabalhos realizados na formação de atletas, desde o ano de 2012 foi instituído o Certificado de Clube Formador, o qual reconhece oficialmente o bom trabalho desempenhado pelas entidades de prática desportiva e garantem o retorno com o

sucesso dos atletas criados em suas categorias de formação.

A certificação cria um importante círculo virtuoso, que parte da formação de bons atletas e chega ao retorno financeiro esperado, o que permite o reinvestimento de parte dos valores obtidos, fazendo a “roda girar”.

Entretanto, o presente artigo não visa apenas abordar os aspectos econômicos, legais e procedimentais do Certificado de Clube Formador, mas propõe uma reflexão sobre a importância de tal reconhecimento no aspecto humano e social do trabalho das entidades formadoras de atletas, o qual deve ser compreendido como eixo central para a formação de jovens jogadores.

2 O Certificado de Clube Formador na legislação brasileira

A criação do Certificado de Clube Formador data do ano de 2011, com a edição da Lei 12.395, a qual foi sancionada para alterar parte considerável da Lei 9.615/98, conhecida como Lei Pelé.

Não obstante as inúmeras alterações e novas criações legislativas, o legislador, no intuito de proteger e estimular os clubes formadores de atletas, optou por criar um novo instrumento de defesa: o Certificado de Clube Formador.

O novo sistema de proteção aos clubes formadores foi inserido no artigo 29 da Lei Pelé, o qual foi formatado com a seguinte redação:

Art. 29. A entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com ele, a partir de 16 (dezesseis) anos de idade, o primeiro contrato especial de trabalho desportivo, cujo prazo não poderá ser superior a 5 (cinco) anos.

Sobre tal criação, Álvaro Melo Filho, um dos juristas responsáveis pela legislação desportiva, assim descreveu os motivos da reforma:

Buscando lograr um justo equilíbrio entre os direitos de indenização dos clubes formadores e a liberdade de escolha de trabalho profissional dos atletas, e, sobretudo com o animus de prevenir a prematura ‘pilhagem de talentos desportivos’, propusemos e inserimos na nominada Lei Pelé (Lei 9.615/98), através da Lei 12.395/11, um novel sistema de proteção, com razoabilidade e proporcionalidade, para elidir potenciais danos ao clube formador (...) (MELO FILHO, 2011, pg. 154).

Cristiano Caús define da seguinte maneira a certificação e seus benefícios aos clubes portadores de tal reconhecimento:

O CCF é um selo de qualidade ao trabalho desenvolvido pela entidade de prática desportiva. Perante as federações, espera-se que o clube certificado não tenha atletas liberados sem o pagamento da indenização de formação pelo clube usufruidor. No Poder Judiciário, esse certificado serve como mais uma prova robusta do trabalho desenvolvido pelo clube na formação de atletas (CAÚS, 2013, pg. 105).

De plano, é importante salientar que a criação da figura da entidade de prática desportiva formadora de atleta foi muito além das exigências esportivas necessárias para a

revelação de atletas. Optou o legislador valorizar elementos intimamente ligados à formação humana do jovem atleta, o qual, na maioria das vezes, sequer logrará êxito em se tornar um atleta profissional de futebol.

Tais questões estão presentes nos requisitos descritos no § 2º do artigo 29 da lei já citada, bem como na regulamentação do dispositivo por meio da Resolução nº 01/2012 da Presidência (RDP) da Confederação Brasileira de Futebol, entidade de administração do desporto responsável pela gestão do futebol no país.

Em síntese, o anexo II da RDP 01/2012 abordou de modo detalhado os 21 requisitos gerais necessários para que uma entidade de prática desportiva seja reconhecida como “formadora de atletas”.

A responsabilidade pela verificação do cumprimento dos requisitos obrigatórios para obtenção do certificado é das entidades regionais de administração do desporto, por força do artigo 4º da RDP nº 01/2012, sendo de sua responsabilidade a realização das vistorias e elaboração de parecer sobre o deferimento ou indeferimento do pedido de certificação.

Cumpra salientar que os atos de verificação foram delegados às federações estaduais pela Confederação Brasileira de Futebol, entidade nacional de administração do desporto, responsável pela concessão do título de entidade formadora aos clubes que atingirem os requisitos, conforme previsto no § 3º do artigo 29 da Lei 9.615/98.

Ainda tratando sobre a legislação, é importante destacar que a legislação brasileira considera como atleta em formação aquele maior de 14 anos e menor de 20 anos de idade. O sistema nacional é diferente do entendimento da FIFA, o qual, para fins de mecanismo de solidariedade, considera como período de formação aquele a partir de 12 até os 23 anos de idade.

Independentemente de eventuais críticas ao sistema adotado no país, não há como negar a importância de tal instrumento para o fortalecimento da formação esportiva no futebol brasileiro, sendo que o Certificado de Clube Formador é o principal garantidor do trabalho realizado pelos clubes de futebol.

3 Os benefícios legais concedidos aos clubes certificados

Antes mesmo de ingressar nas exigências para a certificação de clubes de futebol como formadores de atletas, é fundamental conhecer quais são os benefícios concedidos às entidades certificadas, pois consistem em contrapartidas que incentivam a procura por tal reconhecimento.

Em síntese, os privilégios concedidos aos clubes certificados como formadores podem ser divididos em duas vertentes: a preferência na celebração do primeiro contrato profissional com o atleta e as futuras indenizações pelos investimentos realizados ao longo da formação dos atletas.

3.1 Celebração do primeiro contrato profissional e a preferência na renovação

O primeiro e principal benefício oferecido aos clubes detentores do certificado de clube formador consiste na preferência na celebração do primeiro contrato especial de trabalho desportivo com o atleta em formação.

A partir dos 16 (dezesseis) anos de idade, poderá a entidade de prática desportiva formadora assinar com seu atleta em formação o primeiro contrato profissional, conforme previsto no *caput* do Artigo 29 da Lei Pelé.

O instrumento de proteção do clube formador com relação ao direito em questão está assim disposto no artigo 29, § 5º, da Lei 9.615/98:

§ 5º A entidade de prática desportiva formadora fará jus a valor indenizatório se ficar impossibilitada de assinar o primeiro contrato especial de trabalho desportivo por oposição do atleta ou quando ele se vincular, sob qualquer forma, a outra entidade de prática desportiva, sem autorização expressa da entidade de prática desportiva formadora, atendidas as seguintes condições:

I - o atleta deverá estar regularmente registrado e não pode ter sido desligado da entidade de prática desportiva formadora;

II - a indenização será limitada ao montante correspondente a 200 (duzentas) vezes os gastos comprovadamente efetuados com a formação do atleta, especificados no contrato de que trata o § 4º deste artigo;

III - o pagamento do valor indenizatório somente poderá ser efetuado por outra entidade de prática desportiva e deverá ser efetivado diretamente à entidade de prática desportiva formadora no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da vinculação do atleta à nova entidade de prática desportiva, para efeito de permitir novo registro em entidade de administração do desporto.

Com respaldo no dispositivo legal acima destacado, caso a celebração do contrato não se concretize em decorrência da criação de vínculo com entidade de prática desportiva diversa da formadora ou por simples oposição do jovem em formação, o clube formador tem o direito de cobrança denominada indenização por formação.

É importante salientar que o clube contratante será responsabilizado pelo pagamento da multa por descumprimento da obrigação legal caso firme contrato com o atleta sem autorização do clube formador.

Com relação à indenização por formação, esta deve estar prevista no contrato de formação e deve ter como patamar máximo o valor correspondente a 200 (duzentas) vezes os gastos efetuados durante a permanência do jovem atleta no clube formador. Para efetivo de recebimento do valor indenizatório, conforme muito bem destacado por CAÚS (2013), é fundamental o respeito às normas contábeis para que o clube possa comprovar os gastos efetuados com a formação do atleta, entre os quais estão abrangidos os gastos individuais e coletivos, que são obtidos pela média aritmética proporcional aos atletas do clube.

Além da obrigatoriedade de celebração do primeiro contrato profissional, ao clube formador é concedido o direito de renovação deste primeiro contrato, por prazo não superior a 3 (três) anos.

É importante salientar que a legislação impõe o direito de preferência, e não a obrigatoriedade, na celebração da renovação. Dessa forma, cabe ao clube formador igualar eventual proposta recebida pelo atleta para a concretização da renovação. Entretanto, consiste em mais uma importante vantagem conferida exclusivamente aos clubes reconhecidos como formadores.

3.2 A participação no mecanismo de solidariedade nacional

Além dos benefícios referentes aos primeiros contratos profissionais do atleta formado pelo clube, os clubes formadores poderão participar do mecanismo de solidariedade nacional, conforme previsão do artigo 29 da Lei 9.615/98.

O mecanismo de solidariedade nas transferências é instrumento muito conhecido no que diz respeito às transferências internacionais. Assim como no mecanismo previsto no Regulamento de Status e Transferência de Atletas da Federação Internacional de Futebol (FIFA), a previsão interna obriga a retenção de 5% do valor da transferência para distribuição entre os clubes formadores.

Dessa forma, todos os clubes formadores em que o atleta atuou entre os 14 e 19 anos de idade fazem jus ao recebimento de uma porcentagem da transferência ocorrida. Destaca-se que são mais valorizados os primeiros anos de formação, entre os 14 e 17 anos, os quais rendem aos clubes formadores 1% da transferência por ano de vinculação ao atleta. Já entre os 18 e 19 anos, o valor devido é de 0,5% da transferência por ano de formação.

O mecanismo de solidariedade nacional pode representar uma nova e importante fonte de renda aos clubes formadores, estimulando a realização de novos investimentos nas categorias de formação.

4 Requisitos exigidos para a certificação

Os requisitos para a obtenção do certificado de clube formador estão previstos sinteticamente no artigo 29 da Lei 9.615/98, de acordo com a redação dada pela Lei 12.395/2011. Já as especificidades e detalhes das exigências estão previstas na RDP 01/2012, da CBF.

Quando se trata dos requisitos exigidos para a concessão da certificação, destaca-se a importância dada para a formação completa do jovem atleta, especialmente porque as obrigações impostas não se limitam ao aspecto esportivo, mas também guardam relação com o desenvolvimento humano da criança e do adolescente.

Trata-se da valorização do aspecto humano por parte do legislador e da Confederação Brasileira de Futebol, já que são poucos os jovens que passam das categorias de formação para o concorrido mercado do futebol com o sucesso que esperam. Muitos deles, antes mesmo de atingirem a profissionalização, acabam por abandonar o sonho de ser atleta aos 20 anos de

idade, sem qualquer perspectiva de recolocação no mercado de trabalho em outros segmentos.

Em síntese, os requisitos são divididos em quatro tipos distintos: esportivos; estruturais; humanos; e outros.

4.1 Requisitos esportivos

Os requisitos esportivos são aqueles imprescindíveis à formação técnica do jovem atleta. Faz-se necessária a comprovação de habilitação dos treinadores e preparadores físicos responsáveis pelos trabalhos desenvolvidos, os quais devem ser credenciados pelo Conselho Regional de Educação Física ou possuir licença da CBF para o desempenho de suas funções, no caso dos treinadores.

Além do devido credenciamento dos profissionais, exige-se a participação da entidade formadora em competições oficiais, o que é de extrema importância para os atletas adquirirem a experiência necessária para a futura profissionalização.

Por fim, encerrando as obrigações esportivas, o pedido de emissão de certificado deve ser acompanhado do programa de treinamento detalhado, bem como dos objetivos e horário de cada treinamento, os quais devem ser compatíveis com a faixa etária e atividade escolar dos atletas em formação.

4.2 Requisitos estruturais

Com relação aos requisitos estruturais, a CBF apresenta exigências para melhoria de um dos mais conhecidos problemas das categorias de base dos clubes de futebol: os alojamentos de atletas.

Ao longo do procedimento, o clube interessado deve demonstrar que possui alojamento com área física proporcional ao número de atletas residentes, o qual deve ser mantido em boas condições de higiene e estrutura. Aos atletas alojados deverá o clube fornecer, além dos uniformes de treinos e jogos, roupas de cama, mesa e banho, materiais de limpeza e de higiene pessoal.

Ainda, o clube interessado na obtenção do certificado deverá comprovar o fornecimento de 3 (três) refeições diárias aos atletas alojados, as quais devem ser prescritas por nutricionista e servidas em local com boas condições de higiene e salubridade.

Outro fator relevante consiste no fornecimento de transporte aos atletas para treinos e jogos, sempre às expensas do clube.

Por fim, o clube formador deverá comprovar o pagamento de auxílio financeiro mensal, em forma de bolsa-aprendizagem, o qual deve constar no contrato de formação.

4.3 Requisitos humanos

Os requisitos humanos são aqueles vinculados diretamente à formação dos jovens

atletas fora das quatro linhas do campo. Em síntese, são questões atinentes à educação e à saúde das crianças e adolescentes envolvidos no processo.

No que diz respeito à questão educacional, o clube formador deve proporcionar aos jovens em formação a devida assistência educacional. Em suma, os clubes costumam realizar o apoio escolar fornecendo ajuda para matrícula dos alunos em instituições de ensino, acompanhamento da frequência e fornecimento de reforço escolar, quando necessário.

Com relação a tal quesito, destaca-se que todas as entidades de prática desportiva localizadas no estado de São Paulo já são obrigadas a realizar tal acompanhamento, independentemente do interesse na obtenção do certificado. A Lei Estadual nº 13.748/2009 apresenta como dever de todos os clubes a realização de matrícula e acompanhamento de frequência. Para tanto, a Federação Paulista de Futebol exige a apresentação periódica de boletim de desempenho e frequência escolar dos jovens inscritos pelos clubes filiados.

Considerando o passado conhecido de evasão escolar dos jovens atletas, tal requisito é indispensável para que a formação seja completa e não restrita aos campos de futebol.

Os requisitos humanos vinculados à saúde são considerados pelos clubes interessados na obtenção da certificação como os mais difíceis, já que demandam o maior investimento financeiro para que se atinjam as exigências legais.

De início, destaca-se que os clubes devem realizar exames de saúde individual em todos os atletas em formação antes do início das competições. Exames como hemograma completo, glicemia, afoçamento de hemácias, ECG Basal, raio-X de tórax são alguns dos analisados por médico especialista. Além dos exames, a entidade de prática desportiva deve manter área médica física com material necessário para atendimento, onde são mantidos os prontuários individuais de cada atleta, a qual deve funcionar sob a responsabilidade de um médico.

Ainda no que diz respeito à preservação da saúde dos jovens atletas em formação, o clube formador deve possuir centro de reabilitação sob a responsabilidade de fisioterapeuta inscrito no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (Crefito).

Três outros requisitos humanos consistem na obrigatoriedade de contratação de seguro de acidentes pessoais para cobrir as atividades de seus atletas, bem como de fornecimento de assistência odontológica e psicológica, sendo a última de fundamental importância no desenvolvimento dos atletas em formação.

Por fim, a Lei 9.615/98 previu, em seu Artigo 29, § 2º, inciso II, alínea “b”, a garantia de convivência familiar. Como forma de viabilizar a disposição legal, a RDP nº 01/2012 apresentou como obrigação do clube formador autorizar a visita dos familiares além de propiciar, às suas expensas, ao final da temporada, meios para que o atleta possa regressar à sua cidade de origem para que goze do período de recesso ao lado de seus familiares.

Em suma, todas as exigências em questão têm como grande finalidade a preservação da dignidade das crianças e adolescentes envolvidos no processo de formação esportiva.

5 A sistemática de certificação do clube formador

A entidade de prática desportiva que pretende o reconhecimento como clube formador deve atender aos requisitos impostos pelo Artigo 29 da Lei 9.615/98, bem como pelas disposições da Resolução da Presidência nº 01/2012 da CBF.

A competência da CBF para a certificação da entidade de prática desportiva está prevista pelo § 3º do artigo 29 da Lei 9.615/98, sempre seguindo os parâmetros determinados pela Lei.

Atualmente, segundo dados apresentados na Confederação Brasileira de Futebol, apenas 44 clubes são certificados como formadores. Considerando o universo de 722 entidades de prática desportivas em atividade vinculadas à CBF, somente 6,09% foram capazes de atingir os requisitos mínimos impostos para o reconhecimento do trabalho realizado em suas categorias de formação.

Diferentemente do que ocorre em Portugal, por exemplo, onde todos os clubes profissionais são obrigados a se submeter ao processo de certificação, no Brasil cada clube interessado é que deve apresentar seu requerimento para início do procedimento. Cabe salientar que a obrigatoriedade existente em Portugal não significa que todos os clubes devem atender aos requisitos, mas todos devem passar pelo processo de certificação. Todos os clubes recebem a visita dos avaliadores, que irão analisar o cumprimento de cada uma das exigências legais. Caso os requisitos não sejam atendidos, a Federação Nacional apresentará ao clube os motivos pelos quais a certificação não será concedida, ficando a entidade desportiva ciente das melhorias e evoluções necessárias para o atingimento das exigências legais.

No Brasil, o procedimento tem início por parte do clube interessado, o qual deve requerer à entidade regional de administração do desporto à qual for vinculado sua submissão ao procedimento de certificação.

O requerimento deve conter a comprovação do cumprimento de todos os requisitos legais por meio de documentos, fotos e descrições de como o clube entende estarem presentes os requisitos necessários.

Por delegação de competência expressamente prevista pelos artigos 3º e 4º da RDP nº 01/2012, a entidade regional de administração do desporto, no caso as federações estaduais, deve realizar o envio de representantes para a visita *in loco* para confirmar se os documentos, fotos e descrições apresentada via requerimento são efetivamente verdadeiros. A visita é extremamente importante para que a certificação não seja uma mera formalidade, mas, sim, represente a garantia de que a entidade de prática realiza um trabalho sério em suas categorias de formação.

A parte final do procedimento de certificação tem início com a elaboração de um parecer elaborado pela federação estadual, o qual deve compreender o relato de todo o

procedimento de certificação e ser apresentado à entidade nacional de administração do desporto, no caso, a Confederação Brasileira de Futebol.

Ato final do processo, a CBF informará o clube interessado sobre o resultado do processo de certificação. Caso seja confirmado o atingimento de todos os requisitos, deverá ser concedido o certificado de clube formador à entidade de prática desportiva interessada, devendo constar expressamente se a certificação é concedida na Categoria “A”, válido por dois anos, ou Categoria “B”, válido por um ano.

O certificado na Categoria “A” será concedido aos clubes que demonstrarem durante o procedimento que preenchem os requisitos acima das exigências mínimas. Já na Categoria “B”, ele é emitido em favor das entidades que comprovarem o simples preenchimento dos requisitos mínimos exigidos, sendo este o motivo da diferenciação de prazo de validade da certificação.

6 A importância da certificação do clube formador

Considerando os benefícios concedidos aos clubes formadores, é indiscutível a importância da certificação para que os mesmos desenvolvam seus trabalhos de formação de atletas. Os jovens integrantes das categorias de formação dos clubes de futebol depositam, em sua extensa maioria, as esperanças de melhoria de vida de suas famílias no futuro esportivo. Muitos acabam abdicando dos estudos para se dedicarem exclusivamente ao futebol. Mas não é possível ignorar que poucos desses jovens efetivamente lograrão êxito na obtenção da tão sonhada profissionalização no meio futebolístico.

Ainda, dos poucos que consigam a profissionalização, poucos deles recebem bons salários. Segundo dados divulgados pela CBF, no ano de 2016, 82,40% dos atletas profissionais recebiam até R\$ 1.000,00 mensais e 14,68% recebiam entre R\$ 1.000,01 e R\$ 5.000,00. Dessa forma, menos de 4% dos atletas recebem salários acima de R\$ 5.000,00.

Os dados comprovam que a realidade milionária do futebol abrange um pequeno número de atletas, fato que não pode ser esquecido pelos jovens e pelos profissionais envolvidos com o processo de formação dos atletas no país. É neste sentido que o Certificado de Clube Formador opta por não restringir os requisitos para questões ligadas diretamente à prática desportiva, mas também para a formação humana dos jovens envolvidos.

As exigências de acompanhamento escolar representam a primeira via de demonstração de que o Certificado de Clube Formador pretende ir além da excelência dentro de campo, ou seja, também tem grande preocupação com a formação dos jovens atletas para além das 4 linhas.

A manutenção dos estudos, boas notas e o oferecimento de reforço acadêmico são importantes aliados para que os jovens atletas não colaborem com o aumento dos dados de evasão escolar.

Outra importante exigência para a obtenção do certificado e que visa à formação

humana do atleta é a necessidade de acompanhamento psicológico dos jovens atletas. Neste sentido, cabe salientar que os jovens em formação são submetidos a uma grande pressão desde muito cedo, motivo pelo qual o fator psicológico não pode ser deixado de lado.

Além do acompanhamento psicológico ligado diretamente às pressões esportivas, é importante que a orientação prepare o jovem atleta para a possível frustração da não obtenção da sonhada profissionalização, trazendo, paralelamente, orientação vocacional visando a uma outra ocupação futura nessa hipótese. Destaca-se que os jovens envolvidos no processo de formação podem e devem viver o sonho do futebol, mas devem estar preparados para todas as situações, inclusive para o insucesso de suas jornadas no esporte, criando-se outras possibilidades para um futuro melhor.

Os fatores relacionados à saúde do jovem atleta também representam claras demonstrações de que o Certificado de Clube Formador tem uma importante função social na vida dessas crianças e adolescentes, transcendendo os simples objetivos esportivos.

Tais exigências são as mínimas para que se propicie uma formação digna e humana para os milhares de jovens que possuem como sonho a profissionalização no mundo do futebol. Todavia, um importante dado que não pode ser ignorado é a pequena movimentação dos clubes para a obtenção do Certificado.

A única divisão do futebol nacional que conta com maioria de clubes certificados é a Série A, sendo que dezenove dos vinte clubes possuem o certificado. A partir da segunda divisão nacional (Série B), a situação já é bastante diferente. Apenas oito dos vinte clubes são detentores de tal reconhecimento, o que representa 40% do total de participantes. A situação se agrava quando observada a situação da terceira divisão do país, em que apenas um dos vinte participantes é certificado como clube formador.

Considerando os aspectos já aventados acerca da importância do certificado, os dados apresentados são preocupantes. Destaca-se que não prospera a simples alegação de que é custosa a implantação das exigências do certificado aos clubes, já que diversas entidades detentoras dos certificados sequer disputam as principais divisões brasileiras de futebol.

Nessa perspectiva, seria fundamental a adoção de parte do sistema de certificação utilizado em Portugal, o qual obriga que os clubes se submetam ao processo todos os anos. Apenas a exigência de exposição à avaliação é que faria com que os clubes tivessem ciência do ponto em que se encontram no que diz respeito à estruturação de suas categorias de formação, do quanto precisam avançar para prestar um serviço de qualidade na formação de atletas e, conseqüentemente, gozarem da proteção legal conferida pelo certificado.

7 Conclusão

Diante da análise das disposições legais e regulamentares, é possível observar que o Brasil dispõe de um interessante sistema de certificação de clubes formadores, o qual não se

atém somente ao trabalho realizado dentro dos gramados, mas também impõe aos clubes interessados uma série de requisitos a serem cumpridos que estão relacionados a diversos aspectos da formação humana da criança e do adolescente.

Trata-se de inequívoco acerto do legislador na edição da Lei 12.395, de 16 de março de 2011, instrumento legislativo responsável pela criação da certificação, o qual, além de criar uma referência para melhoria na formação de jovens atletas de futebol no país, criou instrumentos hábeis e capazes de preservar e valorizar os bons trabalhos realizados pelos clubes que cumprem os requisitos exigidos.

Ainda assim, não é possível ignorar a baixa adesão dos clubes de futebol ao sistema de certificação, sendo que a maioria deles acaba por justificar tal fato pela incapacidade de investimentos necessários para o efetivo cumprimento dos requisitos.

Uma das possíveis soluções para o aumento de clubes interessados na obtenção do selo de formação é a criação de sistema semelhante ao vigente no sistema português, obrigando os clubes que disputam as divisões nacionais a buscar a certificação. Dessa forma, poderão as entidades de prática desportiva tomar ciência de quais sejam os ajustes necessários para sua certificação.

Estamos diante de uma questão de grande relevância, já que a certificação é um instrumento fundamental para que os clubes incrementem suas receitas por meio da venda de atletas formados em suas categorias de base. Ademais, a formação esportiva de qualidade representa a garantia de manutenção do bom nível do futebol brasileiro, pois viabiliza o surgimento de novos talentos por todo o país.

Mas a importância de Certificado de Clube Formador não está restrita às questões esportivas. Por trás desse instrumento reside uma importante garantia de proteção aos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, em especial os direitos a educação, saúde, alimentação, convivência familiar, todos previstos expressamente no Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/1990.

O certificado representa uma verdadeira quebra de paradigma no processo de formação de atletas, o qual sempre foi calcado com o pensamento exclusivo nos benefícios de clubes e empresários, focando todos os esforços na atividade esportiva, deixando de lado fatores imprescindíveis para o crescimento e desenvolvimento dos jovens atletas.

A partir da utilização da certificação como parâmetro para que todas as entidades de prática desportiva do país realizem seus trabalhos nas categorias de base, as crianças e adolescentes terão garantidos os direitos básicos e fundamentais para o seu crescimento, fato este que ainda carece de maior valorização e aprofundamento.

Diante da inegável importância do Certificado de Clube Formador, seu estudo constante, seja no que diz respeito às exigências impostas às entidades de prática desportiva ou sobre o procedimento adotado pelos responsáveis pela verificação de cumprimento de tais

requisitos, demonstra-se fundamental para os gestores esportivos focados na evolução do futebol brasileiro.

Referências

BRASIL. **Lei 9.615**, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm. Acesso em 02 de jun. 2018.

BRASIL. **Lei 12.395**, de 16 de março de 2011. Altera a Lei 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12395.htm#art1. Acesso em 02 de jun. 2018.

CAUS, Cristiano; GÓES, Marcelo. **Direito aplicado à gestão de esporte**. São Paulo: Trevisan Editora, 2013.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Resolução da Presidência nº 01, de 17 de janeiro de 2002**. Disponível em <http://cdn.cbf.com.br/content/201210/520841145.pdf>. Acesso em 20 jul. 2018.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. **Resolução da Presidência nº 02, de 17 de janeiro de 2002**. Disponível em <http://cdn.cbf.com.br/content/201210/1729520516.pdf>. Acesso em 20 jul. 2018.

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL. **Regulamento de Certificação de Entidades Formadoras**. Disponível em <http://www.fpf.pt/Portals/0/Documentos/RegimentosRegulamentos/CO%20228%20Regulamentacao%20Certificacao%20Entidades%20Formadoras%20VF.pdf> Acesso em 05 ago. 2017.

MAZZEI, Leandro Carlos. **Gestão do esporte no Brasil: desafios e perspectivas**. 1ª ed. São Paulo: Ícone, 2012.

MELO FILHO, Álvaro. **Nova lei Pelé: avanços e impactos**. Rio de Janeiro: Maquinária, 2011.

SÃO PAULO. **Lei Estadual 13.748**, de 08 de outubro de 2009. Determina aos clubes de futebol que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menor de 18 (dezoito) anos a ele vinculados. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2009/lei-13748-08.10.2009.html>. Acesso em 02 jun. 2018.

Artigo recebido em: 27/07/2018

Artigo aceito para publicação em: 18/09/2018



UM MODELO PARA A GESTÃO DE INFORMAÇÕES DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO NO BRASIL

A MODEL FOR THE MANAGEMENT INFORMATION OF ELITE SPORTS IN BRAZIL

UN MODELO PARA LA GESTIÓN DE INFORMACIÓN DEL DEPORTE DE ALTO RENDIMIENTO EN BRASIL

Alan de Carvalho Ferreira*

Resumo: Os fatores que interferem no sucesso do esporte de alto rendimento (EAR) já são bem conhecidos, e a gestão da informação é fundamental para que as organizações do esporte possam usufruir dos dados envolvidos no sucesso da gestão esportiva. Este estudo objetiva apresentar um modelo para a gestão de informações do EAR no Brasil, utilizando ferramentas de tecnologia da informação. Por meio dos métodos descritos por Ferreira (2018), os dados foram catalogados em um banco de dados (BD) MySQL. Utilizando-se um Modelo Entidade-Relacionamento, o BD foi modelado para permitir articulação entre as dimensões e a atualização permanente das informações. O modelo é composto por oito dimensões, que abarcam os fatores de sucesso esportivo internacional, e utiliza os princípios do *Business Intelligence*. Ao inserir a inteligência de negócios na gestão esportiva, este trabalho concede as informações mais importantes para a tomada de decisão de gestores, podendo qualificar as políticas e contribuir para uma comunicação eficiente entre as entidades ligadas ao esporte.

Palavras-chave: Esporte, esporte de elite, gestão esportiva, políticas de esporte.

Abstract: The factors that interfere in the success of Elite Sports (ES) are already well known and the information management is fundamental so that the sports organizations can take advantage of the data involved in the success of the sport management. This study aims to present a model for the management ES information in Brazil, using information technology tools. By means of the methods described by Ferreira (2018), the data were cataloged in a MySQL database (DB). Using the Entity-Relationship Model, the DB was modeled to allow the articulation between the dimensions and the permanent updating of the information. The model consists of eight dimensions that encompass the factors of international sport success and uses the principles of Business Intelligence. When inserting business intelligence in sports management, this work provides the most important information for the decision-making of managers, being able to qualify the policies and contribute to an efficient communication between the sports entities.

Keywords: Sport, elite sports, sports management, sports policies.

* Doutor em ciências do movimento humano, gerente do Projeto Referências, especialista em administração e marketing, gerente de projetos do Ministério Público Federal. (3105.ferreira@gmail.com)

Resumen: Los factores que interfieren en el éxito del Deporte de Alto Rendimiento (EAR) ya son bien conocidos y la gestión de la información es fundamental para que las organizaciones del deporte puedan usufructuar de los datos involucrados en el éxito de la gestión deportiva. Este estudio tiene como objetivo presentar un modelo para la gestión de informaciones del EAR en Brasil, utilizando herramientas de tecnología de la información. En el marco de los métodos descritos por Ferreira (2018), los datos fueron catalogados en una base de datos (BD) MySQL. Utilizando un Modelo Entidad-Relación, el BD fue modelado para permitir la articulación entre las dimensiones y la actualización permanente de la información. El modelo está compuesto por ocho dimensiones que abarcan los factores de éxito deportivo internacional y utiliza los principios de Business Intelligence. Al insertar la inteligencia de negocios en la gestión deportiva, este trabajo concede las informaciones más importantes para la toma de decisión de los sectores, pudiendo calificar las políticas y contribuir a una comunicación eficiente entre las entidades ligadas al deporte.

Palabras clave: Deporte, deporte de elite, gestión deportiva, políticas de deporte.

1 Introdução

Entidades esportivas, órgãos da administração pública, instituições de ensino e empresas privadas utilizam informações esportivas. Entidades esportivas administram informações dos atletas cadastrados, publicam e acompanham resultados esportivos de competições. Já os órgãos da administração pública detêm a posse da maior parte das informações sobre o financiamento do esporte e sobre a infraestrutura disponível para a prática esportiva em um país, em um estado ou em uma cidade (FERREIRA, 2018).

De acordo com Ferreira (2018), as empresas privadas utilizam todas essas informações para decidir que esportes e atletas serão patrocinados; que equipamentos, tecnologias e materiais esportivos devem ser produzidos e inseridos no mercado. Enquanto isso, instituições de ensino utilizam esses dados para produzir estudos sobre os diversos aspectos que interferem no desempenho dos atletas e das nações para que estes atinjam o sucesso esportivo.

Segundo Houlihan e Green (2008), a informação é um insumo fundamental para a realização de todas as rotinas de uma organização ou de um setor estratégico, assim como para que se conheça a realidade de um sistema esportivo. Nesse contexto, pesquisas em várias partes do mundo vêm sendo realizadas na tentativa de compreender o funcionamento dos sistemas esportivos e os fatores que interferem no sucesso do esporte de elite de diferentes países (DIGEL, 2002; GREEN; OAKLEY, 2001; HOULIHAN; GREEN, 2008; DE BOSSCHER et al., 2008; DE BOSSCHER et al., 2015). Os trabalhos que analisam as estruturas esportivas dos países coletam informações para, de maneira sistematizada, compreender as variáveis ou dimensões que envolvem os seus sistemas esportivos. Segundo De Bosscher et al. (2015), os resultados desses estudos identificam características e ações semelhantes relevantes para o desenvolvimento do esporte de alto nível.

No Brasil, a estrutura organizacional de um esporte compreende vários níveis de implantação, operacionalização e controle, desde o governo, em seus três níveis (federal, estadual e municipal), assim como por meio dos clubes ou entidades esportivas, controladas por ligas, associações e federações, nos níveis nacional e internacional, por meio de centros de treinamento e seleções nacionais, controlados por confederações e comitês olímpico e paralímpico (MEIRA; BASTOS, 2011). Contudo, poucas iniciativas foram desenvolvidas na tentativa de construir um modelo para gerir continuamente as informações do esporte de alto rendimento (EAR) brasileiro. Inclusive, não há métodos bem definidos para a coleta e para a catalogação de informações esportivas. Segundo Ferreira et al. (2018), a deficiente gestão das informações do EAR vem prejudicando a sua sistematização e, conseqüentemente, interferindo na tomada de decisão e na elaboração de políticas públicas.

Assim como no ambiente empresarial, no esporte a informação é fator determinante de eficácia das ações de gestores e da competitividade, por isso o seu correto tratamento pode subsidiar a tomada de decisão tanto em relação ao âmbito esportivo como ao comercial de entidades esportivas (ANDREFF et al., 2009). Por isso, pressupõe-se que os processos de gestão da informação (GI) sejam capazes de identificar as fontes de informações em um país ou em uma entidade esportiva para que os fatores de sucesso do EAR sejam geridos de forma sistematizada. Isso pode promover o monitorando do ambiente e a categorização das informações em um formato relevante para a tomada de decisão na gestão esportiva.

Entretanto, no Brasil, logo após a realização dos principais eventos esportivos mundiais, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Verão, não há na administração pública brasileira nem na iniciativa privada uma ferramenta de gestão que disponibilize para cientistas, pesquisadores, gestores, analistas e técnicos informações precisas sobre os fatores que determinam o sucesso do EAR.

Sendo assim, este estudo tem o objetivo de apresentar um modelo para a gestão de informações do esporte de alto rendimento no Brasil utilizando ferramentas de tecnologia da informação, que abrange as das dimensões e os elementos fundamentais para o sucesso esportivo internacional.

2 Métodos para a construção do modelo de gestão

O modelo apresentado neste trabalho tem como universo de informações aquele ligado aos esportes olímpicos e paralímpicos dos Jogos Rio 2016. A construção do modelo de gestão de informações do EAR foi realizada em quatro etapas distintas, conforme métodos descritos por Ferreira (2018), apresentadas na Figura 1.

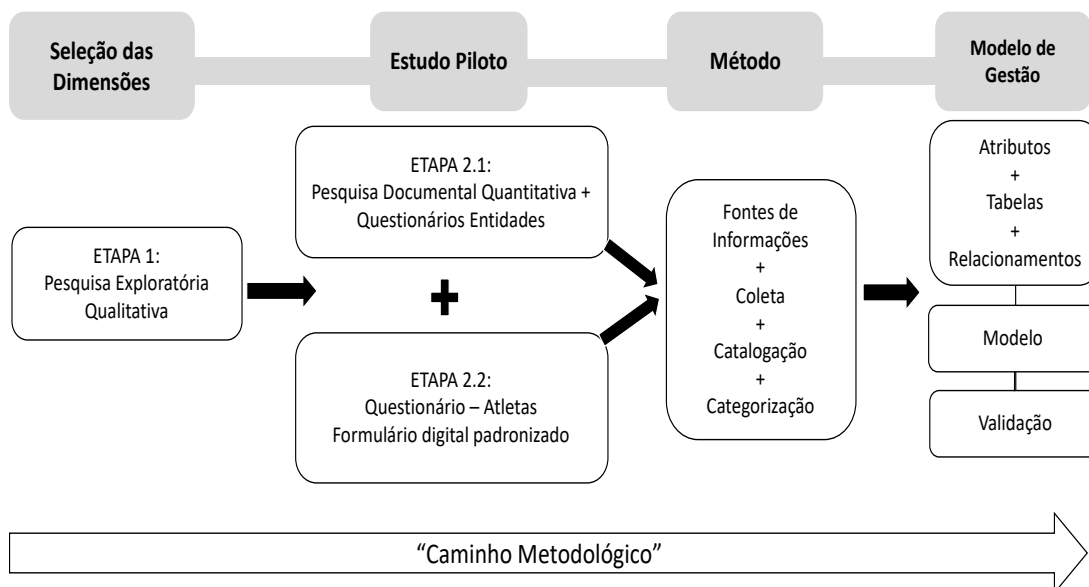


Figura 1. Etapas da construção do modelo de gestão de informações do esporte de alto rendimento no Brasil.
Fonte: FERREIRA (2018).

Sendo assim, para apresentação de informações a partir do modelo de gestão, foram utilizadas as dimensões e os dados do estudo piloto realizado por Ferreira (2018). O universo de dados abarcados no modelo é, segundo De Bosscher et al. (2015), aquele que envolve políticas do respectivo governo voltadas para o EAR e inclui os fatores referentes aos recursos, aos programas e às estratégias que podem influenciar o processo de desenvolvimento esportivo de um país no longo prazo. São exatamente os fatores que estão sob o controle das políticas e subsidiam a tomada de decisão no esporte de alto nível.

Os dados catalogados foram sistematizados (catalogados, classificados, e armazenados de forma padronizada) em um banco de dados MySQL por esporte e dimensão pesquisada, para que todos os esportes e dimensões pudessem ser estudados de forma articulada. Os dados dos esportes olímpicos foram, quando possível, estratificados por prova (disputa de medalha). Já os dados dos esportes paralímpicos, além da estratificação citada, também foram subdivididos por classe funcional dos atletas.

Com os dados armazenados foi possível a identificação das fontes primárias de informação para as oito dimensões pesquisadas. Na identificação das fontes de informação, detectou-se que as informações do esporte de alto nível brasileiro encontram-se dispersas em “ilhas de informações” armazenadas e geridas (ou não geridas) tanto por entidades públicas como privadas, muitas vezes de maneira redundante e não compartilhada.

Para apresentação das informações, utilizando ferramentas de tecnologia da informação, foram desenvolvidos os métodos de categorização e relacionamento das informações sob duas premissas: (1) o modelo deve permitir análise integrada das informações e, portanto, das dimensões ou fatores de sucesso por meio de um modelo entidade-relacionamento (MER); (2) deve permitir, por meio de ferramentas de TI, atualização permanente das informações armazenadas e geridas. O método de catalogação e categorização das informações seguiu as premissas do modelo de gestão da informação

proposto por Valentim (2008), adaptado ao contexto esportivo. A redundância de dados foi controlada, conforme descrito por Heuser (2009), por meio do compartilhamento de dados, uma vez que o *software* foi programado para ter conhecimento da múltipla representação da informação e garantiu a sincronia entre suas diversas representações.

Nessa forma de processamento, cada informação é armazenada uma única vez, sendo acessada pelos vários sistemas que dela necessitam. Para tanto, foi utilizado um sistema de gerenciamento de banco de dados (SGBD) e um MER. Esse controle de redundância é utilizado para melhorar a confiabilidade dos dados, evitando que a mesma informação seja catalogada repetidamente e garantindo a consistência dos dados e o desempenho global do sistema de informação (HEUSER, 2009).

Para elaboração do modelo de categorização e do MER, considerando o escopo de cada dimensão, foram definidos os atributos do banco de dados relacionado, seus tipos, tamanhos, máscaras, permissão para informações nulas e a lista de valores possíveis e válidos. Como a construção do modelo de gestão de informações exige o gerenciamento e compreensão dos dados, permite análises precisas, evitando redundâncias e sobreposições de ações supracitadas, todos os termos utilizados no BD foram conceituados, padronizados, classificados e relacionados. Por conseguinte, foi modelado um banco de dados que contempla todas as informações sobre os fatores de sucesso esportivo internacional e, portanto, compõem o modelo de gestão de informações do EAR apresentado neste estudo.

As características de cada dimensão, seu escopo, os relacionamentos entre elas, a estrutura do banco de dados relacional, além da apresentação de informações por meio do modelo, estão apresentados nos resultados deste trabalho.

3 Apresentação do modelo de gestão de informações

O estudo bibliográfico realizado neste trabalho e a análise dos métodos de sistematização de informações do esporte deixam claro que a elaboração de um modelo de gestão de informações do esporte passa pela identificação dos principais atores envolvidos com o EAR – entidades públicas e privadas, atletas, treinadores, equipe multidisciplinar, gestores -, além da identificação e estudos dos elementos, fatores, variáveis e dimensões que interferem no sucesso esportivo.

Os achados do presente estudo corroboram com o descrito por Oliveira (2013), uma vez que não há uma rede de informações disponível para todos os entes integrantes do sistema esportivo nacional. Como detectado por Ferreira (2018), no Brasil há ilhas de informação, inclusive com sobreposições, nos vários níveis da gestão esportiva do país. Nesse contexto, o uso da tecnologia para sistematização de informações, como apresentado no presente estudo, é essencial para colaborar com a gestão de informações, criando um repositório padronizado que permita atualização permanente, maior transparência, qualifique a tomada de decisão e gere conhecimento para o setor.

O modelo aqui descrito permite que os fatores de sucesso esportivo sejam estudados e sirvam não só de subsídios para políticas públicas, mas também para a tomada de decisão de gestores, que

podem desfrutar da tecnologia da informação e da inteligência de negócios. O modelo apresentado implementa o uso da tecnologia da informação nos diagnósticos esportivos realizados no país, permitindo a gestão de informações por meio de sistemas informatizados.

Para garantir a atualização permanente das informações, uma das premissas do modelo, foi necessário identificar as fontes primárias de cada conjunto de dados armazenado no BD. Com isso, conhecendo-se o conteúdo e o formato da informação a ser catalogada, a comunicação direta entre o modelo informatizado (gestor da informação) e a fonte (produtor da informação), por meio de *softwares*, é possível a autoalimentação do banco de dados ora criado, reduzindo ou eliminando a necessidade de nova coleta de dados. Ainda, tal alimentação automatizada das informações do modelo pode ser pré-programada para períodos ou escopos específicos definidos pelos usuários e pelos gestores.

O modelo de gestão de informações do EAR apresentado neste estudo é constituído pelas oito dimensões descritas na Tabela 1, que contemplam todas as informações sobre os fatores de sucesso esportivo internacional (DIGEL, 2002; GREEN; OAKLEY, 2001; HOULIHAN; GREEN, 2008; DE BOSSCHER et al., 2008; DE BOSSCHER et al., 2015). Essas informações são armazenadas em um banco de dados por meio de um MER organizado em dimensões, que representa o modelo de dados e descreve os aspectos de informação e domínio de negócio. Os principais componentes do MER são as entidades (tabelas), suas relações e o armazenamento em bancos de dados (Figura 2).

Tabela 1. Conteúdo das oito dimensões do modelo de gestão do esporte de alto rendimento brasileiro.

(1) Recursos financeiros	Recursos públicos federais oriundos do orçamento do Ministério do Esporte, como convênios e contratos de repasse do Programa Bolsa-Atleta, do Bolsa-Pódio, da Lei de Incentivo ao Esporte e das descentralizações, além dos recursos oriundos do patrocínio de empresas estatais e das loterias por meio da Lei Agnelo Piva. Somam-se também os recursos próprios oriundos da receita de entidades nacionais de administração do desporto (confederações) e de patrocínios de empresas privadas para essas entidades. São identificadas as fontes dos recursos, sua destinação (para entidades e pessoas físicas) e suas formas de aplicação.
(2) Infraestrutura esportiva	Representa o espaço necessário para a prática de esportes. É todo local ou instalação que tenha a capacidade de propiciar a prática esportiva em sua forma integral ou adaptada, permitindo o treinamento e o desenvolvimento de valências físicas e/ou técnicas gerais e específicas de cada modalidade esportiva. É composta fundamentalmente de instalações esportivas e espaços naturais estruturados.
(3) Entidades e governança	Entidades públicas e privadas, nacionais, estaduais e municipais, que administram a prática e as competições esportivas, que são fontes ou destinos de recursos financeiros aplicados no esporte, que organizam ou promovem eventos esportivos, que produzem ciência e tecnologia ligadas ao esporte e que administram instalações esportivas, além de possuírem características de governança, ou seja, do sistema fundamentado em ações sociais, políticas e administrativas que orientam e regulam o gerenciamento da entidade, baseadas nos pilares norteadores de transparência, democracia, integridade, responsabilidade social e mecanismos de controle.
(4) Equipamentos e materiais esportivos	Aparelhos, objetos ou conjunto de objetos empregados em um ou vários esportes, considerados permanentes ou de consumo.
(5) Atletas e profissionais do esporte	Atletas federados vinculados às entidades nacionais e/ou regionais de administração e profissionais contratados por essas entidades e por entidades de prática desportiva, com formação em diferentes áreas do conhecimento, como administradores, analistas, técnicos, e apoio administrativo ligado à área meio, assim como gestores, analistas e técnicos administrativos, árbitros, treinadores, auxiliares técnicos, médicos, psicólogos, nutricionistas e fisioterapeutas, ligados à área fim.
(6) Eventos e resultados esportivos:	Eventos esportivos organizados por comitês, confederações, federações, em nível internacional (jogos olímpicos, jogos paralímpicos, mundiais, jogos pan-americanos e sul-americanos, campeonatos pan-americanos e sul-americanos); em nível nacional (jogos, copas e campeonatos brasileiros); em nível regional; em nível estadual e em nível municipal, registrando-se a participação de atletas, clubes e seleções brasileiras em competições de nível nacional e internacional, além do ranqueamento mundial e nacional por esporte.
(7) Ciência e tecnologia	Elementos envolvidos na produção de conhecimento para a realização de testes, avaliações, monitoramento do treinamento, desenvolvimento de <i>software</i> , inovação tecnológica, com o objetivo de contribuir como suporte às comissões técnicas esportivas e suas equipes multidisciplinares na tomada de decisão para o planejamento do treinamento esportivo, além dos elementos envolvidos na distribuição e no consumo desse conhecimento. Incluem-se as teses, dissertações e artigos científicos ligados ao esporte; os laboratórios e os grupos de pesquisa; e as revistas científicas, as escolas de educação física, os cursos e congressos realizados na área.
(8) Legislação	Atos normativos federais, estaduais, distritais e municipais que regem o esporte no Brasil. São atos que atingem as entidades, os recursos financeiros, os atletas, os praticantes e os profissionais do esporte, os eventos esportivos, a infraestrutura esportiva e a ciência e tecnologia ligadas ao esporte.

Fonte: Elaboração própria

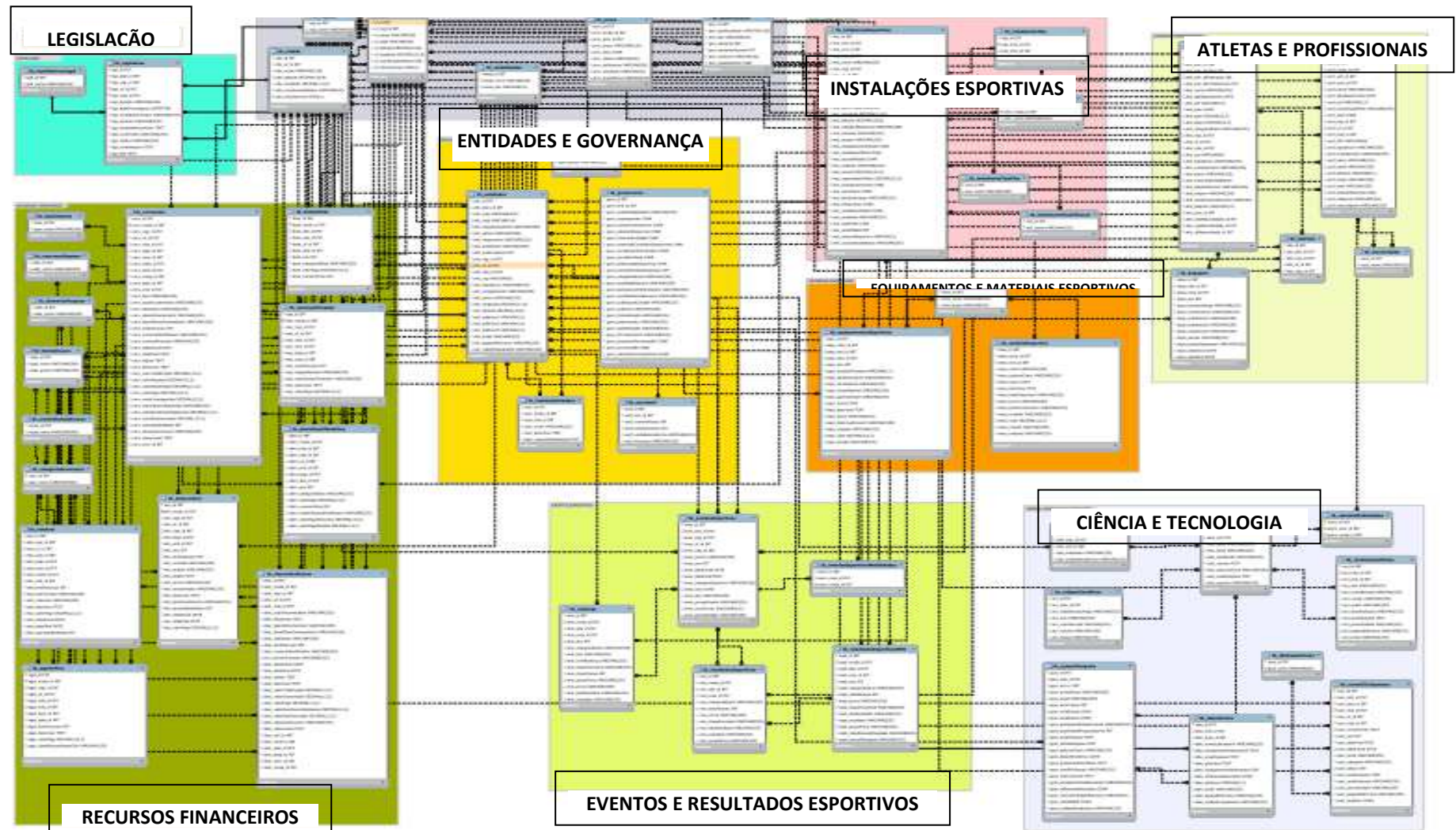


Figura 2. Conjunto de tabelas (dimensões) e os relacionamentos do modelo de gestão de informações do esporte de alto rendimento.

Fonte: Elaboração própria

O modelo foi criado definindo um processo de negócio no qual as tabelas são ligadas umas às outras por **relacionamentos** que expressam as dependências e exigências entre elas. As tabelas possuem várias propriedades (**atributos**) que as caracterizam e que podem ser compartilhadas entre duas ou mais tabelas.

Identificou-se que as dimensões “Entidades e Governança” e “Atletas e Profissionais do Esporte” são as tabelas com maior número de relacionamentos com as demais tabelas do banco de dados, sendo, portanto, o centro do modelo de gestão de informações. Detectou-se também que, para a articulação das dimensões do EAR, além do cadastro de entidades e das pessoas (atletas e profissionais) ligadas ao esporte, as instalações, os equipamentos, os materiais e os eventos esportivos devem possuir cadastro único no banco de dados, o que evita redundância e produz análises precisas.

O modelo é, portanto, composto por nove conjuntos de tabelas (38 principais e 37 auxiliares), sendo oito que representam as dimensões do esporte de alto rendimento, além de um conjunto composto por tabelas auxiliares (Figura 2). As tabelas auxiliares são aquelas construídas durante a modelagem e estabelecem os critérios de classificação e normalização das informações, o que permite a predeterminação dos valores possíveis para vários campos do banco de dados como, por exemplo, classificar o assunto principal de atos normativos armazenados na dimensão “Legislação”; a forma de aplicação de recursos financeiros; os tipos de instalações esportivas disponíveis para treinamento e competição; os tipos de entidades ligadas ao esporte, entre outros.

Adicionalmente, podem ser tabelas relacionadas com várias outras tabelas do banco de dados, que compõem cadastros únicos de informações, agrupadas segundo sua especificidade, como as tabelas que armazenam os nomes dos continentes, países, regiões geográficas, estados e cidades, os esportes, suas provas e os tipos de resultados esportivos.

Já as tabelas principais são aquelas que armazenam as informações de cada dimensão do EAR. Assim, os dados do EAR brasileiro foram armazenados em tabelas associadas entre si por meio de regras de relacionamentos, que consistem em associar um ou vários atributos de uma tabela com um ou vários atributos de outra tabela, sem redundância. A composição de cada dimensão, no que diz respeito às tabelas do MER, pode ser observada na Tabela 2.

Como na maior parte dos bancos de dados relacionais, o modelo desenvolvido neste estudo para o esporte de alto rendimento é composto por chaves primárias, assim como por chaves estrangeiras. As primeiras servem como um identificador exclusivo de todas as informações de cada registro, dando-lhe unicidade; por isso nunca se repetem. Já as chaves estrangeiras são aquelas formadas por meio de um relacionamento com a chave primária de outra tabela. Para articulação das informações do EAR, este estudo desenvolveu 185 relacionamentos diferentes entre as oito dimensões do banco de dados. Com isso, é possível realizar análises, produzir relatórios e visualizar indicadores de forma intra ou interdimensional e uni ou multiesporte, ou seja, integrando várias ou todas as dimensões e esportes incluídos no modelo (análise multinível), como demonstrado na Figura 3.

Diante disso, considera-se que este trabalho leva o estudo e a gestão das informações esportivas a um novo patamar, uma vez que, a partir do modelo, é possível obter desde respostas simples até as mais complexas, pois os relacionamentos entre as tabelas e registros permitem gestão e análise detalhadas sobre entidades esportivas (eventos, infraestrutura, atletas, profissionais e recursos financeiros), sobre a eficiência dos investimentos (resultados obtidos a partir de investimentos em cada um dos fatores de sucesso), sobre a infraestrutura esportiva e demais fatores que interferem no sucesso esportivo.

Diferentemente das pesquisas e diagnósticos anteriores realizados no Brasil, que no máximo utilizaram bancos de dados hierárquicos ou somente coletaram informações sem sistematizá-las, a normalização de dados do presente estudo simplificou grupos complexos de informações para evitar redundâncias e possibilitar um maior desempenho nas pesquisas e análises. A modelagem evita o armazenamento de dados idênticos em mais de uma tabela, cria um repositório moderno de informações do EAR brasileiro e garante que as dependências entre os dados façam sentido.

Devido ao uso de ferramentas de tecnologia da informação, o modelo é dinâmico e pode ser continuamente adaptado a fatores, contextos e a esportes diferentes. A visualização de informações e a geração de conhecimentos a partir do modelo permitem, para entidades e governos, a possibilidade de gerir de maneira eficiente e eficaz todas as informações ligadas aos fatores de sucesso esportivo. Tal ação não necessariamente aumenta as chances de sucesso, mas, no mínimo, qualifica a gestão do esporte de alto nível.

O modelo apresentado pode ser implementado no país, assim como em uma ou várias entidades esportivas. O banco de dados funciona como gestor e centralizador de informações produzidas em várias fontes. As entidades ligadas ao EAR produzem informações, que são padronizadas pelo sistema de informação para, então, produzir relatórios e indicadores.

Tabela 2. Tabelas que compõem as dimensões do Modelo Entidade-Relacionamento para gestão de informações do Esporte de Alto Rendimento.

Dimensão/Nº de tabelas	Nome da Tabela	Conteúdo da Tabela
Legislação 6 tabelas	tb_Legislação	Atos normativos federais, estaduais, distritais e municipais que regem o esporte no Brasil
	tb_Legislação Assunto	Assunto principal tratado por um determinado documento de ordem legal
	tb_Legislação Nível Ato	Nível da administração pública de abrangência de um ato normativo
	tb_Legislação Tipo	Especificidade do ato normativo quanto ao contexto esportivo
	tb_Legislação Status	Status do ato normativo publicado
	tb_Tipo Diploma Legal	Classificação do ato normativo segundo a ordem jurídica
Recursos Financeiros 17 tabelas	tb_Convênios	Informações de convênios realizados por meio da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do ME, segundo Decreto nº 6.170, de 2007
	tb_Lei Incentivo	Informações de projetos incentivados pela Lei de Incentivo ao Esporte, conforme Lei 11.438/2006
	tb_Estatais	Informações sobre o patrocínio de empresas estatais para financiamento do esporte de alto rendimento
	tb_Agnelo Piva	Informações sobre o financiamento do esporte de alto rendimento, segundo a Lei 10.264/2001
	tb_Recursos Privados	Informações sobre o financiamento do esporte de alto rendimento por meio da receita de entidades de administração do desporto e de patrocínios de empresas privadas
	tb_Bolsa-Atleta	Informações sobre o financiamento de atletas, conforme Lei 10.891/2004
	tb_Plano Brasil Medalhas	Informações sobre o financiamento de atletas, conforme Lei 12.395/2011
	tb_Descentralização	Informações sobre a descentralização de recursos para outros órgãos da adm. pública, realizadas por meio da Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento do ME, segundo Decreto nº 6.170, de 2007
	tb_Categoria Econômica	Informações sobre os efeitos econômicos da realização de despesas
	tb_Natureza Despesa	Classificação das despesas conforme Decreto nº 6.170, de 2007
	tb_Tipo Aplicação	Classificação da aplicação dos recursos financeiros segundo modelo desenvolvido no estudo
	tb_Elemento Despesa	Identificação dos objetos de gastos da Administração Pública, realizada para a consecução de seus fins
	tb_Modalidade Aplicação	Indica se os recursos são aplicados mediante transferência financeira para outros níveis de governo, seus órgãos ou entidades, ou diretamente para entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições
	tb_Tipo Despesa	Classificação das despesas segundo Decreto nº 6.170, de 2007
	tb_Situação Convênio	Informações sobre a situação do convênio
tb_Categoria Bolsa	Categoria de bolsa recebida por atletas beneficiados pelo Programa Bolsa-Atleta	
tb_Classificação Gastos Cob	Classificação da aplicação de recursos financeiros oriundos da Lei Agnelo Piva, segundo a Instrução Normativa 39/2001 do Tribunal de Contas da União	
Infraestrutura Esportiva 6 tabelas	tb_Instalações Esportivas	Cadastro das instalações esportivas, em todo o país, utilizadas para treinamento e competição
	tb_Instalações Tipo	Classificações das instalações conforme a infraestrutura utilizada
	tb_Instalações Tipo Modalidade	Classificação das instalações de acordo com os esportes que podem ser praticados naquele espaço
	tb_Instalações Tipo Piso	Informações sobre o tipo de piso utilizado nas instalações esportivas
	tb_Instalações Classificação	Classificação das instalações de acordo com o conjunto de infraestrutura disponíveis
tb_Qualificação Instalação	Chave para tabelas com informações sobre as características das instalações esportivas	
Entidades e Governança 6 tabelas	tb_Entidades	Cadastro das entidades públicas e privadas, nacionais, estaduais e municipais, que administram a prática e as competições esportivas, que são fontes ou destinos de recursos financeiros aplicados no esporte, que organizam ou promovem eventos esportivos, que produzem ciência e tecnologia ligadas ao esporte e que administram instalações esportivas

Um modelo de Gestão de Informações do Esporte de Alto Rendimento no Brasil

Dimensão/Nº de tabelas	Nome da Tabela	Conteúdo da Tabela
	tb_Governança	Características de governança, como transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa das entidades esportivas.
	tb_Talentos entidades	Cadastro das entidades que realizam projetos e ações de identificação e desenvolvimento de talentos
	tb_Escolas ef	Cadastro das Escolas de Educação Física do Brasil
	tb_Tipo ente	Classificação das entidades de acordo com sua atividade principal
	tb_Entidades classificação ente	Classificação das entidades segundo o tipo de pessoa jurídica
Equipamentos e Materiais Esportivos 3 tabelas	tb_Material esportivo	Cadastro de materiais e equipamentos esportivos
	tb_Equipamentos esportivos	Cadastro de equipamentos esportivos importados por entidades esportivas e atletas, com isenção de impostos
	tb_Classificação material	Classificação dos materiais e equipamentos esportivos segundo sua forma de utilização
Atletas e Profissionais do Esporte 9 tabelas	tb_Atleta	Cadastro dos atletas federados vinculados às entidades nacionais e/ou regionais de administração do desporto
	tb_Profissionais	Cadastro de profissionais contratados por entidades nacionais, regionais de administração e por entidades de prática desportiva, com formação em diferentes áreas do conhecimento, ligados à área esportiva
	tb_Talentos	Cadastro dos atletas identificados ou desenvolvidos como talentos esportivos
	tb_Dopagem	Cadastro dos atletas com testes positivos para doping
	tb_Escolaridade	Nível de escolaridade dos atletas e profissionais
	tb_Sexo	Sexo dos atletas e dos profissionais
	tb_Tipo deficiência	Tipo de deficiência de atletas de esportes paralímpicos
	tb_Origem deficiência	Origem da deficiência física ou mental de atletas de esportes paralímpicos
	tb_Cargo	Denominação dos cargos ou funções exercidos pelos profissionais ligados ao esporte
Eventos e Resultados Esportivos 9 tabelas	tb_Eventos esportivos	Cadastro de eventos esportivos ligados ao esporte de alto rendimento
	tb_Eventos esportivos modalidades	Cadastro dos esportes disputados em cada evento esportivo
	tb_Resultados esportivos	Cadastro do resultado esportivo obtido por atletas e equipes em cada resultado esportivo
	tb_Rankings	Cadastro do ranqueamento de atletas e equipes
	tb_Resultados esportivos PBM	Cadastro de resultados esportivos obtido por atletas integrantes do Plano Brasil Medalhas
	tb_Eventos esportivos provas	Cadastro de provas disputadas em cada evento esportivo
	tb_Eventos esportivos instalações	Chave com instalações esportivas nas quais ocorrem os eventos esportivos
	tb_Nível evento	Classificação dos eventos esportivos segundo seu nível
tb_Categoria evento	Classificação do evento esportivo segundo os esportes disputados	
Ciência e Tecnologia 13 tabelas	tb_Estudos	Cadastro de estudos produzidos no Brasil que envolvem esportes
	tb_Estudos modalidades	Cadastro dos esportes envolvidos em estudos
	tb_Teses dissertações	Cadastro de teses e dissertações produzidas no Brasil que envolvem esportes
	tb_Artigos científicos	Cadastro de artigos científicos produzidos no Brasil que envolvem esportes
	tb_Revistas científicas	Cadastro de revistas científicas brasileiras que publicam estudos ligados ao esporte de alto rendimento
	tb_Grupos pesquisa	Cadastro de grupos de pesquisa que desenvolvem pesquisas no Brasil ligadas ao esporte
	tb_Laboratórios	Cadastro de laboratórios que desenvolvem pesquisas, testes e avaliações no Brasil ligadas ao esporte
	tb_Cursos e congressos	Cadastro de capacitações, apresentações, reuniões e eventos promovidos por entidades associativas que visam discutir assuntos de interesse do ramo esportivo
	tb_Área pesquisa	Área de pesquisa da publicação de um estudo
	tb_Linha pesquisa	Linhas de pesquisas nas quais os grupos de pesquisa produzem estudos

Dimensão/Nº de tabelas	Nome da Tabela	Conteúdo da Tabela
	tb_Tipo capacitação	Classificação dos tipos de cursos e congressos realizados no Brasil na área esportiva
	tb_Revistas artigos	Chave de vinculação do artigo produzido com a revista que o publicou
	tb_Grupos linhas pesquisa	Chave de vinculação dos grupos de pesquisa com as linhas de pesquisa

Fonte: Elaboração Própria

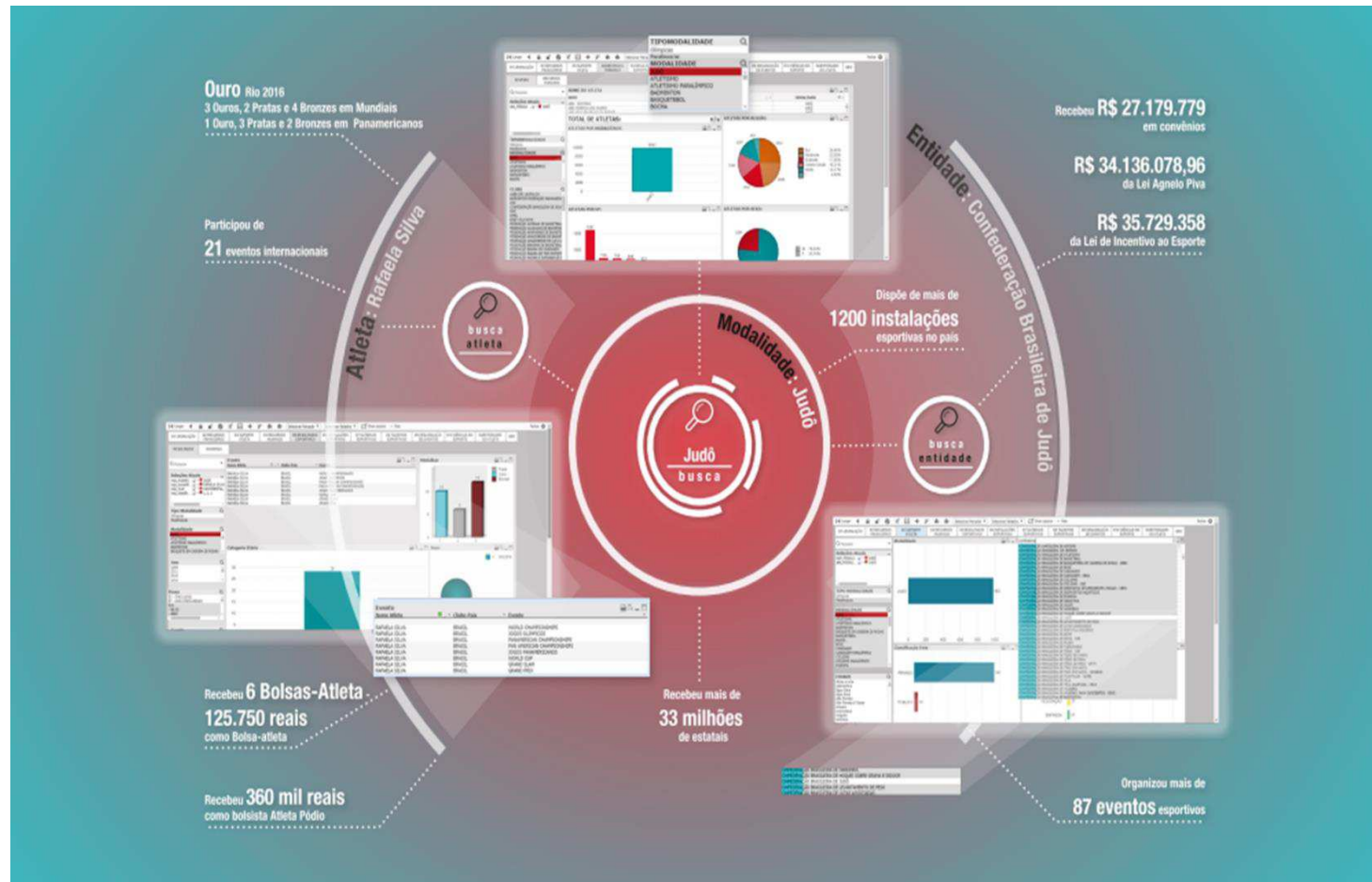


Figura 3. Apresentação da análise integrada a partir do modelo de gestão de informações do esporte de alto rendimento.

Fonte: Elaboração própria

Como um modelo de gestão de informações exige a conceituação, padronização e classificação dos termos utilizados (VALENTIM, 2008), a categorização apresentada faz parte de um modelo validado por Ferreira (2018). As informações são organizadas por dimensão para que, no ambiente esportivo, sejam melhorados o gerenciamento e a compreensão da realidade (Tabela 3).

O uso dos critérios e das categorizações apresentados na Tabela 3 permite a estratificação das informações para que se obtenham respostas sobre cada elemento do banco de dados, além de padronizar os dados e possibilitar comparações a partir de diferentes fontes de informações. Tal padronização corrobora os princípios da Inteligência de Negócios, por meio dos quais se conseguem coletar dados de diversas fontes, organizá-los, analisá-los e compartilhá-los. Com isso, transformam-se informações relevantes em importantes decisões gerenciais.

Assim, o modelo permite a identificação e estudo das fontes de recursos financeiros do EAR, seus destinos (pessoas e entidades) e identifica 13 diferentes formas de aplicação de tais recursos. Diferentemente de outros trabalhos que apenas analisam os recursos investidos por meio de uma das fontes, este trabalho apresenta as características de um banco de dados que contempla todas as fontes de investimento do EAR brasileiro, sejam elas públicas federais ou privadas. Assim, respostas sobre as fontes de financiamento (compiladas ou individualmente), sobre os valores investidos cronológica e regionalmente e sobre os destinos e as formas de aplicação dos recursos podem ser utilizadas como indicadores, de forma ágil para a tomada de decisão e até para o desenvolvimento de políticas e de ações (Figura 4).

No modelo desenvolvido, a infraestrutura esportiva não foi somente catalogada, mas também classificada de acordo com as características do espaço utilizado para a prática esportiva. A partir do estudo do banco de dados produzido para construção do modelo, identificou-se que a infraestrutura disponível para o EAR pode ser classificada em Instalações Esportivas, Espaços Naturais Estruturados e Espaços Esportivos. Os materiais esportivos também foram classificados de acordo com suas características principais (Tabela 3).

Já a legislação esportiva brasileira foi organizada em uma biblioteca de atos normativos, com suas informações no banco de dados. Essas informações podem ser consultadas por nível de abrangência geográfica e analisadas a partir de 14 tipos de diplomas legais. No que diz respeito às entidades ligadas direta e indiretamente ao EAR brasileiro, fazem parte desse universo as entidades esportivas, as instituições de ensino, as entidades da administração pública, as empresas privadas e as entidades do Sistema S (Tabela 3).

Além do embasamento teórico, o modelo aqui apresentado foi desenvolvido a partir de um conjunto enorme de dados e informações concretas coletadas pelo Projeto Referências (REPPOLD FILHO, 2012), abrangendo dois ciclos olímpicos paralímpicos e, por isso, pode ser utilizado por gestores para obter respostas sobre cada dimensão, cada esporte e ainda sobre cenários que integram informações de várias dimensões e esportes.

Tabela 3. Critérios de classificação das informações no modelo de gestão do esporte de alto rendimento brasileiro, por dimensão do banco de dados

Dimensão	Critério	Categorização
Legislação	Nível de abrangência	Federal, distrital, estadual, municipal.
	Tipo de diploma legal	Constituições, decretos, deliberação, emenda constitucional, indicação, lei, lei complementar, lei ordinária, lei orgânica, medida provisória, mensagem governamental, portaria, parecer, resolução.
	Assunto principal	Auxílio a atleta/instituição, bolsa-atleta, ciência e tecnologia, competição, constituição, doping, educação física, equipamento e material, estrutura administrativa, financiamento, gestão, grandes eventos, homenagem, incentivo fiscal, infraestrutura, lei orgânica, norma geral do esporte, orçamento, premiação, programa esportivo, recursos humanos, rede nacional de treinamento, segurança, sistema esportivo, torcedor, utilidade pública.
Recursos Financeiros	Natureza	Pública, privada.
	Origem	Orçamento do Ministério do Esporte, empresas estatais, loterias, orçamento de entidades privadas.
	Fonte	Convênios, descentralizações, bolsa-atleta, Lei de Incentivo ao Esporte, patrocínio de estatais, Lei Agnelo Piva, entidades privadas.
	Destino	Atletas, entidades esportivas, instituições de ensino, entidades da administração pública, empresas privadas, entidades do Sistema S.
	Forma de aplicação	Atletas, recursos humanos (área meio e fim), competição, treinamento, material esportivo, equipamento esportivo, instalação esportiva, pesquisa científica, capacitação, tecnologia (software administrativo, ou esportivo, equipamento de informática e comunicação), despesa administrativa (material não esportivo, mobiliário, encargos), avaliação da saúde e do desempenho (material de saúde, equipamento de saúde, exame de saúde, exame antidoping, identificação de talentos), marketing.
Infraestrutura Esportiva	Espaço utilizado e sua preparação	Instalações esportivas, espaços naturais estruturados, espaços esportivos.
	Infraestrutura disponível	Básica, conjunto, complexo, centro de treinamento.
	Tipo de infraestrutura	Academia, área livre/pátio, arena, autódromo, campo, cancha, complexo aquático, corredeira, estádio, estande de tiro, estrada, ginásio, instalações aeronáuticas, mar, morros e encostas, piscina, pista de atletismo, pista de BMX, pista de boliche, pista de skate, pista para esporte com animais, praia, quadra de areia, quadra de padel, quadra de tênis, quadra pavimentada, rampa de saltos, rios/lagos, sala/salão, tanque para saltos ornamentais, velódromo.
Entidades e Governança	Atividade principal	Entidades esportivas, instituições de ensino, entidades da administração pública, empresas privadas, entidades do Sistema S.
	Nível de atuação	Academias, comitês, Comissão Desportiva Militar, confederações, federações, clubes, ligas, universidades, escolas, órgão da adm federal, Ministério do Esporte, governo estadual, governo municipal, fundações públicas, autarquias, estatais, Senar, Senac, Sesc, Sescop, Senai, Sesi, Sest, Senat, Sebrae, empresas privadas.
Materiais Esportivos	Natureza e características	Equipamento, material.
	Forma de utilização	De preparação física, de avaliação/testes físicos, de uso geral, de treinamento, de competição, da competição.

Dimensão	Critério	Categorização
Atletas e Profissionais do Esporte	Area de atuação	Atleta, administração, apoio, arbitragem, ciências do esporte, consultoria, eventos e marketing, ciências da saúde, técnica.
	Cargo	Atleta, administrador, advogado, almoxarife, analista de sistemas, auxiliar administrativo, auxiliar de escritório, auxiliar de projetos, auxiliar técnico, consultor, contador, coordenador, coordenador de instalações, despachante, diretor, diretor financeiro, diretor administrativo, diretor jurídico, dirigente esportivo, gerente, gerente administrativo, gerente de tecnologia da informação, gestor, presidente, secretária, superintendente de operações, supervisor, tesoureiro, vice-presidente, acompanhante, apoio, armazenagem de barcos, atendente, desenhador de percurso, locutor, mensageiro, montador de pista, motorista, pesagem de barcos, piloto de barcos, resgate aquático, auxiliar de serviços gerais, técnico em sonorização, suporte operacional, timoneiro, apontador, árbitro, auxiliar de cronometragem, comitê de arbitragem, auxiliar de arbitragem, cronometrista, diretor de arbitragem, mesário, assessoria técnica científica, coordenador científico, pesquisador, analista financeiro, analista de projetos, consultor jurídico, designer, economista, tradutor, assessor de imprensa, assistente de comunicação, auxiliar de marketing, cerimonialista, credenciamento, gerente de comunicação, publicitário, radialista, relações públicas, acupunturista, dentista, fisiologista, fisioterapeuta, massagista, massoterapeuta, médico, nutricionista, psicólogo, quiropraxista, socorrista, veterinário, administrador esportivo, atleta-guia, chefe de delegação, classificador funcional, comissário, comissário-chefe, coordenador técnico, coreógrafo, delegado técnico, diretor de seleções, diretor técnico, estagiário de educação física, preparador físico, instrutor, professor, remador, técnico, treinador, treinador de goleiros.
Eventos e Resultados Esportivos	Nível do evento	Olímpicos, mundiais, continentais, internacionais, nacionais, regionais, estaduais, municipais.
	Subcategoria etária do evento	Adulto, elite, juvenil, júnior, sênior, jovem, cadete, infantil, menor, infante-juvenil, mirim, mini, absoluto, sub-13, sub-15, sub-16, sub-17, sub-18, sub-19, sub-20, sub-21, sub-22, sub-23.
	Tipo de resultado	Altura, distância, peso, tempo, nota, pontuação, vitória.
Ciência e Tecnologia	Forma de produção do conhecimento	Tese, dissertação, artigo, grupo de pesquisa, laboratório de pesquisa.
	Distribuição da ciência	Revistas científicas, capacitações (conferência, congresso, curso, encontro, jornada, fórum, palestra, seminário, simpósio, meeting), escolas de Educação física.

Fonte: Elaboração própria

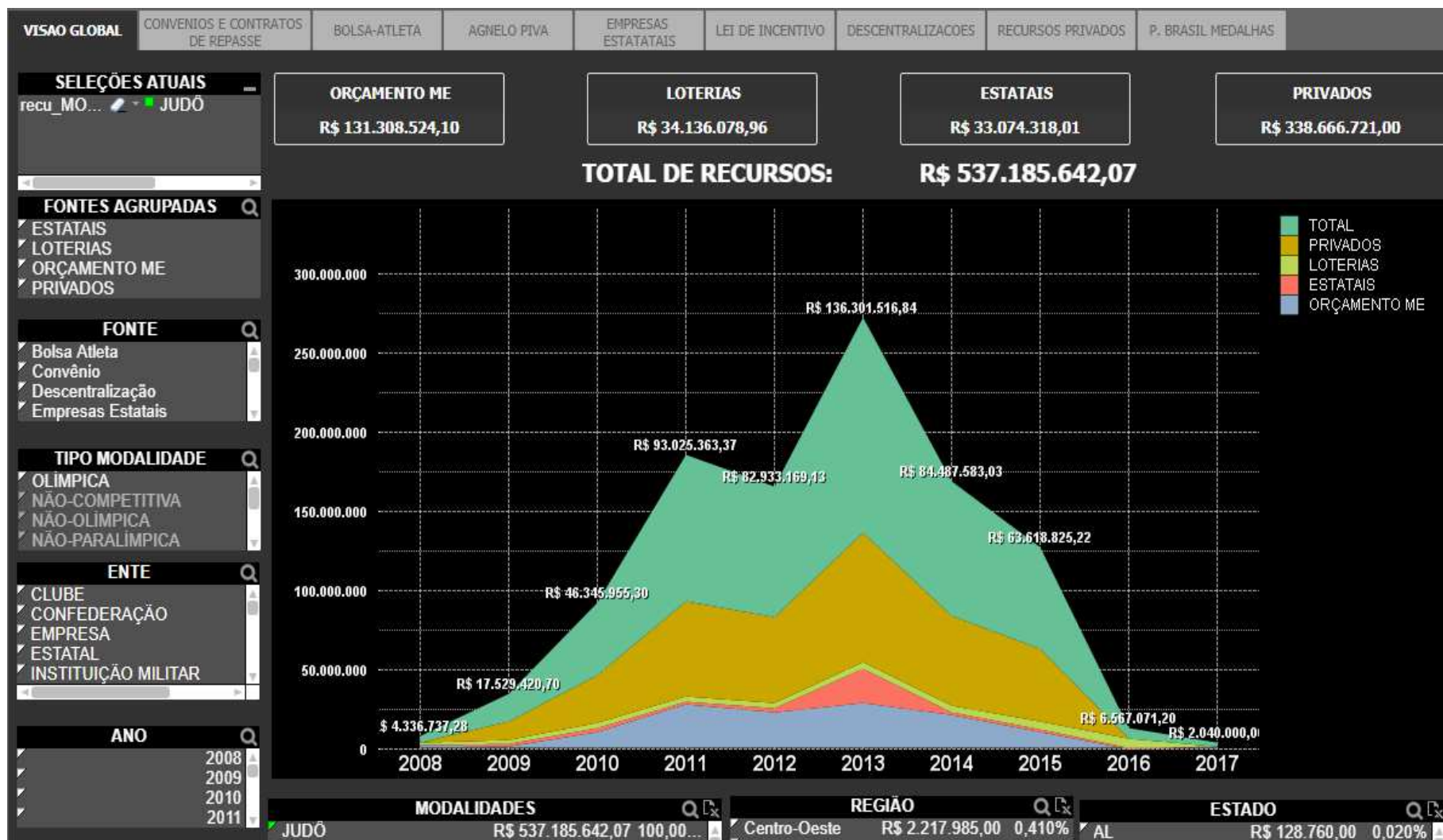


Figura 4. Apresentação do modelo de relatórios e indicadores dos “Recursos Financeiros”, considerando as informações do judô.

Fonte: Elaboração própria

Ressalte-se que, diferentemente da imagem apresentada na Figura 4, a utilização da ferramenta de Inteligência de Negócios permite visualização e cruzamento dinâmico de todos os critérios utilizados pelo modelo. Com isso, um ou vários fatores críticos de sucesso, um ou vários pilares, ambos descritos por De Bosscher et al. (2015), podem ser estudados de forma articulada.

Destaque-se, também, que a utilização do modelo de gestão de informações do EAR pode ajudar entidades esportivas a conquistar diferenciais de competitividade, como o menor custo no processo empresarial, enxugando processos e atividades burocráticas que causavam desperdícios de tempo e recursos.

4 Considerações sobre o modelo

Segundo Beal (2008), a forma mais moderna de gestão das informações se dá por meio do uso da tecnologia da informação. Neste caso, as informações podem ser coletadas, interligadas, armazenadas e disseminadas de maneira rápida e de forma sistematizada. Assim, os dados e informações fornecem um mecanismo de *feedback*, apresentando mais agilidade, menor custo, maior eficiência para utilização em grupos, possibilitando novos cenários de negócios, melhores resultados nos investimentos, nos processos e nos produtos (VALENTIM, 2008).

É exatamente essa característica que diferencia o modelo aqui apresentado daqueles desenvolvidos pelo consórcio SPLISS e por outros pesquisadores. Coletar e categorizar informações são procedimentos realizados em todos os estudos que envolvem a análise do esporte de elite; contudo, quando tais informações são armazenadas em um banco de dados padronizado, as respostas dadas a partir das análises podem ser permanentemente monitoradas e atualizadas.

Após os resultados apresentados pelo SPLISS, é quase consenso entre os pesquisadores de todo o mundo que os fatores do mesonível, aqueles que mais interferem nas políticas, são bons preditores do desempenho do esporte de alto rendimento (DE BOSSCHER et al., 2015). Isso é explicado pelo fato de os países terem se tornado mais estratégicos na forma de produzir seus atletas, contando menos com variáveis não controladas e concentrando seus esforços na gestão e na governança.

Nesse contexto, este estudo inova ao utilizar tais fatores de sucesso para estabelecer um modelo informatizado de gestão de informações do esporte que pode ser implementado em um país ou em uma entidade. A partir do modelo de gestão apresentado neste trabalho, todas as dimensões do esporte podem ser analisadas isolada ou conjuntamente, apresentando indicadores da eficiência e eficácia dos processos e, conseqüentemente, das políticas públicas e das ações de entidades esportivas. Outrossim, é possível utilizar indicadores como ROI (retorno sobre o investimento) para se analisar o impacto dos investimentos sobre a performance esportiva dos atletas, além de rankings para classificar e qualificar os fatores que têm impacto na performance esportiva nas mais diversas modalidades esportivas.

No Brasil, as iniciativas de coleta e análise de informações esportivas são genéricas e abrangem todas as manifestações do esporte e das atividades esportivas (DA COSTA, 1971; IBGE, 2000; 2003; 2006; 2015; OLIVEIRA, 2013; BRASIL, 2016). Já este estudo tem como escopo específico o esporte de alto rendimento. Além disso, do ponto de vista metodológico, não se encontra entre as iniciativas nacionais e internacionais aquelas que utilizam bancos de dados e ferramentas de tecnologia da informação para sistematizar as informações ou para apresentar um modelo de gestão de informações, o que foi desenvolvido neste trabalho.

Constatado por vários trabalhos anteriores (MAZZEI et al., 2015; ALMEIDA, 2007; GUIMARÃES, 2009), o subaproveitamento dos recursos financeiros disponíveis para o esporte; a inexistência de metas e controle de resultados esportivos; e a insipiência de programas de treinamento, este estudo colabora profundamente com o conhecimento e com a gestão do esporte de alto rendimento no país, visto que o modelo permite a obtenção de respostas consistentes, longitudinais e perenes.

5 Conclusão

Apresentar um modelo de gestão de informações do esporte de alto rendimento exigiu a identificação das fontes de informações, sejam elas oriundas de entidades públicas ou privadas, esportivas ou não. Já a sistematização de informações significa organizar diversos elementos em um sistema. No caso do presente trabalho, foram utilizadas ferramentas de tecnologia da informação para que os dados do EAR fossem catalogados e armazenados em um banco de dados gerenciado por um sistema informatizado, com critérios e categorizações definidos por métodos desenvolvidos por estudos anteriores.

O modelo apresentado abarca os dados mais importantes para a tomada de decisão de gestores esportivos e para subsidiar ações e políticas, considerando os fatores de sucesso esportivo internacional. O modelo – informatizado – de gestão de informações do EAR apresentado abrange oito dimensões: (1) Legislação; (2) Recursos financeiros; (3) Atletas e profissionais do esporte; (4) Eventos e resultados esportivos; (5) Infraestrutura; (6) Equipamentos e materiais esportivos; (7) Entidades e governança; (8) Ciência e tecnologia.

As tabelas do banco de dados foram articuladas por meio da construção de um modelo entidade-relacionamento, resultando em um modelo de gestão que permite a análise e a gestão integrada das informações do EAR, considerando as oito dimensões. As informações de todas as dimensões e esportes podem ser consultadas e visualizadas de forma regionalizada, cronologicamente, uni ou multidimensional.

Isso significa que o banco de dados relacional armazena informações de esportes, entidades, pessoas, investimentos, locais, equipamentos, materiais, eventos, resultados esportivos, documentos como atos normativos e produções científicas ligadas ao esporte, compartilhando dados entre as

tabelas sem permitir redundâncias. Ademais, por meio dos princípios da inteligência de negócios (*business intelligence*), o modelo permite a atualização permanente das informações, visto que, por meio de ferramentas de tecnologia da informação, é possível coletar dados das fontes já identificadas, organizá-los, analisá-los e compartilhá-los com entidades e gestores.

Este estudo, apesar de utilizar um grande conjunto de informações do EAR brasileiro, ao apresentar um modelo de gestão dessas informações, não atingiu a produção de conhecimento a partir dos dados armazenados no banco dados, o que deve ser fruto de pesquisas posteriores. Além disso, o modelo desenvolvido não utilizou dados de esportes que não estão nos programas olímpicos ou paralímpicos dos Jogos Rio 2016.

Por outro lado, o modelo apresentado concede as informações mais importantes para a tomada de decisão que, aliadas à boa gestão, podem qualificar as políticas, pois as respostas, relatórios e diagnósticos são claros e precisos, contribuindo para uma comunicação eficiente entre as diferentes entidades ligadas ao esporte, assim como pode prevenir conflitos ou sobreposição de ações. Adicionalmente, a gestão de informações está diretamente ligada aos princípios da governança (transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade corporativa) e, por isso, o modelo construído capacita as entidades “no caminho” das boas práticas de gestão.

Referências

ALMEIDA, B. S. **O Patrocínio Esportivo nos XV Jogos Pan-Americanos Rio 2007 - um estudo de caso.** 2007. 51 f. Monografia (Bacharelado em Educação Física) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

ANDREFF; DUTOYA; MONTEL. **Sport financing in times of global recession.** Paper presented at the ‘Play the Game’ conference, Coventry, June 8-12, 2009.

BRASIL. **Diagnóstico Nacional do Esporte - DIESPORTE.** Caderno 1. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br/diesporte>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

DA COSTA, L. P. **Diagnóstico de educação física/desportos no Brasil.** Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Fundação Nacional de material Escolar, 1971.

DE BOSSCHER, V.; BINGHAM, J.; SHIBLI, S.; VAN BOTTENBURG, M.; DE KNOP, P. **The global sporting arms race.** An internacional comparative study on sports Policy factors leading to international sporting success. Oxford: Meyer & Meyer Sport (UK), 2008.

DE BOSSCHER, VEERLE; SHIBLI, S.; WESTERBEEK, H.; VAN BOTTENBRUG M. **Successful Elite Sport Policies: an international comparison of the Sports Policy factors Leading to Internacional Sporting Success (SPLISS 2.0) in 15 nations.** Meyer & Meyer Sports (UK) Ltd. Reino Unido, 2015.

DIGEL, H B. A comparison of competitive sport systems. **New Studies in Athletics.** v.17, 1, p. 37-50, 2002.

FERREIRA, A.C.D. **Um método para a gestão de informações do Esporte de Alto Rendimento no Brasil.** 2018. 503 f. Tese (Doutorado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação

Física, Fisioterapia e Dança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FERREIRA, A.C.D; VITOR, K.P.; HAIACHI, M.C; REPPOLD FILHO, A.R. Financing of the Paralympic Sports In Brazil: Agreements. **Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS)** – Especial Section, “Disability, Education, Technology and Sport”, Vol. 11, No. 01, Jan-Mar, 2018.

GREEN, M.; OAKLEY, B. Elite sport development systems and playing to win: uniformity and diversity in international approaches. **Leisure Studies** v.20, p. 247–267, 2001.

GUIMARÃES, A.S. **A bolsa-atleta eleva o desempenho de seus beneficiários?** Análise do período 2005-2008. Texto para discussão. Consultoria do Senado Federal – Centro de Estudos – Brasília – DF, 2009.

HEUSER, C. A. **Projeto de Banco de Dados**. 6.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HOULIHAN, B.; GREEN, M. **Comparative elite sport development: systems, structures and public policy**. Elsevier. Burlington, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Inventário da infra-estrutura desportiva brasileira**. Brasília: Ministério do Esporte e Turismo/Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa do esporte 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros: Esporte 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Prática de Esporte e Atividade Física**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

MAZZEI, L. C.; DE BARROS, M. T.; DA CUNHA, B. F.; SILVEIRA, B. M. T.; DE BOSSCHER, V. High performance sport in Brazil. Structure and policies comparison with the international contexto. **Gestión y Política Pública**, pp. 83-111, 2015.

MEIRA, T.B.; BASTOS, F.C. Estrutura organizacional esportiva. In: BÖHME, M.T.S. (Org.). **Esporte infante-juvenil: treinamento a longo prazo - talento esportivo**. São Paulo: Phorte, 2011.

REPPOLD FILHO, A.R. **Projeto Referências para o Desenvolvimento do Plano Nacional de Esporte de Alto Rendimento no Brasil**. [Projeto]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Centro de Estudos Olímpicos, 2012.

VALENTIM, M.L.P. **Gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Ciência da Informação**. São Paulo: Polis: Cultura Acadêmica, 2008.

Artigo recebido em: 27/07/2018

Artigo aceito para publicação em: 18/09/2018



**O FINANCIAMENTO ESPORTIVO BRASILEIRO: PROPOSTA DE METODOLOGIA
CRÍTICA DE ANÁLISE**

**SPORTS FINANCING IN BRAZIL: PROPOSAL OF CRITICAL ANALYSIS
METHODOLOGY**

**EL FINANCIAMIENTO ESPORTIVO BRASILEÑO: PROPUESTA DE METODOLOGÍA
CRÍTICA DE ANÁLISIS**

Fernando Henrique Silva Carneiro¹
Fernando Mascarenhas²

Resumo: Não há uma metodologia crítica de análise do financiamento do esporte no Brasil, desta forma, temos como objetivo propor uma metodologia crítica de análise do financiamento do esporte no Brasil, implementando-a por meio da análise ao longo de 2004 a 2015. Realizamos uma pesquisa teórica em metodologias críticas de análise do financiamento das políticas sociais para que pudéssemos criar uma específica para o esporte, e também foi feita uma pesquisa documental em diferentes fontes de dados para podermos identificar e compreender as diferentes fontes de recursos que compõem o financiamento e gasto com o esporte brasileiro. A fonte orçamentária foi a que recebeu mais recursos no período, sendo que, ao longo do tempo, a extraorçamentária e a de gastos tributários apresentaram considerável crescimento. O direcionamento com as categorias de gasto se deu na seguinte ordem decrescente: esporte de alto rendimento, “esporte, educação, lazer e inclusão social”, infraestrutura, grandes eventos e gestão.

Palavras-chave: Política esportiva; financiamento do esporte; fundo público.

Abstract: There is no critical methodology for the analysis of sport financing in Brazil. In this way, we aim to propose a critical methodology for the analysis of Brazilian sports financing, implementing it through analysis throughout 2004 to 2015. We conducted a research theoretical methodologies in critical analysis of the financing of social policies so that we could create a specific one for the sport, and also a documentary research was done in different sources of data to be able to identify and to understand the different sources of resources

¹ Professor no Instituto Federal de Goiás - campus Senador Canedo, doutor e mestre em educação física pela Universidade de Brasília, pesquisador do AVANTE/UnB (Grupo de pesquisa e formação sociocrítica em educação física, esporte e lazer). (fernandohenriquesc@gmail.com)

² Diretor e professor da Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília, pós-doutor em política social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e coordenador/pesquisador do AVANTE/UnB (Grupo de pesquisa e formação sociocrítica em educação física, esporte e lazer). (fernando.masca@outlook.com)

that compose the financing and expense with the Brazilian sport. The budget source was the one that received more resources in the period, and over time, extraordinarily and tax expenditures showed considerable growth. The direction with the expenditure categories was in the following descending order: High Performance Sport, "Sports, Education, Leisure and Social Inclusion", infrastructure, major events and management.

Keywords: Sports policy; sports financing; public fund.

Resumen: No hay una metodología crítica de análisis del financiamiento del deporte en Brasil, de esta forma, tenemos como objetivo proponer una metodología crítica de análisis del financiamiento deportivo brasileño, implementándola a través del análisis a lo largo de 2004 a 2015. Realizamos una investigación teórica en metodologías críticas de análisis del financiamiento de las políticas sociales para que pudiéramos crear una específica para el deporte y también se hizo una investigación documental en diferentes fuentes de datos para poder identificar y comprender las diferentes fuentes de recursos que componen el financiamiento y gastado el deporte brasileño. La fuente presupuestaria fue la que recibió más recursos en el período, siendo que a lo largo del tiempo la extracción y la de gastos tributarios presentaron considerable crecimiento. La dirección con las categorías de gasto se dio en el siguiente orden decreciente: Deporte de Alto Rendimiento, "Deporte, Educación, Ocio e Inclusión Social", infraestructura, grandes eventos y gestión.

Palabras clave: Política deportiva; Financiamiento del deporte; Fondo público.

1. Introdução

O Estado realiza suas múltiplas funções – garantia das condições gerais de produção, integração e repressão (MANDEL, 1982) – a partir do fundo público, que é formado pela punção compulsória realizada pelo Estado por meio de impostos, contribuições e taxas (BEHRING, 2010), possibilitando que sejam realizadas as diferentes políticas públicas, entre elas a esportiva. A análise do fundo público permite compreender os desígnios das ações do governo, demonstrando objetivamente o que tem sido priorizado (FAGNANI, 2009).

Os estudos sobre o financiamento e gasto com esporte no Brasil podem ser caracterizados como incipientes, devido ao baixo quantitativo de produção e de grupos de pesquisa que trabalham com essa temática, e também como parciais, haja vista tratarem de apenas partes do financiamento e gasto com esporte. Expressão disso são estudos feitos sobre: o financiamento do esporte no governo Fernando Henrique Cardoso (VERONEZ, 2007), o orçamento do governo Lula (ALMEIDA; MARCHI JÚNIOR, 2010; ATHAYDE; SALVADOR; MASCARENHAS, 2015; MATIAS, 2013a), o orçamento do governo Lula e do governo Dilma (MASCARENHAS, 2016; CARNEIRO, 2018), os programas sociais esportivos (ATHAYDE, 2011; MATIAS, 2013b; TEIXEIRA et al., 2014), o Programa Bolsa Atleta (TEIXEIRA et al., 2017), o financiamento do esporte olímpico (TEIXEIRA; MATIAS; MASCARENHAS, 2015), o papel das emendas parlamentares no orçamento do esporte

(TEIXEIRA, 2016), as estatais federais (PEREIRA, 2017), os grandes eventos esportivos (ATHAYDE, 2011) e a Lei de Incentivo ao Esporte (MATIAS et al, 2015).

Os estudos sobre o financiamento e gasto com esporte no Brasil de ordinário não trabalham com a totalidade dos recursos que são direcionados às políticas esportivas. Muito disso se deve pela diversidade de fontes de recursos para o esporte e a falta de transparência delas, sobretudo daquelas que não são orçamentárias. Além disso, embora existam propostas metodológicas de avaliação do financiamento de políticas públicas e do gasto com elas (FAGNANI, 2009), de avaliação de políticas, programas e projetos sociais (BOSCHETTI, 2009) e do orçamento de políticas sociais (SALVADOR; TEIXEIRA, 2014), no campo acadêmico-científico da educação física/ciências do esporte não existem propostas de metodologia crítica para analisar especificamente as fontes de financiamento e o direcionamento do gasto com esporte, o que dificulta a ampliação de estudos sobre a temática.

A compreensão da lógica de financiamento da política esportiva e seus gastos é uma chave interpretativa importante para entender os caminhos e prioridades da política esportiva brasileira. De acordo com Fagnani (2009, p. 123), “Na maior parte das vezes, a retórica oficial procura ocultar os verdadeiros desígnios das ações governamentais. O gasto e o financiamento das políticas sociais podem desmascarar esta retórica [...]”. Dessa maneira, analisar o financiamento e gasto do esporte materializa aquilo que de fato é realizado pela política esportiva federal. Assim sendo, temos como objetivo propor uma metodologia crítica de análise do financiamento do esporte no Brasil, implementando-a por meio da análise ao longo de 2004 a 2015.

2. Delineamento metodológico

Este estudo se desenvolveu, em um primeiro momento, a partir de uma pesquisa teórica em trabalhos que propunham metodologias críticas de análise do financiamento e gasto com políticas sociais. Nesse processo destacamos três contribuições teóricas: Fagnani (2009), Boschetti (2009) e Salvador e Teixeira (2014), em que os dois primeiros discutem o tema em âmbito geral, e o último discute a fonte orçamentária.

Por meio dos três estudos supracitados, sistematizamos os três indicadores que são destacados para analisar o financiamento e gasto de uma política social:

- Fontes de financiamento – relaciona-se com a origem dos recursos encaminhados para determinada política social, isto é, “quem paga a conta”. A partir da fonte é revelado se o recurso é proveniente de impostos que sobrecarregam os trabalhadores (fontes regressivas) ou que oneram os empregadores e o capital (fontes progressivas). Boschetti (2009) aponta que outros elementos podem ser observados neste indicador: a procedência dos impostos (municipais, estaduais ou nacional), se estão alocados em rubricas específicas nas leis orçamentárias e se há vinculação entre receitas e despesas.

- Magnitude do gasto – indica se há compatibilidade entre os recursos previstos e as carências sociais em que o Estado deve atuar (FAGNANI, 2009), enquanto para Boschetti (2009) objetiva verificar se houve manutenção, crescimento, redução ou realocação dos recursos. Fagnani (2009) considera que a análise deve se atentar para as séries históricas de longo prazo, a evolução do gasto *per capita*, a proporção em relação ao PIB, se seu desempenho consegue melhorar o problema sobre o qual atua a política etc. Boschetti (2009) aponta que deve ser feita comparação entre os recursos aprovados e os efetivamente executados, deve ser analisado o percentual de crescimento ou redução de recursos ao longo dos anos, além de avaliado o percentual dos gastos em relação ao orçamento geral, ao PIB, ao gasto com juros etc. Além desses elementos, Salvador e Teixeira (2014) indicam que o percentual de gasto orçamentário pode ser comparado com a arrecadação tributária, a DRU, o pagamento com juros da dívida pública, o orçamento da seguridade social, o orçamento geral do ente federado e com o superávit primário.
- Direção dos gastos – mostra para onde foram dirigidos os recursos aplicados na política social analisada. Fagnani (2009) aponta alguns questionamentos a serem analisados em relação à política social: os recursos foram encaminhados aos segmentos prioritários ou aos extratos relativamente mais carentes? Reflete as metas e diretrizes do discurso oficial? Qual o tipo de articulação que existe entre a política pública analisada e os setores privados? A política estudada tem fins eleitorais, clientelistas ou fisiológicos? Já Boschetti (2009) considera que deve ser analisado como foi a distribuição dos recursos entre os programas ou projetos que integram a política social e como se deu a distribuição federativa/geográfica dos recursos, sendo que em ambos os casos ele aponta a necessidade de identificar os critérios utilizados na distribuição dos recursos. Salvador e Teixeira (2014) destacam que pode ser analisada a porcentagem de crescimento e decréscimo em relação à totalidade da política social, além de como se dá a repartição de recursos entre os setores públicos e privados – aqueles aplicados por unidades estatais prestadoras de recursos e os transferidos para instituições privadas (organizações sociais, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil de interesse público).

Partiremos desses três indicadores para propormos a metodologia de análise do financiamento do esporte no Brasil. Assim, realizamos uma pesquisa documental para que fosse possível, além de apenas propor, também mostrar como realizar a apresentação e análise do financiamento e gasto com o esporte no Brasil.

O período de análise do financiamento e gasto será de 2004 a 2015, pois analisamos os períodos correspondentes aos Planos Plurianuais (PPA)³ 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015, abarcando os períodos dos governos Lula (2003 a 2010) e Dilma (2011 a 2016).

Inicialmente foi feita uma busca no Portal da Legislação do Governo Federal⁴ sobre as legislações que deram base ao financiamento da política esportiva no Brasil. Foram identificadas que são três fontes de financiamento: orçamentária, extraorçamentária e gasto tributário.

Todos os dados orçamentários sobre o financiamento e gasto com esporte foram coletados no SIGA Brasil⁵. Já os dados extraorçamentários foram coletados em diferentes locais: os dados sobre o patrocínio das estatais foi proveniente do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)⁶; os dados dos repasses sociais esportivos de concursos de prognósticos e loterias foram coletados nos relatórios da Caixa Econômica Federal (CEF) sobre repasses de concursos de prognóstico e loterias⁷; e os dados sobre os recursos recebidos pela Federação das Associações de Atletas Profissionais (Faap)⁸, via Lei Pelé, foram obtidos por relatórios contábeis em seu sítio eletrônico, enquanto os da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol (Fenapaf) foram obtidos por meio de solicitação e resposta por correio eletrônico. Os gastos tributários foram coletados no sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil (RFB), nos demonstrativos de gastos tributários⁹. Já os dados da Lei de Incentivo ao Esporte (LIE) foram utilizados a partir do sítio eletrônico do ME¹⁰, pois os dados deste são mais transparentes e completos.

A pesquisa documental também foi realizada nos três PPAs supracitados, tendo sido a partir deles que houve subsídio para o estabelecimento das categorias de direcionamento dos recursos. Para construção da magnitude do gasto com esporte foram utilizados dados sobre o Produto Interno Bruto – PIB (Ipeadata)¹¹, a população brasileira (Banco Mundial)¹² e o patrocínio das estatais federais (Secom) (s. d.)¹³.

³ O PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são peças legislativas constituintes do ciclo orçamentário brasileiro, consagradas pela Constituição Federal de 1988 no art. 165. Por meio do PPA “[...] é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas. A LDO, que deve ser compatível com o PPA, estabelece, entre outros, o conjunto de metas e prioridades da Administração Pública Federal e orienta a elaboração da LOA para o ano seguinte. A LOA contempla os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos das estatais. O seu vínculo com o PPA se dá por meio dos programas e das iniciativas do Plano que estão associadas às ações constantes da LOA. Deve haver, portanto, uma compatibilidade entre o PPA, a LDO e a LOA.” Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/includes/faq/faq.asp?sub=7>. Acesso em: 03/04/2014.

⁴ Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>. Acesso em: 03/04/2016.

⁵ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>. Acesso em: 02/03/2016.

⁶ Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.html>. Acesso em: 06/08/2016.

⁷ Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>. Acesso em: 01/03/2017.

⁸ Disponível em: <http://www.faatletas.com.br/>. Acesso em: 27/12/2016.

⁹ Disponível em: <https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal>. Acesso em: 26/06/2017.

¹⁰ Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/index.php/institucional/secretaria-executiva/lei-de-incentivo-ao-esporte>. Acesso em: 30/08/2016.

¹¹ Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em: 05/10/2016.

¹² Disponível em: <http://data.worldbank.org/country/brazil?locale=pt>. Acesso em: 25/11/2016.

¹³ Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/patrocínio/balanco-das-acoas-de-patrocínio>. Acesso em: 20/01/2017.

Os dados financeiros utilizados foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna¹⁴ (IGP-DI), média anual, calculado pela Fundação Getúlio Vargas, a preços de 2015, haja vista a necessidade de atualizar os valores para comparações longitudinais. Os dados coletados foram analisados e apresentados a partir dos indicadores utilizados, ou seja, fontes de financiamento, magnitude dos gastos e direção dos gastos. Para isso, valemo-nos de quadros, gráfico e tabelas para uma melhor exposição dos dados do estudo.

3 O financiamento e gasto com esporte no Brasil

Tendo por base os subsídios dos indicadores, fonte de financiamento, magnitude do gasto e direcionamento do gasto, apontaremos elementos que possibilitem analisar o financiamento e gasto com a política esportiva, discutindo a seguir cada um dos indicadores.

3.1 Fontes de financiamento do esporte

Em relação ao indicador fontes de financiamento devem ser identificadas as legislações vigentes sobre as diferentes fontes de financiamento. Isso possibilitará construir a matriz de financiamento do esporte, identificando o peso de cada uma daquelas fontes. Definidas as fontes, podem ser identificados os tipos de tributos que dão base a cada uma, podendo-se perceber quem financia a política esportiva, isto é, se são impostos que oneram mais aos trabalhadores e/ou à população com menor rendimento ou aos capitalistas e/ou ricos. Um debate essencial é a presença de recursos vinculados e de recursos discricionários no esporte.

Diferentemente de áreas como a trabalhista e a tributária, em que há codificação das leis, no âmbito do esporte, as legislações se encontram dispersas. Por isso, um primeiro movimento deve ser de reunir as diferentes legislações que pautam o financiamento do esporte e os gastos com ele. Com este processo, é possível definir as fontes de recursos, bem como determinações legais para seu direcionamento.

O financiamento do esporte pelo Estado brasileiro vem desde o Decreto-Lei nº 3.199/1941¹⁵; contudo o esporte só passou a ser um direito¹⁶ legalmente reconhecido no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988, quando, em seu artigo 217, foi declarado o dever do Estado de fomentar as práticas esportivas, definindo a realização de investimentos públicos para a política esportiva. Conforme pode ser visto no Quadro 1, a legislação brasileira vigente sobre o financiamento

¹⁴ “O IGP-DI é um índice ponderado, composto pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), Índice de Preços por Atacado (IPA) e Índice Nacional de Custos da Construção Civil (INCC). Com isso, busca-se eliminar os efeitos da inflação e da desvalorização da moeda.” (SALVADOR, 2010, p. 51).

¹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13199.htm. Acesso em: 04/04/2017.

¹⁶ Athayde *et al* (2016) realizou um interessante debate sobre o direito ao esporte, apresentando-o como um direito de cidadania.

do esporte brasileiro foi produzida, sobretudo, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei nº 9.615/1998 (Lei Pelé)¹⁷.

Quadro 1 – As diferentes fontes de financiamento do esporte no Brasil, sua classificação e respectivas legislações

Fontes	Subfontes
Orçamentárias	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos ordinários para a função “Desporto e Lazer” (Lei nº 4.320/1964; Lei nº 9.649/1998, alterada pela MP nº 2.216-37/2001; Portaria MPOG nº 42/1999) - Contribuições sobre concursos de prognósticos e loterias função “Desporto e Lazer” (Lei nº 9.615/1998 – Lei Pelé; Lei nº 11.345/2006 – Lei da Timemania; Lei nº 13.155/2015) - Outros recursos orçamentários para a função “Desporto e Lazer” (Portaria MPOG nº 42/1999) - Recursos ordinários e de outras fontes de recursos do orçamento federal de distintas funções para as subfunções vinculadas ao esporte (Portaria MPOG nº 42/1999)
Extraorçamentárias	<ul style="list-style-type: none"> - Repasses sobre concursos de prognósticos e loterias para entidades esportivas (Lei nº 9.615/1998 – Lei Pelé, alterada pelas Leis nº 10.264/2001 – Lei Agnelo/Piva, nº 12.395/2011 e nº 13.146/2015; Decreto nº 7.984/2013; Lei nº 11.345/2006 – Lei da Timemania; Lei nº 13.155/2015) - Patrocínios sem incentivo fiscal das estatais federais (Decreto nº 6.555/2008) - Contribuição sobre salários e transferências de atletas profissionais pagos pelas entidades de prática esportiva para a assistência social e educacional da categoria (Lei nº 9.615/1998 – Lei Pelé, incluída pela Lei nº 12.395/2011)
Gastos tributários	<ul style="list-style-type: none"> - Desoneração das entidades recreativas sem fins lucrativos (Constituição Federal 1988; Lei nº 9.532/1997; Medida Provisória 2.158-35/2001) - Isenção fiscal de patrocínios e doações de pessoas físicas e jurídicas no apoio direto ao esporte (Lei nº 11.438/2006 – Lei de Incentivo ao Esporte, alterada pelas Leis nº 11.472/2007 e nº 13.155/2015) - Isenção de impostos na fabricação nacional e importação de equipamentos e materiais esportivos (Lei nº 10.451/2002, alterado pelas leis nºs 11.116/2005, 11.827/2008 e 12.649/2012) - Isenção de tributos nas importações de bens recebidos como premiação em evento esportivo realizado no exterior e de bens e materiais consumidos, distribuídos ou utilizados em evento esportivo no Brasil (Lei nº 11.488/2007; Decreto nº 6.759/2009, alterado pelo Decreto nº 7.213/2010) - Desonerações tributárias voltadas à realização dos grandes eventos esportivos (Lei nº 12.780/2013 alterada pela Lei nº 13.265/2016; Lei 12.350/2010 e Lei nº 12.663/2012 – Lei Geral da Copa)

Fonte: Portal da Legislação do Governo Federal. (Elaboração própria)

Assim, conforme pode ser percebido no Quadro 1, as fontes de financiamento do esporte no Brasil são: orçamentárias, extraorçamentárias e gastos tributários. A partir da definição das diferentes fontes de financiamento público do esporte, foi possível buscar os dados totais de cada fonte. Estamos denominando isso de “matriz de financiamento público federal do esporte”, sendo ela a responsável por possibilitar a realização das políticas públicas de esporte.

De 2004 a 2015 o total de recursos públicos federais para esse setor foi de R\$ 29,69 bilhões, provenientes a maior parte do orçamento federal (55,52%), como pode ser percebido na tabela abaixo. Isso demonstra que o orçamento do esporte é a expressão mais visível do financiamento público federal do esporte, elemento que também se dá em outras áreas (SALVADOR, 2012), sendo

¹⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm. Acesso em: 23/06/2016.

nele definidas as prioridades de políticas públicas de um governo. Entretanto, as fontes extraorçamentárias e gasto tributário cumpriram um papel relevante, pois corresponderam a 44,48% dos recursos.

Tabela 1 – Matriz de financiamento público federal do esporte por fonte e subfonte – série 2004-2015 (valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de 2015 em R\$ milhões e %)

Fonte	R\$	%	Subfonte	R\$	%
Orçamento	16.484,81	55,52	Recursos ordinários para a função “Desporto e Lazer”	12.139,13	40,89
			Contribuições sobre concursos de prognósticos para função “Desporto e Lazer”	1.677,99	5,65
			Outros recursos orçamentários para a função “Desporto e Lazer”	14,57	0,05
			Recursos ordinários e de outras fontes de recursos do orçamento federal de distintas funções para as subfunções vinculadas ao esporte	2.653,12	8,94
Extra-orçamentário	6.920,20	23,31	Repasse sobre concursos de prognósticos e loterias para entidades esportivas	3.435,94	11,57
			Patrocínios sem incentivo fiscal das estatais federais	3.406,80	11,47
			Contribuição sobre salário e transferência de atletas	77,45	0,26
Gasto tributário	6.285,69	21,17	Desoneração das entidades recreativas sem fins lucrativos	3.039,48	10,24
			Isenção de IRPF e IRPJ para patrocínios e doações	2.077,90	7,00
			Desoneração para realização de grandes eventos esportivos	1.151,92	3,88
			Isenção sobre equipamentos e materiais esportivos	15,55	0,05
			Isenção para eventos esportivos	0,84	0,0003

Fonte: SIGA Brasil; e-SIC; Relatórios da CEF sobre repasses de loterias; Relatórios contábeis da Faap e Fenapaf; Demonstrativos de gastos tributários da Receita Federal e Ministério do Esporte. (Elaboração própria)

Pela dimensão deste artigo, não teremos condições de analisar cada uma das subfontes de financiamento público do esporte, por isso nos pautaremos nos elementos de cada uma das fontes.

A execução orçamentária no Estado brasileiro se dá pela interação entre os poderes Legislativo e Executivo. A elaboração é realizada pelo Poder Executivo, que define o direcionamento do orçamento a partir dos programas de governo. Contudo, esse processo se desenvolve permeado de influências das classes e frações de classe presentes no Estado (ATHAYDE; MASCARENHAS; SALVALDOR, 2015). Cabe ao Poder Legislativo avaliar o orçamento, podendo aprová-lo, rejeitá-lo ou modificá-lo.

A base legal dos recursos do orçamento federal é a Portaria nº 42/1999¹⁸ do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), que estabelece a classificação funcional-programática. Assim, existem as funções, que são o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público, e as subfunções, que representam parte das funções, buscando agregar um conjunto de despesas públicas, sendo que as subfunções poderão ser combinadas com funções diferentes. No âmbito esportivo, há a função “Desporto e Lazer”, que é uma rubrica que agrega o

¹⁸ Disponível em <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>. Acesso em 06/06/2016.

esporte e o lazer, e há três subfunções: “Desporto de Rendimento”, “Desporto Comunitário” e “Lazer”, que por sua vez podem ser combinadas com outras funções.

Conforme aponta Mascarenhas (2016), a classificação institucional é a mais antiga das classificações das despesas orçamentárias, sendo sua finalidade deixar claro o órgão responsável pela execução da despesa. Dos recursos orçamentários para o esporte, 85,74% estiveram alocados no ME¹⁹ e 14,26% em outras unidades orçamentárias – Fundo Nacional de Desenvolvimento Educação (FNDE), Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA), Ministério da Defesa (MD) e Ministério da Cultura (MinC), sendo elas ligadas, respectivamente, às seguintes funções: “educação” (R\$ 746,11 milhões), “direitos da cidadania” (R\$ 8,20 milhões), “defesa nacional” (R\$ 1,49 bilhão) e “cultura” (R\$ 408,71 milhões).

As fontes extraorçamentárias no esporte são recursos que não transitam pelo orçamento federal. Conforme pode ser visto na Tabela 1, elas representaram 23,31% (R\$ 6,92 bilhões) dos recursos que chegaram ao esporte de 2004 a 2015. Abarcam essa fonte: os repasses sobre concursos de prognósticos e loterias para entidades esportivas, os patrocínios sem incentivo fiscal das estatais federais e a contribuição sobre salários e transferências de atletas profissionais pagos pelas entidades de prática esportiva para a assistência social e educacional da categoria.

Os gastos tributários são de maneira geral desonerações tributárias e isenções fiscais que estão relacionadas a um conjunto de medidas legais de financiamento público não orçamentário das políticas públicas (SALVADOR, 2015). Uma fonte de recurso direcionado ao esporte são as desonerações tributárias e isenções fiscais de diferentes tributos. Os gastos tributários representaram 21,17% (R\$ 6,29 bilhões) dos recursos recebidos pelo setor de 2004 a 2015.

É importante perceber no Quadro 1 que, excetuando as desonerações das entidades recreativas sem fins lucrativos, os demais gastos tributários todos foram realizados durante o governo Lula e Dilma, principalmente no primeiro²⁰. Houve um esforço pessoal de Lula para que leis como a LIE fossem concretizadas (BOUDENS, 2007).

Ao analisarmos os diferentes tributos que compõem a fonte orçamentária, é possível afirmar que a maior parte dessa fonte é formada por tributos que oneram mais aos trabalhadores e às classes mais pobres. Além disso, na fonte de gastos tributários foram desonerados tributos que sobrecarregavam mais os grandes capitalistas do que os pequenos empresários ou os trabalhadores. De acordo com Amaral (2005), os concursos de prognósticos e loterias teriam um caráter regressivo, pois é a população de menor renda que mais gasta com o consumo deste serviço. A este respeito,

¹⁹ A partir de 2011, os recursos orçamentários para a função “Desporto e Lazer” passaram a ser compartilhados entre o ME e a Autoridade Pública Olímpica (APO), esta passou a dividir com o ME as ações relativas à organização dos Jogos Rio 2016, sendo uma autarquia vinculada a ele.

²⁰ Embora a isenção de impostos na fabricação nacional e importação de equipamentos e materiais esportivos seja de uma Lei de 2002, no tocante ao financiamento, o que tem validade atualmente são as alterações realizadas durante o governo Lula e Dilma.

Salvador e Teixeira (2014) e Salvador (2012) ressaltam que a carga tributária brasileira tem sido agravada para os mais pobres e aliviada para as classes mais ricas, o que nos leva a perceber que, de igual forma, o esporte é expressão daquilo que se dá no âmbito mais geral.

Outro debate importante sobre as fontes de financiamento é a presença de vinculação no esporte, uma vez que as subfontes “concursos de prognósticos e loterias” e “contribuição sobre salário e transferência de atletas” são recursos vinculados que devem ser obrigatoriamente direcionados ao esporte. Pode-se dizer que os gastos tributários ao esporte são recursos vinculados direcionados ao setor, sendo que alguns deles têm prazo determinado, enquanto outros não.

3.2. Magnitude do gasto com esporte

No indicador “magnitude do gasto com esporte” é importante mostrar a evolução do gasto ao longo do tempo, o que possibilita identificar o que foi gasto em cada ano ou por cada governo. Proporções sobre o gasto total com esporte podem ser feitas em relação ao PIB, a evolução do gasto *per capita* com setor, ou outros elementos.

Em relação aos gastos orçamentários: vale pontuar quanto é gasto pelo órgão responsável pela política esportiva – no caso do governo federal é o ME – e quanto é gasto por outras pastas; discutir quanto de recursos foi planejado gastar, e quanto foi efetivamente gasto; e o papel das emendas parlamentares para financiar o esporte.

No que tange aos recursos extraorçamentários, é importante estabelecer a magnitude do que vai para o esporte em relação à totalidade da fonte, ou seja, de tudo que as estatais patrocinam, de todos os repasses sociais de concursos de prognósticos e loterias, quanto disso vai para o esporte. Também, é essencial pontuar o papel das entidades esportivas privadas que recebem recursos públicos do setor, bem como diferenciar o patrocínio realizado pelas estatais por meio de incentivos fiscais e os que não são por este meio.

No que se refere aos gastos tributários, é relevante trazer quanto do gasto tributário total vai para o esporte, assim como os interesses envolvidos em cada gasto tributário para o esporte e as instituições que se beneficiam. De maneira geral, é importante observar quanto dos recursos públicos vão para instituições privadas ou do “terceiro setor” em relação ao que é executado pelo próprio Estado.

Como pode ser identificado na Tabela 2, sob o ponto de vista longitudinal, houve grande oscilação dos gastos públicos com esporte. A média de gasto anual no período foi de R\$ 2,47 bilhões, sendo que durante o governo Lula²¹ – 2004 a 2010 – a média foi de R\$ 2,30 bilhões, e no governo Dilma – 2011 a 2015 – a média foi de R\$ 2,72 bilhões.

²¹ Embora o governo Lula tenha sido de 2003 a 2010, apresentamos dados apenas a partir de 2004, pois o primeiro ano de um governo é desenvolvido a partir do PPA do governo anterior. Assim, tendo por base a importância do PPA para definição das políticas do governo, trabalhamos com dados apenas a partir de 2004.

Tabela 2 – Evolução do gasto com esporte, participação do gasto com esporte em relação ao PIB e gasto *per capita* com esporte (valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de 2015, em milhões R\$ e %)

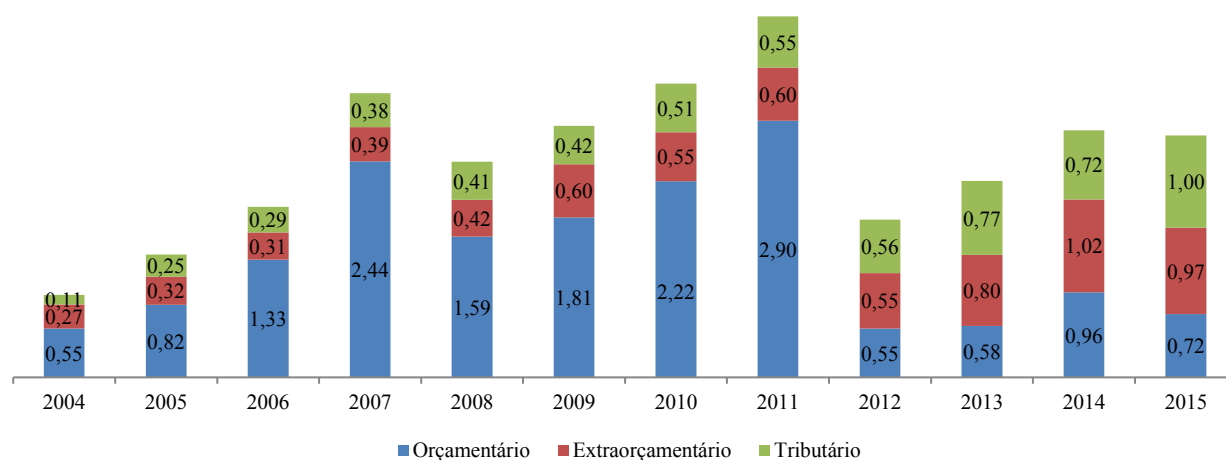
Magnitude	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Gasto com esporte (R\$)	0,93	1,39	1,93	3,21	2,44	2,84	3,32	4,08	1,78	2,22	2,80	2,74
Gasto com esporte/PIB (%)	0,023	0,034	0,046	0,068	0,048	0,058	0,059	0,068	0,029	0,035	0,043	0,043
Gasto com esporte/população (R\$)	5,00	7,38	10,12	16,67	12,52	14,46	16,73	20,36	8,81	10,87	13,57	13,17

Fonte: SIGA Brasil; e-SIC; Relatórios da CEF sobre repasses de loterias; Relatórios contábeis da Faap e Fenapaf; Demonstrativos de gastos tributários da Receita Federal; Ministério do Esporte; Ipeadata; Banco Mundial. (Elaboração própria)

É possível notar que, embora tenham aumentado as subfontes de recursos para o esporte de 2004 a 2015, isso não se traduziu em um maior crescimento de recursos para o esporte durante o período. Ao relativizarmos o gasto público com esporte em relação ao PIB, é evidenciado que a oscilação não muda muito. É interessante observar que em 2007 e 2011 o percentual do esporte em relação ao PIB é o mesmo (0,068%): como em 2007 o gasto foi de R\$ 3,21 e em 2011 de R\$ 4,08, o crescimento do gasto com esporte de 2007 a 2011 foi maior que o do PIB. Tanto que, de 2007 a 2011, o PIB do esporte teve um crescimento médio anual de 7,1%, enquanto o PIB brasileiro cresceu em média 4,1% (CASTELLANI FILHO, 2014).

Outro elemento que aponta a falta de regularidade nos recursos aplicados no esporte é o gasto *per capita*, como pode ser visto na Tabela 2. O gasto público *per capita* com esporte acompanha a tendência do gasto com esporte e da participação do gasto com esporte em relação ao PIB. A média de gasto *per capita* no período, por ano, foi de R\$ 12,47, sendo que o menor foi em 2004 (R\$ 5,00), e o maior foi em 2011 (R\$ 20,36). Isso aponta que, embora a população brasileira tenha aumentado em cerca de 21,73 milhões, esse crescimento populacional não foi acompanhado por mais gasto com esporte.

Após analisarmos a magnitude do gasto com esporte, tendo por base o total dos valores das três fontes em cada ano, passamos a analisar a evolução do gasto com esporte a partir de cada uma delas. Para isso elaboramos a Figura 1, que mostra a evolução dos gastos com esporte por fonte.

Figura 1 – Evolução do gasto com esporte por fonte – Série 2004-2015 (valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de 2015, em R\$ bilhões)

Fonte: SIGA Brasil; e-SIC; Relatórios da CEF sobre repasses de loterias; Relatórios contábeis da Faap e Fenapaf; Demonstrativos de gastos tributários da Receita Federal; e Ministério do Esporte. (Elaboração própria)

A fonte orçamentária do esporte é a que teve mais recursos; entretanto, falta regularidade na sua aplicação ao longo do tempo, já que ela é a que sofre mais oscilação, visto que o ano com maior volume de recursos (2011) equivale a 5,27 vezes os anos de menores recursos orçamentários (2004 e 2012). Nos PPAs do governo Lula (PPAs 2004-2007 e 2008-2011), o gasto orçamentário representou o maior quantitativo de recursos: o período do primeiro PPA representou 68,97% de tudo que foi gasto nos quatro anos; já o segundo representou 67,15%. Por outro lado, no PPA do governo Dilma (PPA 2012-2015), o gasto orçamentário foi o menor, ao serem comparadas as três fontes, uma vez que ele representou apenas 29,52% de tudo que foi gasto de 2012 a 2015.

Portanto, na disputa pelo fundo público no âmbito do esporte, os recursos orçamentários foram diminuindo sua participação, como pode ser observado durante a vigência do PPA 2012-2015. Esse processo foi acompanhado pelo aumento de recursos das fontes extraorçamentárias e de gastos tributários, sobretudo a partir de 2013.

Conforme apontamos acima, a maior parte dos recursos orçamentários para o esporte foram para o ME, sendo justificável por este ser o principal responsável pelas políticas esportivas do governo federal, embora tenham sido importantes os recursos de outras unidades orçamentárias. De 2004 a 2015 apenas 42,27% dos recursos autorizados²² foram liquidados: enquanto nos PPAs do governo Lula a média de execução foi de 67,40%, a do PPA do governo Dilma foi de 16,70%. Dessarte, os recursos orçamentários para o esporte poderiam ter sido maiores; contudo, estes ficaram reféns da política de ajuste fiscal, que priorizou o alcance de superávit primário, garantindo o pagamento de juros, encargos e amortizações da dívida pública. Athayde, Salvador e Mascarenhas

²² Os recursos autorizados se referem aos recursos da dotação inicial, presente na Lei Orçamentária Anual, que podem ser acrescidos e/ou deduzidos de créditos adicionais e/ou bloqueios.

(2015) apontam que isso se deve à baixa presença de gastos vinculados (obrigatórios) no orçamento do esporte.

Como o orçamento é autorizativo, tem sido um instrumento de controle do Executivo em relação ao Parlamento, em que as emendas parlamentares²³ são usadas no jogo de interesses das votações do governo no Congresso Nacional. No decorrer de 2004 a 2015, boa parte dos recursos orçamentários direcionados ao esporte foram provenientes de emendas parlamentares. A média de todo o período foi de 47,35%, demonstrando que houve uma forte dependência de emendas parlamentares para que o esporte obtivesse recursos. Assim, dos R\$ 16,48 bilhões presentes no orçamento para o esporte, R\$ 7,89 bilhões foram fruto de emendas parlamentares. De acordo com Teixeira (2016) o governo Lula liberou mais recursos e maior quantidade de emendas que o governo Dilma, demonstrando possuir melhor articulação com o Congresso Nacional.

Ao analisarmos longitudinalmente o gasto extraorçamentário com esporte de 2004 a 2015, é possível perceber que ele foi aumentando ao longo do tempo, sobretudo ao longo do governo Dilma, tendo superado o gasto orçamentário a partir de 2013. A maior subfonte dessa fonte é a de repasse sobre concursos de prognósticos e loterias para entidades esportivas. Ao somarmos esta com a subfonte de contribuições sobre concursos de prognósticos para a função “Desporto e Lazer”, a média de repasses sociais esportivos, de 2014 a 2015, foi de 13,71%, tendo ficado abaixo da média de 2004 a 2007 e acima da média a partir de 2008. Portanto, a criação de novos concursos de prognósticos para o esporte, como a Timemania, em 2006, conseguiu incrementar os recursos de repasses sociais esportivos.

Dos recursos de concursos de prognósticos e loterias para entidades esportivas repassados pela CEF ao longo de 2004 a 2015, a grande maioria foi para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) (R\$ 2,26 bilhões). Também houve recursos para os clubes de futebol (R\$ 631,73 milhões), o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) (R\$ 395,41 milhões) e o Comitê Brasileiro de Clubes (CBC) (R\$ 182,96 milhões) – este último foi o único que recebeu recursos apenas em parte dos anos, de 2013 a 2015. Nota-se que há uma forte relação de dependência destas entidades em relação ao Estado, sobretudo no que tange aos seus financiamentos (CASTELLANI FILHO, 2008).

A segunda subfonte mais representativa da fonte extraorçamentária é a de patrocínios sem incentivo fiscal das estatais federais. Ao longo de 2010 a 2015, o esporte foi a segunda maior área com patrocínio das estatais, com R\$ 2,30 milhões, que representaram 36,64% de todo recurso no referido período, ficando atrás apenas da cultura. Houve a criação do Plano Brasil Medalhas 2016²⁴,

²³ As emendas parlamentares “[...] podem acrescentar, suprimir ou modificar determinados itens (rubricas) do projeto de lei orçamentária enviado pelo Executivo” (TEIXEIRA, 2016, p. 20). São recursos que os deputados e senadores utilizam para realização de ações para suas bases políticas.

²⁴ O Plano Brasil Medalhas 2016 foi lançado em setembro de 2012 pelo governo federal. O objetivo era colocar o Brasil entre os 10 primeiros países nas olimpíadas e entre os cinco primeiros nos paralímpicos dos Jogos Rio 2016. Para isso, reforçou em R\$ 1 bilhão os recursos para EAR.

que induziu as principais estatais federais a colocarem mais recursos nos esportes olímpicos que teriam mais condições de ganhar medalhas nos Jogos Rio 2016. Sua vigência começou a partir de 2013, sendo que, com esta subfonte, de 2013 a 2015, foram patrocinados pelas estatais sem incentivos fiscais 46,63% de todo o recurso ao longo de 2004 a 2015.

Nesse mesmo período, o patrocínio das estatais teve o montante de R\$ 3,66 bilhões, sendo que, destes, 6,97% foi de patrocínios pela Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), e 93,03% foi realizado sem incentivos fiscais. Deste último, 13 estatais²⁵ direcionaram recursos ao esporte por meio de patrocínio, sendo que 97,94% de todos os recursos foi proveniente de apenas quatro estatais – CEF (R\$ 1,27 bilhão), Petrobras (R\$ 1,10 bilhão), Correios (R\$ 668,97 milhões) e Eletrobrás (R\$ 300,63 milhões) –, enquanto os outros 2,06% (70,20 milhões) correspondem às outras nove estatais.

É importante ressaltar que houve crescimento de gastos tributários totais ao longo do período. Em 2004 foram R\$ 106,99 milhões, e em 2015 foi R\$ 1,04 bilhão – houve um aumento de 973% no período. Isto se deve à política econômica adotada pelos governos Lula e Dilma de ampliação de gastos tributários como estratégia anticíclica para lidar com a crise estrutural do capital, sobretudo na crise financeira global iniciada em 2007/2008 (SALVADOR, 2015).

A fonte gastos tributários também teve crescimento de recursos ao longo do período analisado. Foram sendo criadas diferentes desonerações tributárias para o esporte, tendo diminuído os recursos que comporiam o orçamento federal. A única subfonte de gastos tributários para o esporte que teve recursos em todos os anos foi a desoneração das entidades recreativas sem fins lucrativos. Somente esta subfonte representou 48,36% (R\$ 3,04 bilhões) de todo os gastos tributários com esporte.

A segunda maior subfonte de gastos tributários para o esporte foi a isenção de Imposto de Renda de Pessoa Física e de Pessoa Jurídica para patrocínios e doações, que representou 33,06% (R\$ 2,08 bilhões) de todo o gasto tributário de 2007 a 2015. Esse gasto tributário foi criado em 2007 pela LIE, e a maior parte das isenções da LIE foram provenientes de PJ, com 97,99% de todo o recurso no período de 2007 a 2015, enquanto, os recursos de PF representaram apenas 2,01%.

A partir de 2012, foram iniciadas as desonerações para a realização dos grandes eventos esportivos, especificamente a Copa das Confederações FIFA 2013, a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Rio 2016. Essa subfonte representou 18,33% (R\$ 1,15 bilhão) de todos os gastos tributários com esporte. As desonerações para a realização dos grandes eventos esportivos incrementaram muito os gastos tributários com esporte a partir de 2012, tanto que, ao isolarmos os gastos tributários para o esporte de 2012 a 2015, essa subfonte representou 35,30%.

²⁵ CEF, Petrobras, Correios, Eletrobras, Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), CMB (Casa da Moeda do Brasil), BB (Banco do Brasil), BASA (Banco da Amazônia), Emgepron (Empresa Gerencial de Projetos Navais), CDP (Companhia Docas do Pará), Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo) e Telebras (Telecomunicações Brasileiras).

3.1. Direcionamento do gasto com esporte

No indicador “direcionamento do gasto com esporte”, um primeiro movimento deve ser o de analisar os PPAs, haja vista ser o documento de planejamento político de um governo onde é possível identificar os elementos priorizados. Dessa forma, a partir da realidade da política esportiva, é possível definir categorias para analisar o gasto com esporte. A partir do direcionamento do gasto com esporte, torna-se possível compreender, de maneira mais ampla, as ações, projetos e programas que têm sido colocados no primeiro plano. Além disso, é essencial observar a articulação do Estado com os setores privados, a relação entre os interesses sociais e econômicos mais amplos, o gasto com esporte e a presença de interesses clientelistas. Também é relevante analisar qual a dimensão priorizada do esporte – o esporte de alto rendimento/espetáculo ou o esporte educacional e o esporte de participação.

Como nos pautamos nos PPAs dos governos Lula e Dilma para analisar o direcionamento do gasto com esporte, faremos uso desses PPAs para analisar os gastos orçamentários, extraorçamentários e gastos tributários. Na política esportiva, a atuação governamental passou a se organizar no PPA 2012-2015 pelos programas temáticos “Esporte e Grandes Eventos” e “Programa de Gestão e Manutenção do ME”. Dessa forma, como poder ser visto no Quadro 2, em vez de ter a organização da política esportiva pelos programas finalísticos, como ocorria nos PPAs 2004-2007 e 2008-2011, o PPA 2012-2015 corresponde aos objetivos de um único programa temático, tendo sido unificados os programas de gestão.

Quadro 2 – Comparação entre as ações governamentais voltadas ao esporte consignadas nos PPAs 2004-2007, 2008-2011 e 2012-2015

	PPA 2012-2015	PPA 2008-2011	PPA 2004-2007
Categoria	Programa Temático Esporte e Grandes Eventos	Sem correspondência	Sem correspondência
	Objetivos	Programas Finalísticos	Programas Finalísticos
EELIS (Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social)	Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida.	- Proteção e promoção dos povos indígenas; - Inclusão social pelo esporte; - Esporte e Lazer da Cidade; - Vivência e iniciação esportiva educacional – Segundo Tempo.	- Identidade étnica e patrimônio cultural dos indígenas; - Inserção social pela produção de material esportivo; - Esporte e Lazer da Cidade; - Segundo Tempo.
EAR (Esporte de Alto Rendimento)	Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base à excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, ampliando a dimensão econômica.	- Brasil no esporte de alto rendimento – Brasil campeão.	- Brasil no esporte de alto rendimento.
Grandes eventos	Coordenar, monitorar e fomentar os esforços governamentais de preparação e realização da Copa do Mundo 2014 e eventos a ela relacionados.	- Brasil no esporte de alto rendimento – Brasil campeão.	Sem correspondência.

	PPA 2012-2015	PPA 2008-2011	PPA 2004-2007
Grandes eventos	Coordenar e integrar a atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Rio 2016, considerando a geração e ampliação do legado esportivo, social e urbano, bem como implantar a infraestrutura esportiva necessária.	- Brasil no esporte de alto rendimento – Brasil campeão.	Sem correspondência.
Grandes eventos	Sem correspondência.	Sem correspondência	- Rumo ao Pan 2007
Gestão	Programa de gestão e manutenção do ME.	- Gestão das políticas de esporte e lazer; - Apoio administrativo; - Operações especiais.	- Gestão das políticas de esporte e lazer; - Apoio administrativo; - Operações especiais.

Fontes: PPA 2004-2007; PPA 2008-2011; PPA 2012-2015 (Elaboração própria)

A nova organização do PPA 2012-2015, a partir de programas temáticos e programas de gestão, sofreu inúmeras críticas uma vez que, ao agrupar os programas, causou dificuldade em monitorar as políticas públicas, ocasionando generalização, bem como um esvaziamento dessas ações como categoria de programação de despesa (MASCARENHAS, 2016).

Conforme apresentamos no Quadro 2, delineamos a partir do PPA 2012-2015 quatro categorias para análise do direcionamento do gasto orçamentário com esporte. Depreende-se do programa temático “Esporte e Grandes Eventos” as seguintes categorias: Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (EELIS), Esporte de Alto Rendimento (EAR)²⁶ e grandes eventos. A quarta categoria é “gestão”, que corresponde ao Programa de Gestão e Manutenção do ME. Além disso, há a categoria “infraestrutura”, pois, assim como destaca Mascarenhas (2016), no momento da consolidação dos dados, notamos que um percentual significativo de recursos orçamentários foi vinculado à construção, ampliação ou modernização de equipamentos esportivos.

Até então, essas cinco categorias têm sido utilizadas para analisar o gasto orçamentário com esporte, conforme apontam Mascarenhas (2016) e Teixeira (2016), e também com as estatais (PEREIRA, 2017). Contudo, compreendemos que elas podem de igual forma ser utilizadas para analisar os gastos com esporte em sua totalidade, ou melhor, com as três fontes. A justificativa para isso é a importância do PPA na definição das políticas públicas do governo e o fato de que, no esporte, mais da metade dos recursos são orçamentários. Dessa maneira, apresentamos na Tabela 3 a totalidade do direcionamento do gasto com esporte de 2004 a 2015.

²⁶ As categorias EELIS e EAR, estão articuladas à denominação da estrutura organizacional do Ministério do Esporte, onde há a Secretaria Nacional Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNEAR) e Secretaria Nacional de Esporte de Alto Rendimento (SNEAR).

Tabela 3 – Direcionamento do gasto com esporte – Série 2004-2015 (valores deflacionados pelo IGP-DI a preços de 2015, em R\$ milhões e %)

Ano	EAR		EELIS		Infraestrutura		Grandes eventos		Gestão	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
2004	215,17	23,10	251,73	27,02	283,84	30,47	87,07	9,35	93,69	10,06
2005	284,70	20,47	548,05	39,41	450,17	32,37	10,68	0,77	97,11	6,98
2006	247,83	12,84	589,15	30,53	501,72	26,00	450,96	23,37	140,01	7,26
2007	459,07	14,28	632,78	19,69	669,01	20,81	1275,75	39,69	177,92	5,53
2008	461,65	18,93	660,67	27,10	1030,45	42,26	101,85	4,18	183,54	7,53
2009	674,19	23,70	662,56	23,29	1000,56	35,17	322,84	11,35	184,72	6,49
2010	707,65	21,30	725,18	21,83	740,69	22,30	933,08	28,09	215,61	6,49
2011	780,14	19,11	737,71	18,07	1625,87	39,82	673,82	16,50	265,29	6,50
2012	698,42	39,16	531,76	29,82	80,52	4,51	142,40	7,98	330,32	18,52
2013	959,09	43,19	504,52	22,72	122,72	5,53	435,61	19,62	198,76	8,95
2014	1008,88	36,09	586,65	20,98	0,45	0,02	961,69	34,40	238,09	8,52
2015	948,55	34,66	550,66	20,12	9,15	0,33	1005,30	36,74	222,69	8,14
Total	7445,32	-	6981,42	-	6515,14	-	6401,05	-	2347,75	-
% em relação ao total	25,08%	-	23,51%	-	21,94%	-	21,56%	-	7,91%	-
Média	620,44	-	581,785	-	542,929	-	533,421	-	195,646	-

Fonte: SIGA Brasil; E-SIC; Relatórios de repasses de recursos públicos as entidades esportivas; Relatórios contábeis da Faap e Fenapaf; Demonstrativos de gastos tributários da Receita Federal; e Ministério do Esporte. (Elaboração própria)

A categoria que mais teve recursos públicos federais de 2004 a 2015 foi a EAR, totalizando R\$ 7,44 bilhões (25,08%). Essa categoria está relacionada com a preparação e participação de atletas em competições esportivas. Autores como Bracht (2011) utilizam a expressão “Esporte de alto rendimento ou espetáculo”, pois “esporte espetáculo” seria a tendência mais marcante de EAR. Como poder ser visto na Tabela 3, ao longo do tempo houve crescimento do gasto com a referida categoria, sobretudo a partir de 2009. Compreendemos que, aquilo que foi definido pelo Plano Decenal de Esporte e Lazer²⁷, pelo PPA 2012-2015 e pelo Plano Brasil Medalhas 2016, acabou impactando diretamente no direcionamento da política esportiva desenvolvida no governo Dilma para focar no EAR. Em relação às três fontes de financiamento de EAR, 66,528% (R\$ 4,96 bilhões) foi da extraorçamentária, 18,93% (R\$ 1,41 bilhão) foi de gastos tributários, e 14,48% (R\$ 1,08 bilhão) da orçamentária.

A segunda categoria que mais recebeu recursos no período foi EELIS, com R\$ 6,98 bilhões (23,51%), sendo que houve um crescimento de 2004 a 2011, tendo ocorrido, desde então, queda de gasto. Essa categoria se relaciona às políticas desenvolvidas para que o esporte seja acessado como direito, em projetos sociais, na escola e no lazer. Isso é realizado por meio do discurso da inclusão social, de forma restritiva e focalizada, tornando o esporte acessível às chamadas populações de risco (MASCARENHAS, 2016). Além disso, as políticas de EELIS contribuem para a construção de identidades culturais, clubísticas, territoriais ou nacionais, muitas vezes apelando ao ufanismo patriótico. No que tange às três fontes de financiamento, a que mais obteve recurso foi a de gastos

²⁷ Foi construído a partir da III Conferência Nacional do Esporte, em 2010, cujo tema e principal objetivo era “10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”.

tributários, representando 53,34% (R\$ 3,72 bilhões), seguida pela orçamentária, com 33,75% (R\$ 2,35 bilhões) e, em último, a extraorçamentária, com 12,91% (R\$ 0,90 bilhão).

Os gastos com EAR e EELIS abrangem os gastos com as ações das atividades finalísticas, ou seja, vinculados à vivência e prática esportiva. Na Constituição Federal de 1988 foi estabelecido, no artigo 217º, que devem ser priorizados a manifestação educacional e, em casos específicos, o esporte de rendimento. Se entendermos que EELIS corresponde à totalidade da manifestação educacional – EELIS abrange ao longo de 2004 a 2015 programas sociais esportivos vinculados às manifestações esportivas educacional, de formação e de participação –, e se isolarmos EAR e EELIS de 2004 a 2008 e 2010, esse preceito parece ter sido respeitado, pelo fato de o valor de EELIS ser maior que EAR. Entretanto, em 2009 e de 2011 a 2015 isso não aconteceu. Chama atenção que, no governo Lula, houve mais recursos para EELIS que para EAR, relação que foi invertida no governo Dilma, conforme pode ser visto na Tabela 3. Contudo, se acrescentarmos ao gasto de EAR os gastos de grandes eventos, conforme realizado por Almeida e Marchi Júnior (2010) e Athayde (2011), poderíamos dizer que o preceito constitucional foi concretizado apenas nos anos de 2005 e 2008.

A terceira categoria que mais recebeu recursos foi infraestrutura, com R\$ 6,52 bilhões (21,94%). Ela foi a única que teve apenas uma fonte de financiamento, a orçamentária, tendo sido desta fonte que a categoria mais recebeu recursos. Ela está relacionada à construção e reforma de equipamentos públicos de esporte e lazer. A maioria dos gastos foram realizados com infraestrutura para EELIS (R\$ 6,43 bilhões), e a menor parte com foi com infraestrutura de EAR (R\$ 81,17 milhões). O gasto com esta categoria foi concretizado, principalmente, devido às emendas parlamentares, tanto que 95,28% do gasto com infraestrutura da função “Desporto e Lazer” foi com esse tipo de recurso. Teixeira (2016) aponta que as emendas parlamentares são bastante utilizadas para construção, ampliação e modernização de espaços esportivos, mas que isso seria uma forma de esvaziar as políticas públicas, e pouco se lhes acrescentaria, atendendo muito mais a interesses clientelistas dos parlamentares federais.

A quarta categoria que mais recebeu recurso foi a de grandes eventos esportivos – foram R\$ 6,40 bilhões (21,56%). Ela está diretamente relacionada com a preparação e organização do país para os seguintes grandes eventos²⁸: Pan Rio 2007, Jogos Mundiais Militares 2011, Copa das Confederações FIFA 2013, Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Rio 2016. Os grandes eventos esportivos estariam relacionados a um projeto mais geral de desenvolvimento nacional que possibilitaria reposicionar o país na geopolítica mundial e recuperar o papel do Estado (MASCARENHAS *et al.*, 2012), além de atender aos interesses dos setores mais conservadores do campo esportivo brasileiro, principalmente as entidades de administração esportiva.

²⁸ Não constitui nosso objeto analisar os gastos não esportivos relacionados à preparação do país para receber os grandes eventos esportivos, isto é, gastos com transporte, urbanismo, segurança, tecnologia, turismo, meio ambiente, entre outros.

No âmbito da política esportiva, há um entendimento de que o governo Lula (2003 a 2010) teria focado sua atuação no desenvolvimento de programas sociais esportivos, sobretudo no programa Segundo Tempo e programa Esporte e Lazer da Cidade. Mas a partir de 2007 – no segundo mandato de Lula –, com a realização dos Jogos Pan Rio 2007, houve uma inflexão para a realização dos grandes eventos esportivos (ATHAYDE, 2011), que passaram a ser o princípio organizador da agenda política de esporte e lazer no Brasil (MASCARENHAS *et al*, 2012).

A maior parte dos recursos para a categoria grandes eventos foi da fonte orçamentária, com 77,48% (R\$ 4,96 bilhões), acompanhada pelas fontes gastos tributários, com 18,00% (R\$ 1,15 bilhão) e extraorçamentária, com 4,53% (289,76 milhões). Os anos anteriores e aqueles de realização dos grandes eventos esportivos foram os que mais tiveram recursos para esta categoria. Os Jogos Rio 2016 foram os que tiveram mais recursos, R\$ 2,52 bilhões, por ser o maior grande evento em relação ao número de atletas e de expectadores. Os Jogos Rio 2007 gastaram R\$ 1,82 bilhões, os Jogos Mundiais Militares 2011 gastaram R\$ 1,42 bilhão, e as Copas das Confederações FIFA 2013 e do Mundo FIFA 2014 gastaram R\$ 644,09 milhões.

A categoria que menos teve recursos foi gestão – R\$ 2,35 bilhões, representando 7,91% do gasto –, que está relacionada à manutenção das atividades, publicidade e gasto de pessoal do ME, das entidades de administração esportiva e das atividades esportivas das estatais. Os gastos orçamentários representaram 67,13%, e os gastos extraorçamentários, 32,87% do gasto total. Ao longo do tempo, os gastos com gestão foram aumentando.

4. Considerações finais

A partir da base legal que fundamenta o financiamento do esporte, foi possível perceber que houve crescimento das suas fontes de financiamento, sobretudo a partir da Constituição de 1988 e da Lei Pelé. Além disso, das três fontes de financiamento do esporte, a orçamentária é a mais visível, haja vista ser a que teve mais recursos ao longo do tempo. Esses recursos foram executados, principalmente, pelo ME, mas houve também uma importante participação de outras unidades orçamentárias. As fontes extraorçamentária e de gastos tributários tiveram uma relevante contribuição para que o esporte contasse com mais recursos ao longo do tempo analisado. Uma característica do financiamento do esporte é seu caráter regressivo, isto é, ser financiado, sobretudo, por trabalhadores e a população de menor rendimento.

No que se refere à magnitude do gasto, foi possível identificar que houve grande oscilação dos recursos no período. Por um lado, os recursos orçamentários – que eram a principal fonte no governo Lula – foram diminuindo ao longo do tempo enquanto, por outro lado, os recursos extraorçamentários e de gastos tributários foram aumentando de 2004 a 2015, tornando-se as principais fontes no governo Dilma. Os recursos orçamentários poderiam ter tido maior volume no

período analisado; contudo, apenas parte dos recursos autorizados foram liquidados. Além disso, eles ficaram fortemente dependentes de emendas parlamentares, que apontam uma relação clientelista.

No que tange ao direcionamento do gasto com esporte, houve uma distribuição próxima entre as categorias EAR, EELIS, infraestrutura e grandes eventos. Se em determinados períodos o foco foi EELIS e infraestrutura, houve, posteriormente, um direcionamento da política esportiva para os grandes eventos, que justificaram a ampliação do gasto com EAR, inclusive com a criação de novas fontes de financiamento para estas duas últimas categorias. Ratificamos o entendimento de que os grandes eventos passaram a ser o princípio organizador da política esportiva, elemento que teve reflexo direto sobre seu financiamento e gasto.

O estudo desenvolvido buscou abarcar todas as fontes de financiamento e gasto público federal com esporte, explicitando a metodologia crítica desenvolvida. Esse método de análise do financiamento e gasto com esporte no Brasil se coloca como instrumento importante para a compreensão da política esportiva em nosso país, mas outros aprofundamentos podem vir futuramente de novos estudos.

Referências

- ALMEIDA, Bárbara Schaustek de; Marchi Júnior, Wanderley. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, Porto Alegre, v. 16, n. 04, p. 73-92, out./dez. 2010.
- AMARAL, José Ronaldo do. **As loterias federais brasileiras: um estudo da arrecadação e de sua previsão**. 2005. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Universidade de Brasília, Brasília, 2005.
- ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone. O “lugar do social” na Política de Esporte do Governo Lula. **SER Social**, Brasília, v. 13, n. 28, p. 184-209, jan./jun. 2011.
- ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone et al.. O esporte como direito de cidadania. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 19, n. 2, p. 490-501, abr./jun. 2016.
- ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; SALVADOR, Evilasio; MASCARENHAS, Fernando. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no governo Lula. In: MATIAS, Wagner Barbosa; Athayde, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando (Orgs.). **Política de esporte nos anos Lula e Dilma**. Brasília: Thesaurus, 2015. p. 117-139.
- BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 4. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 abr. 2018.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Crise do capital, fundo público e valor. In: BEHRING, Elaine Rossetti et al.. (Orgs.). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 13-34.
- BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009, p. 575-593.
- BOUDENS, Emile Paulo Johannes. **O financiamento do esporte no primeiro mandato de Lula (2003-2006)**. Rio de Janeiro: Usina das Letras, 2007.

- CARNEIRO, Fernando Henrique Silva et al.. Orçamento do esporte no governo Dilma: a primazia dos interesses econômicos e o direito escanteado. **Rev. Bras. Ciên. Esporte**, Brasília, 2018.
- CASTELLANI FILHO, Lino. O Estado Brasileiro e os Direitos Sociais: O Esporte. In: HÚNGARO, Edson Marcelo; DAMASCENO, Luciano Galvão; GARCIA, Carla Cristina (Orgs.). **Estado, política e emancipação humana: lazer, educação, esporte e saúde como direitos sociais**. Santo André, SP: Alpharrabio, 2008. p. 129-144.
- CASTELLANI FILHO, Lino. Megaeventos esportivos no Brasil: de expressão da política esportiva brasileira para a da concepção neodesenvolvimentista de planejamento urbano. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 26, n. 42, p. 98-114, jun. 2014.
- FAGNANI, Eduardo. Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas públicas. In: RICO, Elizabeth Melo Rico (Org.) **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 6. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2009.
- MANDEL, Ernest. O Estado na fase do capitalismo tardio. In: Mandel, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas), 1982. pp. 333-350.
- MASCARENHAS, Fernando. O orçamento do esporte: aspectos da atuação estatal de FHC a Dilma. **Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 963-80, out./dez. 2016.
- MASCARENHAS, Fernando et al.. O Bloco Olímpico: Estado, organização esportiva e mercado na configuração da agenda Rio 2016. **Revista da ALESDE**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 15-32, out. 2012.
- MATIAS, Wagner Barbosa. **O enigma olímpico: o controvertido percurso da política esportiva no governo Lula**. Brasília. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013a.
- MATIAS, Wagner Barbosa. A política esportiva do governo Lula: o Programa Segundo Tempo. **Licere**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 1-23, mar. 2013b.
- MATIAS, Wagner Barbosa et al.. A Lei de Incentivo Fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. **Movimento**, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 95-110, jan./mar. 2015.
- PEREIRA, Claudia Catarino. **As empresas estatais e o financiamento do esporte nos governos Lula e Dilma**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.
- SALVADOR, Evilasio. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e o financiamento das Políticas Sociais no Brasil. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 04-22, jan./jun., 2012.
- SALVADOR, Evilasio. **Renúncias tributárias: os impactos no financiamento das políticas sociais no Brasil**. Brasília: INESC; OXFAM Brasil, 2015.
- SALVADOR, Evilasio; TEIXEIRA, Sandra Oliveira. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. **Rev. Pol. Públ.**, São Luís, v. 18, n. 1, p. 15-32, jan-jun. 2014.
- TEIXEIRA, Marcelo Resende. **Esporte, fundo público e pequena política: os reveses de um orçamento (r)emendado**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- TEIXEIRA, Marcelo Resende; MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernando. O financiamento do esporte olímpico no Brasil: uma análise do ciclo de Londres (2009-2012). In: MATIAS, Wagner Barbosa; Athayde, Pedro Fernando Avalone; MASCARENHAS, Fernando (Orgs.). **Política de esporte nos anos Lula e Dilma**. Brasília: Thesaurus, 2015. pp. 161-184.
- TEIXEIRA, Marcelo Resende et al.. Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Licere**, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 134-161, set. 2014.

TEIXEIRA, Marcelo Resende et al.. O Programa Bolsa Atleta no contexto esportivo nacional. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 29, n. esp., p. 92-109, dez. 2017.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. O planejamento governamental e o orçamento do setor esportivo. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 15.; Congresso Internacional de Ciências do Esporte, 2., 2007, Recife. **Anais...** Goiânia: CBCE, 2007.

Artigo recebido em: 27/07/2018

Artigo aceito para publicação em: 18/09/2018



FUNDOS PATRIMONIAIS E FUNDOS DE APOIO COMO FERRAMENTAS DE FINANCIAMENTO DO ESPORTE NO BRASIL

ENDOWMENTS AND SUPPORT FUNDS AS SPORT FINANCING TOOLS IN BRAZIL

FONDOS PATRIMONIALES Y FONDOS DE APOYO COMO HERRAMIENTAS DE FINANCIACIÓN DEL DEPORTE EN BRASIL

Rene Vinicius Donnangelo Fender*

Resumo: No Brasil estão em trâmite projetos de lei que buscam regularizar os fundos patrimoniais e os fundos de apoio como ferramentas de financiamento do esporte. A fim de sustentar esse processo, o presente estudo, de caráter qualitativo e exploratório, buscou, através de pesquisa bibliográfica, apresentar referências de sucesso ao redor do mundo onde esses dois fundos já são explorados como importantes mecanismos de financiamento do esporte. Os fundos patrimoniais, bastante difundidos nos EUA, através de doações incentivadas por renúncia fiscal geram um rendimento anual e recursos de forma perene às entidades, trazendo excelência no longo prazo. Também feito por doações, os fundos de apoio de Japão, Austrália, Alemanha e EUA se transformaram em estruturas indispensáveis, diminuindo a dependência de recursos públicos. A transparência no processo de doações de ambos os fundos é fundamental para o sucesso do mecanismo. O estudo contribui com vasta gama de exemplos relevantes desses mecanismos.

Palavras-chave: Fundos patrimoniais, fundos de apoio, financiamento do esporte, doações, Brasil.

Abstract: There are bills in process in Brazil that seek to regularize the Endowments and the Support Funds as tools of sport financing. In order to support this process, this qualitative and exploratory study has sought, through bibliographical research, to present references of success around the world where these two Funds are already explored as important financing mechanisms of the sport. Endowments, widely distributed in the US, through donations stimulated by fiscal renunciation, generate an annual income and resources of perennial form to the entities, bringing excellence in the long term. Also made by donations, the Support Funds of Japan, Australia, Germany and the USA have become indispensable structures, reducing dependence on public resources. Transparency in the donation process of both Funds is critical to the success of the mechanism. This study contributes with a wide range of relevant examples of these mechanisms.

Keywords: Endowments, support funds, sport financing, donations, Brazil.

* Bacharel em esporte pela Universidade de São Paulo; Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Gestão do Esporte da USP; Líder de Credenciamento na sede de Porto Alegre da Copa do Mundo FIFA de 2014 no Brasil; voluntário nos Jogos Paralímpicos Rio 2016; Analista de Pesquisa da Confederação Brasileira de Desportos na Neve (renfender@hotmail.com).

Resumen: En Brasil están en trámite Proyectos de Ley que buscan regularizar los Fondos Patrimoniales y los Fondos de Apoyo como herramientas de financiamiento del Deporte. A fin de sostener este proceso, el presente estudio, de carácter cualitativo y exploratorio, buscó, a través de investigación bibliográfica, presentar referencias de éxito alrededor del mundo donde esos dos Fondos ya son explotados como importantes mecanismos de financiamiento del deporte. Los Fondos Patrimoniales, muy difundidos en los Estados Unidos, a través de donaciones incentivadas por renuncia fiscal, generan un ingreso anual y recursos de forma perenne a las entidades, trayendo excelencia a largo plazo. Los fondos de apoyo de Japón, Australia, Alemania y los Estados Unidos se transformaron en estructuras indispensables, disminuyendo la dependencia de los recursos públicos. La transparencia en el proceso de donaciones de ambos Fondos es fundamental para el éxito del mecanismo. El estudio contribuye con una amplia gama de ejemplos relevantes de estos mecanismos.

Palabras clave: Fondos patrimoniales, fondos de apoyo, financiación del deporte, donaciones, Brasil.

1 Introdução

Atualmente no Brasil estão em trâmite alguns projetos de lei (PL) que abordam a implementação de novos mecanismos de financiamento do esporte no país. Entre eles, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 6.345 de 2016, de autoria da Professora Dorinha Seabra Rezende. O PL tem em sua ementa o seguinte teor: “Regulamenta a criação de Fundos Patrimoniais destinados a formação de poupança de longo prazo para apoiar as entidades sem fins lucrativos que atuam na atividade desportiva”. Contudo, além deste projeto de lei dedicado exclusivamente às entidades atuantes da área esportiva, existem outros projetos em trâmite no Legislativo brasileiro acerca do tema fundos patrimoniais:

- PL 4.643/2012: Autoriza a criação de fundo patrimonial (*endowment fund*) nas instituições federais de ensino superior. Autoria: deputada Bruna Furlan – PSDB/SP.

- PL 8.694/2017 (PLS 16/2015): Dispõe sobre fundações privadas que têm por propósito único captar e gerir doações de pessoas físicas e jurídicas e destiná-las às instituições que especifica. Autoria: senadora Ana Amélia – PP/RS.

- PLS 160/2017: Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de unidades de conservação federais. Autoria: senador Elmano Ferrer – PMDB/PI.

- PL 8.512/2017 (apensado ao PL 6.345/2016): Regulamenta a criação de fundos patrimoniais destinados a formação de poupança de longo prazo para apoiar as entidades que atuam nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, esportes, ciência e tecnologia. Autoria: deputada Professora Dorinha Seabra Rezende – DEM/TO.

- PL 7.641/2017: Dispõe sobre fundos patrimoniais vinculados (*endowments funds*) ao setor cultural, para as entidades privadas de natureza cultural sem fins lucrativos. Autoria:

deputado Paulo Abi-Ackel – PSDB/MG.

A criação desses projetos de lei nos últimos anos corresponde a um maior interesse do desenvolvimento dessa atividade no Brasil a partir do começo do século XX. Segundo o IDIS – Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (2016a), apenas 27 entidades no país possuem fundos patrimoniais. Analisando o teor dos projetos de lei supracitados, observa-se que eles tratam do mesmo tema, só que para diferentes tipos de entidades.

Em debate realizado pela Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados em dezembro de 2017, o tema central foi “fundos patrimoniais para apoiar entidades que atuem em atividades esportivas”. No entanto, um dos pontos principais de discussão foi a importância da criação de um marco legal para a padronização da legislação brasileira no que concerne o tema de fundos patrimoniais no país. Corroboram com esta ideia tanto Priscila Pasqualin Afonso de Souza, sócia da PLKC Advogados e diretora jurídica e de relacionamento com o terceiro setor do Instituto Reciclar, como Paula Jancso Fabiani, diretora-presidente do IDIS (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2017).

Para ambas especialistas é de fundamental importância que o tema fundos patrimoniais no Brasil possua uma legislação única, pois a ausência de previsão legal sobre a questão no país não favorece o seu desenvolvimento. Um dos principais motivos é que a padronização da legislação, ou seja, uma instituição jurídica sólida e confiável, fornecerá segurança para os doadores. Do contrário, com a existência de diversas frentes, pode-se gerar desconfiança e consequente afastamento por parte dos doadores.

Além desse projeto, também está em trâmite no Senado Federal o Projeto de Lei nº 68/2017a, que “Institui a Lei Geral do Esporte, que dispõe sobre o Sistema Nacional do Esporte, a ordem econômica esportiva, a integridade esportiva, o Plano Nacional para a Cultura de Paz no Esporte”. Em uma de suas sessões, o texto se refere à regularização do chamado Fundesporte, ou Fundo Nacional do Esporte, cuja tramitação corre em paralelo como Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2017b, para que essa seja inserida ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

De acordo com o Projeto da Lei Geral do Esporte, o art. 45 da sessão III expõe o seguinte sobre a criação do Fundo:

Art. 45. O Fundo Nacional do Esporte – Fundesporte, previsto no art. da Constituição Federal, tem como objetivo viabilizar a todos os brasileiros o acesso a práticas esportivas; a universalização e descentralização dos programas de esporte; a construção e manutenção de instalações esportivas; a destinação de equipamentos adequados; a prática de educação física em todos os níveis educacionais e a valorização dos profissionais que a ela se dedicam; a formação, descoberta, treinamento e desenvolvimento de atletas de alto nível e a realização de competições esportivas e estímulo a que delas participem os atletas (BRASIL, 2017a, pg. 22).

Além deste, o art. 46 descreve em 28 incisos quais são as receitas que constituem o

Fundesporte. Alguns destes incisos referem-se a recursos oriundos de concursos de prognósticos previstos em lei. Dessa forma o Fundesporte seria mais um fundo nacional beneficiado pelo repasse social advindo dos recursos arrecadados pela Loteria Federal. Como é de conhecimento, outros fundos nacionais são beneficiados por esse tipo de repasse, tais como o Fundo Nacional da Cultura (FNC), o Fundo Penitenciário Nacional (FUPEN), o Fundo Nacional da Saúde (JANTALIA, 2017) e recentemente o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

A partir do momento em que o Fundo Nacional do Esporte for regularizado juntamente com a Lei Geral, o esporte brasileiro como um todo poderá se beneficiar da referida medida. Alguns motivos convergem para que a criação desse fundo prospere, sendo dois deles de destacada relevância. Antes de discorrer acerca desses motivos é fundamental ressaltar a importância de o trâmite do Fundesporte correr paralelamente com a da Lei Geral, pois, para que tal fundo opere em plenitude com seus objetivos, é vital que ele esteja vinculado exatamente ao que se propõe na Lei Geral com a definição do Sistema Nacional do Esporte, ou Sinesp, em que “a gestão e promoção de políticas públicas para o esporte realizam-se por meio de um sistema descentralizado, democrático e participativo, que tem por objetivos:

- I – integrar os entes federativos e as organizações que atuam na área esportiva;
- II – atuar de modo a efetivar políticas que visem à gestão compartilhada, ao cofinanciamento e à cooperação técnica entre seus integrantes;
- III – estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na estruturação, regulação, manutenção e expansão das atividades e das políticas públicas na área esportiva;
- IV – definir os níveis de gestão, respeitadas as peculiaridades de cada um dos integrantes.” (BRASIL, 2017a, pg. 5-6).

Assim, um dos supracitados motivos é que, semelhantemente aos fundos patrimoniais, a instauração de um fundo nacional estabelece mais um mecanismo perene de financiamento às políticas esportivas do país. Ou seja, o repasse dos recursos estão disponíveis para o uso direto nos projetos em andamento. Dessa forma, a partir do momento em que fica estabelecido constitucionalmente uma política do esporte contínua no país, a criação desse fundo possibilitaria que o financiamento dos projetos em curso não ficasse sujeito a mudanças de acordo com alternâncias de cargo, pois muitos programas ficam comprometidos devido a questões que envolvem disputas políticas. Assim, o Sistema Nacional do Esporte e o Fundo darão segurança para que o financiamento esteja garantido. Vale lembrar que, ao contrário dos fundos patrimoniais, o fundo “convencional” não faz com que o montante arrecadado seja investido no mercado financeiro, gerando assim um rendimento anual.

Um segundo fator é que o estabelecimento do Fundo Nacional do Esporte se faz necessário devido ao fato de que tal mecanismo seria uma ferramenta fundamental no que tange os aspectos de descentralização da política esportiva no país. Esta seria então uma das melhores alternativas para a redução das desigualdades regionais, fazendo com que o esporte, de fato, se

tornasse uma política de Estado. Além desse cenário estar explícito no caput do art. 45 supracitado, o seguinte artigo do texto do Projeto de Lei Geral do Esporte também discorre sobre o fato:

Art. 34. Do total dos recursos destinados ao Fundesporte provenientes de concursos de prognósticos e jogos de azar, 1/3 (um terço) será repassado aos Fundos de Esporte dos Estados e do Distrito Federal, proporcionalmente ao montante das apostas efetuadas em cada unidade da Federação, para aplicação prioritária em esporte educacional, inclusive em jogos escolares (BRASIL, 2017a, pg. 17).

Dessa forma, entende-se que a implementação dos fundos patrimoniais e dos fundos de apoio abrange um modelo de financiamento do esporte, que seja viável e que não gere grandes impactos econômicos no país. Assim, a fim de sustentar que a regulamentação desses fundos é de grande importância para o desenvolvimento esportivo do Brasil, o presente estudo tem como objetivo apresentar referências de sucesso ao redor do mundo onde os fundos patrimoniais e os fundos de apoio já são explorados como importantes mecanismos de financiamento do esporte.

2 Metodologia

O presente artigo caracteriza-se por ser um estudo do tipo qualitativo exploratório, utilizando da pesquisa de caráter bibliográfico como meio de investigação. Para Vergara (2006), faz-se uso da pesquisa de caráter exploratório em estudos onde o objetivo é o aprofundamento de determinada temática. Stevens et al. (2012) caracterizam que um trabalho investigativo procura por evidências para revelar algo que aconteceu ou que está acontecendo, sendo utilizada uma grande variedade de fontes fornecedoras de ideias e informações.

Dessa forma, devido ao fato de que os dados foram obtidos através de fontes secundárias (documentos de acesso público), não houve necessidade de autorização de Comitê de Ética para a realização deste estudo. Para isso, os dados foram obtidos com base em materiais publicados em sites oficiais dos países e entidades estudados.

3 Resultados

Através da pesquisa bibliográfica realizada pelo presente estudo, no que tange os fundos patrimoniais, verificou-se que tal mecanismo tem prática mais estruturada nos Estados Unidos, sobremaneira nas universidades do país. Em relação aos fundos de apoio esportivo, foi possível encontrar exemplos sólidos em quatro países de quatro continentes diferentes, entre eles Japão, Austrália, Alemanha e Estados Unidos. A seguir são apresentados os casos supracitados.

3.1 Fundos patrimoniais

Fundos patrimoniais, ou *endowments*, como são mundialmente conhecidos, são fundos que possuem como finalidade a manutenção de certas atividades de interesse social, visando a

sustentabilidade e perpetuidade da entidade que as executa. Dessa forma, cria-se um sistema com o intuito de evitar que “a realização de seus fins institucionais seja suspensa ou interrompida em razão de oscilações ou complicações episódicas na captação de recursos ou de comprometimento de seu patrimônio por ações de curto prazo” (SPALDING, 2016).

Portanto, a partir de uma causa altruísta eleita, o fundo patrimonial deve estar vinculado ou ter titularidade “a uma pessoa jurídica sem fins lucrativos – universidades, museus, teatros, orquestras, hospitais – como um dos meios para garantir sua sustentabilidade econômica de longo prazo” (IDIS, 2016a). Como observado, há diferentes tipos de organizações sem fins lucrativos pelas quais os fundos patrimoniais podem ser desenvolvidos. Entre elas, também estão inseridas as entidades atuantes no âmbito esportivo.

O ponto-chave que parece convergir para entender a importância da aplicação dos fundos patrimoniais pelas entidades atuantes no esporte é a compreensão de como eles funcionam. Como exposto acima, a principal característica dos fundos patrimoniais é a garantia de manutenção e sustentabilidade das atividades, fazendo com que seja criado um comprometimento a longo prazo com determinado projeto.

Tal propriedade vai ao encontro do que pode ser considerado como fundamental no desenvolvimento esportivo de excelência, que é o planejamento a longo prazo. Estruturado por uma governança apropriada e um modelo de gestão de investimentos de longo prazo, a concepção de funcionamento de um fundo patrimonial “busca preservar o montante principal e reger a utilização dos rendimentos auferidos em prol da missão finalística a que se propõe” (SPALDING, 2016), ou seja, os recursos não são inteiramente gastos no curto prazo, sendo estes investidos no mercado financeiro, gerando, assim, um rendimento anual. Como Spalding (2016) cita em seu trabalho, uma das melhores definições para fundos patrimoniais é de Sabo Paes e Queiroz Filho (2014, p. 86-111):

[...] estruturas que recebem e administram bens e direitos, majoritariamente recursos financeiros, que são investidos com os objetivos de preservar o valor do capital principal na perpetuidade, inclusive contra perdas inflacionárias, e gerar resgates recorrentes e previsíveis para sustentar financeiramente um determinado propósito, uma causa ou uma entidade. (SABO PAES; QUEIROZ FILHO, 2014, p.86-111)

Tal prática gera um sistema de segurança que independe de vontades políticas e de crises financeiras na área pública, situações essas que têm sido recorrentes no cenário nacional. A Figura 1 faz representação ilustrativa de como os fundos patrimoniais funcionam:

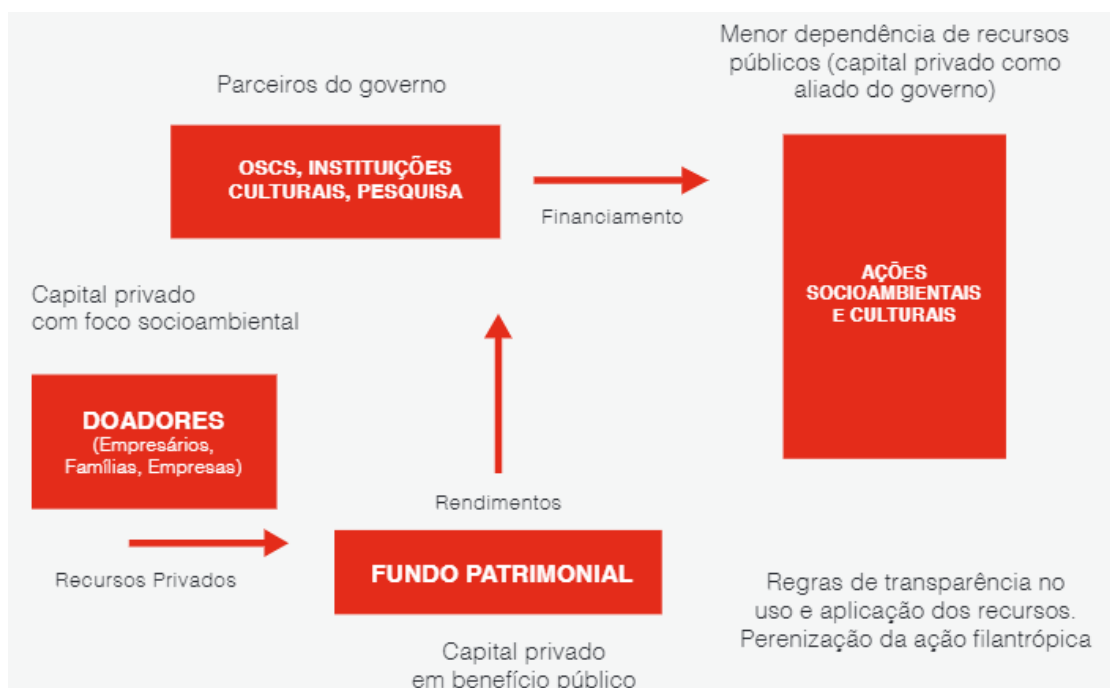


Figura 1 – Representação de funcionamento dos fundos patrimoniais.

Fonte: Guia “Conceitos e benefícios dos endowments como mecanismo de financiamento à cultura” (IDIS, 2016a).

De acordo com Priscilla Pasqualin, um dos fatores que inicialmente fariam o papel de “mola propulsora” para a aplicação dos fundos patrimoniais no Brasil seria o incentivo fiscal, ou seja, é necessário que haja mecanismos que incentivem os doadores a “entregarem” parte de seu patrimônio para que outras pessoas (entidades) cuidem dele. Esse incentivo pode ser representado pela renúncia fiscal. Cabe lembrar aqui que tal processo de incentivo fiscal já é realizado através da Lei de Incentivo ao Esporte, que, conforme previsto na Lei nº 11.438/06, há dedução dos valores despendidos a título de doação ou patrocínio, tanto pelas pessoas físicas quanto pelas pessoas jurídicas, para projetos esportivos olímpicos e paralímpicos.

Contudo, a grande diferença entre a doação por fundos patrimoniais e por leis de incentivo está na duração dos projetos. Enquanto a captação de recursos através de leis de incentivo é condicionada por projetos com prazo determinados de duração (geralmente de um ano), os fundos patrimoniais, como observado, preza pela sustentabilidade de projetos por longo prazo. Portanto, além da Lei de Incentivo fornecer uma visão a curto prazo, também não trabalha com recursos robustos, inclusive possuindo dificuldade de captação dos recursos necessários a fim de alcançar os objetivos do programa da Lei Federal de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438) (BAIBICH, 2017). Para um conhecimento mais aprofundado sobre o tema fundos patrimoniais, recomenda-se a leitura dos guias publicados pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social – IDIS (IDIS, 2016b; IDIS, 2016c).

Como mencionado, os fundos patrimoniais podem ser explorados por qualquer tipo de entidade sem fins lucrativos. Entre elas, talvez o tipo de entidade que melhor utiliza os fundos

são as universidades. É de conhecimento que as melhores universidades do mundo possuem fundos patrimoniais (Tabela 1).

Tabela 1 – Ranking das melhores universidades do mundo e respectivos fundos patrimoniais

Ranking	Entidade	País	Fundo Patrimonial
1º	Massachusetts Institute of Technology (MIT)	EUA	US\$ 15 bilhões
2º	Stanford University	EUA	US\$ 22 bilhões
3º	Harvard University	EUA	US\$ 34 bilhões
4º	California Institute of Technology (Caltech)	EUA	US\$ 32 bilhões
5º	University of Cambridge	Reino Unido	£7,5 bilhões
6º	University of Oxford	Reino Unido	£7,5 bilhões
7º	UCL (University College London)	Reino Unido	£111 milhões
8º	Imperial College London	Reino Unido	£141 milhões
9º	University of Chicago	EUA	US\$ 7 bilhões
10º	Nanyang Technology University	Singapura	US\$ 2,4 bilhões

Fonte: *TopUniversities* (2018); *The Best School* (2017); Wikipedia (2018). Elaboração própria.

Devido à importância que é dada aos fundos patrimoniais pelas universidades, principalmente as norte-americanas, é interessante ressaltar que conseqüentemente os programas esportivos dessas entidades beneficiam-se também da exploração dos fundos patrimoniais. Apesar de o sistema esportivo norte-americano distinguir-se do brasileiro em diversos aspectos, enxergar a realidade na qual eles estão inseridos é de grande valia para apurar o quão importante é o papel que os fundos patrimoniais podem exercer na estrutura esportiva de um país.

Os Estados Unidos possuem uma cultura muito enraizada entre o esporte e a academia. As universidades criam uma forte ligação afetiva com a população, assumindo diversos papéis de relevância social nas cidades dos EUA. Essa ligação contribui para a formação de times nas instituições de ensino. A partir daí os alunos-atletas começam sua formação na escola e vão até a universidade, onde enfrentam a última fase de acesso às ligas nacionais de várias modalidades esportivas, enfatizando o quão importante é o desenvolvimento do atleta em um ambiente que lhe proporcione a continuidade nos estudos (LIMA, 2012). Quem gerencia o desporto universitário nos EUA é a NCAA, *National Collegiate Athletic Association*, que em 23 esportes diferentes contempla aproximadamente 1.200 universidades (NCAA, 2018).

Dado este panorama, aqui são apresentados dois exemplos de como os fundos patrimoniais são executados em universidades norte-americanas.

3.1.1 Stanford University

A Universidade de Stanford, atual segunda melhor universidade do mundo (TOPUNIVERSITIES, 2018), possui um dos maiores fundos patrimoniais, chegando a US\$ 22 bilhões (aproximadamente R\$ 84,5 bilhões), detendo também o maior fundo patrimonial esportivo entre as universidades americanas. Referido status consequentemente faz-se refletir em seu desempenho esportivo. Pelo 23º ano consecutivo a Universidade de Stanford foi premiada como a instituição de ensino com maior sucesso esportivo nos Estados Unidos pela “*National Association of Collegiate Directors of Athletics*”. Tal prêmio leva em consideração o resultado de todos os campeonatos de todos os esportes (NACDA, 2018).

Analisando tal rendimento ao longo das últimas décadas, Groves (2013) identifica três fatores fundamentais que fizeram com que Stanford alcançasse tamanho sucesso: recurso financeiro, comissão técnica qualificada e talentos pessoais. Atualmente, através de doações de fontes privadas, os recursos provenientes do fundo patrimonial que gerencia o programa esportivo de Stanford são substanciais e sem precedentes, sendo Stanford a única universidade no país a possuir um fundo entre 450 e 500 milhões de dólares. Tomando como exemplo a modalidade do futebol americano, tais recursos são capazes de cobrir todos os custos relacionados dessa modalidade, inclusive as bolsas dos 85 atletas e o salário do *head coach*.

Embora o poderio econômico seja um diferencial de peso, Groves (2013) ressalta que o sucesso do futebol americano também se deu pelo talento da comissão técnica e a continuidade do trabalho durante os anos, mesmo com a troca do *head coach*. Por fim, o último elemento citado pelo autor é o talento dos jogadores. Segundo Grove, os alunos-atletas, desde o nascimento até a universidade, estão inseridos em um ambiente propício para o desenvolvimento de seus talentos, com infraestrutura qualificada, desde os aparatos esportivos, até a pessoa responsável pelo gerenciamento do fundo de investimento, que consegue angariar investimentos inclusive de grandes mercados globais (GROVES, 2013).

Como supracitado, a Universidade de Stanford, no decorrer das últimas décadas, teve o melhor desempenho esportivo dos Estados Unidos. Portanto, pode-se afirmar que o sucesso do futebol americano certamente é vivenciado pelas outras modalidades. O órgão que gerencia o programa de esportes na universidade é o *Department of Athletics, Physical Education and Recreation* (Daper). Este não depende de nenhum suporte financeiro dos alunos ou da Universidade de Stanford para cobrir seus gastos. Além de não cobrar dos alunos, os recursos que o Daper recebe da Universidade são usados para cobrir os custos não relacionados às modalidades, incluindo os programas de educação física, recreação e bem-estar (por exemplo, materiais de manutenção e equipamentos de ginástica etc.).

Essa gestão autossustentável é possível em grande parte graças aos recursos provenientes das doações privadas aos fundos patrimoniais (42,3%). Outras fontes de receitas são venda de ingressos (14,4%), recursos de mídia (15%), pagamentos da NCAA (4%), entre

outros (dados de 2013-2014) (MILLER, 2015). O fundo patrimonial esportivo da universidade, conhecido como *Buck/Cardinal Club*, oferece bolsas e suporte para todos os esportes universitários. O programa inclui cobertura de gastos com taxas de matrícula, recrutamento de atletas, viagens, alojamento, alimentação para cada atleta e técnico, ou seja, todos os gastos de “fora e dentro de campo” (STANFORD UNIVERSITY, 2018). Assim, a menos que o mercado financeiro seja afetado por alguma grave crise ou alguma outra fonte seja interrompida, o programa esportivo do Daper nunca precisará do dinheiro direto da Universidade de Stanford para financiar seus atletas e esportes (MILLER, 2015).

3.1.2 West Virginia University

Como visto no exemplo da Universidade de Stanford, seus fundos patrimoniais fazem com que o programa esportivo seja autossustentável. Contudo, nem todas as universidades dos Estados Unidos possuem este poderio econômico. Stanford conduz seu fundo patrimonial esportivo desde 1934 e ao longo dos anos foi aperfeiçoando e desenvolvendo-o. Apesar de possuírem um fundo patrimonial voltado ao esporte, a realidade de outras universidades distingue-se financeiramente. É o caso, por exemplo, da Universidade de West Virginia.

O órgão responsável pela iniciativa de cooperar na angariação de recursos para todo o programa esportivo da Universidade de West Virginia é conhecido como “*The Mountaineer Athletic Club*”. Como mais uma oportunidade de arrecadar recursos, esse órgão criou um fundo patrimonial chamado “*Athletic Endowment Fund*”, com a intenção de financiar as bolsas dos atletas de todos os esportes de forma permanente (MOUNTAINER ATHLETIC CLUB, 2017a).

Como apresentado em documento oficial do fundo patrimonial, “o objetivo principal do *Athletic Endowment Fund* é cumprir com o custo de todas as 360 bolsas esportivas” através do fundo patrimonial estabelecido que está em curso. De acordo com o documento, para atender todas as 360 bolsas no ano, o fundo precisa possuir em seu saldo principal um valor que exceda a quantia de 225 milhões de dólares (R\$ 868 mi). Contudo, desses USD 225 milhões, o fundo atualmente conta com um balanço de apenas USD 35 milhões (R\$ 135 mi). Dessa forma, o rendimento anual deste fundo de USD 35 milhões gera uma pequena porção de aproximadamente USD 1,5 milhões (R\$ 5,8 mi), valor este que é capaz de custear apenas 50 das 360 bolsas (é necessário um rendimento que gere USD 9 milhões ao ano (R\$ 35 mi) para cobrir todas as 360 bolsas). As 310 bolsas restantes são financiadas por recursos gerados pela venda de ingressos ou colaboração dos membros e próprios estudantes/atletas (MOUNTAINER ATHLETIC CLUB, 2017b).

O *Athletic Endowment Fund* oferece opções para que se possa fazer a doação. No cenário supracitado, o doador destina o recurso para os alunos/atletas em geral, sem distinção. No entanto, o fundo possui categorias que o doador pode escolher para destinar a sua doação – para algum esporte específico, posição específica de algum esporte (por exemplo: goleiro,

líbero, quarterback, etc.), ou até mesmo para os técnicos das equipes. Para cada categoria é especificada a quantia mínima que deve ser doada, variando entre 50 e 500 mil dólares. O fundo ressalta que as doações são dedutíveis de impostos. Como forma de retribuição, a partir do momento em que o doador faz uma contribuição, ele recebe algum tipo de “reconhecimento e benefício” pelo ato, tais como associação do seu nome com o time, acúmulo de pontos, brinde especial da equipe, entre outros (MOUNTAINER ATHLETIC CLUB, 2017b).

3.1.3 Team USA

Além dos casos encontrados nas universidades acima, outro tipo de entidade chamou atenção deste estudo. Diferente do Comitê Olímpico do Brasil e de muitos comitês de outros países, o Comitê Olímpico do Estados Unidos (USOC) não recebe financiamento de recursos públicos federais para seu programa olímpico. Dessa forma, o “*Team USA*” busca através de alguns mecanismos de apoio filantrópico arrecadar recursos para o desenvolvimento de suas atividades. Assim, em 2013 o USOC criou o *U.S. Olympic and Paralympic Foundation* (USOPF). Esta é uma organização sem fins lucrativos responsável por angariar recursos para o Movimento Olímpico e Paralímpico nos EUA. Todo o recurso arrecadado é investido em áreas que promovam a excelência e inovação do *Team USA* (TEAM USA, 2018a).

Para tanto, o USOPF focou seu programa de arrecadação em algumas áreas principais. Com o lema de “*Building the team of tomorrow*”, ou “Construindo o time do amanhã”, explora-se a principal característica dos fundos patrimoniais, que é o recurso permanente de uma fonte de financiamento. Assim, o programa oferece dois tipos de destinação para as doações.

O primeiro deles, intitulado *Olympic and Paralympic Athlete Endowments*, é destinado especificamente para os atletas olímpicos e paralímpicos. De acordo com o programa, a “doação integral” de um milhão de dólares gera aproximadamente 50 mil dólares por ano para o custeio de despesas. Já a “doação parcial” de 500 mil dólares gera até 25 mil dólares por ano em perpetuidade. Em 2013, ano de criação do fundo patrimonial, a arrecadação foi de 22 milhões de dólares (R\$ 84,8 mi) para mais de 1.500 atletas. Outra categoria, chamada de *Team USA Sport Endowments*, destina as doações diretamente para o *Team USA*. Este repassa os recursos para os técnicos e para os *National Governing Bodies* (entidades nacionais de administração do esporte) a fim de garantir o desenvolvimento do programa esportivo nacional de alto rendimento (TEAM USA, 2018b). Os valores das doações integrais e parciais são os mesmos da categoria anterior.

3.2 Fundos de apoio

Apesar de caracteristicamente possuírem os mesmos objetivos de ser um mecanismo de financiamento contínuo e descentralizador, o que distingue o Fundo Nacional do Esporte

(Fundesporte) de outros modelos de fundos de apoio é o caráter de instituição privada que alguns fundos de outros países assumem.

Como observado na introdução deste estudo, o art. 46 do Projeto da Lei Geral do Esporte expõe diversas fontes de onde recursos podem ser alocados ao Fundo. Com considerável participação, muitos desses recursos advêm de fontes de cunho governamental/federal, como prognósticos previstos em lei e repasses do Tesouro Nacional. Contudo, é destacado também que esses recursos podem ser obtidos através de doações, patrocínios, entre outros meios. Para o referido quesito, os seguintes artigos da Lei Geral discorrem o seguinte:

Art. 127. Com o objetivo de incentivar a prática esportiva, a União facultará às pessoas naturais ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos esportivos apresentados por pessoas naturais ou por pessoas jurídicas de natureza esportiva, como através de contribuições ao Fundesporte, nos termos do art. 46, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos nesta Lei e sejam aprovados pelo Ministério do Esporte. (BRASIL, 2017a, pg. 66)

Art. 130. O patrocinador ou doador poderá investir o valor deduzido do imposto de renda em favor do Fundesporte, com destinação livre ou direcionada a programas, ações e projetos esportivos específicos, sob a forma de doação, ou com destinação especificada pelo patrocinador, sob a forma de patrocínio, na forma do regulamento. (BRASIL, 2017a, pg. 68)

Como será visto em breve, alguns países prezam por constituir seus fundos de apoio principalmente de doações.

3.2.1 Japão

O exemplo do Japão, a princípio, é o que mais se aproxima do sistema brasileiro. O órgão máximo do esporte no Japão, representado pelo *Ministry of Education, Culture, Sports, Science and Technology* (MEXT), é o responsável pela administração geral do esporte no Japão em nível nacional. Em um segundo nível está o *Japan Sport Council (JSC)*, uma organização administradora independente do Japão (HALLMANN; PETRY, 2013) que tem como missão os seguintes objetivos: promoção da cultura esportiva no país, através do investimento na comunidade, e do esporte de alto rendimento; prover instalações esportivas de ponta e a melhor atmosfera para inspirar a nação através do esporte; apoiar atletas e treinadores de elite para maximizar seus desempenhos e alcançar os objetivos com mais alto nível de competição internacional, com base em ciência esportiva de ponta; contribuir para o movimento esportivo global auxiliando as entidade esportivas nacionais e suas cidades para atrair e sediar grandes eventos esportivos (JAPAN SPORT COUNCIL, s.d.).

O JSC tem como característica subsidiar projetos esportivos de desenvolvimento contínuo de longo prazo, além do esporte de competição. Para isso, a organização conta com os

recursos do *Sports Promotion Fund* (destacado em vermelho na Figura 2) e do repasse de recursos através da loteria nacional. Uma terceira fonte de financiamento é de recursos federais oriundos do governo (HALLMANN; PETRY, 2013). O Fundo foi criado em 1990 com um investimento inicial de 25 bilhões de ienes (R\$ 900 mil) por parte do governo central e mais 4 bilhões de ienes (R\$ 140 mil) vindos de doações do setor privado. O propósito do Fundo foi o de dar mais autonomia ao MEXT e permitir o uso de seu orçamento para o planejamento estratégico de longo prazo no desenvolvimento de atletas (HOULIHAN; GREEN, 2008).

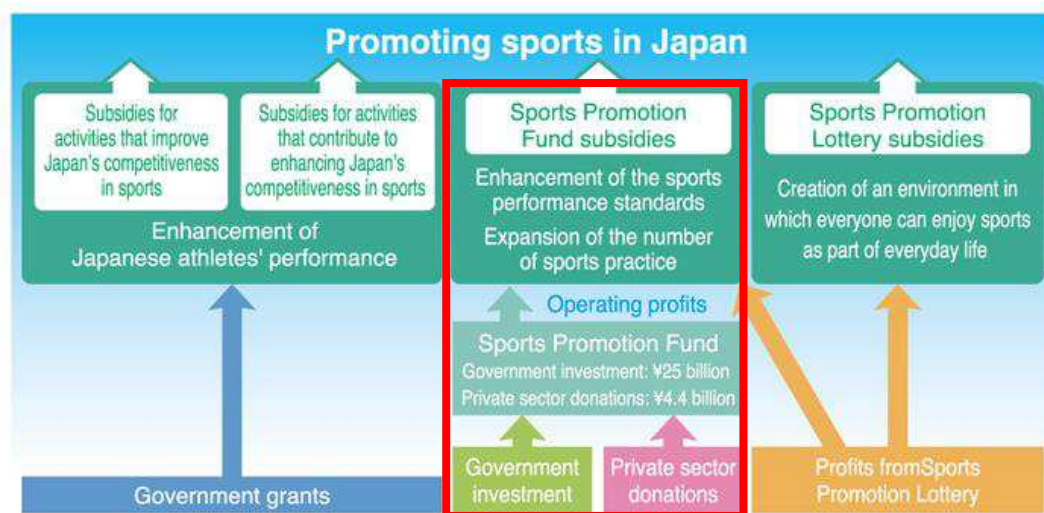


Figura 2 – Esquemática do sistema de financiamento da Japan Sports Council
Fonte: *Japan Sport Council (2018)*.

Posteriormente, em 1998, foi promulgada a *Sports Promotion Lottery Law* (Lei de Promoção da Loteria Esportiva), e, em 2001, estabeleceu-se a loteria (chamada de “*toto*”), ambas essenciais para que o esporte no Japão alcançasse um nível de financiamento seguro com o propósito de construir uma “sociedade esportiva de longo prazo”, que inclui recursos para o esporte de elite (MESSC, 1998 apud HOULIHAN; GREEN, 2008). O JSC constitui esforços para garantir os recursos de financiamento do Fundo através do incentivo de doações por pessoas físicas ou corporações. Outros tipos de doações advêm do lucro de máquinas de venda automática criadas em cooperação com instâncias universitárias, organizações esportivas, entre outras (JAPAN SPORT COUNCIL, 2018). A Figura 3 a seguir ilustra a distribuição dos recursos do *Sports Promotion Fund* do ano de 2012/2013 para o esporte de alto rendimento.

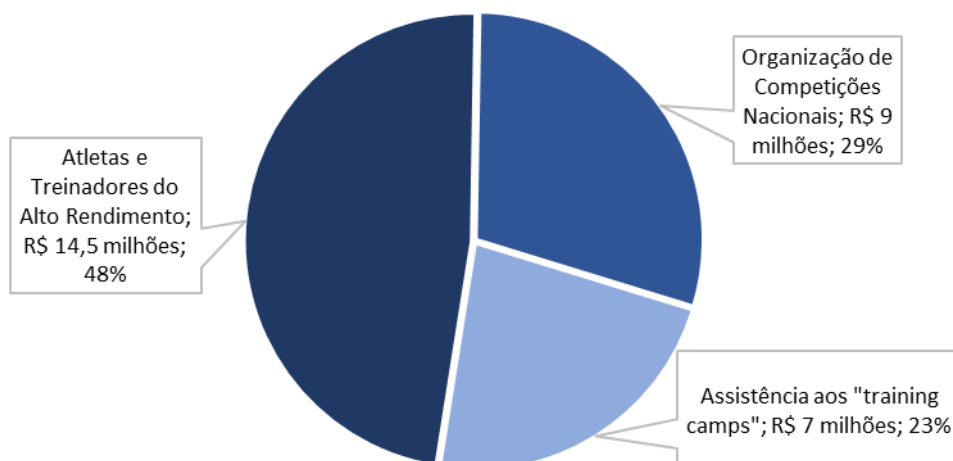


Figura 3 – Distribuição dos recursos arrecadados pela *Sports Promotion Fund* em 2012-2013
Fonte: *Japan Sports Council* (s.d.). Elaboração própria.

Da ilustração acima pode ser observado que, no período de 2012/2013, foram distribuídos 1,34 bilhão de ienes (aproximadamente R\$ 30 milhões à época) ao esporte de alto rendimento no país. Com aproximadamente 50% do valor arrecadado direcionados para o desenvolvimento de atletas e treinadores do esporte de alto rendimento, a quantia para este grupo foi de 640 milhões de ienes (R\$ 14,5 milhões). Outros 395 milhões de ienes (R\$ 9 milhões) para suporte a *training camps* e mais 305 milhões (R\$7 milhões) para organização de eventos esportivos.

3.2.2 Austrália

O *Australian Sports Foundation* (ASF) é uma entidade pública australiana criada em 1986 com o propósito de arrecadar recursos para o desenvolvimento do esporte na Austrália. Com a intenção de se tornar uma organização “autofinanciada”, recentemente a Fundação se separou operacional e estrategicamente (ASF, 2016) da *Australian Sports Commission* (ASC), que é a principal instituição nacional de administração e consultoria esportiva da Austrália (ASC, 2018). Como o esporte não possui propósito de caridade na Austrália, geralmente não é possível que os doadores recebam dedução fiscal quando se doa para essa causa. Contudo, de acordo com a legislação australiana, a ASF é a única organização capaz de oferecer dedução de impostos para doações ao esporte em toda a Austrália. Assim, o foco da Fundação é angariar doações de cunho filantrópico dedutíveis de impostos de doadores privados e corporativos (ASF, 2017).

A fundação possui duas categorias de programas: o *Fundraising4sport* (F4S) e o *Giving4grassroots* (G4G). O primeiro, como o nome define, tem a finalidade de arrecadar

dinheiro para diferentes níveis de representatividade do esporte no país. Esses níveis são separados em três subprogramas distintos:

a) Organizações e clubes: organizações esportivas e clubes podem arrecadar fundos para os projetos e programas que irão desenvolver seus esportes, aumentar participação, financiar instalações e viagens dos times e financiar o esporte de alto rendimento;

b) Arrecadação de fundos para a comunidade: é um “*crowdfunding*” para os amantes do esporte. As comunidades, sejam elas escolas, lojas, locais de trabalho, times e civis comuns, se unem com seus fãs, membros e atletas para cooperar com a arrecadação de recursos;

c) Arrecadação de fundos para atletas: atletas que treinam e competem com a finalidade de alcançar os níveis estadual e nacional de representatividade podem se inscrever no programa para receber apoio para suas necessidades. O programa abrange as categorias de atletas júnior, adulto e master.

O programa *Fundraising4sport* opera da seguinte maneira: uma organização ou atleta (ou algum projeto particular) pode se inscrever diretamente com a ASF. As doações feitas aos projetos inscritos são feitas através da ASF, permitindo aos doadores alegar suas devidas deduções fiscais para doações acima de 2 dólares. Os doadores nominam seus projetos preferidos como os beneficiários daquela doação, e a ASF destina os recursos para a organização ou atleta que o doador escolheu. Todos os projetos inscritos possuem sua própria página no site da ASF com uma ferramenta de doação online, facilitando o processo para os doadores apoiarem o projeto. Dessa forma, os próprios atletas e organizações acompanham as doações que recebem e o progresso do projeto através do site (ASF, 2016). Como pode ser observado na Figura 4, os projetos que a ASF abriga abrange diversos tipos de organizações de diferentes esportes e modalidades.



Figura 4 – Diferentes tipos de projetos beneficiados pelo programa de arrecadação da ASF.
Fonte: Australian Sport Foundation (2016).

O outro programa mencionado é o *Giving4grassroots (G4G)*, que opera com repasses menores, com foco no aumento da participação no esporte de base e nas comunidades ao redor da Austrália. O G4G fornece o repasse de recursos para as organizações comunitárias a fim de ajudá-las a executarem seus projetos e programas e a aumentarem a participação do público. A maioria dos recursos para o G4G provém de generosas doações de australianos apaixonados pelo esporte (ASF, 2016).

Como previu o presidente da *Australian Sports Foundation*, Mark Stockwell, em meados de 2017, o valor da arrecadação de fundos ao final do ano fiscal de 2016/2017 bateu recorde (JEFFERY, 2017). O valor arrecadado em 2016/17 foi de 44,75 milhões de dólares australianos (aproximadamente R\$ 113 milhões), ante \$32 milhões do ano anterior. Segundo relatório anual da ASF (2017) este aumento de 28,5% indica que o número de doadores australianos quase que dobrou em relação ao ano anterior (Figura 5).

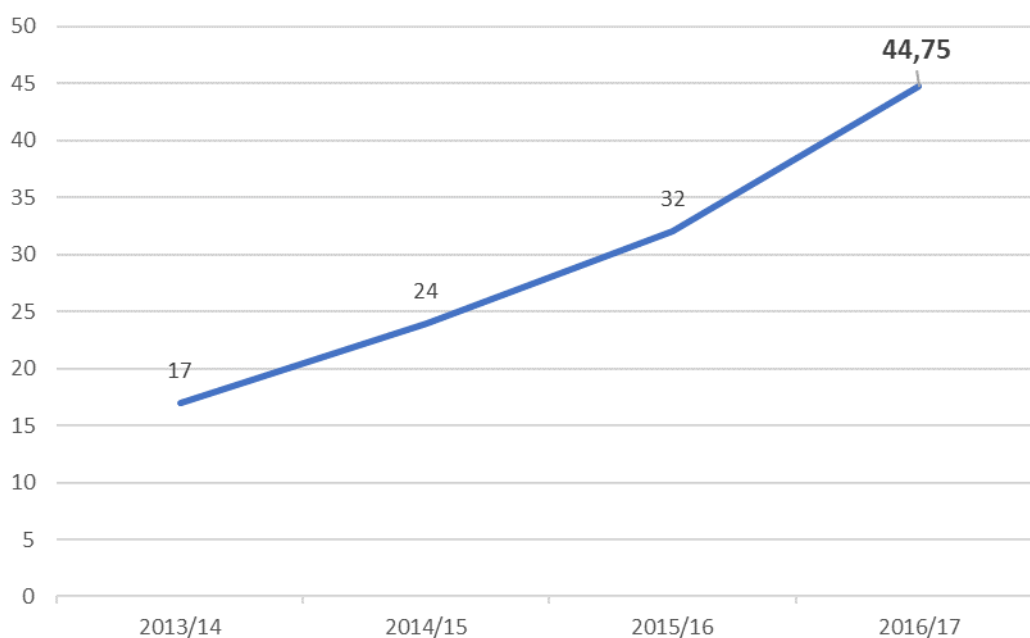


Figura 5 – Evolução da arrecadação de recursos através das doações ao ASF nos últimos 4 anos (em milhões de dólares australianos).

Fonte: *Australian Sports Foundation* (2016); *Australian Sports Foundation* (2017). Elaboração própria.

Como frisa Sandra Sweeney, diretora de marketing e tecnologia da ASF, esse aumento de arrecadação ao longo dos últimos quatro anos deve-se pelas transformações estratégicas que a ASF desenvolveu internamente. Desde a criação da Fundação, já foram arrecadados em torno de 300 milhões de dólares australianos (R\$ 760 milhões). Para Sandra, a quebra de recorde no último ano leva a crer que a cultura de doação por parte dos australianos tem se fortalecido à medida que a paixão pelo esporte no país também cresce. Contribuir com uma doação a um

projeto de uma organização ou atleta faz o doador sentir que tem participação no desenvolvimento do esporte do país. No último ano, 1.149 organizações e 179 atletas foram beneficiados, ajudando, assim, um total de 2.328 projetos, mil a mais do que no ano anterior (GOOD2GIVE, 2017).

3.2.3 Alemanha

Considerando o esporte de alto rendimento, há dois pilares que financiam os atletas de elite da Alemanha. O primeiro é apoiado pelo Ministério do Interior e o da Defesa, cujo programa permite que atletas se tornem “militares” e usufruam da estrutura e apoio financeiro dos dois Ministérios. O segundo pilar tem a responsabilidade da *German Sports Aid Foundation* (GSAF), ou Fundação Alemã de Auxílio Esportivo, criada em 1967 e caracterizada como uma fundação de caridade sem fins lucrativos. Sendo uma fundação privada, esta não recebe nenhum tipo de recurso do governo alemão, tendo seus fundos gerados através de doações e patrocínios (SMITH; GREENE; KEIDEL; ENGELHARD, 2016).

A referida GSAF tem como propósito habilitar desde iniciantes até atletas de alto nível a focarem e se manterem em nível competitivo em seus esportes, dando a eles tanto apoio financeiro quanto o apoio “fora do campo” (ZHANG; HUANG; NAURIGHT, 2018). Desde sua criação, a GSAF tem atuado com um trabalho pioneiro na área de promoção do esporte. A iniciativa se tornou um modelo de organização esportiva privada e atualmente é considerada como a instituição independente mais bem-sucedida para a promoção esportiva da Europa (DAIMLER, 2018; ZHANG; HUANG; NAURIGHT, 2018).

O supracitado pioneirismo passa pelo fato de que a GSAF é a primeira instituição ao redor do mundo que conseguiu aproximar companhias patrocinadoras e atletas em favor do benefício mútuo. Um dos fatores que explicam esse cenário é a parceria que a organização possui com seus quatro patrocinadores nacionais (Figura 6), todas elas companhias de grande porte da Alemanha: Mercedes-Benz, Deutsche Bank, Lufthansa e Deutsche Telekom.



Figura 6 – Patrocinadores nacionais do *German Sports Aid Foundation*.
Fonte: Daimler (2018). Ilustrações do Google Imagens. Elaboração própria.

Tomando a marca Mercedes-Benz como exemplo, a própria companhia define que seu patrocínio à fundação é uma contribuição social e “ideacional” para a promoção sustentável dos atletas alemães de alto nível. O suporte cobre todas as modalidades olímpicas, esportes não olímpicos de “tradição rica”, assim como esportes para deficientes e surdos (DAIMLER, 2018).

Atualmente a GSAF financia aproximadamente 3.800 atletas, dispondo entre 10 e 12 milhões de euros por ano (R\$ 44 mi a R\$ 54 mi). Os atletas são divididos em diferentes categorias: atletas da categoria mais básica (atletas jovens entre 18 e 19 anos) recebem 300 euros (R\$ 1,4 mil); atletas de elite que já ganharam alguma medalha em um esporte olímpico em qualquer campeonato mundial ou Jogos Olímpicos recebem auxílio de 800 euros (R\$ 3,5 mil); para os Jogos Rio 2016 foi criada uma categoria chamada “*elite plus*”, de 1.500 euros (R\$ 6,7 mil), para financiar atletas que tinham boas chances de ganhar uma medalha na competição. Esta última categoria beneficia o atleta por até 18 meses; depois ele passa por uma reavaliação técnica para saber se ainda se enquadra nos critérios do programa (SMITH et al, 2016; BLOOD, 2016).

Desde sua fundação, a GSAF já beneficiou cerca de 47 mil atletas, de iniciantes a atletas de elite, investindo assim em torno de 398 milhões de euros (aproximadamente R\$ 1,6 bilhão) em mais de 50 esportes diferentes (SMITH et al, 2016). Como já mencionado, o papel da GSAF ultrapassa o apoio financeiro e preza pela busca de alcançar suporte “fora do campo”:

[...] A *German Sports Aid Foundation* promove a ideia do melhor desempenho esportivo; contudo, opõe-se à manipulação no esporte. A GSAF representa o *fair play*, a integridade dos esportes e sua importância para a convivência social pacífica. A entidade também enxerga a promoção dos atletas de elite e a necessidade de possuir “modelos a seguir” como um passo importante na comunicação da mensagem que o esporte pode passar para a sociedade. Desempenho, *fair play* e cooperação são valores que também fortalecem o país. A GSAF está ativamente envolvida na promoção física, ideacional e social de atletas que demonstram o melhor desempenho e podem representar a República Federal da Alemanha e seu sistema social no âmbito internacional, além do domínio dos esportes e através de sua aparência e motivação (DAIMLER, 2018).

Em quase cinco décadas de atividades da fundação em favor do apoio aos atletas nacionais, a *German Sports Aid Foundation* pode ser considerada a melhor instituição desse tipo no mundo devido ao fato de ter desenvolvido conceitos efetivos para seus atletas, habilitando-os a dar o melhor do seu desempenho não apenas nas competições, mas também fora dos torneios. A GSAF age com um importante papel ajudando os atletas a administrarem suas vidas no que tange ao treinamento esportivo, as competições, seus negócios, estudos e trabalho (DAIMLER, 2018).

3.2.4 Estados Unidos

Como dito no tópico dos EUA sobre os fundos patrimoniais, o Comitê Olímpico do Estados Unidos (USOC) não recebe financiamento de recursos públicos federais, buscando outras formas de arrecadar recursos. Assim, além do Programa de Fundos Patrimoniais, o *Team USA* possui outros três programas de arrecadação (TEAM USA, 2018a):

a) *Team USA Fund*: este é um programa de doação anual que representa a ampla maioria do apoio filantrópico do público americano. Caracteriza-se por utilizar as doações nos gastos “correntes” dos atletas, apoiando assim as maiores necessidades e prioridades de financiamento em diversas áreas. Em sua página virtual é possível observar uma plataforma que apresenta o que é possível financiar com determinado valor de doação (Figura 7).



Figura 7 – Ilustração da plataforma virtual que apresenta o que é possível financiar com as doações.
Fonte: *Team USA Fund* (2018).

Da imagem acima, observam-se cinco opções de valores de doações. Tomando como exemplo o valor destacado em vermelho (\$1K+), é possível então que com uma doação de mil dólares o doador esteja financiando um atleta com uma “viagem para uma competição internacional”; com 3 mil dólares, com um “serviço de condicionamento e força durante um ano”; com 3.500 dólares, com um “seguro de vida para atleta de elite durante um ano”. Esse processo se repete com outros valores, podendo então o doador financiar desde uma massagem medicinal com 25 dólares de doação até o custo de um ano de um atleta morando e treinando em um centro olímpico de treinamento com uma doação de 35 mil dólares (TEAM USA FUND, 2018). Apenas no ano de 2016, através de 8.750 doações, foram arrecadados dessa forma 2,2 milhões de dólares (aproximadamente R\$ 7 milhões) (USOC, 2016).

b) *The Champions Fund*: as doações para esta categoria auxiliam as despesas de treinamento, entre outras despesas do dia a dia dos atletas americanos que buscam alcançar o topo do pódio. Como retribuição, o USOC oferece aos doadores a oportunidade de se tornarem parte da delegação americana em algum dos Jogos Olímpicos ou Paralímpicos, além de poder interagir com os atletas durante esses quatro anos de preparação. Para se tornar um “*Team USA*

Champion” é necessária uma doação de no mínimo 120 mil dólares (R\$ 445 mil), pagos durante o ciclo olímpico (TEAM USA, 2018b).

c) *The Trustee Council*: os “curadores” do USOC são parceiros valiosos, que ajudam a moldar e desenvolver o trabalho da entidade. Eles atuam como embaixadores para os atletas de alto rendimento de determinado esporte e o USOC como um todo. Cada “*Trustee*” é convidado a arcar com uma doação de no mínimo 300 mil dólares (R\$ 1,2 mi) pagos durante o ciclo olímpico. Isto os torna de extrema importância, pois garantem uma base segura de financiamento para atender as necessidades urgentes dos atletas (TEAM USA, 2018b).

Ao todo, desde sua criação, em 2013, a *U.S. Olympic and Paralympic Foundation* já arrecadou cerca de 27 milhões de dólares (aproximadamente R\$ 88 milhões) através de 8.806 doadores, que realizaram 10.436 doações. Assim como a Austrália, as doações são 100% dedutíveis de impostos (USOC, 2016).

4 Discussão dos resultados

No referido debate da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados, tanto Priscila Pasqualin quanto Paula Fabiani discorreram sobre a oportunidade que o Brasil perdeu de ter se beneficiado do ciclo olímpico aqui no país para a criação dos fundos patrimoniais no esporte brasileiro. Não apenas através do ciclo olímpico, mas também pelos diversos outros grandes eventos que o Brasil sediou neste século, como os Jogos Pan-Americanos, Jogos Mundiais Militares e Copa do Mundo. Muito foi investido com a realização desses eventos, tanto do financiamento público quanto da iniciativa privada, seja por investimentos em políticas públicas ou por patrocínios diretos aos eventos e equipes/atletas.

Muito do investimento privado investido durante esse período de eventos poderia ter sido revertido aos fundos patrimoniais caso essa prática já estivesse conceituada e difundida no país. Como já amplamente discutido, o desenvolvimento do esporte como um todo no Brasil depende majoritariamente dos recursos federais. Passados os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, escancarou-se a mudança no panorama dos patrocínios esportivos às confederações esportivas nacionais (CONDE, 2017), inclusive no Comitê Olímpico do Brasil, dos valores repassados através da Lei Agnelo Piva (PALMIERE, 2016), assim como os cortes no orçamento do Ministério do Esporte (VECCHIOLLE, 2017). Antecipando-se a este cenário pós-Rio 2016, os fundos patrimoniais poderiam ter sido um mecanismo importante na manutenção de um legado de financiamento esportivo para o Brasil.

No entanto, como observado no começo deste estudo, a legislação ainda está em processo de discussão, e entende-se que prioritariamente seja feita uma padronização dos projetos de lei em trâmite para que haja a criação de um marco legal para todas as partes envolvidas. Concluída esta etapa, ressalta-se que, para a construção dessa legislação, é importante que algumas medidas sejam adotadas.

Apesar de os recursos doados aos fundos patrimoniais serem de cunho privado, devido ao incentivo/renúncia fiscal que beneficia os doadores, há de se considerar uma parcela de trâmite público no processo. Segundo Priscila Pasqualin, devido ao volume robusto de recursos utilizados nas transações, a legislação precisa abordar um sistema de governança que leve em consideração fundamentalmente que os recursos sejam aplicados de forma correta. Assim, é necessário que: a) haja um controle especializado na aplicação dos recursos, com conhecimento específico para trabalhá-lo no mercado financeiro, pois quanto mais profissional for a gestão dos fundos patrimoniais, maior será o interesse e confiança dos doadores, conscientes de que o dinheiro que investiram está sendo bem utilizado e tendo a garantia de que terá o retorno no longo prazo e de forma perene; b) haja um conselho de administração diferente do conselho que lida com as causas de curto prazo da entidade; c) exista alguém especializado no tema, no caso, o esporte, para que saiba desenvolver com especificidade as questões relacionadas à área.

Em relação aos fundos de apoio nos países aqui pesquisados, além de os fundos terem sido criados como alternativa de financiamento ao esporte, alguns deles já começam a se transformar em peças indispensáveis na estrutura das políticas esportivas dos países. De acordo com o presidente da *Australian Sports Foundation*, “a Fundação está se tornando cada vez mais importante em face do declínio do financiamento do governo”. Situação que se agrava devido à redução anual que o governo federal está impondo a todas as agências australianas, inclusive à *Australian Sports Commission*. Stockwell ainda frisa que essa situação “é uma forma de ter responsabilidade pela sua própria arrecadação de recursos (*fundraising*). Nós não podemos continuar pensando que o governo pode dispor cada vez de mais dinheiro” (JEFFERY, 2017).

No caso da Alemanha, tem crescido o movimento por parte dos atletas alemães em favor de alterações drásticas na estrutura esportiva alemã. Exigindo maior representatividade dos atletas no comitê do *German Olympic Sports Confederation* (DOSB), os atletas propõem criar uma iniciativa independente do DOSB, tendo assim mais “voz” sobre os direitos e interesses dos atletas. Um dos motivos desse movimento é a falta de apoio do governo aos atletas que não conseguem financiamento do Ministério da Defesa. Assim, atletas de alto rendimento que não fazem parte dos programas militares de financiamento são singularmente dependentes do apoio da *German Sports Aid Foundation*. Mesmo assim, segundo Silke Kasser, atleta alemão de canoagem e líder do movimento, “os recursos que vários atletas possuem são menores do que um salário mínimo” (SEPPEIT; SIEPMANN, 2017).

Como aqui mencionado, o esporte de alto rendimento nos Estados Unidos não recebe recursos federais de financiamento. Daí então a extrema relevância que toda a comunidade esportiva reconhece nos diferentes tipos de mecanismos que gerem recursos para o esporte. A criação do *U.S. Olympic and Paralympic Foundation* e seus diferentes tipos de categorias de doação foi fundamental para o país suprir o financiamento necessário para seus atletas. Dessa forma, além da promoção dos programas de doação, é fundamental que a cultura da doação seja

promovida pelo país. Como a própria Fundação faz questão de frisar, “a América não envia seus atletas para os Jogos. São os americanos que enviam” (TEAM USA FUND, 2018). Em contrapartida aos doadores, a Fundação oferece e assegura diversos tipos de retribuições e reconhecimento.

5 Conclusão

O presente documento não buscou identificar soluções definitivas para a criação de fundos patrimoniais e de fundos de apoio no Brasil, tão pouco apresenta fórmulas ideais para tal. Este estudo teve como finalidade trazer à luz do conhecimento público informações acerca de temas que se mostram ser de alta relevância para o esporte brasileiro. No momento em que o tema começa a ganhar contornos mais palpáveis, a busca por informações em lugares em que o assunto em questão já está amplamente desenvolvido e conceituado é de extrema relevância. Isto posto, este trabalho procurou apresentar a realidade dos fundos patrimoniais e dos fundos de apoio no universo dos esportes, dando exemplos de como esta prática é aplicada em algumas entidades esportivas e os benefícios que elas proporcionam.

Levando em consideração o exemplo da Universidade de Stanford, é possível certificar que este é o estado da arte da aplicação dos fundos patrimoniais no mundo. A entidade, com décadas de experiência, conseguiu solidificar um modelo praticamente perfeito, tornando-se autossustentável e capaz de explorar ao máximo a ideia de aplicar os recursos gerados pelo fundo patrimonial de forma perpétua. Reflexo desse cenário é o contínuo sucesso esportivo que a Universidade alcançou ao longo das últimas três décadas. Porém, como observado no exemplo da Universidade de West Virginia, muitas outras entidades utilizam os fundos patrimoniais como forma complementar de angariação de recursos e ainda estão desenvolvendo seus programas, fato este que não anula a eficácia dos fundos nessas entidades, sendo na maior parte delas uma ferramenta primordial para a obtenção do financiamento para honrar os compromissos de despesas ao longo do ano. A grande diferença dessa fonte de recurso é que, apesar de ser complementar, ela se transforma em uma fonte permanente, oferecendo segurança e estabilidade.

Ao longo do processo de pesquisa deste estudo, notou-se que muitas das entidades enxergam na criação dos fundos patrimoniais uma oportunidade, ao mesmo tempo imediata e emergencial, de criar um mecanismo de certa forma prático e eficaz de sair de uma situação de endividamento ou crise financeira, fato que muito se aproxima da realidade do esporte brasileiro atualmente. Vale ressaltar que imediata aqui não significa que o retorno financeiro seja rápido e simples, e sim que a medida é de fácil aplicação e acesso.

Muito surpreendeu também o terceiro exemplo, do Comitê Olímpico dos Estados Unidos. Sendo uma potência esportiva mundial e dono de diversos casos de sucesso no esporte, supõe-se que o país dispense um mecanismo de doação, dando a entender que já possua diversas

fontes de financiamento. Contudo, como o próprio *Team USA* justifica, este é um dos poucos comitês no mundo que não recebem financiamento do governo. Dessa forma, enxergaram nos fundos patrimoniais mais uma ferramenta eficaz de contribuir com o financiamento do movimento olímpico e paralímpico no país.

Para que uma entidade desenvolva um programa de fundos patrimoniais, é necessário que ela tenha uma forte capacidade de compreensão de como este mecanismo funciona, para que assim seja possível extrair o máximo de rendimentos do programa. Razões fundamentais da criação de um fundo patrimonial são a perpetuação da causa, independência e autonomia, gerando, assim, excelência a longo prazo. Os exemplos aqui citados são todos de um país desenvolvido, onde as entidades possuem como contribuintes (doadores) pessoas com grande vínculo com a comunidade. Portanto, talvez o maior desafio para aplicação e funcionamento desse mecanismo no Brasil seja o desenvolvimento de um sistema transparente e que transmita confiança para os doadores.

Em relação aos fundos de apoio, foi possível observar diferentes tipos dessas ferramentas ao redor do mundo. Tal mecanismo indubitavelmente mostra ser de grande valia e importância para a contribuição do esporte em geral nos países pesquisados, principalmente no alto rendimento. Nenhum dos fundos aqui apresentados é um mecanismo exclusivo de financiamento no país em questão, sempre coexistindo com outras formas de suporte. O que pôde ser observado durante a pesquisa bibliográfica deste estudo é que a criação e solidificação desse mecanismo foi um meio comum para suprir as dificuldades dos países em financiar o esporte nacional com aportes advindos do governo federal, situação essa que notoriamente pode ser observada no atual cenário esportivo brasileiro, onde os recursos federais constantemente estão nas pautas de cortes orçamentários.

A criação e prosperidade de tal mecanismo caminha muito pela cultura de doação, que Japão, Austrália, Alemanha e Estados Unidos conquistaram ao longo dos anos. Esse nível de “confiança” apenas é obtido através de muita transparência decorrente da aplicação das boas práticas de governança das autoridades responsáveis. Como exposto na Introdução, o art. 45 do Projeto da Lei Geral do Esporte descreve com clareza quais são os objetivos da criação do Fundo Nacional do Esporte (Fundesporte). Analisando esses objetivos, é possível apontar que todos eles vão ao encontro das missões, visões e objetivos dos fundos de apoio dos quatro países aqui pesquisados.

Conclui-se que os fundos patrimoniais são uma ferramenta segura, confiável e eficaz de financiamento para o esporte. Assim, devido à expertise dos Estados Unidos no assunto, o presente estudo focou em alguns exemplos de fundos patrimoniais daquele país. Sobre os países que possuem fundos de apoio, Japão, Austrália, Alemanha e Estados Unidos figuraram entre os dez primeiros colocados da última edição dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Obviamente que o fato de possuírem um fundo de apoio não é a razão única dos referidos países alcançarem essas

posições no quadro de medalhas. Contudo, entende-se que possuir essa valiosa fonte de recursos colabora sobremaneira para o desenvolvimento esportivo dos países. Como observado, a transparência no processo de doações de ambos os fundos é fundamental para o sucesso do mecanismo.

Dessa forma, o presente estudo contribuiu com uma rica pesquisa bibliográfica acerca dos fundos patrimoniais e dos fundos de apoio, apresentando vasta gama de exemplos relevantes desses mecanismos. Recomenda-se que pesquisas futuras sejam realizadas a fim de verificar a aplicabilidade e adaptação desses dois mecanismos na realidade do esporte brasileiro.

Referências

AUSTRALIAN SPORTS COMMISSION (ASC). **What is the ASC?** 2018. Disponível em: <<https://www.sportaus.gov.au/sportaus/about>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

AUSTRALIAN SPORTS FOUNDATION (ASF). **2016-2017 Annual Report**. 2017. Disponível em: <<https://asf.org.au/wp-content/uploads/2017/12/ASF-2016-17-Annual-Report-Web.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. **The Run Down**. 2016. Disponível em: <<https://asf.org.au/wp-content/uploads/2017/12/The-Run-Down-2016.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2018.

BAIBICH, André. **Por que os investimentos no esporte secaram depois da Olimpíada do Rio**. 10 fev. 2017. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/esportes/olimpiada/noticia/2017/02/por-que-os-investimentos-no-esporte-secaram-depois-da-olimpiada-do-rio-9717336.html>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

BLOOD, Greg. **Germany**. 2016. Disponível em: <https://www.clearinghouseforsport.gov.au/knowledge_base/organised_sport/sport_systems_structures_and_pathways/international_systems/germany>. Acesso em: 17 fev. 2018.

BRASIL. **Lei n. 11.438**, de 2016. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11438compilado.htm>. Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. **Projeto de Lei n. 6.345**, de 2016. Regulamenta a criação de Fundos Patrimoniais destinados a formação de poupança de longo prazo para apoiar as entidades sem fins lucrativos que atuam na atividade desportiva. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2114763>>. Acesso em 12 jan. 2018.

_____. **Projeto de Lei n. 68**, de 2017a. Institui a Lei Geral do Esporte, que dispõe sobre o Sistema Nacional do Esporte, a Ordem Econômica Esportiva, a Integridade Esportiva, o Plano Nacional para a Cultura de Paz no Esporte. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5070182&disposition=inline>>. Acesso em 02 fev. 2018.

_____. **Proposta de Emenda à Constituição n. 9**, de 2017b. Insere artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para criar o Fundo Nacional do Esporte - FUNDESPORTE. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=5073343&disposition=inline>>. Acesso em 02 fev. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Debate sobre os Fundos Patrimoniais realizado na Câmara dos Deputados**. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hcaLJW9pQnM>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

CONDE, Paulo Roberto. **Forças Armadas prometem manter investimento em atletas olímpicos**. 20 dez. 2016. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2016/12/1842930-forcas-armadas-prometem-manter-investimento-em-atletas-olimpicos.shtml>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

DAIMLER. **German Sports Aid Foundation. A valuable initiative for sustainable promotion of talented athletes**. 2018. Disponível em: <<https://www.daimler.com/sustainability/society/charity-involvement/donations/german-sports-aid.html>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

GOOD2GIVE. **A Mission for Action – Australian Sports Foundation**. 1 set. 2017. Disponível em: <<https://good2give.ngo/2017/09/01/foundation-mission-action-australian-sports-foundation/>>. Acesso em: 16 fev. 2018.

GROVES, Roger. **Stanford: The Elite Academic Institutional Model for Success in College Football**. 07 nov. 2013. Disponível em: <<https://www.forbes.com/sites/rogergroves/2013/11/08/stanford-the-elite-academic-institutional-model-for-success-in-college-football-2/#146e2984132c>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

HALLMANN, Kirstin; PETRY, Karen. **Comparative Sport Development. Systems, Participation and Public Policy**. Springer. Nova Iorque. Pg. 195. 2013.

HOULIHAN, Barrie; GREEN, Mick. **Comparative Elite Sport Development**. Elsevier. Oxford. pg. 60. 2008.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL (IDIS). **Conceitos e benefícios dos *endowments* como mecanismo de financiamento à cultura**. I Fórum Internacional. 2016a. Disponível em: <<http://idis.org.br/guia-1-conceitos-e-beneficios-dos-endowments-como-mecanismo-de-financiamento-a-cultura/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **Orientações e informações ao poder público: aspectos de regulação e tributação**. I Fórum Internacional. 2016b. Disponível em: <<http://idis.org.br/guia-2-orientacoes-e-informacoes-ao-poder-publico-aspectos-de-regulacao-e-tributacao/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

_____. **Orientações práticas para implementação de Endowments em instituições culturais**. I Fórum Internacional. 2016c. Disponível em: <http://idis.org.br/guia-3-orientacoes-praticas-para-implementacao-de-endowments-em-instituicoes-culturais/> Acesso em: 15 jan. 2018.

JANTALIA, F. **Loterias federais: regime jurídico, arrecadação e repartição de receitas**. Estudo Técnico. Consultoria Legislativa. Câmara dos Deputados. Abr. 2017 Disponível em: <<http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/32701>>. Acesso em 03 mar. 2018.

JEFFERY, Nicole. **Millions donated for Australian sports projects in last weeks**. 28 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.theaustralian.com.au/sport/millions-donated-for-australian-sports-projects-in-last-weeks/news-story/217feff3b6177bb52d64b589d6525225>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

JSC. **Japan Sport Council Investment for sports promotion.** Sem data. Disponível em: <https://www.clearinghouseforsport.gov.au/__data/assets/pdf_file/0007/597337/Investment_strategy_evaluation.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2018.

JSC. **Support for sports promotion, and the operation of the Sports Promotion Lottery (toto/BIG).** 2018. Disponível em: <<https://www.jpnsport.go.jp/corp/english/activities/tabid/394/Default.aspx>>. Acesso em 11 fev. 2018.

LIMA, Jônatas Dias. **Um modelo de fazer inveja aos brasileiros.** 09 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/um-modelo-de-fazer-inveja-aos-brasileiros-azubpq4bm787fhvin4ql604zy>>. Acesso em 15 jan. 2018.

MILLER, Cameron. **Miller: Breaking down financial situation of Stanford's athletic department.** 03 dez. 2015. Disponível em: <<https://www.stanforddaily.com/2015/12/03/miller-breaking-down-financial-situation-of-stanfords-athletic-department/>>. Acesso em 17 jan. 2018.

MOUNTAINER ATHLETIC CLUB. **Athletic Endowment Fund.** 2017a. Disponível em: <<http://www.mountaineerathleticclub.com/page.cfm?storyid=86>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

_____. **Endowment Brochure.** 2017b. Disponível em: <[http://www.mountaineerathleticclub.com/content/files/Athletic%20Endowment%20Fund%20-%20RS%20\(2_2\).pdf](http://www.mountaineerathleticclub.com/content/files/Athletic%20Endowment%20Fund%20-%20RS%20(2_2).pdf)>. Acesso em: 19 jan. 2018.

NACDA. **Stanford Leads Final Fall Division I Learfield Directors' Cup Standings.** 11 jan. 2018. Disponível em: <<http://www.nacda.com/sports/directorscup/spec-rel/011118aab.html>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

NCAA. **What is the NCAA?** Disponível em: <<http://www.ncaa.org/about/resources/media-center/ncaa-101/what-ncaa>>. Acesso em 17 jan. 2018.

PALMIERI, Matheus. **Lei Agnelo/Piva arrecada menos, e repasse às confederações cai 13 mi.** Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/2016/12/confederacoes-vao-receber-r-85-milhoes-pela-lei-agnelopiva.html>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

SABO PAES José Eduardo; QUEIROZ FILHO, Adair Siqueira de. A importância dos endowment ou fundos patrimoniais na captação de recursos para as entidades integrantes do Terceiro Setor e o princípio da Livre Concorrência. **Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário**, Brasília, v. 9, n. 2, pp. 86-111, jul.-dez. 2014.

SEPPEIT, Von Hajo; SIEPMANN, Christian. **German Olympic Athletes ready to set up an autonomous athletes organisation.** 07 out. 2017. Disponível em: <<http://www.sportschau.de/weitere/allgemein/dosb-athleten-kommission-102.html>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

SMITH, Andrew.; GREENE, Paul. J.; KEIDEL, Christian.; ENGELHARD, Alexander. **The funding and employment status of elite athletes – A comparison of the UK, USA and Germany.** 06 maio 2016. Disponível em: <<https://www.lawinsport.com/topics/articles/item/the-funding-and-employment-status-of-elite-athletes-a-comparison-of-the-uk-usa-and-germany>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

SPALDING, Erica. **Os fundos patrimoniais endowment no Brasil.** 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo São Paulo, 2016. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16554/disserta%C3%A7%C3%A3o_erika_spalding_vfinal1.pdf>. Acesso em 15 jan. 2018.

STANFORD UNIVERSITY. **Buck/Cardinals Club. Our Mission.** Disponível em: <<http://gostanford.com/sports/2016/6/25/b-cc-about.aspx?path=bcc>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

STEVENS, Robert E. et al. **Concise encyclopedia of church and religion organization marketing.** Nova York. Routledge. 2012.

TEAM USA FUND. **Your support.** 2018. Disponível em: <<http://teamusafund.org/#your-support>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

TEAM USA. **About the Foundation.** 2018a. Disponível em: <<https://www.teamusa.org/us-olympic-and-paralympic-foundation/about-the-foundation>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

_____. **Current Use Gifts.** 2018b. Disponível em: <<https://www.teamusa.org/us-olympic-and-paralympic-foundation/current-use-gifts>>. Acesso em:

_____. **Team USA Endowments.** 2018b. Disponível em: <<https://www.teamusa.org/us-olympic-and-paralympic-foundation/endowments>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

THE BEST SCHOOL. **The 100 Richest Universities: Their Generosity and Commitment to Research 2017.** Disponível em: <<https://thebestschools.org/features/richest-universities-endowments-generosity-research/>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

TOP UNIVERSITIES. **Top 10 Universities 2018.** Disponível em: <<https://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2018>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

UNITED STATES OLYMPIC COMMITTEE (USOC). **United States Olympic Committee 2016 Annual Report.** 2016. Disponível em: <http://2016annualreport.teamusa.org/USOC_32554_AR16.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2018.

VECCHIOLI, Demétrio. **Governo corta 87% do orçamento do Ministério do Esporte para 2018.** 19 set. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/esporte/2017/09/1919798-governo-corta-87-do-orcamento-do-ministerio-do-esporte-para-2018.shtml>>. Acesso em 14 jan. 2018.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

WIKIPEDIA. **List of UK universities by endowment.** Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_UK_universities_by_endowment>. Acesso em: 15 jan. 2018.

ZHANG, James Jianhui.; HUANG, Roger Haiyan.; NAURIGHT, John. **Sport Business in Leading Economies.** Emerald Publishing Limited. Bingley, Reino Unido. pg. 169. 2018.

Artigo recebido em: 27/07/2018

Artigo aceito para publicação em: 18/09/2018